volume II

Terra e trabalho:
territorialidades e desigualdades

organização:

Rosa Ester Rossini
Maria Rita Ivo de Melo Machado
Mateus de Almeida Prado Sampaio

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

fflch
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor
Vahan Agopyan

Vice-Reitor
Antonio Carlos Hernandes

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor
Paulo Martins

Vice-Diretora
Ana Paula Torres Megiani

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

Livro de acordo com as normas técnicas da ABNT.

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

Catalogação na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

T323 Terra e trabalho [recurso eletrônico] : territorialidades e desigualdades : volume II / Rosa Ester Rossini, Maria Rita Ivo de Melo Machado, Mateus de Almeida Prado Sampaio (organizadores). -- São Paulo : FFLCH/USP, 2020. 7.051 Kb ; PDF.

ISBN 978-65-87621-33-3
DOI 10.11606/9786587621333

1. Uso do solo. 2. Território. 3. Desigualdades sociais. 4. Trabalho rural. I. Rossini, Rosa Ester. II. Machado, Maria Rita Ivo de Melo. III. Sampaio, Mateus de Almeida Prado.

CDD 333.320981

DOI 10.11606/9786587621333

Rosa Ester Rossini
Maria Rita Ivo de Melo Machado
Mateus de Almeida Prado Sampaio
[Organizadores]

TERRA E TRABALHO:

territorialidades e desigualdades

Volume II

1ª Edição
FFLCH/USP
São Paulo – 2020

FICHA TÉCNICA

Revisão	Mateus de Almeida Prado Sampaio José Fonseca da Rocha Filho
Normalização Técnica	Gisele Silva Araújo Luis Flávio de Araújo
Diagramação	Gisele Silva Araújo Luis Flávio de Araújo
Projeto Gráfico da Capa	Mateus de Almeida Prado Sampaio
Créditos da Foto da Capa	Raul Borges Guimarães "Seria o planeta Marte? Não, é a enorme transformação da paisagem provocada pela expansão da cultura canavieira no município de Teodoro Sampaio, SP - 01 de abril de 2014"

Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | CNPq

EDITAL CHAMADA UNIVERSAL MCTI/CNPq Nº 01/2016
Apoio a Projetos de Pesquisa / Universal 01/2016 - Faixa C
Processo Número: 405731/2016-7

BOLSA DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA – PQ
“Geografia e Gênero: queimando mulheres e homens no trabalho de corte da cana e esquentando as máquinas nos canaviais da macro-área de Ribeirão Preto (SP)”
Processo Número: 311332/2014-5

PREFÁCIO

Terra e Trabalho, em dois volumes, é uma contribuição importante para interpretar o presente histórico, com especial ênfase nos problemas do espaço agrário e nas desigualdades territoriais próprias do capitalismo contemporâneo. Os textos aqui reunidos foram escritos por conceituados professores e pesquisadores de universidades públicas brasileiras e do exterior.

Cabe realçar, em primeiro lugar, a importância da universidade na produção de conhecimento. Embora não seja detentora exclusiva desse papel, ela propicia e estimula a curiosidade sobre as principais questões que a contemporaneidade sugere. As grandes mudanças históricas criam dinâmicas novas ou renovam as já existentes, encorajando estudos, pesquisas, diálogos interdisciplinares. Nesse sentido, a universidade constitui um âmbito que possibilita a discussão dos problemas do mundo e da humanidade e, ao mesmo tempo, ergue-se como o lugar da crítica.

Não obstante a ampla gama de temas abordados nestes dois volumes, bem como a diversidade de perspectivas metodológicas adotadas, há preocupações em comum, quais sejam as desigualdades socioespaciais, as disputas e os conflitos presentes nas dinâmicas territoriais, questões que a Geografia suscita e aborda. Eis aqui um outro aspecto a ser sublinhado. Trata-se de dois livros, organizados em coletânea, que trazem as ciências humanas e sociais para o centro do debate acadêmico; isto ganha especial destaque na atual conjuntura em razão da insistência de alguns em negar a relevância das humanidades.

A vida acadêmica vive e floresce em função de uma multiplicidade de olhares, ênfases, matizes. Este é, justamente, o objetivo que busca o Laboplan (Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo), criar um ambiente de estímulo ao diálogo, ao intercâmbio de ideias. Desde sua criação,

em 1988, o Laboplan é um centro onde se reúnem, em torno de um esforço de estudo e pesquisa, pessoas provenientes de diferentes estados da federação, países, tradições, experiências, campos disciplinares. Constitui-se, assim, em um lugar que promove a formação de pesquisadores, a realização de colóquios e seminários, a organização de reuniões científicas, dentre várias atividades. Promove, ainda, e este livro bem ilustra isso, a integração entre pesquisadores: sejam estes integrantes atuais do laboratório; sejam os que em alguma etapa de seu processo de formação acadêmica tiveram no laboratório um importante espaço de convívio, ensino e aprendizado; sejam aqueles que estão conectados por redes de colaboração científica que ultrapassam os limites físicos desse ambiente.

Rosa Ester Rossini, uma das professoras fundadoras do Laboplan, sobressai pelo seu trabalho de pesquisa rigoroso, liderando equipes de pesquisadores no nível de pós-doutorado, doutorado, mestrado e iniciação científica. Sua trajetória no CNPq mostra o seu compromisso para o avanço e ampliação do sistema científico e tecnológico no Brasil, principalmente na formação de recursos humanos. Nesta ocasião, dedicada à publicação dos livros ora apresentados, Rosa Ester reuniu um grupo de colegas a partir de um eixo norteador, Terra e Trabalho, proposta que a acompanha permanentemente nas suas indagações e inquietações sobre o mundo contemporâneo.

Mais uma vez reiteramos a importância da universidade pública e, em particular, das humanidades, que contribuem ao enaltecimento da capacidade criativa, do pensamento crítico e de princípios pautados na diversidade.

Boa leitura! O debate está aberto.

Mónica Arroyo
Coordenadora do Laboplan
Departamento de Geografia
Universidade de São Paulo

APRESENTAÇÃO

O volume II do livro Terra e Trabalho ganhou o subtítulo Territorialidades e Desigualdades e traz no seu leque de temas artigos com o espectro de abordagens para além do território brasileiro. Apesar de ter nos seus títulos temas aparentemente distintos os textos se articulam nos debates propostos.

Pensar a terra e o trabalho a partir das territorialidades e desigualdades é pensar também nas desigualdades de renda, de moradia, no acesso às condições sanitárias dignas, nos fluxos migratórios e nas barreiras físicas construídas num momento em que se fala em globalização, além de pensar na Divisão Internacional do Trabalho e nos circuitos econômicos. É emergencial que as ciências humanas passem a entender e explicar essas dinâmicas de desigualdade que se aceleram. No ano de 2018, por exemplo, o Brasil atingiu o seu recorde em concentração de renda, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O rendimento médio do 1% mais rico da população brasileira ficou 33,8 vezes maior do que o ganho dos 50% mais pobres.

Diante desse cenário, o conjunto dos trabalhos organizados para esse livro reuniu explanações distintas temporal, espacial e social, mas dentro de uma lógica a permitir ao leitor ter um espectro amplo das realidades socioeconômicas do mundo e com sólidos embasamentos teóricos. É importante destacar ainda que este volume conta com significativa contribuição internacional, realizada seja em abordagens sobre relevantes temas globais, seja analisando a realidade geográfica de outros países, ou por meio da interpretação feira por estrangeiros sobre a realidade brasileira. Como uma forma de orientar você, leitor desse livro, vamos falar um pouco de cada um dos artigos aqui contidos.

O primeiro trabalho é dos professores portugueses Mário Vale e Paulo Miguel Madeira, cujo título é "**Globalização e desenvolvimento desigual – perspectivas teóricas e alguns riscos políticos**". Eles tratam teoricamente a questão do desenvolvimento desigual dos territórios e apontam as relações desse fenômeno com o modo de produção capitalista. No processo elucidativo eles se valem de argumentos de autores como David Harvey, Doreen Massey e Arrighi.

As desigualdades territoriais aparecem, entre outras questões, como um fator das mudanças nas relações espaço-temporais geradas a partir das inovações nos transportes e nas comunicações, que revolucionaram o consumo e a produção na escala global. A década de 1980 é apontada como marco intensificador do desenvolvimento desigual dos territórios em várias escalas e relaciona-se com diferentes espacializações das economias associadas às divisões espaciais do trabalho.

O artigo "**Guerra híbrida e desestabilização política na ordem geopolítica do liberalismo transnacional: operação lava-jato e o desmonte da PETROBRAS**" da professora Elisa Pinheiro de Freitas, faz uma revisão histórica sobre o desenvolvimento contraditório da indústria petrolífera no Brasil e elucida alguns interesses dos grandes conglomerados petrolíferos transnacionais. O artigo está pautado numa bibliografia extensa sobre o tema e fala do caminho percorrido pelo Brasil para alcançar relativa soberania na produção de petróleo e da camada do pré-sal. O objetivo da autora foi o de explicar a alteração do marco regulatório do pré-sal (Lei n.º 12.251, de 2010) e a ordem geopolítica do liberalismo transnacional atual.

O artigo foi dividido em três momentos. Inicialmente é evidenciado o petróleo enquanto trunfo de poder e o processo de acumulação capitalista no decurso da "ordem geopolítica interimperial" (1875-1945) e como serviu de suporte para a consecução das duas últimas grandes Guerras Mundiais. Na sequência é explanado como a busca por petróleo no Brasil foi um desafio desde o período imperial e como a criação da Petrobras (1953) significou um marco importante para o país, que

passou a ter uma empresa estatal capaz de contornar as manipulações das grandes corporações transnacionais de origem anglo-americana. Nas considerações finais, assinala para o retrocesso que a aprovação do Projeto de Lei n.º 131/2015 significa para o povo brasileiro.

O terceiro texto, "**Retorno no Âmbito da Mobilidade em Espaço Luso-Brasileiro Construção e Desconstrução de um Mito"**, é da professora portuguesa María Beatriz Rocha-Trindade. Ele é um deleite de leitura e um convite a entender a questão da migração entre Portugal- Brasil através da literatura. Ela usa os romances literários de José Maria Ferreira de Castro (1898-1974), escritor português e tem como referência central a obra *Emigrantes*, publicada em 1928. No artigo a autora usa a literatura para explicar o idílio criado no entorno da migração e ao mesmo tempo desvendar os pesares e sacrifícios do migrante. O caminho explicativo sobre o tema tem uma marcação temporal (os finais do século XIX e primeiros decênios do século XX) e espacial, apesar desta definição o escopo teórico pode ser comparado a outras realidades de migrantes no espaço e tempo.

Em **"Territorializaciones cooperativas del agronegocio. Dos casos en una región argentina marginada (1990-2015)"** de José Martín Bageneta, foi feito um estudo de caso de duas cooperativas agropecuárias da região marginalizada do Gran Chaco Argentino (GChA). O debate teórico versa sobre Território, cooperativa e agronegócio e norteiam o debate sobre os modelos socioeconômicos que as cooperativas podem seguir, o solidário ou o do agronegócio (também chamado de empresarial). No desenrolar do artigo o autor lembra como se dá os distintos processos de territorialização. Entre os questionamentos propostos no trabalho estavam: Esses modelos de cooperativas enfrentam uma lógica de modelo excludente? Qual modelo de cooperativa se adapta com maior ou menor êxito?

O capítulo dos professores Eduardo Paulon Girardi e Mateus de Almeida Prado Sampaio, intitulado "**As últimas fronteiras da expansão canavieira no estado de São Paulo**

(2003-2014)" analisa a última etapa de expansão da atividade sucroenergética ocorrida no estado de São Paulo entre os anos de 2003 e 2014. Por meio de ampla representação cartográfica, esclarecem aos leitores minúcias sobre o processo de ampliação territorial da canavicultura num ciclo que teve seu início em 2003 visando combater ou ao menos mitigar o aquecimento global, sofreu um grande impacto com a crise financeira internacional de 2008 e prolongou sua expansão, mesmo que em ritmo cada vez mais desacelerado, até 2014. Promovem uma análise conjuntural, que envolve toda a dinâmica internacional concernente ao tema na primeira década do século atual, para em seguida exporem de modo crítico e preciso a maneira como as cadeias produtivas de açúcar e álcool se inter-relacionam no Brasil, assim como as formas como se articulam o mercado doméstico de biocombustíveis e o externo da commodity açúcar. Finalizam sua análise no momento em que esta atividade entra em crise econômica e cessa seu processo expansivo.

O texto seguinte é de Ana Carolina Faccin e Fábio de Lima. Eles explicam, a partir das *commodities* do Mato Grosso do Sul, a especialização regional produtiva e o consequente aprofundamento da divisão regional do trabalho. Apesar do objeto de análise ser o setor avícola, eles trazem no artigo intitulado de "**Organização do espaço agrícola em Mato Grosso do Sul: especialização regional extrovertida baseado em *commodities* e reorganização avícola**" um panorama dos superciclos das *commodities* de soja, cana de açúcar e eucalipto, pincelando ainda a importância da mineração dentro da lógica produtiva da região. No foco do trabalho os autores mostram o processo de estruturação produtiva da agroindústria avícola no estado e o processo de reestruturação produtiva. O setor que iniciou o processo produtivo no fim dos anos 80 era baseado no sistema de integração com pequenas propriedades fundamentadas na unidade do trabalho familiar. O artigo trata sobre o processo de agregação de elementos de alta tecnologia no setor e como eles vêm reorganizando a lógica produtiva no sentido de excluir os pequenos produtores.

Na perspectiva nacional a questão do trabalho urbano é abordada pelo prisma do artigo "**Trabalho e empoderamento: mulheres catadoras de materiais recicláveis no estado de São Paulo, Brasil**" de Margarida Queirós, Cezar Leal e Fernanda Fuzzi. Nele os autores falam da importância das associações e cooperativas de materiais recicláveis no processo de reinserção no mercado de trabalho das mulheres que se encontravam em condição de vulnerabilidade, esclarecendo o papel dessas na transformação da vida das mulheres associadas/cooperadas. Para explicar esse processo foi feita uma explanação geral sobre a reciclagem de resíduos sólidos no Brasil e alguns dos marcos legais e o esclarecimento das dinâmicas de três coletivos da Região oeste do estado de São Paulo: Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Rocha (ACMRR), Associação de Recicladores de Presidente Prudente – Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Presidente Epitácio (ARPE-COOPERARPE) e Cooperativa de Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente (COOPERLIX).

Paul Clívilan Santos Firmino nos apresenta um artigo sobre o circuito inferior da economia, também na perspectiva do urbano, mas através das feiras livres que acontecem no agreste nordestino como um todo. No texto "**Circuito inferior da economia urbana e feira livre no interior do Nordeste brasileiro: o trabalho dos(as) feirantes em Arapiraca-Alagoas**" ele usa o recorte do município de Arapiraca (AL) e explica a articulação do circuito inferior com o superior da economia atrelados ao papel do trabalhado dos feirantes. Os debates teóricos sobre território, globalização, meio técnico-científico-informacional estão articulados nas entrevistas realizadas pelo autor.

Finalizando o livro Júlia Adão Bernardes e Taiana Ciscotto Martins Lourenço, em seu capítulo "**Estratégias territoriais da agricultura empresarial na fronteira agrícola moderna da BR-158 Mato-Grossense**", analisam o desenvolvimento de uma região agrária recentemente inserida na moderna perspectiva de produção agropecuária em coexistência

conflituosa com estruturas tradicionais anteriores, como as terras indígenas e camponesas. Ao abordarem uma das mais novas fronteiras do cerrado, tomam como área de estudo a BR-158 mato-grossense, que corta o interflúvio dos rios Araguaia e Xingu através das microrregiões geográficas Norte Araguaia, Canarana e Médio Araguaia, interligando os municípios de Barra do Garças, Canarana, Querência, Bom Jesus do Araguaia, São Félix do Araguaia, Porto Alegre do Norte e Confresa, entre outros, em direção ao Pará.

Apresentam a "modernização do arcaico e arcaização do moderno" na região ao identificarem como imensos latifúndios improdutivos, como a fazenda Suiá-Missu, foram recentemente desmembrados e deram origem a fazendas como a Bartira, que representa a expansão do meio técnico-científico-informacional através da agricultura de precisão. Inserção do capital financeiro, práticas de *land grabbing* e desmatamento articulam-se e promovem substancial aumento no preço das terras por meio da articulação técnica entre agricultura e pecuária.

Esperamos que com esses breves resumos você, caro leitor, tenha sentido vontade de ler cada um desses artigos e se sinta à vontade para debater os temas conosco.

Organizadores
Rosa Ester Rossini
Maria Rita Ivo de Melo Machado
Mateus de Almeida Prado Sampaio

SUMÁRIO

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL – PERSPETIVAS TEÓRICAS E ALGUNS RISCOS POLÍTICOS.....15

Paulo Miguel Madeira
Mário Vale

GUERRA HÍBRIDA E DESESTABILIZAÇÃO POLÍTICA NA ORDEM GEOPOLÍTICA DO LIBERALISMO TRANSNACIONAL: operação lava-jato e o desmonte da Petrobras.....41

Elisa Pinheiro de Freitas

RETORNO NO ÂMBITO DA MOBILIDADE EM ESPAÇO LUSO-BRASILEIRO – CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE UM MITO.....74

Maria Beatriz Rocha-Trindade

TERRITORIALIZACIONES COOPERATIVAS DEL AGRONEGOCIO. DOS CASOS EN UNA REGIÓN ARGENTINA MARGINADA (1990-2015).....104

José Martín Bageneta

ÚLTIMAS FRONTEIRAS DA EXPANSÃO CANAVIEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO (2003-2014).....139

Mateus de Almeida Prado Sampaio
Eduardo Paulon Girardi

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÍCOLA EM MATO GROSSO DO SUL: especialização regional extrovertida baseada em *commodities* e reorganização espacial avícola 182

Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin
Fábio de Lima

TRABALHO E EMPODERAMENTO: mulheres catadoras de materiais recicláveis no estado de São Paulo, Brasil 210

Margarida Queirós
Cezar Leal
Fernanda Fuzzi

CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA E FEIRA LIVRE NO INTERIOR DO NORDESTE BRASILEIRO: o trabalho dos(as) feirantes em Arapiraca-Alagoas 251

Paul Clívilan Santos Firmino

ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DA AGRICULTURA EMPRESARIAL NA FRONTEIRA AGRÍCOLA MODERNA DA BR-158 MATO-GROSSENSE 284

Júlia Adão Bernardes
Taiana Ciscotto Martins Lourenço

SOBRE OS AUTORES 313

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL – PERSPETIVAS TEÓRICAS E ALGUNS RISCOS POLÍTICOS

Paulo Miguel Madeira
Mário Vale

INTRODUÇÃO

A relação entre capitalismo e o desigual desenvolvimento dos territórios tem sido amplamente estudada na geografia e também na economia, coexistindo várias teorias e perspetivas sobre essa relação, por vezes complementares e por vezes contraditórias. A razão por que se afigura relevante voltar a esta questão no contexto da globalização neoliberal – mesmo que esta possa estar à beira do fim do seu ciclo – prende-se com as alterações profundas por ela induzidas na economia política à escala planetária, que aprofundaram e ampliaram processos com origens anteriores, mas que assumem agora novo relevo e induzem renovadas dinâmicas generalizadas de concentração nalguns territórios e de esvaziamento em outros, consoante as suas situações específicas.

"Globalização e o desenvolvimento desigual" é o título também de um texto de Giovanni Arrighi, com uma leitura da não convergência dos países do Terceiro Mundo (que atualmente são também frequentemente designados como "Sul Global") com os do Primeiro Mundo no período de 1960 ao ano 2000, ou seja, desde antes do início do atual ciclo de globalização até próximo do seu apogeu, que pode ser visto como marcado pela crise de 2008. Nesse texto, Arrighi (2007) distingue a globalização enquanto processo (que designa por "globalização estrutural") da globalização enquanto prescrição de políticas (que designa por "globalização ideológica"), que se fez sentir desde cerca de 1980 e que este autor vê como a razão porque, desde então, os países do Norte terão passado a beneficiar mais do que os do Sul com essa globalização, que já vinha de trás e que por volta desse ano

se modificou e intensificou dramaticamente.

Doze anos depois, esta análise, que usa dados até ao ano 2000, é problemática e já não dá conta das dinâmicas posteriores e dos efeitos que produziram, sobretudo desde a entrada da China na Organização Mundial do Comércio. Mas o foco deste texto não é uma atualização da discussão feita por Arrighi (2007), sendo antes uma sistematização e análise das razões porque os processos em vigor na globalização contemporânea – cujo marco inicial é a viragem ideológica do início da década de 1980 identificada por Arrighi (2007) – intensificaram o desenvolvimento desigual. Isto é conseguido a partir de uma revisão da literatura das principais teorias sobre os processos que atuam no sentido da convergência ou divergência do desenvolvimento dos territórios nas várias escalas, à luz da economia política global contemporânea.

No atual contexto, esses processos produziram desigualdades territoriais que começaram a pôr em causa o sistema sociopolítico do Ocidente, o qual, desde há cerca de 40 anos, tem sido o principal promotor dessa mesma globalização, através do sistema internacional de instituições, tratados e acordos que lhe subjazem. Estas consequências são o objeto da seção final do texto, com recurso a análises já realizadas para a França, Reino Unido e Estados Unidos, que ajudam a aperceber as razões por que os seus sistemas partidários entraram numa profunda reconfiguração, drástica ao ponto de gerar resultados como a votação a favor da saída do Reino Unido da União Europeia e a eleição nos EUA de um presidente que adotou uma política comercial contrária ao que tem sido o consenso das classes governantes da Europa e América do Norte.

PERSPETIVAS TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

O desigual desenvolvimento econômico e social dos territórios desde a origem do capitalismo é bem conhecido nas ciências sociais, sem que a sua génese e persistência levante muita controvérsia. A discussão central sobre desenvolvimento desigual, desde que começou a ser abordado pela academia, tem

sido sobre se ele será inerente à natureza do capitalismo ou essencialmente resultado de determinados países ou regiões terem iniciado antes do que outros a transição do mundo rural para o industrial e para os serviços, ou eventualmente de outras circunstâncias – estando neste último caso implícito que, apesar de diferenças iniciais ou conjunturais entre os vários territórios, o sistema induziria uma tendência para a convergência em torno de determinados equilíbrios.

Colocada de outro modo, esta dualidade teórica equivale a postular que os territórios estão condenados a terem diferentes graus de desenvolvimento (com diferenciais constantes ou variáveis), eventualmente com tendência para se alargarem; ou, na segunda hipótese, que inevitavelmente nalgum momento no futuro essas diferenças se atenuarão ao ponto de deixarem de constituir problema (para esta discussão com base na escala regional, veja-se, por exemplo, Dawkins (2003) ou Vale (2012)).

A partir destes polos teóricos, afirmaram-se duas correntes principais, se bem que as várias teorias que as têm suportado tenham numerosas matizações. De um lado, as que pressupõem uma tendência espontânea para a convergência, derivadas da escola neoclássica de economistas, atribuindo preponderância aos fatores endógenos que levam ao desenvolvimento dos territórios. Do outro, as de inspiração estruturalista, vendo a lógica de mercado como favorecendo um reforço das desigualdades e dando prioridade, na explicação, ao papel das relações interterritoriais (a este respeito, veja-se também Méndez, (1997)).

A origem do desenvolvimento geográfico desigual no modo de produção capitalista confunde-se com o início da industrialização, primeiro na Grã-Bretanha, depois noutros países europeus e nos Estados Unidos. Isto porque em economias de base agrária pré-industrial as diferenças de rendimento e desenvolvimento estão limitadas pelas diferentes produtividades permitidas pelas condições naturais e por técnicas de exploração da terra relativamente pouco diferenciadas. Na fase mercantil, as diferenças podem acentuar-se, mas não tão intensamente quanto a partir de quando a industrialização se impôs – pois aí o diferencial do potencial de produção e de rendimento por trabalhador alarga-

se substancialmente. E, como se sabe, a indústria avançou primeiro nuns locais e só depois noutros, com consequências em termos de desigualdades de desenvolvimento entre territórios que ainda hoje se fazem sentir a várias escalas.

Quem primeiro deu conta do mecanismo básico dos efeitos da industrialização sobre a desigualdade territorial foi o economista sueco Gunnar Myrdal, em 1957, ao introduzir a ideia de "causalidade cumulativa". Constatando que a atividade industrial produzia rendimentos crescentes em função da escala de produção, Myrdal deduziu que, por isso, o processo de crescimento tende a autoalimentar-se através de um processo de "causalidade cumulativa" nas primeiras regiões a industrializarem-se – as novas indústrias tendem a instalar-se onde já existe mercado e também mão-de-obra, mas o mercado será grande, e é mais provável que haja mão-de-obra recrutável, onde a produção industrial estiver concentrada. Logo, a instalação de alguma indústria tende a induzir a instalação de mais indústria, mesmo que as primeiras indústrias tenham escolhido essa localização por razões apenas casuais. Foi assim que se induziu o agrupamento da atividade económica nas primeiras regiões a industrializarem-se. Note-se que esta explicação é adequada sobretudo para os primórdios da industrialização ou para territórios que estejam a começar a industrializar-se, mas pode-se pensar num processo semelhante de autoalimentação noutras situações, como adiante se explica.

Vários autores apontaram para os limites deste mecanismo e para outras forças, também poderosas, no sentido da dispersão, como o próprio Myrdal e por exemplo Perroux, que em 1955 desenvolveu a teoria dos polos de crescimento, ou ainda Hirschman (1958). Mas estes três autores viam as forças dispersoras como subordinadas à lógica dos principais centros de desenvolvimento.

Kaldor (1970) desenvolveu e ampliou a teoria da causalidade cumulativa de Myrdal, introduzindo-lhe ideias inspiradas na teoria da base exportadora e ainda o conceito de salário de eficiência (*efficiency wage*), definido como o salário monetário dividido por uma medida da produtividade do trabalho. Na sua teoria, adotou também o conceito de causalidade

cumulativa e assumiu que os rendimentos crescentes de escala dão vantagem no comércio internacional às regiões pioneiras na industrialização, devido justamente à sua maior produtividade do trabalho em função de maiores economias de escala (DAWKINS, 2003, p. 139).

Assim, quando existe um aumento de procura para um dado bem industrial ao nível mundial, as regiões que já tinham maior produtividade podem tirar mais partido de um processo de causalidade cumulativa devido ao seu salário de eficiência ser menor. Os níveis salariais poderão até ser os mesmos em todas as regiões, mas os salários de eficiência tendem a ser menores nas regiões industrializadas (ou mais industrializadas) devido às maiores economias de escala. Assim, como as regiões com menores salários de eficiência podem produzir mais, o que por sua vez leva a maiores reduções dos salários de eficiência, o crescimento autoalimenta-se.

Mais recentemente, num artigo seminal da nova geografia económica, Paul Krugman veio enfatizar de novo a importância da causalidade cumulativa, com novas variáveis de contexto face à teoria inicial de Myrdal e à de Kaldor (1970). Com recurso a um modelo econométrico que o próprio Krugman (1991) reconhece ser sobressimplificado, mostra que, num ambiente de comércio livre, os baixos custos de transporte, bem como um maior peso das atividades industriais e maiores possibilidades de economias de escala, militam a favor da divergência regional. "Com custos de transporte mais baixos, uma maior quota da indústria, ou maiores economias de escala, a causalidade circular instala-se, e a indústria vai concentrar-se na região que avançar primeiro"[1] (KRUGMAN, p. 497), mesmo que esse avanço inicial tenha acontecido por razões casuais. Note-se que comércio livre e baixos custos de transportes são dois aspetos na base da atual globalização neoliberal.

A inovação, através da produção de novo conhecimento e

[1]No original: "With lower transportation costs, a higher manufacturing share, or stronger economies of scale, circular causation sets in, and manufacturing will concentrate in whichever region gets a head start."

sua aplicação – um processo central para o desenvolvimento nas economias contemporâneas (VALE, 2012) –, beneficia também de lógicas que se reforçam mutuamente. Isto porque a geração de novo conhecimento é localizada e a geração das suas externalidades positivas através da inovação é também localizada, beneficiando da proximidade recíproca, o que pode gerar uma dinâmica cumulativa e levar a que os seus benefícios não sejam capturados do mesmo modo por todas as regiões de um país.

Stiglitz explicou claramente, há já mais de 20 anos, este mecanismo circular cumulativo que também contribui para o desenvolvimento territorial desigual:

> Assuma que há dois grupos na população: inovadores e inventores. Os inventores geram novas ideias; os inovadores transformam-nas em negócios lucrativos. Os inovadores procuram novas ideias junto dos inventores. Quanto mais inventores houver, mais compensa ser inovador; e quanto mais inovadores houver, maiores serão os retornos da invenção[2] (STIGLITZ, 1989, p. 199, *apud* DAWKINS, 2003, p. 151).

Na geografia, dois autores se destacam pela atenção dedicada ao desenvolvimento desigual: Neil Smith, autor de *Uneven Development – Nature, Capital and the Production of Space*, publicado em 1984 e que teve em 2008 uma terceira edição, e David Harvey, que tem consagrado grande parte da sua obra a esta questão. Ambos têm uma perspetiva estruturalista, de inspiração marxista, vendo a produção de desenvolvimento desigual entre territórios como inerente à lógica do capitalismo. Harvey (2011, p. 231) diz mesmo que

> "o desenvolvimento geográfico desigual é

[2] No original: "Assume that there are two groups within the population: innovators and inventors. Inventors generate new ideas; innovators turn them into profitable businesses. Innovators search among inventors for new ideas. The more inventors there are, the more it pays to be an innovator; and the more innovators there are, the greater the returns to invention."

> fundamental" para a reprodução do capitalismo e que "é esquivo o controlo sobre a sua dinâmica, pois gera muitas aberturas localizadas que evidenciam as suas vulnerabilidades e nas quais se podem concentrar forças opositoras".

O desenvolvimento desigual entre territórios relaciona-se com diferenças nas especializações das economias regionais, que têm associadas "divisões espaciais do trabalho", expressão utilizada no livro seminal de Doreen Massey (1995) sobre esta questão, ou "divisões territoriais do trabalho", na expressão de Harvey (2011, p. 214). Este autor diz que, "na ausência de qualquer forma anterior de organização territorial", os capitalistas produzem "aglomerações de atividades em determinados locais", em que esses capitalistas, geralmente envolvidos em atividades mais complementares do que competitivas, tendem a organizar-se de modo colaborativo. Não é raro que alguns desses interesses acabem por se tornar muito poderosos, "associando os interesses locais em torno de um objetivo comum" (*id*., p. 213).

Geram-se assim "ativamente especializações regionais e divisões territoriais do trabalho" (*id*., p. 214). E exemplifica:

> Detroit significa (ou significava) automóveis, Silicon Valley significa eletrónica de computadores, Seattle e Bangalore desenvolvimento de *software*, Baviera engenharia automóvel, a «Terceira Itália» produtos de engenharia e moda, Taipei circuitos impressos e tecnologias domésticas, etc.

Ao longo destes processos, é frequente gerarem-se crises de sobre-acumulação de capital e/ou de debilidade de procura, que na ausência de rearranjos nas condições de produção e consumo implicariam desvalorizações para o capital e eventualmente outros fatores. Tipicamente, a forma de resolver estas crises passa por ajustamentos territoriais (*spatial fixes*)[3], que

[3] A expressão *spatial fix* foi consagrada por David Havey e a sua tradução para português não tem sido consensual. Um *fix* corresponde normalmente "um arranjo", mas neste contexto pode também significar "um ajustamento" (no

abrem novos territórios à acumulação capitalista ou às novas formas que ela vai assumindo ao longo da história (HARVEY, 1981; 1982). Estes ajustamentos ocorrem a todas as escalas e são um possível modo de olhar para os processos de convergência e divergência regional.

A ideia de que o capitalismo tem gerado desenvolvimento desigual aparece como incontroversa na literatura científica e é empiricamente verificável pelas diferenças de produção e bem-estar entre territórios a todas as escalas geográficas, que persistem há séculos. À escala global, pode-se pensar nas diferenças entre as sociedades europeias e as dos territórios por elas colonizados em vários outros continentes. Note-se que, no mesmo período histórico em que a industrialização na Europa e América do Norte gerava desenvolvimento desigual nos seus territórios, o colonialismo europeu atuava no mesmo sentido à escala planetária. Harvey (2011, p. 230) explica a base desse mecanismo:

> O desenvolvimento geográfico desigual, amplamente gerido a partir das metrópoles, definiu os fluxos de capital a fim de acumular a massa do capital mundial nas mãos dos que viviam nos países capitalistas avançados da época. A descolonização começou a mudar tudo isso.

Atualmente, podemos pensar nas diferenças entre os países da Europa Central e do Norte e os de África, ou entre os da Europa Central e os do Sul e Leste dessa mesma Europa. Obviamente, não é só Harvey quem vê a produção de desigualdade territorial como uma das principais caraterísticas inerentes à lógica capitalista. Por exemplo, Carleial (2012, p. 17) afirma que

---

Brasil usa-se “ajuste espacial”) ou “uma solução”. Adicionalmente, a tradução direta de *spatial* é “espacial”, mas o conceito a que se refere remete mais para “território” do que para “espaço”. Na geografia anglo-saxónica, a distinção entre espaço e território não tem uma tradição forte, ao contrário do que acontece na Europa continental e no Brasil.

> a tendência primordial do capitalismo é a concentração econômica e, do ponto de vista regional, o mesmo ocorre, configurando as aglomerações econômicas que aproveitam as externalidades positivas de localização e os ganhos de escala da produção.

Como foi já referido, o que tem sido objeto de intenso e continuado debate teórico é saber se, a longo prazo, haverá ou não tendência para uma convergência do desenvolvimento e bem-estar entre os territórios envolvidos neste sistema económico[4]. Historicamente, constatam-se períodos de convergência entre alguns territórios – por exemplo, entre os Estados Unidos e a Europa na transição do século XIX para o XX, ou entre alguns países da Europa do Sul e da Europa Central e do Norte no final do século XX –, mas não é seguro que isso seja devido a uma tendência mais ou menos espontânea inerente à lógica capitalista, e não devido a decisões políticas que justamente corrigem as forças de mercado que tendem a impor-se.

O desenvolvimento desigual é uma realidade presente, e que pelo menos nalguns casos se tem reforçado, independentemente de uma eventual tendência de fundo do sistema económico capitalista para uma convergência, mais ou menos absoluta ou condicional (esta última pressupondo taxas de crescimento do PIB estáveis). As teorias ditas estruturalistas, que veem o desenvolvimento económico regional como um processo de ajustamento estrutural tanto dentro como fora da região, com o crescimento económico a evoluir na dependência da trajetória através de vários estágios de maturidade económica (DAWKINS, 2003, p. 140), apresentam-se mais completas que as neoclássicas. E, ao sublinharem a importância da dependência das economias regionais face às suas trajetórias anteriores, em vez de enfatizarem a importância dos fatores, alinham tendencialmente

[4] O capitalismo é um sistema que tem apresentado uma forte diversidade, falando-se de "variedades do capitalismo". Esta questão não é normalmente abordada nas teorias e na literatura sobre desenvolvimento desigual, mas atualmente tende a assumir maior relevo.

com a tese da tendência para a divergência.

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL EM CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO

A economia neoliberal globalizada contemporânea, devido às suas características e ao seu caráter hegemónico, veio reforçar significativamente algumas das forças que atuam no sentido da divergência à escala regional. Isto decorre aliás de "uma observação elementar" (VALE, 2012, p.11), a de que

> o processo de globalização da economia tem-se caracterizado pela aglomeração espacial das atividades económicas, apesar de algumas teorias de hipermobilidade dos fatores de produção preconizarem a 'alienação' do espaço geográfico (*id*., *ibid*.).

O caráter incontroverso desta ideia é atestado pela sua ampla aceitação na bibliografia – veja-se, por exemplo, Veltz (1996); Scott; Storper (2003); Hudson (2007); Comissão Europeia (2009).

Nesta linha de raciocínio, Harvey (2000, p. 57) vê a generalização e imposição do termo "globalização" como sinalizando "uma profunda reorganização geográfica do capitalismo, tornando cada vez menos significativas muitas das pressuposições em relação às unidades geográficas 'naturais' em que se desenvolve a trajetória da história do capitalismo"[5]. E entende "o processo de globalização como um processo de produção de desenvolvimento desigual, temporal e geográfico"[6] (*id*., p. 60).

[5] No original: "[One of the things that the rise of the term 'globalization' to preeminence signals is] a profound geographical reorganization of capitalism, making many of the presumptions as regards the 'natural' geographical units within which capitalism's historical trajectory develops less and less meaningful [(if they ever where).]"

[6] No original: "[we can, I think, better understand] the process of globalization as a process of production of uneven temporal and geographical development."

Harvey diz mesmo que a atual vaga neoliberal tem tornado

> a violência da destruição criativa do desenvolvimento desigual (através, e.g., da reorganização geográfica da produção) tão amplamente sentida nos centros tradicionais do capitalismo como nos outros locais" (*id.*, p. 69-70)[7].

Mais tarde, referiu-se à "extrema volatilidade" das situações político-económicas "através e entre espaços da economia mundial (em todos os tipos de diferentes escalas)" (HARVEY, 2005, p 55)[8] – portanto, também ao nível regional.

A causalidade circular cumulativa é um mecanismo cuja validade este autor aceita, pois considera que as economias de aglomeração, incluindo as que se conseguem pela urbanização, "geram uma dinâmica locativa em que a nova produção tende a ser atraída pelas localizações de produção existentes"[9] (*id.*, p. 75). E vê a tendência para a concentração da atividade económica como sendo caraterística também da atual globalização neoliberal, ao dizer que "nos anos recentes tem sido dada muita atenção às dinâmicas 'auto-organizadoras' de concentração e centralização do capital no espaço"[10] (*id.*, *ibid.*). Para Harvey, "a causalidade circular e cumulativa assegura assim que as regiões ricas em capital tendem a ficar mais ricas, enquanto as regiões

---

[7] No original: "[The effect is to make] the violence and creative destruction of uneven geographical development (through, e.g., geographical reorganization of production) just as widely felt in the traditional heartlands of capitalism as elsewhere…"

[8] No original: "The extreme volatility in contemporary political economic fortunes across and between spaces of the wolrd economy (at all manner of different scales)…"

[9] No original: "Agglomeration economies (including those achieved through urbanization) generate a locational dynamic in which new production tends to be drawn to existing production locations."

[10] No original: "Much attention has been paid in recent years to the 'self-organizing' dynamics of concentration and centralization of capital in space."

pobres vão ficando mais pobres"[11] (*id.*, *ibid.*) – o que equivale a subscrever o processo formulado originalmente por Myrdal e a reconhecer a sua atualidade na era da hegemonia da globalização neoliberal.

Esta ideia de que o desenvolvimento territorial desigual – com base em processos cumulativos ou de outra natureza – é uma das caraterística quer do capitalismo em geral quer do neoliberalismo global contemporâneo é também defendida por Hudson (2007, p. 1156), ao alertar para que "o desenvolvimento desigual é uma componente integrante das economias capitalistas"[12], e que umas regiões vão ficar acima das médias nacionais, e outras abaixo. Assim, para este autor não há uma "idade de ouro neoliberal em direção à convergência regional, muito menos desenvolvimento equilibrado"[13] (*id.*, *ibid.*).

A tendência para a concentração das atividades produtivas na fase atual é explicada por Scott e Storper (2003) com a intensificação de fortes processos de aglomeração, possíveis devido a economias de escala crescentes. Recordam que, entre o final do século XIX e o início do século XX, a formação da economia atlântica se deu com base em fortes processos de aglomeração na Europa e na América, possíveis em função das crescentes economias de escala decorrentes de um mercado alargado, o que deu margem aos principais centros de produção para manterem as suas posições dominantes. E afirmam que a atual globalização aparenta ter subjacentes processos semelhantes.

O alargamento da dimensão dos mercados é precisamente uma das caraterísticas principais – se não a principal – da globalização atual, conseguido através da grande facilitação dos

---

[11] No original: "Circular and cumulative causation within the economy then assures that capital rich regions tend to grow richer while poor regions grow poorer."

[12] No original: "Uneven development is an integral component of capitalist economies…"

[13] No original: "[Consequently, there is no 'win-win'] neo-liberal golden age leading to regional convergence, let alone even development."

fluxos financeiros, de investimento e de comércio, derivada sobretudo de acordos internacionais, multilaterais ou bilaterais, ou ainda através da profusão de blocos comerciais continentais, como a UE, a NFTA, o Mercosul e a Asean, entre outros (MADEIRA, 2011). E tudo isto é potenciado pela muito maior facilidade de transporte e comunicação face às precedentes eras de preponderância do liberalismo de mercado.

Este alargamento dos mercados, sobretudo no âmbito do comércio de bens e serviços, potencia obviamente os processos já referidos de causalidade circular cumulativa. E se, tal como Myrdal argumentou logo na sua obra de 1957 dedicada a esta questão, o comércio livre entre regiões infranacionais leva ao reforço do processo de causalidade cumulativa, ao catalisar anda mais o crescimento das regiões desenvolvidas, em detrimento das regiões atrasadas (DAWKINS, 2003, p. 139), então a liberdade de comércio internacional, por maioria de razão, além de poder gerar ou aprofundar processos deste tipo entre países, permite alargar o âmbito e aumentar a intensidade com que eles funcionam entre regiões. Porque agora não são só as regiões mais desenvolvidas de um determinado país que podem beneficiar dos efeitos do esvaziamento resultantes dos fluxos de capital e trabalho que saem das suas regiões mais atrasadas, pois neste contexto eles podem facilmente dirigir-se também para as regiões mais desenvolvidas de outros países.

Myrdal (1957, *apud* DAWKINS, *ibid*.) aceitava que as regiões menos desenvolvidas podem se beneficiar do crescimento nas regiões desenvolvidas, através de efeitos de contágio resultantes da difusão de inovações e de mercados de exportação crescentes para os seus produtos. Mas dizia também que esses benefícios tendem a ser contrabalançados pela fuga de capital e mão-de-obra para regiões mais desenvolvidas. Um argumento análogo pode ser utilizado para as dinâmicas atuais. Pelo menos no caso específico de Portugal e também à escala da UE.

Na UE, a tendência para uma forte divergência Norte-Sul foi clara durante alguns anos, sobretudo desde 2010, quando se começou a fazer sentir plenamente a crise da dívida soberana europeia e do euro, na sequência da crise financeira iniciada em 2008 e da Grande Recessão de 2009. Mas a divergência na

Europa já vinha de trás, em resultado precisamente da globalização. Desde os finais dos anos 1980, e com mais intensidade a partir do início da década de 1990, pareceu surgir uma forte tendência de divergência, dentro de cada país, entre as regiões da Europa Ocidental, segundo o Relatório Barca (COMISSÃO EUROPEIA, 2009, p. 4). E porquê?

> A integração económica e a globalização estão a libertar forças que parecem estar a beneficiar as regiões centrais de cada país, frequentemente em detrimento da periferia. Isto está a acontecer virtualmente por todo o mundo[14] (*id*., *ibid*.).

Se nesta fase não havia ainda divergência entre países europeus, ela acabou por acontecer alguns anos depois.

É também útil ter presente que a globalização não veio acentuar apenas a causalidade cumulativa devido aos processos de concentração associados às vantagens de escala da produção e da dimensão dos mercados. Ela veio permitir também que o processo acima descrito por Stiglitz sobre as vantagens da proximidade e aglomeração de inventores e inovadores se aprofundasse, não só devido aos mercados potencialmente maiores que podem explorar, mas também porque as dinâmicas de inovação têm apresentado uma importância crescente para as economias desenvolvidas – quer devido ao contexto de mercados planetários, quer porque muitas destas economias se têm desindustrializado, pelo menos no Ocidente.

Como Vale (2012, p. 18) explica,

> a inovação está na base da mudança na economia capitalista e é decisiva para a obtenção de ganhos de produtividade e de valor de produção", sendo "determinante para o crescimento económico e desenvolvimento das regiões e cidades nas economias avançadas.

[14] No original: "Economic integration and globalization [sic] are unleashing forces that seem to be benefiting core regions within every country, often to the detriment of the periphery. This is happening virtually all over the world…"

Ela é muito concentrada geograficamente, havendo linhas de estudo que se dedicam a explicar a importância da proximidade espacial nas dinâmicas de inovação. Tem no entanto sido também posto em causa que a proximidade seja uma condição necessária para que se gerem dinâmicas inovadoras nas regiões, assumindo-se que a constituição de redes transregionais também pode contribuir para a inovação (*id*., *ibid*.).

Mesmo assumindo que as redes podem ter um papel importante, deve-se ter presente a particularidade de o contexto territorial em que a inovação gera mais retorno ser o das regiões que têm mais condições para inovar expandindo as fronteiras do saber, pois é este tipo de conhecimento que se aplica no topo das cadeias tecnológicas e gera maiores receitas – e este perfil corresponde geralmente também às regiões que à partida já estão entre as mais desenvolvidas. Por outro lado, em espaços de escala continental, como o europeu ou o brasileiro, é praticamente impossível que a generalidade das regiões tenham economias com uma forte componente de inovação endógena que expanda continuadamente as fronteiras do conhecimento e da sua aplicabilidade. E por isso haverá aqui inevitavelmente um processo alimentador das forças de divergência.

Note-se também que as dinâmicas de inovação se beneficiam da diversidade característica dos centros urbanos, os quais têm assumido importância crescente, pois a globalização

> tem sido identificada por vários autores como um processo que favorece o crescimento das cidades, em grande medida devido às necessidades de concentração, em nós do sistema urbano, de funções de controlo da economia global (VALE, 2007, p. 467).

Assim, forças de desenvolvimento desigual atuam não só entre regiões, mas também no interior das regiões, que tendencialmente verão reforçadas as suas principais áreas urbanas. Simultaneamente, as regiões com centros urbanos mais fortes tenderão a ter vantagem em termos de geração de processos

cumulativos e de contenção de fugas de capital e trabalho para outras regiões.

A drástica melhoria das comunicações e transportes e a forte queda do seu custo joga obviamente a favor da intensificação dos processos acima descritos, através dos quais a globalização amplia o desenvolvimento desigual. Mas onde esse efeito é mais forte é no papel que comunicações instantâneas (e com custos de utilização por vezes próximos de zero) têm na facilitação de fluxos financeiros e de capitais, também eles fortemente liberalizados nas últimas décadas. Isto permite uma rápida transferência de ativos financeiros, muitas vezes de caráter especulativo, que é gerida sobretudo a partir das grandes metrópoles globais.

Ora esta é uma via, mais fácil do que nunca, para processos de investimento e desinvestimento (que obedecem sobretudo à lógica dos grandes centros) potenciarem desenvolvimento desigual, quer através da especulação quer por relocalizações de atividades em função de interesses que têm muito pouco a ver com os das populações das áreas afetadas, e por vezes nem com os das classes dirigentes locais. Harvey (2011, p. 109) considera que:

> ...as mudanças espetaculares nas relações espácio-temporais, na sequência de inovações nos transportes e nas comunicações, podem revolucionar a paisagem global da produção e do consumo (…) e provocar «crises de comutação» (*switching crisis*), em que os fluxos de investimento mudam bruscamente de um «ponto quente» para outro, no interior de um sistema volátil de desenvolvimento geográfico desigual.

A facilidade de movimentação de capital para investimento, sobretudo ao nível internacional, tem também um papel no sentido da desconcentração do investimento e da atividade (onde se incluem os processos de desinvestimento e relocalização em busca de custos de produção mais baixos), atuando assim como uma força no sentido da convergência

interterritorial. No entanto, aparentemente os resultados destes fluxos têm surgido sobretudo à escala intercontinental, sendo evidentes na prosperidade no Leste da Ásia, mas não só.

O encarecimento da mão-de-obra, do imobiliário e dos custos em geral nas regiões metropolitanas tem também desempenhado um papel na dispersão de atividades para localizações mais periféricas, na linha do argumento avançado por Myrdal de que as regiões menos desenvolvidas também podem se beneficiar do desenvolvimento das regiões mais desenvolvidas. No entanto, quer a bibliografia quer os dados conhecidos indicam que os processos de esvaziamento (pelo menos relativo) de muitas regiões se têm sobreposto aos benefícios que alastram das regiões mais dinâmicas. Isto está a acontecer quer na União Europeia (COMISSÃO EUROPEIA, 2009, p. 4), quer dentro de países que têm se beneficiado com a dispersão económica à escala internacional, como é o caso da Índia (CHERODIAN; THIRLWALL, 2013) e da China (CHEN, 2010).

Na Figura 1 estão organizadas esquematicamente as principais relações entre a globalização e o desenvolvimento territorial desigual, resumindo as ideias discutidas nestas páginas. A globalização neoliberal contemporânea tem três dimensões com impactos importantes no desenvolvimento geográfico desigual a todas as escalas, devido a terem impacto decisivo nas tendências de concentração e dispersão territorial da atividade económica e do desenvolvimento.

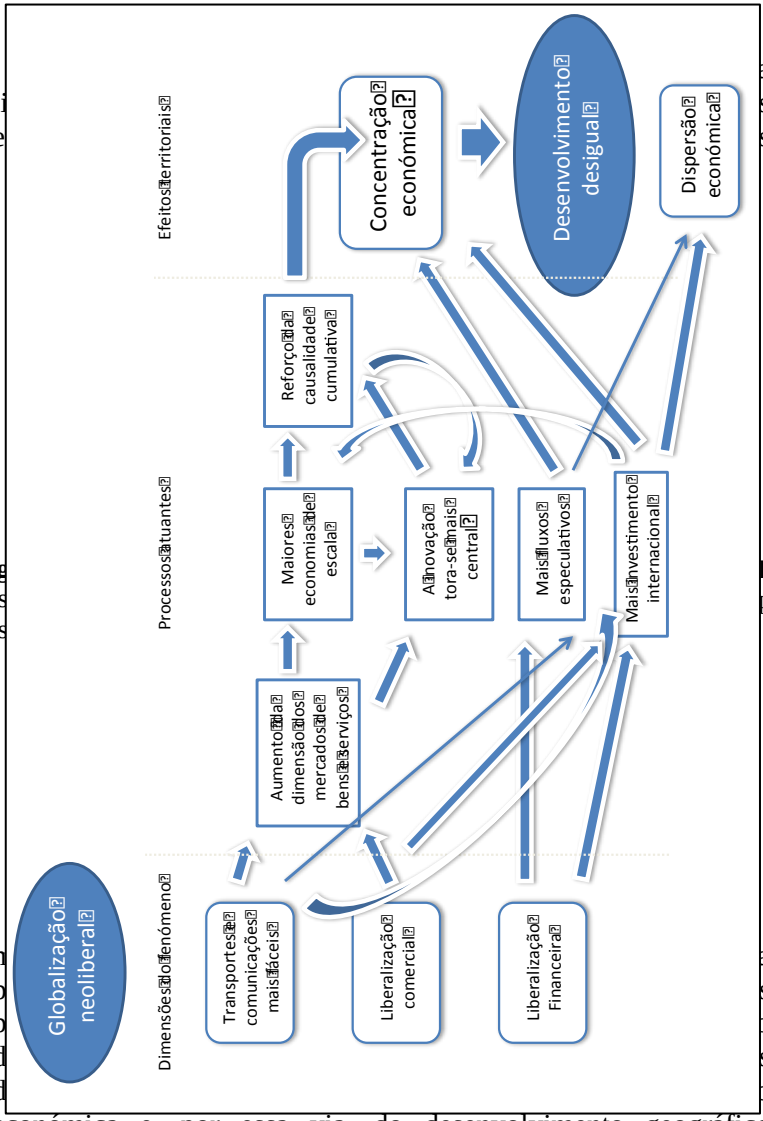


Fig **Fonte:** elab
des própria, 2020.
des

económica e, por essa via, do desenvolvimento geográfico desigual à escala regional, devido ao reforço da relevância dos

centros urbanos; e também à escala nacional, devido ao reforço das regiões mais dinâmicas.

Por seu lado, a liberalização financeira à escala internacional permite uma intensificação dos fluxos especulativos, com impactos potencialmente de concentração e de dispersão a diversas escalas. Mas a lógica dos seus grandes agentes e da globalização em que se inserem tende a induzir mais os efeitos de concentração e, por essa via, de desenvolvimento geográfico desigual.

A facilitação dos transportes e comunicações, a liberalização do comércio internacional e a liberalização financeira concorrem simultaneamente para o aumento do investimento produtivo internacional, o qual tem efeitos quer de concentração quer de dispersão da atividade económica nos territórios. Nas escalas regional e nacional, seguindo a lógica já enunciada, os efeitos tendem a ser sobretudo de concentração; mas na escala intercontinental tem havido uma desconcentração relevante, sobretudo em direção ao Leste da Ásia.

Apesar de haver forças contraditórias de concentração e de dispersão, as primeiras têm sido claramente preponderantes, sobretudo nas escalas regional e nacional, conforme se percebe pelas relações em jogo nos principais processos da globalização contemporânea e se constata pela bibliografia que analisou empiricamente a questão. Note-se também que a dispersão que se regista na escala intercontinental é em geral acompanhada de concentração nos países que dela se beneficiam, como se constatou ter acontecido nos casos da China e da Índia. Este contexto global e as suas consequências territoriais levanta também a questão da (in)justiça territorial, que tem sido crescentemente discutida desde o início do século (MADEIRA; VALE, 2015).

REFORÇO DAS DESIGUALDADES TERRITORIAIS E REVOLTAS ELEITORAIS NA EUROPA E EUA

O aumento das desigualdades tem sido uma tendência persistente desde a viragem ideológica referida por Arrighi (2007), sendo estas desigualdades por norma encaradas e medidas

enquanto desigualdades sociais, no sentido de desigualdades entre indivíduos, sobretudo desigualdades de rendimento, mas por vezes também de património ou de bem-estar socioeconómico em geral. A dimensão territorial associada às desigualdades, cuja intensificação está também ligada às caraterísticas da globalização neoliberal, foi durante um período prolongado um aspeto pouco presente no debate público e na literatura académica. Mas nos anos mais recentes isso começou a mudar, pelo menos na Europa ocidental e EUA.

Essa mudança tem acontecido em consequência de, nas últimas décadas, os processos de destruição criativa a que Harvey se refere, terem atingido os antigos centros do sistema com particular violência – o que não acontecia durante o fordismo *keynesiano*. Essa destruição manifestou-se principalmente através da deslocalização de muitas atividades produtivas, sobretudo industriais, para países com custos de produção mais baixos, nomeadamente de mão-de-obra.

No caso de Portugal, pode-se pensar nos numerosos desinvestimentos em indústria intensiva em mão-de-obra pouco qualificada, que foi transferida para países asiáticos ou do Leste da Europa com mão-de-obra mais barata do que a portuguesa. A região Norte de Portugal é aliás um caso exemplar destas tendências, que fizeram com que tenha sido uma clara perdedora no processo de globalização (MADEIRA, 2014; COMISSÃO EUROPEIA, 2007, p. 37-39). O fato de a indústria e outras atividades "perdedoras" no Ocidente devido à globalização estarem mais concentradas nalgumas regiões do que noutras levou a que os efeitos das deslocalizações fossem também concentrados, afetando particularmente territórios específicos, geralmente periféricos face à generalidade das grandes metrópoles, onde se têm concentrado os ganhos da globalização para estes países.

No caso da França, o esvaziamento das periferias e o reforço das metrópoles foi estudado por Guilluy (2014), que no livro *La France périphérique* explica como isso aconteceu e os traumas socioculturais que provocou em grande parte da população, e como isso alimentou fortemente a base eleitoral da *Front National*, recentemente rebatizada *Rassemblement*

National, a qual tem uma agenda política em vários aspetos oposta ao neoliberalismo globalista até agora hegemónico.

No Reino Unido, o problema tem contornos diferentes, mas a sua essência é semelhante. Subsiste uma forte polarização entre Londres e o seu *hinterland*, todo o Sul de Inglaterra e também as áreas mais dinâmicas da Escócia, que são os territórios ganhadores neste processo, e o Centro e Norte de Inglaterra, Gales e a Irlanda do Norte, os perdedores (MCCANN, 2016). Estas diferenças regionais tiveram uma forte sobreposição com o voto pela saída do país da União Europeia, no referendo de 2016, o que deu origem a um debate sobre em que medida a geografia desse voto refletia a geografia dos vencedores e perdedores regionais. Nessa medida, gerou-se a convicção generalizada de que o resultado do referendo no sentido de o Reino Unido sair da UE traduz uma revolta de grande parte do eleitorado dessas regiões contra a situação de empobrecimento prolongado e fragilidade social em que se encontra.

Nos Estados Unidos da América, a eleição de Donald Trump para Presidente, em 2016, é também o resultado de profundas divisões de desenvolvimento e prosperidade regionais, entre os estados federados do interior, mais prejudicados pela intensa desindustrialização associada à globalização, sobretudo deste a entrada da China da Organização Mundial do Comércio. Donald Trump foi eleito com base num programa eleitoral também contrário a muitos dos aspetos que têm regido a globalização das últimas décadas.

Estes três exemplos, de países centrais, mostram como a formação de bolsas de pobreza maciça (pelo menos para os padrões de países com elevado desenvolvimento económico e social) associadas a desigualdades territoriais persistentes, e frequentemente crescentes, pode gerar situações que, além da injustiça que contêm também do ponto de vista territorial, se tornam comprometedoras da continuação da lógica de relações económicas internacionais subjacentes à globalização das últimas décadas.

Além deste aspeto mais geral, note-se também que a perda de competitividade internacional generalizada e prolongada dos territórios perdedores da globalização em países centrais –

que Rodríguez-Pose (2018) designa como "os lugares que não importam" – pode levar a que as metrópoles ganhadoras desses mesmos países sejam depois arrastadas também para perdas de competitividade. É o caso de Londres com o *Brexit*, que poderá acarretar limitações a algumas das atividades financeiras em que esta cidade é especializada; ou de Paris, com os protestos maciços e falta de poder de compra de grande parte da população francesa a poder afastar alguns potenciais investidores e visitantes.

Os processos gerais através dos quais a globalização contemporânea se concretizou, acima expostos, têm o mérito de mostrar teoricamente por que razão ela intensificou os processos de concentração de produção e bem-estar e a divergência de muitos territórios, permitindo perceber as razões profundas que levaram ao mal-estar em vastos territórios de países até há pouco eram exemplos de estabilidade política.

Por outro lado, os exemplos da França, Reino Unido e Estados Unidos mostram que o triunfo absoluto do globalismo neoliberal na Europa e América do Norte, com a consequente a concentração de riqueza, deixando para trás parcelas importantes das suas populações e territórios, geraram reações político-eleitorais que colocam em risco inclusive a lógica sistémica da globalização. Note-se que estas reações não são exclusivas destes países, havendo vários outros exemplos na Europa, se bem que com contornos e causas diretas por vezes diferentes. Adicionalmente, em vários países da Ásia têm também surgido sinais no sentido de que a sua inserção nesta globalização pode estar em vias de mudar.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. Globalização e desenvolvimento desigual. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 1, n. 1, 30 dez. 2007. Disponível em: https://bit.ly/3a9R05a. Acesso em: 10 ago. 2020.

CARLEIAL, L.; CRUZ, B. **A Hora e a Vez do Desenvolvimento Regional Brasileiro**: uma proposta de longo prazo. [Texto para Discussão 1729]. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. Disponível em: https://bit.ly/2DGB6mR. Acesso em: 10 ago. 2020.

CHEN, A. Reducing China's Regional Disparities: is there a growth cost?. **China Economic Review**, v. 21, n. 1, p. 2-13, mar. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.chieco.2009.11.005. Acesso em: 10 ago. 2020.

CHERODIAN, R; THIRLWALL, A. P. **Regional Disparities in Per Capita Income in India: Convergence or Divergence?**. Canterbury: University of Kent School of Economics Discussion Papers, 2013. Disponível em: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/105585/1/1313.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

COMISSÃO EUROPEIA. **An Agenda for a Reformed Cohesion Policy.** [Relatório independente elaborado por Fabrizio Barca]. Bruxelas: Comissão Europeia, 2009. Disponível em: https://bit.ly/31ED3bn. Acesso em: 10 ago. 2020.

COMISSÃO EUROPEIA. **Regiões em Crescimento, Europa em Crescimento** - quarto relatório sobre coesão económica e social. Luxemburgo: Serviço das Comunicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2007. Disponível em: https://bit.ly/2XHxEiP. Acesso em: 10 ago. 2020.

DAWKINS, C. J. Regional Development Theory: conceptual foundations, classic works, and recent developments. **Journal of Planning Literature**, v. 18, n. 2, p. 131-172, nov. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0885412203254706. Acesso em: 10 ago. 2020.

GUILLUY, C. **La France périphérique** – comment on à sacrifié les classe populaires. Paris: Flammarion, 2014.

HARVEY, D. The Spatial Fix – Hegel, Von Thunen, and Marx. **Antipode,** v. 13, n. 3, p. 1-12, dez. 1981.

_____. **Spaces of Hope**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2000.

_____. **O Enigma do Capital -** e as crises do capitalismo. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2011.

_____. **A Brief History of Neoliberalism.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. **The Limits to Capital.** Oxford: Oxford Basil Blackwell Publisher Limited, 1982.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy for economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HUDSON, R. Regions and Regional Development Forever? Some Reflective Comments upon Theory and Practice. **Regional Studies**, v. 41, n. 9, p. 1149-1160, dez. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00343400701291617. Acesso em: 10 ago. 2020.

KALDOR, N. The Case for Regional Policies. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 60, n. 5, p. 481-491, nov. 2013. [Reimpressão do Scottish Journal of Political Economy, n. 17, p. 337–348, 1970.]. Disponível em: https://doi.org/10.1111/sjpe.12020. Acesso em: 10 ago. 2020.

KRUGMAN, P. Increasing Returns and Economic Geography. **Journal of Political Economy**, v. 99, n. 3, p.483-499, 1991.

MCCANN, P. **The UK Regional-National Economic Problem**. 1. ed. London: Routledge, 2016.

MADEIRA, P. M. Dinâmicas Regionais Ganhadoras e Perdedoras na União Europeia durante a Globalização

Económica. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, Lisboa, n. 37, p. 43-56, set.-dez. 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514351883004. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Consequências Geopolíticas da Globalização – a caminho de uma nova geografia política? In: VIII CONGRESSO DA GEOGRAFIA Portuguesa - Repensar a Geografia para Novos Desafios, 2011, Lisboa. **Anais** [...]. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos, 2011. 1 CD-ROM.

MADEIRA, P. M.; VALE, M. Desigualdade e Espaço no Capitalismo Contemporâneo: uma questão de (in)justiça territorial? **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 196-211, ago. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2015.102771. Acesso em: 10 ago. 2020.

MASSEY, D. **Spatial Divisions of Labor**: social structures and the geography of production. 2. ed. Reino Unido: MacMillan Education, 1995.

MÉNDEZ, R. **Geografía Económica:** la lógica espacial del capitalismo global. Barcelona: Ariel Geografía, 1997.

MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Regions**. 1. ed. Londres: Duckworth, 1957.

PERROUX, F. Note Sur la Notion de Pôle de Croissance. **Économie appliquée**, Paris, n. 8, p. 307-320, 1955.

RODRÍGUEZ-POSE, A. The Revenge of the Places That don't Matter (and what to do about it). **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 11, n 1, p. 189-209, mar. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1093/cjres/rsx024. Acesso em: 10 ago. 2020.

SCOTT, A. J., STORPER, M. Regions, Globalization, Development. **Regional Studies**, v. 37, n. 6 - 7, p. 579-593, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1080/0034340032000108697a. Acesso: 10 ago. 2020.

SMITH, N. **Uneven Development** – nature, capital and the production of space. 3. ed. Londres: The University of Georgia Press, 2008.

VALE, M. **Conhecimento, Inovação e Território**. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

VELTZ, P. **Mondialisation, Villes et Territoires** – l'economie d'archipel. Paris: Quadrige/ PUF, 1996.

GUERRA HÍBRIDA E DESESTABILIZAÇÃO POLÍTICA NA ORDEM GEOPOLÍTICA DO LIBERALISMO TRANSNACIONAL: operação lava-jato e o desmonte da Petrobras

Elisa Pinheiro de Freitas

INTRODUÇÃO

Os eventos ocorridos no Brasil, cujos desdobramentos decorreram da operação Lava-Jato, deflagrada em 17 de março de 2014, pelo Departamento da Polícia Federal (DPF) em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF), colocaram em destaque a maior empresa estatal do Brasil – a Petrobras – afirmou Souza (2014). A revelação de que a petrolífera esteve atrelada à corrupção em proporções e magnitudes diversas, certamente, concorreu para que a imagem da companhia, tanto em âmbito nacional quanto internacional, ficasse comprometida, levando-a a perdas e desvalorizações significativas no mercado de ações, afirma Barros (2015).

Não obstante, outra questão a ser notada é que, quase simultaneamente à operação Lava-Jato, tramitava no Senado Federal o Projeto de Lei n.º 131/2015 (BRASIL, 2015), de autoria do Senador José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cujo objetivo era alterar a Lei n.º 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010). Este instrumento normativo passou a regulamentar o modelo de partilha para a exploração e produção de petróleo, gás natural e qualquer outro tipo de hidrocarboneto nas áreas do pré-sal e estratégicas. Além disso, assegurou à Petrobras a prerrogativa de participação mínima de 30% em todos os empreendimentos relacionados à camada do pré-sal. E ainda criou o Fundo Social e alterou dispositivos da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997 (BRASIL, 1997).

Com a aprovação do Projeto de Lei n.º 131/2015 (BRASIL, 2015), por 40 votos favoráveis e 26 contrários, na

Câmara do Senado, em 24 de fevereiro de 2016, a participação de outras companhias petrolíferas transnacionais na exploração do pré-sal passou a ser permitida, uma vez que a Petrobras não fica mais obrigada a ter que concorrer a todas as licitações. Um dos argumentos defendidos para mudar a Lei n.º 12.351, de 2010 (BRASIL, 2010), foi o de que a Petrobras não teria condições de explorar o pré-sal em curto prazo em virtude de seu endividamento e das ocorrências de corrupção detectadas.

Feitas essas ponderações preliminares, argumenta-se que o propósito deste artigo não é o de explorar as minúcias sobre a corrupção apontadas pela operação Lava-Jato, mas o de possibilitar uma revisão histórica de como a indústria do petróleo desenvolveu-se de modo contraditório e esteve atrelada aos interesses dos grandes conglomerados petrolíferos transnacionais. Também é preciso mostrar o processo que o Brasil percorreu para alcançar relativa soberania sobre o "ouro negro". Busca-se compreender a alteração do marco regulatório do pré-sal (Lei n.º 12.351, de 2010, BRASIL, 2010) no contexto da atual "ordem geopolítica do liberalismo transnacional". Cada ordem geopolítica pode ser compreendida como um contexto histórico-geográfico no qual um conjunto de atividades, estratégias, instituições e regras dirigem a economia política internacional. A qualificação "geopolítica", diz Freitas (2014), chama a atenção para os elementos geográficos da ordem mundial.

Para Hobsbawm (2007), a "ordem geopolítica do liberalismo transnacional" emergiu após o colapso da União Soviética (1992) e possibilitou a ascensão dos Estados Unidos da América (EUA) como superpotência mundial. Sob a hegemonia norte-americana, a ordem do liberalismo transnacional caracteriza-se pela liberalização do comércio e do mercado de capitais entre as nações; pela espionagem, promovida pelas agências secretas do governo norte-americano a outras nações e governos, pela guerra híbrida, pela crise ambiental e econômica e pela atuação das redes terroristas nas áreas de permanente instabilidade política, como é o caso do Médio Oriente, de acordo com Bandeira (2013).

Nesta conjuntura, nota-se igualmente maior influência, na arena internacional, não apenas dos Estados territoriais, mas de

atores não estatais, como as empresas transnacionais, que, segundo Santos (2004), acumulam tanto poder financeiro quanto patrimonial e são capazes de imiscuir-se nas políticas domésticas de cada nação e extrair amplas vantagens nos territórios onde se hospedam.

Sob essa perspectiva, levantam-se as seguintes questões: por que alteraram o marco regulatório do pré-sal que estabelecia a Petrobras como única operadora nos processos de exploração e produção de petróleo no país? Por quais motivos a operação Lava-Jato não correu em segredo de justiça, tendo em vista que a exposição dos fatos de corrupção em operações da estatal brasileira atinge diretamente a credibilidade da empresa no mercado financeiro e, consequentemente, dificulta a captação de recursos? Por que não apuraram os casos de corrupção sem comprometer a imagem da estatal?

Não se responde a essas questões sem antes compreender a importância estratégica e geopolítica do petróleo desde a descoberta de suas propriedades como recurso energético de poder. Desse modo, este artigo está baseado em extensa bibliografia sobre a questão petrolífera mundial, na consulta à legislação específica e decretos sobre o assunto. Tal sistematização foi possível graças à pesquisa pós-doutoral da autora, realizada entre 2013 a 2015.

Este artigo se divide em três seções. Na primeira, discorre-se sobre como o petróleo, enquanto trunfo de poder, fora crucial para o processo de acumulação capitalista no decurso da "ordem geopolítica interimperial" (1875-1945) e como serviu de suporte para a consecução das duas últimas grandes Guerras Mundiais. Na segunda parte, mostra-se como a busca por petróleo no Brasil fora um desafio desde o período imperial e como a criação da Petrobras (1953) significou um marco importante para o país, que passou a ter uma empresa estatal capaz de contornar as manipulações das grandes corporações transnacionais de origem anglo-americana. E na última parte, nas considerações finais, busca-se alertar para o retrocesso que a aprovação do Projeto de Lei n.º 131/2015 (BRASIL, 2015) significa para o povo brasileiro.

A INDÚSTRIA PETROLÍFERA SOB A "ORDEM GEOPOLÍTICA INTERIMPERIALISTA"

O controle exercido pelas principais potências do mundo capitalista (Alemanha, França, Inglaterra e Holanda) sobre as vastas áreas da Ásia e da África constituiu-se no motor que impulsionara a rivalidade interimperial (1875 a 1945). Os territórios colonizados tanto asseguraram o fácil acesso às matérias-primas quanto favoreceram a manutenção dos preços baixos dos recursos naturais. Essas condições permitiram o abastecimento contínuo de recursos para os setores industriais das potências beligerantes, de acordo com Fonseca (1957); George (1979); Arrighi (1996) e Harvey (2005).

Diante dessa conjuntura marcadamente imperialista, o petróleo consolidou-se como principal recurso energético e tornou-se a mola propulsora para o ciclo de acumulação capitalista sob a égide dos EUA, afirmam Fonseca (1957) Coutinho; Silveira (1957); Odell (1966); Cotta (1975); Yergin (1992); Raffestin (1993); Klare (2001); Parra (2004); Heinberg (2006); Sébille-Lopes (2006); Fuser (2008), Le Billon e El Khatib (2010) e Pimentel (2011).

Ao longo do século XIX, a demanda por óleos lubrificantes crescia à medida que se expandia o uso de máquinas. Para atender aquela finalidade, era comum o uso de óleo de baleia, óleo de origem vegetal e sebo de animal. O óleo de baleia, no entanto, tornou-se custoso, enquanto os óleos de origem vegetal e o sebo de animal nem sempre proporcionavam uma lubrificação adequada, segundo Yergin (1992); Heinberg (2006) e Pimentel (2011).

De acordo ainda com Yergin (1992), o petróleo é conhecido minimamente desde o século IV pelos romanos, que o utilizaram para queimar as embarcações dos inimigos. Também fora empregado para vedação, lubrificação e até mesmo para fins medicinais. Em meados do século XIX, passou a ser industrializado para atender as demandas de iluminação. Porém, foi com o advento do motor de combustão interna que o petróleo

passou a figurar como recurso estratégico, conforme Pires do Rio (1944); Fonseca (1957); Coutinho; Silveira (1957); Holanda (2004) e Heinberg (2006).

Em 1859, as potencialidades do petróleo e de seus derivados passaram a ser exploradas em escala comercial pelos norte-americanos. A técnica de perfuração se espalhou rapidamente e a oferta de petróleo superou a demanda, derrubando os preços. Em segundo lugar, porque os empreendedores não sabiam armazenar adequadamente o óleo que, por ser altamente inflamável, ocasionou grandes explosões, destruindo o interior dos locais de estocagem, segundo Cotta (1975); George (1979); Vasconcellos; Vidal (1998); Lucchesi (1998) e Yergin (1992).

A *Standard Oil*, primeira refinaria inaugurada em Cleveland, por John Davison Rockefeller em 1862, adquiriu as empresas menores e constituiu-se numa grande Corporação. O governo norte-americano formulou, então, um conjunto de medidas com o objetivo de ampliar a concorrência no setor petrolífero e romper com o caráter altamente monopolista da *Standard Oil*, afirmam Fonseca (1957); Coutinho; Silveira (1957); Cotta (1975) e George (1979).

A companhia petrolífera de Rockefeller atuava no mercado europeu e, em 1865, chegou a deter o monopólio mundial do petróleo, transformando-se numa das primeiras e maiores corporações de caráter transnacional. Em virtude do mercado externo, a indústria do petróleo, impulsionada pelos norte-americanos, havia crescido vertiginosamente. Por volta de 1870-80, “a produção de querosene era responsável por mais da metade de toda a exportação americana” (YERGIN, 1992, p. 43).

Acreditava-se que não surgiriam competidores capazes de rivalizar com a *Standard Oil*, porque até aquele momento, não havia sido encontrado petróleo, em grandes quantidades, fora do território norte-americano. Esta previsão, contudo, viria a ser alterada quando os irmãos Nobel iniciaram a exploração das jazidas de petróleo em Baku, hoje Azerbaijão, ducado independente, anexado ao Império Russo no início do século XIX, segundo Fonseca (1957) e Heinberg (2006).

A produção de derivados de petróleo proveniente dos poços caucasianos rapidamente ultrapassou a da *Standard Oil*. Por esta razão, os irmãos Nobel começaram a exportar querosene e outros subprodutos para além das fronteiras do Império Russo. Este novo empreendimento exigiu a construção da estrada de ferro que ligava Baku ao porto de Batum, no Mar Negro. A família francesa Rothschild financiou aquela obra, segundo disseram Cotta (1975); Yergin (1992); Heinberg (2006) e Pimentel (2011).

Os irmãos Nobel ampliaram a comercialização de petróleo para toda a Europa. Estruturaram as próprias companhias de exportação e importação de derivados de petróleo na Grã-Bretanha. A *Standard Oil*, por outro lado, em apenas 24 dias, criou a *Anglo-American Oil Company* com o objetivo de assegurar o controle hegemônico da produção e distribuição de petróleo tanto dentro do mercado europeu quanto do mercado mundial e, sobretudo, conter a expansão da participação russa no setor. Embora tenha perdido 7% do mercado global de petróleo, em 1891, a *Standard Oil* ainda era responsável por cerca de 70% de todo o comércio de derivados de petróleo, enquanto os russos conseguiram atingir a marca de apenas 29%, afirmou Yergin (1992).

Depois da morte dos irmãos Nobel, os Rothschild prosseguiram com os planos de ampliar a exportação de derivados de petróleo para além do próprio mercado europeu. Com esse propósito, se aliaram a Marcus Samuel, um *expert* em importação e exportação de vários tipos de produtos manufaturados. Além disso, Samuel mantinha bom relacionamento com outros comerciantes que atuavam na periferia do Império Britânico – Calcutá, Cingapura, Hong Kong e em todo o sudeste asiático, segundo Yergin (1992) e Heinberg (2006).

Da sociedade entre os Rothschild e Marcus Samuel, com o apoio da coroa inglesa, surgiu a *Shell Transport*, a companhia inglesa que passou a transportar os derivados de petróleo e que logo a seguir, deu início à exploração das jazidas de óleo negro nas Índias e no Cáucaso. E posteriormente, por meio de concessões, passou a atuar no México (*Mexican Eagle*), na Colômbia, na Venezuela e na América Central, afirmam Fonseca

(1957); Coutinho; Silveira (1957); Yergin (1992) e Heinberg (2006).

Com o apoio da *Royal Dutch*, os holandeses também adentraram o circuito de produção e distribuição de petróleo e de seus derivados, a partir da exploração dos campos petrolíferos situados nas Índias Orientais Holandesas (Java, Bornéu e Sumatra). Enquanto os holandeses ingressavam na disputa petrolífera, do outro lado do Atlântico, o monopólio de Rockefeller era combatido pelo Estado norte-americano que, até aquele momento, segundo Fonseca (1957), não compreendia que deter o controle sobre a produção e distribuição mundial do petróleo era algo vital e estratégico para a própria *Standard Oil.*

Rockefeller, portanto, passou a enfrentar, interna e externamente, dois grandes desafios. Em âmbito interno, a *Standard Oil* tinha que driblar a lei americana antitruste. Para atingir tal fim, o empresário engendrou estratagemas capazes de descaracterizar o perfil monopolista da companhia. E, externamente, a principal companhia petrolífera norte-americana teria que continuar a controlar a quase totalidade do mercado de petróleo mundial, e para isso era imprescindível que os russos, os ingleses e os holandeses deixassem a competição.

Em 1911, a *Standard Oil* anunciou a divisão da companhia em diversos ramos do mercado petrolífero. Desta reestruturação surgiram a *Exxon* (*Standard Oil of New* Jersey), a *Mobil* (*Standard Oil of New York*), a *Chevron* (*Standard Oil of California*), a *Sohio* (*Standard Oil of Ohio*) e a *Amoco* (*Standard Oil of Indiana*). Essa fragmentação possibilitou uma libertação tecnológica. As inovações dos processos químicos no refino do petróleo resultaram na produção da gasolina que favoreceu, sobremaneira, de acordo com Fonseca (1957); Cotta (1975); Yergin (1992) e Heinberg (2006), o desenvolvimento e a expansão da indústria automobilística.

Quanto ao problema externo a ser enfrentado por Rockefeller, não havia mais o que ser feito. A *Royal Dutch* tinha se expandido significativamente nas Índias Orientais Holandesas. E apesar da dificuldade que a companhia enfrentara em 1897 quando os poços de Sumatra haviam secado, rapidamente a *Royal Dutch* se recompôs, explorando novas áreas. Durante o período de

crise da *Royal Dutch*, as ações da companhia despencaram. Porém, Rockefeller não apostou na compra das ações. Em 1901, depois de muitas tratativas, a *Royal Dutch* se uniu à *Shell* e deu origem a outro grande monopólio petrolífero: a *Royal Dutch-Shell*.

Feita essa breve exposição de como se desenvolveu a indústria petrolífera sob a égide da "ordem geopolítica interimperialista", durante a transição do século XIX para o XX, algumas considerações a esse respeito devem ser devidamente examinadas.

A primeira delas é que a fase inicial da exploração do óleo negro, marcada pela concorrência, foi rapidamente substituída pela etapa monopolista da produção e da distribuição dos derivados petrolíferos. A constituição do monopólio petrolífero caracterizou-se, particularmente, pela concentração do setor por três grandes corporações, a saber: *Standard Oil* (americana), *Shell Transport* (britânica) e a *Royal Dutch* (holandesa). As duas últimas unificaram-se em 1911, formando a *Royal Dutch-Shell*.

A segunda questão a ser observada é que, sob os influxos do liberalismo econômico, cujas bandeiras foram defendidas pela Grã-Bretanha e, posteriormente, pelos EUA, as companhias petrolíferas atuaram no mercado com nenhuma ou quase nenhuma intervenção estatal. Quando muito, houve ingerência do Estado nos negócios petrolíferos no caso da *Standard Oil*, durante o governo de Theodore Roosevelt. A tendência corporativo-monopolista vencia as amarras a ela impingidas.

Mas o fato é que o petróleo se transformou em um recurso energético estratégico e foi capaz de definir os rumos tanto da Primeira Grande Guerra Mundial (1914) quanto de outros conflitos que se deflagraram posteriormente. Os Estados territoriais que constituíam o sistema internacional se atentaram para outra questão relevante. O controle daquele recurso energético, de caráter altamente estratégico, estava sob a batuta dos grandes trustes privados de caráter transnacional que definiam desde a quantidade a ser produzida até por quais preços deveriam ser comercializados os subprodutos petrolíferos.

Tanto os países centrais quanto os periféricos passaram, portanto, a intervir no mercado de petróleo, criando companhias estatais para escaparem da condição de reféns dos cartéis petrolíferos. O caráter fundamental dessas políticas estatais era o de assegurar o contínuo abastecimento do petróleo de modo a atender aos interesses nacionais de segurança energética tanto nos períodos de paz quanto durante as guerras.

Na próxima seção, discutir-se-á como o Brasil, desde o Império, buscou resolver a questão petrolífera, bem como quais processos resultaram na estruturação de uma empresa estatal responsável pela exploração, produção e distribuição do petróleo em todo o território nacional.

EXPLORAÇÕES DE PETRÓLEO EM TERRITÓRIO BRASILEIRO

Na seção anterior, buscou-se demonstrar como a indústria petrolífera se desenvolveu, desde o fim do século XIX, e como o petróleo conquistou o posto de recurso energético de poder tanto no plano das relações internacionais quanto no âmbito das unidades políticas territoriais. Assim, se o advento da era petrolífera significou, por um lado, o encurtamento das distâncias e a rapidez na mobilidade humana, por outro, acirrou a disputa entre os atores políticos hegemônicos – os países centrais e suas companhias petrolíferas – e os atores políticos não hegemônicos, isto é, os países periféricos petrolíferos.

Conforme salientou Fonseca (1957, p. 175), a riqueza que o petróleo proporcionava ficava restrita aos países centrais, pois nos periféricos, onde se concentravam os recursos petrolíferos, em geral, grassava a miséria entre o povo. As disputas pelo óleo negro, enlaçando os atores supracitados, provocaram, após a Primeira Guerra Mundial, constantes ondas de instabilidade nos suprimentos de petróleo tanto para a economia dos países centrais desenvolvidos quanto para a dos periféricos/semiperiféricos com produção insuficiente para suprir suas necessidades, como era o caso do Brasil.

Os países centrais reforçaram o controle sobre as principais áreas petrolíferas do globo. No entanto, a revolução de

cunho nacionalista nas unidades políticas do Oriente Médio e da África, a partir do processo de descolonização verificado depois de 1945, colocou em xeque a forma de exploração petrolífera empreendida pelas *Internacional Company Oil* (ICOs), vinculadas quase sempre aos EUA e à Inglaterra. Nota-se que, o petróleo como recurso de poder havia engendrado certo equilíbrio entre duas forças históricas, a saber, o imperialismo e o nacionalismo.

Segundo Fonseca (1957, p. 190), em 1957, apenas a *Standard Oil* (EUA) possuía mais de 300 subsidiárias responsáveis por explorar as jazidas petrolíferas em 115 países. A *Royal Dutch-Shell* (Grã-Bretanha), por sua vez, controlava 500 companhias subsidiárias em todo o mundo. Como se comentou anteriormente, as ICOs imiscuíam-se nas políticas internas dos Estados "concessores hospedeiros" desconsiderando, assim, o princípio da soberania nacional, tão proclamado e defendido desde o Tratado de Westphalia (1648) e, posteriormente, reafirmado nas revoluções Americana (1776) e Francesa (1789). A indústria petrolífera anglo-americana, com o suporte dos seus respectivos governos, utilizou-se, para Rotstein (1997), de inúmeros estratagemas para assegurar os próprios interesses, em detrimento dos interesses nacionais dos países periféricos petrolíferos.

Desde a Doutrina Monroe (1823), a América Latina esteve sob a influência dos Estados Unidos que, com raras exceções, permitiu algum tipo de intervenção das potências europeias no continente americano. Vale recordar que os EUA não viam com bons olhos a atuação da *Royal Dutch-Shell* no México e na Venezuela, porque, por meio daquela empresa, a Coroa Britânica ainda exercia relativa influência no continente americano.

O Brasil, por sua vez, caminhava para deixar de ser um Império mercantil (1822-1889) para se consolidar com o Estado semiperiférico, fato que se concretizou a partir da década de 1960, quando a economia brasileira intensificou seu processo de industrialização. Em cada fase que o Brasil esteve articulado à economia mundo, sua economia geopolítica apresentou-se sob três modelos: a) colonial; b) império mercantil; e c) capitalismo

industrial periférico, sendo "só no final dos anos de 1960, que o Brasil emergiu como semi-periferia na 'economia-mundo', transformando-se numa potência regional na América do Sul" (BECKER; EGLER, 1994, p. 37).

As primeiras explorações petrolíferas realizadas em território brasileiro datam do fim do século XIX, ainda sob o regime monárquico, segundo Lucchesi (1998). Conforme documentaram Coutinho e Silveira (1957), em 1869, a Coroa havia outorgado a exploração de petróleo no Brasil a dois súditos ingleses. Um grande número de decretos fora assinado, permitindo a sondagem de petróleo em diferentes comarcas.

Vale ressaltar que, desde os tempos do Brasil Colônia, a exploração mineral (prata, ouro, diamante etc.) era uma concessão do monarca aos seus súditos. Estes eram obrigados a entregar à Coroa um quinto dos minerais extraídos. O monarca absoluto, portanto, era o verdadeiro proprietário do solo e subsolo, ao passo que aos colonos, via donatários, era outorgada apenas a posse do solo.

Aos súditos concedia-se apenas o direito de explorar e utilizar comercialmente o que era extraído e ou produzido do solo/subsolo. Por este princípio, ficava proibida a alienação da terra, afirmam Becker; Egler (1994); Abreu (1997) e Moraes (2000). Com o processo de descolonização da América Ibérica, algumas nações do novo mundo não conservaram a prerrogativa de manter o Estado como proprietário das riquezas do subsolo.

O México e a Venezuela concederam às corporações petrolíferas de origem anglo-americana o direito de se apropriarem do petróleo, riquezas estas contidas no subsolo. Só muito tempo depois, diz Cohn (1968), é que se atentaram para o fato de que era preciso resguardá-las como prerrogativa do Estado nacional, como forma de estancar a canalização dos recursos nacionais para o exterior, em prejuízo do povo que permanecia na mais completa miséria.

O Brasil conservou, durante o Império, o mesmo princípio regulatório da propriedade do solo e subsolo, pois a formação do território brasileiro se consolidou com base na herança espacial colonial. A propriedade do subsolo era

pertencente ao Imperador e/ou ao Presidente da Província, de acordo com Abreu (1997); Moraes (2000) e Costa (2008).

O liberalismo econômico e todos os pressupostos a ele inerentes também foram defendidos por setores da sociedade que constituíam o Império brasileiro. Porém, a Carta de 1824 (BRASIL, 1824), outorgada pelo imperador D. Pedro I, não abriu mão do princípio que estabelecera o Estado como o proprietário do subsolo, numa tentativa de assegurar, segundo Cotta (1975), ao Estado brasileiro a soberania sobre as riquezas minerais contidas no subsolo.

Mesmo a partir da promulgação da Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850 – Lei de Terras (BRASIL, 1850), que estabeleceu a compra e a venda como novo regime para aquisição de terras devolutas no país, o governo imperial manteve, no artigo 16, parágrafos § 3.º e § 4.º, o direito sobre aquelas nas quais fossem encontrados recursos minerais.

Afirmam Prado Jr. (2008); Becker; Egler (1994) e Costa (2008) que toda e qualquer exploração mineral durante o Brasil Império esteve condicionada a concessões que eram outorgadas pelo poder decisório (Imperador e/ou Presidente da província) a particulares mediante determinados prazos e certas condições.

Com o advento da República, foram feitas algumas mudanças quanto ao sistema de concessão. Assim que Marechal Deodoro ascendeu à Presidência, logo depois da promulgação da primeira Constituição da República, em 15 de novembro de 1889, foi instituído o Decreto n.º 288, de 29 de março de 1890 (BRASIL, 1890), com a finalidade de fazer cessar o abuso da faculdade de transferir as concessões de exploração de terrenos minerais e de lavras de minas.

Durante a Primeira República, o território "passou a ser utilizado como instrumento de legitimação do estado por meio das atividades diplomáticas e militares" (BECKER; EGLER, 1994, p. 69). Da Constituição de 1889 até a Revolução de 1930, foram feitas outras leis e emendas que tinham o propósito de regular a exploração mineral realizada por estrangeiros, tal como a Emenda Constitucional (BRASIL, 1926), aprovada em 3 de setembro de 1926, que acrescentou no artigo 72, parágrafo § 17, da Constituição de 15 de novembro de 1899 (BRASIL, 1926), a

seguinte consideração: “art. 72. § 17 as minas e jazidas minerais necessárias à segurança e defesa nacionais e as terras onde existirem não podem ser transferidas aos estrangeiros”.

Das concessões outorgadas durante o último decreto da monarquia (n.º 10.361, de 14 de setembro de 1889) (BRASIL, 1926), a República reconsiderou as que foram feitas a Tito Lívio Martins, que tinha sido responsável pelas explorações petrolíferas em Tatuí (São Paulo), e a Raulino Júlio Adolfo Horn, que havia iniciado, segundo Cotta (1975), as buscas por petróleo e outros óleos minerais na então Província de Santa Catarina.

Depois das frustradas tentativas nas sondagens voltadas para a descoberta de jazidas de petróleo, Tito Lívio foi sucedido por Eugênio Ferreira de Camargo. Segundo Silvio Fróes de Abreu, em seu **Esboço histórico das pesquisas de petróleo no Brasil** (1978), Eugênio Ferreira de Camargo constituiu-se no primeiro brasileiro que se arriscou a dar petróleo ao Brasil. Empregando os próprios recursos, contratou os serviços do geólogo norte-americano I. C. White, como também adquiriu nos Estados Unidos uma sonda para realizar as prospecções em sua fazenda, localizada em Bofete, interior da antiga província de São Paulo, afirmam Coutinho; Silveira (1957); Fonseca (1957); Cotta (1975) e Lucchesi (1998).

Os esforços de Eugênio se arrefeceram, uma vez que White fez o prognóstico de que, caso houvesse petróleo para fins comerciais no Brasil, o óleo negro poderia ser encontrado na região do Vale do Rio Amazonas. Cabe destacar que o Brasil ainda não possuía nenhum tipo de serviço geológico financiado pelo próprio Estado, anterior ao ano de 1907, de acordo com Fonseca (1957); Coutinho; Silveira (1957); Cohn (1968) e Sébille-Lopez (2006).

Entre 1917 e 1938, as buscas por petróleo no Brasil, estivessem elas vinculadas ao governo federal, ao governo estadual/municipal e/ou, ainda, a particulares, não lograram êxito, segundo Cohn (1968) e Lucchesi (1998). O reduzido número de técnicos (geólogos e engenheiros) e o acesso limitado a sondas mais potentes impossibilitaram que as perfurações e os poços abertos ultrapassassem os 400 metros. Com a restrição tecnológica e (sem ou com) poucos recursos financeiros, o

máximo que se conseguiu, até aquela ocasião, foi escavar "buracos de tatu" (COUTINHO; SILVEIRA, 1957, p. 285).

O período da Primeira República se encerrou com a Revolução Nacionalista de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. As mudanças que ocorreram naquele momento, no interior da sociedade brasileira, refletiam as transformações do novo contexto mundial que se configurou depois do fim da Primeira Grande Guerra. Tanto a ascensão do nazismo e do fascismo, respectivamente, na Alemanha e na Itália, quanto o processo de descolonização da África e da Ásia foram fenômenos que influenciaram as unidades políticas que formavam o sistema internacional, entre elas, o próprio Estado brasileiro, afirma Prado Jr. (2008).

No Brasil, a promulgação da segunda Constituição da República, em 16 de julho de 1934, buscou estabelecer, dentre outras questões, no Código de Minas, a distinção entre a propriedade do solo e do subsolo, com vistas a assegurar ao Estado nacional todas as prerrogativas e benesses advindas das riquezas minerais em proveito da nação.

Como determinavam os artigos 118 e 119 da Constituição de 1934 (BRASIL, 1934), cabia ao Estado o direito de outorgar e/ou de autorizar a exploração das riquezas minerais do subsolo, bem como o aproveitamento da água com fins industriais. Assim, a utilização dessas riquezas, mesmo em áreas de propriedade privada, só poderia, para Cotta (1975) ser mobilizada mediante autorização do Estado.

Acresce ainda, no parágrafo 4.º do artigo 119 (BRASIL, 1934), que a nacionalização das minas, jazidas e quedas d'água seria efetuada quando considerada fundamental à defesa econômica ou militar do país. O direito às concessões para a exploração mineral deveria ser outorgado exclusivamente para brasileiros e/ou empresas organizadas dentro do país, como aduzia o parágrafo primeiro do artigo 119: "as autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil, ressalvada ao proprietário preferência na exploração ou co-participação nos lucros".

O Código de Minas (1934), de acordo com as observações de Cohn (1968), constituiu-se numa das maiores

revoluções no que diz respeito à questão da propriedade do subsolo. Revolução que muitos não haviam se dado conta, mas que fora fundamental para a União assegurar a soberania sobre os recursos minerais, sobretudo, num contexto em que as corporações petrolíferas transnacionais buscavam controlar toda e qualquer jazida de petróleo ao redor do mundo.

Durante a Revolução Nacionalista se entrecruzaram as forças internas e externas. As forças internas eram constituídas por grupos sociais (oligarquias regionais agrárias) cujos interesses não convergiam em direção à causa nacional. Assim, aqueles espectros da sociedade colocavam os interesses locais acima dos interesses nacionais. Por sua vez, as forças externas (por exemplo, as corporações petrolíferas, bem como as potências do sistema internacional) capitaneavam e ofereciam sustentação às forças internas contrárias aos ideais nacionalistas, que naquele período, defendiam a industrialização e o desenvolvimento nacional, de acordo com Cohn (1968) e Rangel (1998).

A resultante entre o antagonismo daquelas duas forças foi uma mudança no conjunto da legislação do período que delegou ao Estado mais poder sobre os recursos naturais do país:

> No tocante à política do petróleo, essas modificações se manifestam, de início, na reestruturação dos órgãos pertinentes do Ministério da Agricultura, em 1933; logo em seguida, na definição da política estatal no setor das riquezas minerais, com o Código de Minas, em 1934 (COHN, 1968, p. 14).

O período que se estendeu da Revolução Nacionalista ao fim do Estado Novo correspondeu à intensa ação do Estado brasileiro em busca de mobilizar o território como meio de atender aos anseios das novas forças que emergiam da sociedade, que já se encaminhava para se tornar urbano-industrial, como dizem Santos (1993) e Costa (2008).

Nos primeiros anos após a Revolução, ainda não havia amplo consenso entre os atores políticos e agentes econômicos sobre a existência ou não de jazidas de petróleo com potencial

econômico em território brasileiro. Anteriormente, Otávio Brandão anunciou que havia encontrado petróleo em Alagoas, mas os recursos públicos (técnicos e financeiros) não eram suficientes para apoiar a exploração, segundo Cohn (1968).

Em 1933, Oscar Cordeiro encontrou indícios de óleo mineral no município de Lobato, Recôncavo Baiano. Mas, teve que lutar com todas as forças para que o apoio oficial fosse viabilizado, fato que só ocorreu em 1939, quando, então, após o Decreto-Lei n.º 395, de 29 de abril de 1938 (BRASIL, 1938), que criou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP).

A questão petrolífera no Brasil, durante o período que se estendeu da Revolução de 30 à implementação do CNP (1938), esteve intensamente sob os influxos das forças externas. Os países centrais aliados às suas corporações petrolíferas tinham como objetivo retardar as explorações de petróleo no Brasil para resguardá-lo como reserva futura. As forças internas que, por sua vez, envolviam os agentes nacionais econômicos, bem como o Estado, ansiavam pela descoberta e exploração do petróleo porque entendiam que aquele recurso energético era fundamental para o desenvolvimento nacional, afirmam Fonseca (1957); Coutinho; Silveira (1957); Cohn (1968); Lipietz (1988); Prado Jr. (2008) e Cotta (1975).

O CNP era autônomo e ficou incumbido de fiscalizar e autorizar as operações das empresas petrolíferas estrangeiras em todo o território brasileiro. O artigo 1.º do Decreto n.º 395, de 1938 (BRASIL, 1938), estabeleceu o abastecimento petrolífero como questão de utilidade pública. Assim, todas as etapas que envolviam a indústria do petróleo foram subordinadas à Presidência da República. O processo de refinação do petróleo seria nacionalizado e as empresas constituídas para refiná-lo deveriam empregar apenas capital de origem nacional.

Os militares, durante a vigência do Estado Novo, constituíram-se num grupo que concebia o petróleo como recurso energético estratégico. Portanto, a participação do núcleo político do exército na formulação de uma estratégia política para o petróleo foi decisiva:

> "nesse documento [que concebeu o CNP], a influência da concepção "militar" do problema do petróleo, que era encarado em termos de segurança nacional, foi decisiva, de vez que forneceu a pedra de toque para as suas formulações de cunho mais nacionalista" (COHN, 1968, p. 48, grifo nosso).

Encerrada a Segunda Guerra Mundial (1945), as mudanças no contexto internacional convergiram para a emergência da ordem geopolítica da Guerra Fria. No Brasil, se consubstanciou a queda do governo Vargas seguida pelo impulso à "reabertura" política. Esta se iniciou com a formação de partidos políticos, possibilitando, assim, a manifestação de grupos da sociedade que passaram a reivindicar ações governamentais em proveito próprio.

A classe empresarial reconheceu os esforços intervencionistas durante o Estado Novo, assim como aprovava a regulação estatal nos segmentos industriais estratégicos, como era o caso da indústria petrolífera. Defendiam, entretanto, maior autonomia para os demais setores, bem como a participação de capitais estrangeiros para viabilizar a produção petrolífera no Brasil, observam Cotta (1975) e Fonseca (2009).

A partir da promulgação da Constituição de 18 de setembro de 1946 (BRASIL, 1946) foram efetuadas mudanças na condução das políticas, que antes estiveram marcadas pelo forte componente nacionalista. No Título que tratava "Da ordem econômica e social" a Carta de 1946 (BRASIL, 1946), por exemplo, imprimiu um caráter liberalizante em relação à de 1937.

A expressão "empresas constituídas por acionistas brasileiros", contida no artigo 143, parágrafo § 1.º, da Carta de 1937 (BRASIL, 1937), foi substituída, no artigo 153, parágrafo § 1.º, da Carta de 1946 (BRASIL, 1946) por "sociedades organizadas no país". Esta alteração ampliou a participação de estrangeiros na exploração dos recursos minerais contidos no subsolo, uma vez que as sociedades organizadas no país, de capital nacional ou estrangeiro, poderiam obter as autorizações ou as concessões com a União. Introduzida esta mudança, a atuação da *Standard Oil* foi ampliada no Brasil e com o amparo da Lei.

A “redemocratização” levou representantes dos grupos empresariais a ocupar parte dos cargos no aparelho estatal. Tal fato acelerou as concessões/autorizações para a exploração de petróleo a sociedades privadas constituídas com o capital proveniente dos trustes petrolíferos norte-americanos. Em 1948, formulou-se o anteprojeto sobre o Estatuto do Petróleo que, dentre outras questões, fixava a participação de estrangeiros na refinação e no transporte do petróleo, as duas áreas mais lucrativas da indústria petrolífera, de acordo com Cotta (1975) e Rotstein (1997).

O problema do petróleo, portanto, foi recolocado na agenda política brasileira com vigor depois da publicação da Constituição de 1946 e suscitou o debate sobre qual seria a melhor forma de explorá-lo: manter o monopólio estatal em todas as etapas que caracterizavam a indústria petrolífera ou viabilizar uma parceria mista, combinando a ação do Estado com a participação do capital externo? As orientações contidas no anteprojeto de 1948, como afirmam Cotta (1975) e Prado Jr. (2008), argumentavam a favor da maior participação da iniciativa privada. Mas, os que eram de tendência nacionalista, se posicionaram contra as diretrizes postas no Estatuto do Petróleo.

Realizadas as eleições em 1950, Getúlio Vargas retornou ao poder. A situação econômica do Brasil, naquele interregno, era de inflação alta, escassez de divisas e valorização cambial. A situação financeira do CNP ainda inviabilizava as iniciativas estatais para a exploração do petróleo brasileiro, embora a industrialização em curso impulsionasse a elevação do consumo dos derivados de petróleo, segundo Cohn (1968); Prado Jr. (2008) e Pimentel (2011).

O projeto para a criação da companhia estatal Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras – em 1951, portanto, foi formulado com o objetivo de resolver o dilema do petróleo no Brasil. O projeto estabelecia a inversão de capital na ordem de Cr$ 8 bilhões (US$ 9 milhões nos dias atuais) a serem aplicados para a constituição da Petrobras. Esta seria uma sociedade mista, podendo a iniciativa privada aportar recursos e ser acionista, mas o controle majoritário ficaria a cargo do Estado, diz Cotta (1975).

O projeto que tratava da criação da Petrobras foi enviado pelo governo para ser analisado pela Câmara dos Deputados. Para muitos deles, sobretudo os de oposição ao governo, o projeto apresentava muitas inconsistências e dava brechas para os trustes petrolíferos atuarem no setor. Segundo Cohn (1968) e Cotta (1975), o projeto apresentado pela União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição ao governo Vargas, propôs que a Petrobras exercesse o completo monopólio das explorações petrolíferas.

Durante a tramitação do projeto que tratava da criação da Petrobras na Assembleia Constituinte, os EUA enviaram uma esquadra de guerra para o Rio de Janeiro. A *Standard Oil* continuou a financiar parte da imprensa brasileira para que a opinião pública se convencesse de que a melhor saída para a prospecção do petróleo brasileiro era permitir que as corporações petrolíferas mais aparelhadas a realizassem (COHN, 1988, p. 143).

É preciso ressaltar que o projeto apresentado pelo Poder Executivo à Assembleia Constituinte havia sido formulado pela assessoria do governo Vargas. Esse grupo concebeu a Petrobras enquanto sociedade mista (capital privado e estatal), levando em consideração as questões de ordem técnica e econômica do Brasil. Porém, cabe ressaltar ainda que o nacionalismo foi um traço marcante daquele governo desde a Revolução Nacionalista, diz Cotta (1975).

A opção pelo modelo da sociedade mista para a Petrobras, portanto, estava relacionada ao fato de que, por se tratar de uma nação semiperiférica cuja pauta de exportações dependia dos produtos primários, o Brasil não possuía recursos suficientes para viabilizar a prospecção e o posterior aproveitamento do petróleo de forma racional, sem aporte do capital externo que veio, sobretudo dos EUA, afirma Fonseca (2009). Assim, entre os anos de 1945 e1967, a relação Brasil–EUA se aprofundou. Os EUA se tornaram o maior importador dos produtos brasileiros, de acordo com Becker e Egler (1994) e Costa (2008).

Depois dos trâmites e embates que marcaram o processo que daria origem à maior companhia brasileira de petróleo, no dia

3 de outubro de 1953, o presidente Getúlio Vargas, a exemplo do México, aprovou o Projeto de Lei n.º 2.004 (BRASIL, 1953), que garantiu à União a propriedade do subsolo, bem como estabelecia o monopólio estatal para a exploração, produção, refino, transporte e comercialização do petróleo por meio da criação da Petrobras. Assegurado o acesso às técnicas para a refinação do petróleo, o que se esperava era que a riqueza derivada da exploração do óleo negro permanecesse no interior das fronteiras nacionais e mobilizasse outros circuitos da economia nacional, afirmam Cotta (1975); Cohn (1968); Prado Jr. (2008); Santos (1993); Lucchesi (1998) e Sébille-Lopez (2006).

De acordo com a Lei n.º 2.004 (BRASIL, 1953), o monopólio estatal sobre todas as jazidas de petróleo e sobre o processo de refinação e transporte seria fiscalizado pelo Conselho Nacional do Petróleo. Pelo artigo 11 ficou assegurado à União 51% do controle acionário da companhia. O artigo 18 estabelecera os requisitos necessários para ser acionista da companhia e vetou a participação daqueles que não fossem brasileiros natos ou naturalizados há mais de cinco anos. E por meio do artigo 29, proibiu-se que todos os bens que a Petrobras recebesse da União fossem alienados. Cabe destacar que a Lei n.º 2.004, de 1953 (BRASIL, 1953), regulou a Petrobras até 1997, ano este em que ela foi revogada e substituída pela Lei n.º 9.478 (BRASIL, 1997), de acordo com Lucchesi (1998).

Em 1954, assistiu-se à queda de Vargas conspirada entre a UDN e os militares. Quanto a esse fato, estudiosos da história brasileira relacionaram o suicídio de Getúlio ao *lobby* da *Standard Oil*, corporação que objetivava obter o controle sobre todas as etapas da indústria petrolífera no Brasil. Porém, a criação da Petrobras havia assegurado o monopólio estatal sobre o petróleo nacional, segundo Prado Jr. (2008) e Lucchesi (1998). Eles também observam que em 1960, a Petrobras estava mais aparelhada e havia aumentado o número de técnicos brasileiros. Progressivamente, a estatal petrolífera ampliou a capacidade de refino do petróleo bruto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953 (BRASIL, 1953), que estabeleceu o monopólio estatal do petróleo, bem como instituiu a Petrobras, foi substituída pela Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997 (BRASIL, 1997). Esta regulamentou o fim do controle estatal, exercido pela Petrobras sobre os processos da indústria petrolífera, bem como passou a regular a política energética nacional. A lei instituiu o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão subordinado à Presidência da República e ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em relação ao petróleo, o artigo 5.º definiu o sistema de concessão e partilha, o que possibilitou às empresas privadas constituídas sob as leis do país e com sede administrativa em território nacional: a) explorar jazidas petrolíferas e de gás natural; b) refinar petróleo (nacional e/ou estrangeiro); c) importar e exportar produtos petrolíferos; e c) atuar no transporte marítimo de petróleo bruto e/ou de derivados, citado em Lucchesi (1998).

O artigo 7.º instituiu a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), que enquanto autarquia teria como função regular, fiscalizar e implementar as políticas vinculadas à indústria do petróleo, ao gás natural e aos biocombustíveis. Ademais, teria de assegurar o suprimento de combustíveis em todo o território nacional. Com a criação da ANP, as atribuições do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) foram assumidas pela nova autarquia e o DNC foi extinto (artigo 9.º). A Lei n.º 9.478 (BRASIL, 1997) regularizou as transferências de contrato de concessão para exploração de jazidas de petróleo/gás natural entre empresas mediante autorização da ANP (artigo 29) assim como assegurou a quem explorasse e encontrasse petróleo e/ou gás natural, a propriedade sobre estes bens. A empresa concessionária teria apenas a obrigação de arcar com o pagamento de impostos.

A Petrobras passou a ser controlada pela ANP e com a liberalização do setor, toda e qualquer empresa petrolífera estrangeira, desde que estivesse regularizada e se adequasse às leis brasileiras, poderia participar do mercado nacional de combustíveis (exploração, produção, refinação, transporte), não restando à Petrobras outra opção que não fosse enfrentar a

concorrência com outras corporações petrolíferas, segundo Silva e Fischetti (2008). Por fim, a Lei n.º 9.478 (BRASIL, 1997) assegurou a liberdade de investimento por empresas ou consórcios (estrangeiros e ou nacionais) na indústria de biocombustíveis (artigo 68).

Como se nota, a década de 1990, sob a égide da "ordem geopolítica do liberalismo transnacional", foi marcada pela liberalização da economia brasileira e pelo declínio do controle estatal em diversos setores econômicos. Porém, o anúncio, em 2008, da existência de petróleo na camada pré-sal (área que se estende do litoral do Espírito Santo até Santa Catarina), descoberta resultante das inversões em pesquisa e prospecção realizadas pela Petrobras e a ANP, fez com que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT) estabelecesse a Lei n.º 12.351 (BRASIL, 2015) que instituiu o modelo de partilha para explorar os recursos descobertos.

Os estudos de Gomes (2008) e Lima (2008) mostram os prós e os contras do regime de concessão e do de partilha. Em resumo, o primeiro é sempre mais interessante para as companhias petrolíferas, porque elas se comprometem a pagar ao Estado aquilo que estiver no contrato e se tornam proprietárias, por um dado tempo, de todo o petróleo extraído. Já o sistema de partilha é mais complexo, porque o Estado se apropria de parte do petróleo, e depois de um dado período, de todos os equipamentos utilizados pela empresa consorciada. Evidente que este tipo de contrato não é de interesse das companhias privadas. Mas, permite ao Estado aprofundar o seu desenvolvimento econômico, social e tecnológico.

Convém destacar que a exploração do pré-sal exige companhias que tenham suficiente *know-how* para a prospecção em águas profundas mais a *expertise* para lidar com obstáculos que a camada de sal impõe. A Petrobras é reconhecidamente competente para tal empreendimento e oferece baixo risco para a ocorrência de um desastre ambiental, tal como ocorreu no Golfo do México envolvendo a *British Petroleum* (BP).

O emprego do sistema de concessão para a exploração do pré-sal é andar na contramão do que ocorre no mundo. De acordo com os dados de 2010 do Banco Mundial, 75% da produção

mundial é controlado pelas companhias estatais. Nesse sentido, retirar a prerrogativa da Petrobras como única operadora é entregar um filão para as grandes petrolíferas transnacionais, que não precisaram correr o risco de fazer inversões na fase exploratória, período de maiores perdas quando não se encontra o petróleo, de acordo com Gomes (2008) e Lima (2008).

Mesmo diante da instabilidade, engendrada com o correr das investigações da operação Lava-Jato, o fato é que hoje se sabe que a corrupção serviu como pretexto para a implementação do novo marco regulatório que retirou a exclusividade da Petrobras sobre o controle do pré-sal. Assim, presume-se que a solução defendida por José Serra (PSDB) foi bastante contraditória, pois se justificou, para retirar a primazia da Petrobras, a questão de fraudes nas licitações. No entanto, tal fato se tornou mero pretexto para possibilitar a abertura direta de licitações para exploração do petróleo ao cartel de quatro petrolíferas internacionais (*ExxonMobil*; *ChevronTexaco*; *Shell* e *British Petroleum*).

A retirada da Petrobras do mercado de exploração nacional não resolve a queda de preços dos combustíveis que depende de fatores muito mais complexos do que a simples oferta e demanda, mas a disposição das reservas e o seu uso estratégico. Deve-se ter em mente que a regulação versa sobre o controle prévio das reservas de petróleo e não apenas sobre as regras de exploração. O argumento de que a Petrobras terá dificuldade de alcançar investimentos estrangeiros vai de encontro aos acordos firmados nos últimos anos.

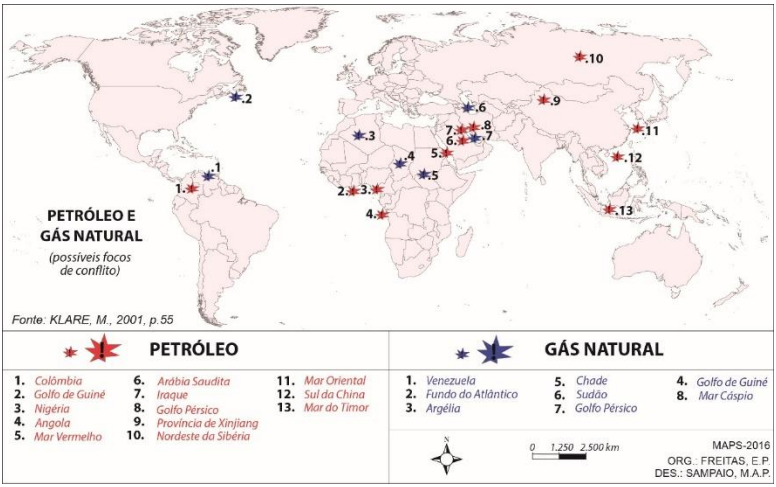
O governo Lula, em um dos seus últimos atos, firmou acordo tanto com a espanhola *Repsol* quanto com a estatal chinesa *Sinopec*. Ambas constituíram uma *joint venture* (Repsol Sinopec Brasil) com grande capacidade de investimento, capazes de compor o consórcio para exploração das reservas no pré-sal. No entanto, ficaram de fora do controle da exploração as gigantes norte-americanas *Chevron* e *ExxonMobil* (antiga *Standard Oil*). Logo, esse quadro era desfavorável aos EUA que, contemporaneamente, começa a substituir as importações de petróleo pela exploração doméstica.

Num primeiro momento, esteve a criação de um consórcio sino-espanhol-brasileiro, representado pela Repsol Sinopec Brasil, cuja capacidade de investimento é de mais de 7 bilhões de dólares; em um segundo momento, a presença das europeias *BP* e *Shell* nos leilões do pré-sal. O que é evidente não é a dificuldade de captar recursos estrangeiros, mas a ausência das gigantes norte-americanas *ExxonMobil* e *ChevronTexaco* nas negociações, a princípio de modo voluntário, como forma de boicote, mas que não funcionou, já que o Brasil se mostrou aberto a outros mercados.

Como fora amplamente divulgado pelo *Wikileaks*, desde 2009 a Petrobras foi alvo de espionagem das agências secretas norte-americanas. Desde então, nota-se intenso jogo de denúncias contra a petrolífera brasileira. E como bem alertou a filósofa Marilena Chauí (FERNANDES, 2016), os EUA treinaram o ex-juiz Sérgio Moro, que foi o responsável pela condução da operação Lava Jato, bem como pela divulgação espetaculosa da força-tarefa, o que ampliou o descrédito da companhia junto à opinião pública, mas concorreu para a consecução dos objetivos norte-americanos, como alertou Bandeira (2013): promover, através da guerra híbrida, a desestabilização política nos lugares e territórios de interesses para os EUA.

No Mapa "Petróleo e Gás natural: possíveis focos de conflitos", organizado a partir dos dados disponibilizados por Klare (2001), é possível ter a dimensão das principais áreas do globo onde estão localizadas as jazidas petrolíferas e de gás natural e que coincidem com os focos de conflitos e guerras promovidas pelos EUA:

Mapa 1: Petróleo e Gás natural: possíveis focos de conflitos.



Fonte: KLARE (2001).

Mesmo diante das denúncias, a Petrobras ampliou em 5,6% a produção de petróleo e gás natural, e o aumento na área do pré-sal chegou a 8% (dados de 2016). Logo, o discurso da corrupção serviu para justificar, de certa forma, a "necessidade" de alienar a estatal para a gestão privada que, supostamente, seria "livre" de corruptos e corruptores. O projeto de Lei n.º 131/2015 (BRASIL, 2015) e a parcialidade que caracterizou a condução da operação Lava-Jato estiveram longe de atender os interesses do Brasil, pois concorreram para reforçar a condição periférica do país no sistema internacional, uma vez que fez parte da estratégia dos EUA, a promoção da desestabilização política, através da guerra híbrida, para facilitar a atuação das gigantes petrolíferas norte-americanas na exploração do pré-sal.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, I. E. et. al. (Org.). **Explorações Geográficas**:

percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 197-245.

AGNEW, J.; CORBRIDGE, S. **Mastering Space:** hegemony, territory and international political economy. 1. ed. London/New York: Routledge, 1995.

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro/ São Paulo: Contraponto/Editora Unesp, 1996.

BANDEIRA, L. A. M. **A Segunda Guerra Fria**: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BARROS, M. **Análise da 'Operação Lava Jato' à Luz dos Conceitos de Governança Corporativa**. In: XI CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 2015, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Inovarse, 2015, p. 1-14. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_149_2.pdf. Acesso em: 1 jul. 2016.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil**: uma nova potência regional na Economia-Mundo. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Coleção de Leis do Brasil de 1850**, Rio de Janeiro, RJ, 1850. Disponível em: https://bit.ly/2A9ZnzP. Acesso em: 25 maio 2020.

_____. Decreto-Lei nº 288, de 29 de março de 1890. Regula a transferência de lavras minerais e veda a de explorações. **Coleção de Leis do Brasil 1890**, Rio de Janeiro, RJ, 1890. Disponível em: https://bit.ly/31GzYaK. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824. **Coleção de Leis do Império do Brasil,** Rio de

Janeiro, RJ, v. 1, p. 7, 25 mar. 1824. Disponível em: https://bit.ly/31DJH1B. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Emendas à Constituição Federal de 1889, 3 de setembro de 1926. **Diário do Congresso Nacional dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, ano 37, n. 105, 4 set. 1926. Disponível em: https://bit.ly/2DLBQqB. Acesso em: 110 ago. 2020.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 16 de julho de 1934. **Diário Oficial da União:** seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 16 jul. 1934. Disponível em: https://bit.ly/33LGmQT. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial da União:** seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 10 nov. 1937. Disponível em: https://bit.ly/2Dy35W2. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 18 de setembro de 1946. **Diário Oficial da União:** seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 19 set. 1946. Disponível em: https://bit.ly/2Dy35W2. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Decreto-Lei nº 395, de 29 de abril de 1938. Declara a utilidade pública e regula a importação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado ou produzido no país, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 8085, 29 abr. 1938. Disponível em: https://bit.ly/2XKXHFC. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953. Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 16705, 3 out.

1953. Disponível em: https://bit.ly/31D4MJI. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 16925, 7 ago. 1997. Disponível em: https://bit.ly/33I7Jvf. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 1, 23 dez. 2010. Disponível em: https://bit.ly/3gNtrBz. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Projeto de Lei nº 131/2015.** Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que estabelece a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela "condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção". Disponível em: https://bit.ly/33Nf7Wg. Acesso em: 10 ago. 2020.

COHN, G. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: Difusão Européia. 1968.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**. 2.ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

COTTA, P. **O petróleo é nosso?.** São Paulo: Guariva, 1975.

COUTINHO, L.; SILVEIRA, J. **Petróleo no Brasil**: traição e vitória. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1957.

FERNANDES, M. Lava Jato quer entregar pré-sal aos EUA, diz Marilena Chauí. **Exame**, São Paulo, 05 jul. 2016. Disponível em: https://bit.ly/3fMLaHW. Acesso em: 20 ago. 2020.

FONSECA, G. **Que sabe você sobre petróleo?.** 6.ª ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

FONSECA, P. C. D. Nem Ortodoxia nem Populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. **Tempo**, São Paulo, n. 28, [Dossiê], p. 19-58, 2009.

FUSER, I. **Petróleo e Poder**: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

FREITAS, E. P. **Território, Poder e Biocombustíveis:** as ações do Estado brasileiro no processo de regulação territorial para a produção de recursos energéticos alternativos. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/T.8.2013.tde-16082013-125028/. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Revisitando um Clássico: mastering space hegemony, territory and international political economy. **Finisterra**, Lisboa, v. 49, n. 97, p. 148-150, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.18055/Finis4203. Acesso em: 10 ago. 2020.

FRÓES DE ABREU, S. Esboço histórico das pesquisas do petróleo no Brasil. In: **DP**, p. 387-435, v. 3, 1978.
GEORGE, P. **Geografia industrial do mundo**. Tradução Cecília Assumpção. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Difel, 1979.

GOMES, C. J. V. O Marco Regulatório da Prospecção de Petróleo no Brasil: regime de concessão e o contrato de partilha

de produção. In: 4º FÓRUM SENADO DEBATE BRASIL–NOVA FRONTEIRA DO PETRÓLEO: OS DESAFIOS DO PRÉ-SAL, 2008, Brasília. **Anais** [...] Brasília: Textos para discussão, 2008, p. 1-9. Disponível em: https://bit.ly/3adWdZz. Acesso em: 10 ago. 2020.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HEINBERG, R. **The Party's Over**: oil, war and the fate of industrial societies. Gabriola Island: New Society Publishers, 2005.

HOBSBAWM, E. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. Tradução José Veiga. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLANDA, A. **Biodiesel e inclusão social**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

KLARE, M. T. The New Geography of Conflict. **Foreing Affairs**, v. 80, n. 3, p. 49-61, mai./jul. 2001. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20050150. Acesso em: 10 ago. 2020.

LE BILLON, P.; EL KHATIB, F. From free oil to freedom oil: terrorism, war and US Geopolitics in the Persian Gulf. **Geopolitics**, v. 9, n. 1, p. 109-137, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14650040412331307852. Acesso em: 10 ago. 2020.

LIMA, P. C. R. **Os Desafios, os Impactos e a Gestão da Exploração do Pré-Sal**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em: https://stanford.io/2DE3bLG. Acesso em: 10 ago. 2020.
LIPIETZ, A. **Miragens e Milagres**: problemas da industrialização no terceiro mundo. Tradução Catherine Marie Mathieu. São Paulo: Ed. Nobel, 1988.

LUCCHESI, C. F. Petróleo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 17-40, 1998. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9403. Acesso em: 10 ago. 2020.

MACHADO, J. Produção de Petróleo e Gás Natural da Petrobras sobe em 5,6% em Junho. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 julho 2016. Disponível em: https://glo.bo/3itEmkp. Acesso em: 10 ago. 2020.

MORAES, A. C. R. **Bases da Formação Territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

ODELL, P. **Geografia Econômica do Petróleo**. Tradução J.J. Farias. Rio de Janeiro: Record, 1966.

PARRA, F. **Oil Politics**: a modern history of petroleum. London/New York: I. B. Tauris, 2004.

PIMENTEL, F. **Fim da Era do Petróleo e Mudança do Paradigma Energético Mundial**: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira. Brasília: FUNAG, 2011.

PIRES DO RIO, J. **Combustível na Economia Universal**. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1944.

PRADO JR. C. **História Econômica do Brasil**. 48. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RANGEL, I. A História da Dualidade Brasileira. In*:* MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (Org.) **O Pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 139-170.

ROTSTEIN, J. O álcool como energético. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 1, n.34, p. 198-212, 1997. Disponível em: https://bit.ly/3fFfW5G. Acesso em: 10 ago. 2020.

SANTOS, M. H. C. **Política e Políticas de uma Energia Alternativa**: o caso do Proálcool. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SÉBILLE-LOPEZ, P. **Geopolíticas do Petróleo**. Tradução Luis Couceiro Feio. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

SILVA, O.; FISCHETTI, D. **Etanol, a Revolução Verde e Amarela**. São Paulo: Bizz Editorial, 2008.

SOUZA, A. M. Corrupção: perspectivas para um problema internacional. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 244-249, out./dez. 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380/cg.v3i4.40072. Acesso em: 10 ago. 2020.

VASCONCELLOS, G. F.; VIDAL, J. W. B. **Poder dos trópicos**: meditação sobre a alienação energética na cultura brasileira. São Paulo: Sol e Chuva, 1998.

WALLERSTEIN, I. **Após o Liberalismo: e**m busca da reconstrução do mundo. Tradução Ricardo Anibal Rosenbush. Petrópolis: Vozes, 2002.

YERGIN, D. **O Petróleo**: uma história de ganância, dinheiro e poder. Tradução Leila Marina U. Di Natale e Maria Cristina L. de Góes. São Paulo: Scritta

RETORNO NO ÂMBITO DA MOBILIDADE EM ESPAÇO LUSO-BRASILEIRO – CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE UM MITO

Maria Beatriz Rocha-Trindade

APRESENTAÇÃO

No âmbito da pesquisa em Ciências Sociais a literatura tem sido considerada como instrumento de grande valor. A encenação de conteúdos, muito próximos da realidade, recria factos e descreve situações que proporcionam ao investigador formular novas interrogações e melhor esclarecer dúvidas que se colocam.

Se for tida em conta a emigração portuguesa para o Brasil, Ferreira de Castro[15] é reconhecidamente considerado um escritor por excelência, qualificado para testemunhar a experiência ocorrida num quadro social que teve lugar no início do século passado. A mobilidade geográfica que marca toda a sua vida fê-lo percorrer largos e diversificados espaços do globo, que veio a deixar registados nas diferentes obras que publicou.

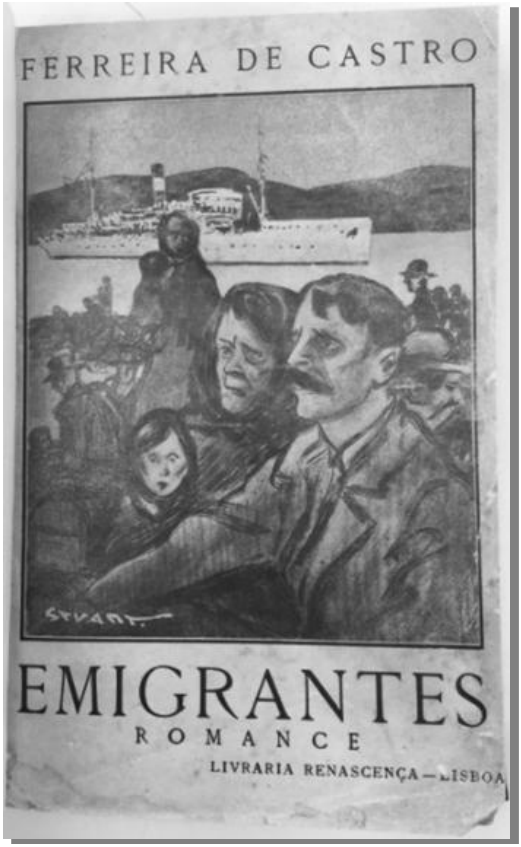
A condição que atravessa todo o itinerário percorrido como imigrante português no Brasil é transposta para dois

[15] José Maria Ferreira de Castro (1898-1974), escritor português, natural de Ossela, Oliveira de Azeméis (Aveiro), embarcou sozinho para o Brasil. Trabalhou durante quatro anos num seringal da Amazónia, quando tinha apenas 12 anos. Ali, testemunhou a exploração dos indígenas, dos pobres e dos emigrantes. De regresso a Portugal, instala-se em Lisboa, onde como jornalista funda vários jornais e revistas, tendo colaborado em muitas outras publicações. Notabilizou-se com a publicação de várias obras, entre as quais merece particular destaque: "Emigrantes" (1928) – um dos livros mais lidos e traduzidos da literatura portuguesa, que veio a ser posteriormente adaptado ao cinema. O autor, considerado o primeiro proletário das letras, assinala o início de uma nova fase do realismo social em Portugal, tendo chegado mesmo a ver o seu nome proposto para Nobel da Literatura, em 1951. Hoje, continua a ser um dos autores portugueses com maior divulgação internacional, cuja obra constitui um importante testemunho social, que merece uma releitura atenta.

romances de sua autoria que incidem sobre os períodos de tempo que aí passa reveladores, um e outro, da experiência negativa que conheceu e da perspetiva muito sombria que qualquer deles lhe deixa.

Em *Emigrantes (1928)* regista a situação que descreve no Estado de São Paulo, no Sudeste daquele país, referindo tanto o espaço urbano da capital como o interior agrícola. O facto de nele ter tido uma outra vivência, permitiu-lhe ilustrar a mesma temática de um modo muito diverso, posteriormente plasmada na *Selva (1930)*, romance que se desenrola nos potentados de borracha da Amazónia – Noroeste do Brasil, onde a exploração dos homens recrutados para tal constituía uma verdadeira escravatura.

Figura 1: Emigrantes.



Fonte: "Emigrantes" (1928).

Sobre a produção e a vida profundamente multifacetada do autor, conceituados especialistas falaram e continuam a discorrer, com mais autoridade que eu própria, tanto no que respeita ao recorte literário e à projeção da sua obra, como sobre a posição que a mesma ocupa tanto na literatura nacional como internacional, o que dispensa intervir sobre essa faceta fundamental da sua produção, que necessariamente tem que ser conhecida para melhor poder avaliar o tema em apreço – o espaço rural e o espaço urbano no quadro das migrações.

No âmbito das etapas que integram os percursos que as encaminham, foi selecionada e dado particular ênfase à que identifica o regresso, este tomado como projeto que antecede a

própria saída do país, acompanha e condiciona toda a vivência no estrangeiro de cada trabalhador migrante e assume, naturalmente, várias configurações, quer venha ou não a concretizar-se.

O "regresso imaginado"[16] que corporiza sonhos construídos em torno de um desejado sucesso pode, na realidade, assumir múltiplas formas, venha ou não venha a ter lugar. Qualquer que seja o desenlace deste processo não se identifica, na sua grande maioria, com os estereótipos criados a esse propósito.

Entendo que poderá ser aproveitada esta ocasião para a partir do romance *Emigrantes,* enquanto obra de referência selecionada, vir de alguma forma a estabelecer um paralelo entre o seu conteúdo e o itinerário-tipo percorrido pelos migrantes na época em que o mesmo foi escrito.

Enunciando em primeiro lugar as motivações dos que partiram de um Portugal pobre e deslizando, subsequentemente, para a consideração do conjunto de todos os preparativos que precedem cada partida desde a região de origem até ao destino escolhido – na situação em análise, o Brasil – será também interessante conhecer a forma como o protagonista percorre, desenvolve e termina o seu projeto.

Neste livro, o infeliz desfecho expresso na conclusão, o de um regresso sem sucesso, contraria a idealização que o leitor incauto poderia esperar vir a encontrar no âmbito do contexto em questão – por hipótese, um final feliz que correspondesse às expectativas provocadas pelo êxito de alguns que, tendo partido para aquele país em busca de fortuna, a tivessem realmente conseguido alcançar.

MOTIVAÇÕES QUE PROVOCAM A PARTIDA

[16] As várias modalidades que assume o regresso, que se estende desde um retorno definitivo, mais usual na migração transoceânica que um retorno temporário de caráter cíclico, que passa a assumir uma regularidade pendular entre o país de origem e o país de destino na migração europeia, foram tratadas no artigo *O Regresso Imaginado* (ROCHA-TRINDADE, 1983). A sua publicação justificou-se pela grande preocupação que o assunto assumiu ao nível mundial e em particular na Europa, nos finais do século XX – decénio de 1980.

O "*Brasileiro*", apodo que designava o emigrante português, que depois de ter deixado o país em tenra idade a ele regressava em idade madura e em situação abastada, incarna uma personagem que assume individualidade própria, reproduzindo globalmente a imagem fidedigna do lugar que ocupa na sociedade e na comunidade do seu tempo.[17]

No entanto, em termos relativos, quem se encontrava na última circunstância apontada, não representava, de modo algum, a totalidade de situações dos que haviam partido com a intenção de vencer, nem sequer a maioria das que foram realmente vividas. A emigração para o Brasil tinha passado a ser ilusoriamente entendida como uma oportunidade de êxito garantido, "comprovado", ainda que de forma enganosa, pelos exemplos de muitos dos emigrantes regressados ao país, que deixavam visíveis os sucessos alcançados em emblemáticas marcas exteriores, tanto a nível social como cultural (ROCHA-TRINDADE; CAEIRO, 2000, p. 193). A extrapolação de alguns dos sucessos obtidos, a partir de casos pontuais tomados enganosamente como amostras representativas, conduziram a formular hipóteses e a estender expectativas indevidas.

A afirmação pública de alguns dos que retornaram ao país e que aí ostentavam o resultado do sucesso alcançado em terras de Vera Cruz, através de uma visível ascensão, considerada como possível para quem partia para o mesmo destino, conduziu a uma ilusória esperança sobre a possibilidade de vir a obter os mesmos benefícios.

---

[17] Os "Brasileiros" tiveram uma grande importância na vida portuguesa. Pode localizar-se com precisão aproximada a época em que teve início ou pelo menos se tornou maior a utilização do termo, no sentido em que é assumido no texto. O grande historiador Alexandre Herculano é autor de uma das primeiras referências em carta que dirige a José Bento da Silva (dezembro de 1873), que se transcreve: "A definição de Brasileiro adquiriu para nós uma significação singular e desconhecida para o resto do mundo. Em Portugal, a primeira ideia talvez que suscite este vocábulo é a de um indivíduo cujas características principais e quase exclusivas são viver com maior ou menor largueza, e não ter nascido no Brasil: ser um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, voltou mais ou menos rico" (ROCHA-TRINDADE, 1986, p.145).

Os portugueses efetuaram, durante os finais do século XIX e primeiros decénios do século XX, avultadas compras de bens de raiz que, não só determinaram a subida dos preços da terra, como exerceram alguma influência na inovação dos processos de cultivo e de produção. Muitos investiram no sector imobiliário, edificando habitações destinadas tanto a residência própria como à obtenção de rendimento, o que desencadeou novas construções em vilas e cidades, nomeadamente na zona Norte e, de forma mais explícita, nos arredores e na própria cidade do Porto (ALVES, 1994).

As residências apalaçadas, que ainda hoje subsistem, construídas por grandes arquitetos e se recortam na paisagem urbana ou nas suas cercanias, atestam não só o sucesso dos proprietários como possibilitaram assumi-lo publicamente (TAVARES, 2015).

De entre os múltiplos exemplos que poderiam ser apontados, a cidade de Fafe, no concelho de Guimarães (Minho), a vila de Santa Cruz da Trapa, no concelho de São Pedro do Sul (Beira Alta) ou a de Salreu no concelho de Estarreja (Beira Litoral) atestam o que acima é referido.

Figura 2: "Palacete do ex-Grémio" mandado construir por João Alves de Freitas, emigrante no Brasil, onde fez fortuna em Manaus e no Pará (1912).

Fonte: Fotografia de MB Rocha-Trindade.

Figura 3: “Palacete do ex-Grémio” mandado construir por João Alves de Freitas, emigrante no Brasil, onde fez fortuna em Manaus e no Pará (1912).

Fonte: Fotografia de MB Rocha-Trindade.
Figura 4: Palacete de "Brasileiro". Santa Cruz da Trapa.

Fonte: Fotografia de MB Rocha-Trindade.

Figura 5: Palacete do "Brasileiro" Valentim Ribeiro da Fonseca[18], Esposende, 1908.

Fonte: Fotografia de MB Rocha-Trindade.

[18] "'De Marçano a Banqueiro', Valentim Ribeiro da Fonseca (1855-1921) labutou intensamente no Brasil durante mais de vinte anos e quando regressou ainda novo à sua terra natal, dispunha de uma fortuna considerável. Filantropo, envolveu-se na vida social local, promoveu a construção do novo hospital, participou na vida da Assembleia Esposendense e financiou a construção do novo Teatro Clube." (TAVARES, 2015, p. 26).

Foi notável a atividade filantrópica que também desenvolveram, colocando grandes fortunas ao serviço dos outros. A eles é devida a construção de edifícios que alojaram numerosas instituições públicas e privadas, tanto no Brasil como nas regiões de origem em Portugal.[19] Por tudo isso granjearam reconhecimento social e as nobilitações que lhes foram atribuídas pelo poder instituído deram lugar a uma nova nobreza, que poderá ser designada, também, como uma nova categoria social.

Os cinco mapas inseridos no último dos capítulos do livro "Portugal-Brasil. Migrações e Migrantes 1850-1930" (ROCHA-TRINDADE; DOMINGOS, 2000 p. 118-119), assinalam alguns dos concelhos portugueses onde se verificaram obras de restauro e novas edificações em lugares de culto (igrejas, ermidas, santuários e cemitérios); os que receberam donativos para instituições de assistência e de cultura; aqueles onde se construíram edificações escolares; onde se construíram instalações de assistência (hospitais, asilos, creches e orfanatos) e onde se efetuaram vários melhoramentos de utilidade pública (praças, parques, ruas, pontes, espaços culturais e de diversão).

De tal constituem poderosos exemplos o Conde Ferreira (Joaquim Ferreira dos Santos), que a Rainha D. Maria II nobilitara anteriormente com os títulos de Barão (1842) e de Visconde (1843) e que esteve emigrado no Brasil, onde conseguiu alcançar uma considerável fortuna. Através de testamento legou os seus bens a favor de várias instituições e fundações de beneficência e utilidade pública; entre elas, destaca-se a construção em localidades sedes de concelho de 120 escolas primárias, com habitação para professores.

Ainda no campo da educação, pode ser referida a Escola Profissional Agrícola em Santo Tirso, adquirida em 1894 pelo Conde de São Bento; o Asilo da Mendicidade, mandado edificar pelo Conde de Agrolongo em Braga (1914); e toda a obra social erigida e suportada por Domingos Joaquim da Silva, Visconde de

---

[19] Veja-se publicada em 2000, a obra de Rocha-Trindade, *Portugal-Brasil. Migrações e Migrantes 1850-1930*: capítulos 6 – "Os *Brasileiros* em Portugal", p. 85-90; 7 – "A Obra dos *Brasileiros*: Consequências Sociais e Económicas", p. 91-106; e 8 – "Os Nobilitados", p. 107-150.

Salreu, na sua terra natal, que integra a Escola Domingos Joaquim da Silva (Laceiras, 1907), a Escola Visconde de Salreu (Senhora do Monte, 1933), um afariz público (1934) e o Hospital Visconde de Salreu e Asilo Viscondessa de Salreu (1935).

Figura 6: Edifício da antiga Escola Primária de Alcochete, edificado por ordem do Conde de Ferreira, datado de 24 de março de 1866.

Fonte: Foto de Maria Beatriz Rocha-Trindade.

Figura 7: Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento, Santo Tirso, datada de 1894.

Fonte: Foto de Maria Beatriz Rocha-Trindade.

Figura 8: Asilo de Mendicidade Conde de Agrolongo (atual Lar Conde de Agrolongo), Braga, datado de 1914.

Fonte: Foto de Maria Beatriz Rocha-Trindade.

Figura 9: Hospital Visconde de Salreu, Estarreja, Aveiro, datado de 1935.

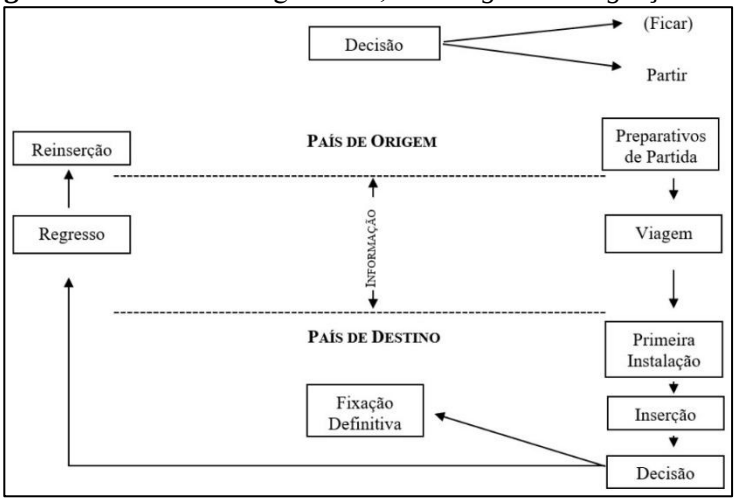
Fonte: Foto de Maria Beatriz Rocha-Trindade.

PERCURSO MIGRATÓRIO

Torna-se muito importante seguir o caminho tomado por cada migrante, melhor dizendo, por cada grupo de migrantes, no âmbito dos fluxos que integram e dão sustentação às causas que motivaram as decisões dos elementos que os constituem fazendo,

ao mesmo tempo, compreender as situações conjunturais em que ocorreram.

Figura 10: "Percurso Migratório", *Sociologia das Migrações.*



Fonte: ROCHA-TRINDADE (1995, p. 38).

A primeira etapa do percurso migratório tem início quando aparecem as motivações para deixar o país e percorrer todo o caminho que desde aí se desenvolve através de uma opção quase compulsivamente tomada em momento anterior. Diferentemente do núcleo familiar próximo, que se mostra mais reservado e prudente quanto à decisão de partir, existe sobre ela o beneplácito da comunidade, também pouco esclarecida, que considerando a emigração de forma muito positiva não só encoraja e apoia os que tomaram tal opção como chega quase a manifestar inveja pela oportunidade que se lhes apresenta.

Tal decisão está naturalmente associada aos numerosos projetos gizados pelos potenciais candidatos, constituindo eles próprios o motor que virá a impulsionar a força necessária à sua concretização. A trama que os enleava continha benefícios tanto materiais como psicológicos, dizendo respeito aos vários objetivos que cada um se propunha atingir e contemplando as várias pessoas que, de forma direta ou indireta, estavam

envolvidas no processo. O emigrante, ele próprio, tendo em conta a satisfação pessoal e bem-estar que lhe viriam a ser proporcionados através da aquisição e consolidação do património e pelas atenções que iriam recair sobre os outros membros da família nuclear constituía, naturalmente, o principal elemento.

No texto *Emigrantes*, o avolumar do património, traduzir-se-ia pela aquisição de novas propriedades e por uma nova casa para Amélia, sua mulher, a quem imaginava poder também um dia vir a oferecer "um cordão mais grosso que os das padeiras de Vilar". Da mesma forma, poderia vir igualmente a garantir um valioso dote a Deolinda, sua única filha, assegurando-lhe um bom casamento. Não menos importante seria o reconhecimento público que pudesse vir a ser obtido através das marcas visíveis do sucesso então granjeado.

Seguem-se os preparativos para a partida; a viagem associada à dinâmica que implica o realizar de uma qualquer travessia, tanto no sentido material como emocional. Nesta complexa cena em que se cruzam dificuldades e expectativas de vária natureza será de salientar, como muito bem Ferreira de Castro verteu para o papel, uma cumplicidade entre os atores envolvidos. Uns, detentores de funções eminentemente comerciais e outros, todos aqueles que, exercendo funções de natureza administrativa, poderiam contribuir para o bom sucesso da empresa que tinham em mãos – os que negociavam detalhes relativos à deslocação e ao transporte, os responsáveis pela administração local e pelos trâmites do encaminhamento processual para o completamento e resolução das diligências tomadas.

Figura 11: Grupo de emigrantes aguardando no Terreiro do Paço o momento de embarque para o Brasil.

Fonte: Fotografia do Joshua Benoliel (Arquivo Fotográfico de Lisboa, sem data).

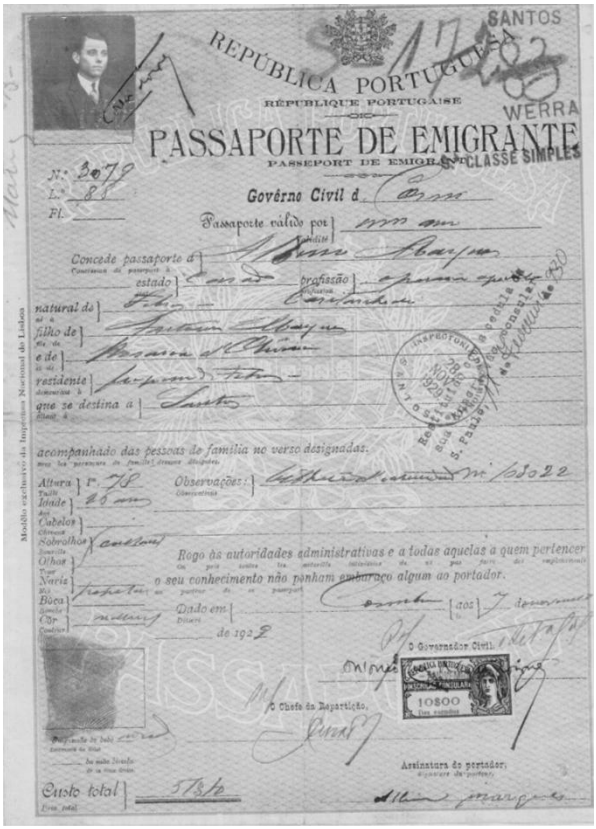
Figura 12: Na gare, aguardando o comboio.

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 401, 1913.

O projeto de partir implicava, no entanto, tomar decisões muito difíceis pois os inerentes encargos de natureza económica implicariam ter que se desfazer de bens próprios através da

realização de uma hipoteca "por mor de um passaporte e passagem". Mas a opção foi tomada pelo protagonista do romance, Manuel da Bouça, que afirma: "Vou…Vou até ao Brasil…Como se fosse coisa nunca vista alguém ir pró Brasil! (Ali) é que se governa a vida". E, dessa forma, iniciam-se os preparativos para a travessia do longo oceano, percurso obrigatório que transportaria os emigrantes para os diferentes espaços geográficos de um país desconhecido, muito diferente, situado a longa distância, para o desempenho de atividades profissionais que lhes iriam permitir amealhar muito mais do que seria necessário para viver e, em muitos casos, mesmo vencer.

Figura 13: Passaporte de Emigrante atribuído a Albino Marques, emitido em 7 de novembro de 1929 pelo Governo Civil de Coimbra. Destino: Santos, Brasil.


REPÚBLICA PORTUGUESA
RÉPUBLIQUE PORTUGAISE
PASSAPORTE DE EMIGRANTE
PASSEPORT DE EMIGRANT
CLASSE SIMPLES
SANTOS
WERRA
Govêrno Civil d
Passaporte válido por
Concede passaporte a
estado
profissão
natural do
filho de
e de
residente
que se destina a
acompanhado das pessoas de família no verso designadas.
Altura
Idade
Cabelos
Sobrolhos
Olhos
Nariz
Boca
Cor
Observações:
Rogo às autoridades administrativas e a todas aquelas a quem pertencer o seu conhecimento não ponham embaraço algum ao portador.
Dado em
de 192
O Governador Civil
O Chefe da Repartição
Assinatura do portador
Custo total

Fonte: acervo próprio.

Nessa longa viagem eram, da mesma forma, também percorridos espaços sociais desconhecidos, onde a capacidade de adaptação seria posta à prova e a luta pela sobrevivência física e emocional tinha um carácter permanente.

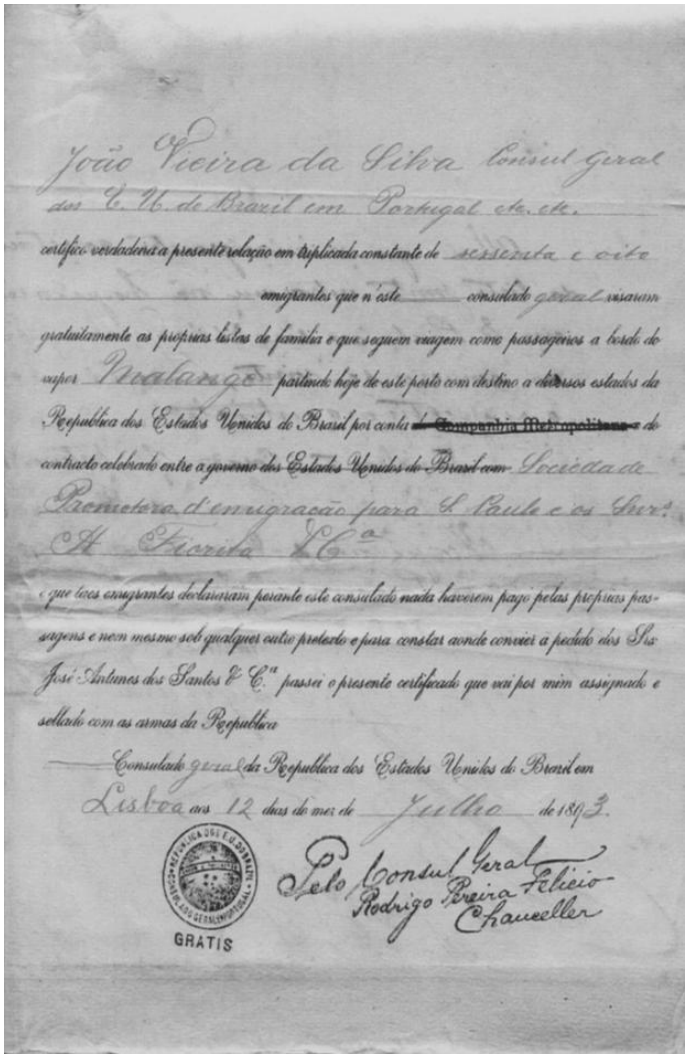
O decorrer de todo o itinerário inclui diferentes episódios, nem sempre anteriormente previstos, nem fáceis de vivenciar pelos próprios e só ultrapassados por uma grande perseverança, característica de quem está realmente decidido a suportar o difícil conjunto de provas que se vão apresentando, de forma a conseguir atingir o objetivo previamente definido.

O autor faz-nos compreender que a proveniência da população que procurou emigrar não é homogénea e que, para

além dos portugueses, seguiram o mesmo destino muitos outros europeus entre os quais se distinguem, em particular, os italianos.
O ponto final a atingir, que poderia vir a ser muito diversificado dentro do imenso território brasileiro (lembre-se entre outros, por exemplo, Pará, Amazónia, Rio de Janeiro, São Paulo)[20] acaba, não raras vezes, por vir a ser escolhido em função de um relacionamento pessoal anterior, que obedece à procura de uma proximidade familiar de alguém já instalado no mesmo local. No caso de Manuel da Bouça, a cidade de Santos viria a ser o porto de desembarque, por nele dispor do contacto de um conterrâneo amigo – Cipriano de Lordelo, que julgava poder constituir o precioso apoio de que carecia, dado o conteúdo das notícias por ele enviadas para Portugal.

Figura 14: Certificado assinado pelo Cônsul Geral dos Estados Unidos do Brasil em Portugal, declarando a partida de sessenta e oito emigrantes com destino a diversos estados da República dos Estados Unidos do Brasil. Emitido em Lisboa a 12 de Julho de 1893.

[20] O capítulo 5 do livro *Imigração, Urbanização e Industrialização* (DIÉGUES JUNIOR, 1964) refere "As Áreas de Imigração", desenhando a distribuição regional da residência da população imigrada no Brasil. Interessante será recordar que São Paulo se tenha tornado o principal centro de imigração naquele país, em que a população estrangeira que então contabilizava 761.991, correspondia a 59% do total nacional. Mais de 85% dessa população estrangeira era constituída por Italianos, Portugueses, Japoneses, Espanhóis e Alemães. Tal situação não exclui, porém, a diversidade de etnias que se encontravam no Estado de São Paulo, sobretudo na sua capital, vide páginas 63-67.



João Vieira da Silva Consul Geral dos E. U. do Brazil em Portugal etc. etc.

certifico verdadeira a presente relação em triplicada constante de sessenta e oito emigrantes que n'este consulado geral visaram gratuitamente as proprias listas de familia e que seguem viagem como passageiros a bordo do vapor Nicolaenge partindo hoje de este porto com destino a diversos estados da Republica dos Estados Unidos do Brasil por conta ~~da Companhia Metropolitana~~ de contracto celebrado entre o governo dos Estados Unidos do Brasil com Sociedade Promotora d'emigração para S. Paulo e os Snrs. A. Figueira & Cª

e que taes emigrantes declararam perante este consulado nada haverem pago pelas proprias passagens e nem mesmo sob qualquer outro pretexto e para constar onde convier a pedido dos Srs. José Antunes dos Santos & Cª passei o presente certificado que vai por mim assignado e sellado com as armas da Republica

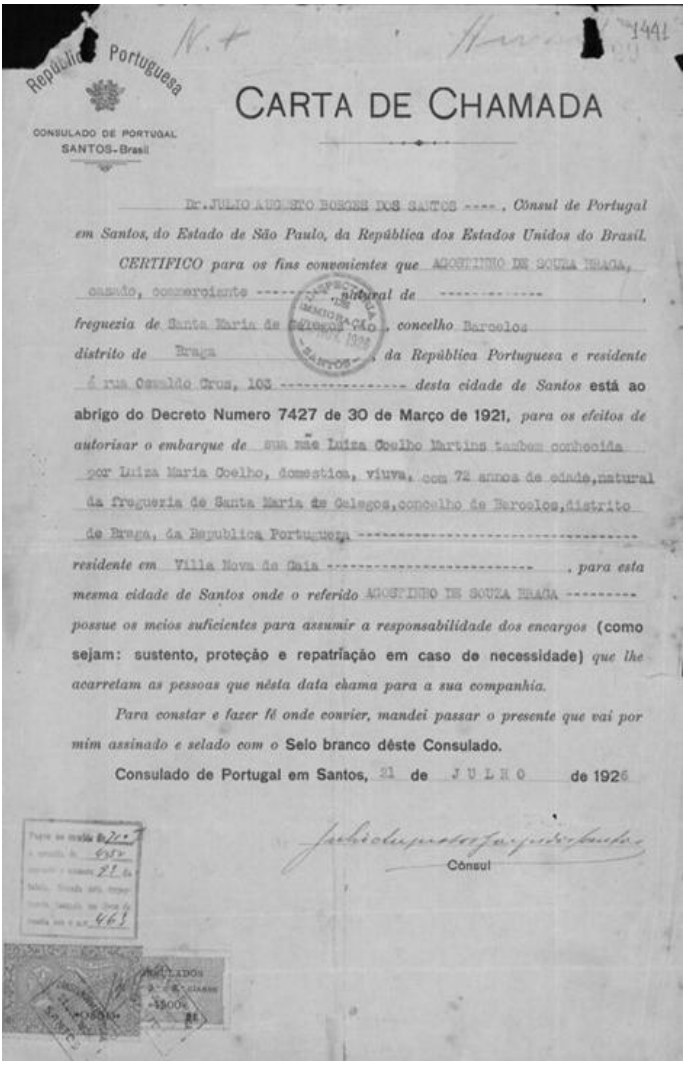
Consulado geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Lisboa aos 12 dias do mez de Julho de 1895.

GRATIS

Pelo Consul Geral
Rodrigo Freira Felicio
Chanceller

Fonte: acervo próprio.

Figura 15: Carta de Chamada do comerciante Agostinho de Souza Braga, residente em Santos, Brasil dirigida à sua mãe Luiza Coelho Martins, residente em Vila Nova de Gaia. Emitida pelo Consulado de Portugal em Santos a 21 de julho de 1926.



Republica Portuguesa

CONSULADO DE PORTUGAL
SANTOS-Brasil

CARTA DE CHAMADA

Dr. JULIO AUGUSTO BORGES DOS SANTOS ----, *Cônsul de Portugal em Santos, do Estado de São Paulo, da República dos Estados Unidos do Brasil.*

CERTIFICO para os fins convenientes que AGOSTINHO DE SOUZA BRAGA, casado, comerciante ---------- *natural de* ----------, *freguezia de* Santa Maria de Galegos, *concelho* Barcelos *distrito de* Braga *da República Portuguesa e residente á* rua Cesaldo Cruz, 103 ---------- *desta cidade de Santos* **está ao abrigo do Decreto Numero 7427 de 30 de Março de 1921,** *para os efeitos de autorisar o embarque de* sua mãe Luiza Coelho Martins tambem conhecida por Luiza Maria Coelho, domestica, viuva, com 72 annos de idade, natural da freguezia de Santa Maria de Galegos, concelho de Barcelos, distrito de Braga, da Republica Portugueza ---------- *residente em* Villa Nova de Gaia ---------- *, para esta mesma cidade de Santos onde o referido* AGOSTINHO DE SOUZA BRAGA --------- *possue os meios suficientes para assumir a responsabilidade dos encargos* **(como sejam: sustento, proteção e repatriação em caso de necessidade)** *que lhe acarretam as pessoas que nesta data chama para a sua companhia.*

Para constar e fazer fé onde convier, mandei passar o presente que vai por mim assinado e selado com o **Selo branco dêste Consulado.**

Consulado de Portugal em Santos, 21 **de** JULHO **de 1926**

Cônsul

Fonte: acervo próprio.

Segue-se a chegada à terra alheia e tem início o processo de instalação; os esforços e trabalho que para tal foram desenvolvidos; as formas procuradas para garantir a inserção no país recetor, bem como o longo caminho conducente a uma

eventual fixação, são descritos nas cenas em que o protagonista se move entre o espaço urbano e o espaço agrícola, vivendo o quotidiano no interior de São Paulo (Fazenda de Santa Efigénia e Guatapará) e na capital do Estado, para onde se tinha dirigido cheio de esperança e de onde posteriormente se vira obrigado a partir completamente desiludido[21]. A localização regional de cada uma das zonas e dos locais por onde deambula a figura central do romance mostram como o seu autor conhece bem tudo o que refere, quer se trate da localização dos espaços agrícolas do interior do Estado como o da geografia da própria capital.

Durante o período em que reside no Brasil, ir-se-á lentamente desenhando a escolha entre as opções articuladas: permanecer definitivamente no estrangeiro ou regressar ao país de origem. E entre qualquer destas duas hipóteses situa-se uma gama de situações: a que expressa o adiamento de um eventual retorno; a resolução de ir ficando mais tempo até ao possível estabelecimento definitivo; ainda, a de vir a regressar à sua origem de forma compulsiva ou por vontade própria.

E se tal acontecesse e o retorno tivesse mesmo sido a opção tomada, qualquer que fosse a forma que viesse a assumir, viria a ter lugar o necessário processo de reinserção, muitas vezes identificado com uma nova imigração, a que não seriam alheias, na maior parte das vezes, surpresas completamente inesperadas.

Ao longo da via percorrida pelos migrantes, a análise etno-sociológica especializada sobre o assunto, identifica todo este conjunto de situações intermédias, que podem ser inseridas num só conceito abrangente e estruturador, designado como "itinerário migratório", que dá cobertura a duas das dimensões principais do mesmo fenómeno, a espacial e a temporal, incluindo e articulando a sequência das etapas que o integram de forma cronológica. Assim se designa o conjunto de passos, ações ou situações, dados ou experimentados por um indivíduo migrante,

[21] "(…) chegava-se aos domínios do café: aos terreiros, grandes e todos de cimento, (…) aos tanques onde se separavam os 'cerejas' dos 'bóias' e se avaliava o número dos 'marinheiros' (…)." Vide Primeira Parte, capítulo XII, de *Emigrantes*.

com relevância para o processo em que se encontra envolvido sobretudo em situações de migração internacional (ROCHA-TRINDADE, 1995, p. 37).

No romance *Emigrantes*, todas estas fases se encontram materializadas ao longo do percurso de vida e são personificadas pelo seu protagonista, Manuel da Bouça. O desenrolar da narrativa ilustra o encadeado da sequência quase de forma modelar.[22]

BRASIL, UM LUGAR MÍTICO

Portugal dos anos vinte, retratado por Ferreira de Castro, é com efeito um espaço geográfico confinado, marcado por profundas desigualdades sociais[23], onde as possibilidades de mobilidade ascendente senão totalmente inexistentes eram, pelo menos, extremamente limitadas e muito difíceis de conseguir vir a atingir.

Quando se pensa no mundo rural português característico dessa época, imagina-se a densidade do povoamento existente, disseminado por aldeias de gente muito pobre, analfabeta, apegada a hábitos ancestrais, sem contacto com o mundo exterior.[24]

O Brasil, não só pela sua real dimensão como pela representação imaginada que se foi instalando, ocupou desde sempre um lugar de destino assinalável no quadro da secular emigração portuguesa. Desde que a Lei Áurea, de 13 de maio de

---

[22] O manual *Sociologia das Migrações* (nº 88, coleção Manuais/UAb), um dos elementos do bloco didático multimédia da disciplina que tem o mesmo nome, lecionada em ensino a distância pela Universidade Aberta desde 1996, desenvolve largamente este conceito de itinerário migratório, ao tratar o caminho percorrido pelo migrante, vide páginas 37-40.

[23] Em 1913 a economia portuguesa tinha-se degradado muito em relação aos países europeus mais desenvolvidos: o seu PNB era 29% do da Grã-Bretanha, 42% do da França e 66% do da Itália; enquanto em 1860 era respetivamente 47%,75% e 92% (BAIROCH, 1976). Em 1920 só 34% da população era alfabetizada; em 1930 apenas 38% tinha atingido essa categoria (CANDEIAS; SIMÕES, 1999).

[24] Em Portugal a taxa de analfabetismo entre 1920 e 1930 era superior a 60%.

1888, aboliu a escravatura e prometeu favores e proteção às pessoas que se fossem estabelecer no território brasileiro, os portugueses foram os que em maior número para ele se precipitaram (COSTA, 1911, p. 88). No entanto, difícil será calcular o número exato dos que o procuraram em cada espaço de tempo. Os resultados obtidos através das muitas e diversificadas fontes capazes de facultar informações nem sempre são coincidentes, uma vez que os critérios orientadores dos registos demográficos obedecem a diferentes normas. No entanto, a título meramente indicativo, fornecem-se números que apenas constituem indicadores com valor orientador de referência.

De 1920 a 1930 entram no Brasil 909.126 imigrantes, sendo os portugueses o grupo nacional que maior presença denota nas estatísticas no período compreendido entre 1910 e 1929. De acordo com o boletim "Estatística de Imigração, 1937", emigraram nesse ano para o Estado de São Paulo:

246 048	**Portugueses**
199 140	**Espanhóis**
180 612	**Italianos**
84 278	**Japoneses**

Fonte: Estado de São Paulo (1937).

O ano de 1929, porém, abre uma situação nova para a emigração que se dirige ao Brasil, e esta lamentavelmente evidencia um significativo recuo.[25]

A maioria do contingente emigratório português proveniente do Norte do país tinha como lugar de origem a região ao norte do Tejo, muito em especial entre o rio Douro e o rio

[25] O fator interno constitui a principal causa desta nova crise no desenrolar do processo de imigração. Os problemas económicos dão início ao ciclo de depressão em 1929-1930, agravados por desentendimentos políticos. Com as revoluções de 1924 ("A Revolução Esquecida") e de Outubro de 1930, a que se encontram associados pruridos de nacionalismo, naturalmente prejudiciais à imigração, cai a entrada de imigrantes no Brasil, contrariamente ao que tinha tido lugar nos decénios anteriores (DIÉGUES JUNIOR,1964, p. 57).

Minho. A zona que o autor procurou retratar – Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra – de algum modo evocadora do seu próprio espaço de origem, utilizando a figura do emigrante Manuel Joaquim dos Santos, designado por Manuel da Bouça, poderia ser tomada como paradigma de uma das zonas de partida, marcada por todas as características ambientais e condições de vida, responsáveis pelo abandono do país.

Por outro lado, em termos de análise social e económica, será de considerar que o enfoque incide sobre um quadro regional em que a importância da atividade agrícola não só é dominante como também pode ser considerada o principal recurso de sobrevivência.

A dimensão das propriedades, o desgaste físico provocado por longos dias de trabalho realizado de sol a sol, cujo desempenho incluía todos os membros de cada família, sendo ainda referidas as expectativas limitadas pelo conjunto de condições adversas em que se encontravam mergulhados, merecem referência. À situação crítica provocada pela falta de dinheiro era quase sempre contraposta a convicção ingénua de que num futuro próximo, durante um período de tempo não muito longo, se poderia vir a aceder a uma situação económica marcadamente diferente e substancialmente melhor, constituía forte apelo à mudança de país.

Tendo a população portuguesa que escolher a saída para o estrangeiro como alternativa à dura situação em que se encontrava, o Brasil impunha-se quase que naturalmente como destino emigratório prioritário, dada a identidade linguística que em muito facilitava a comunicação e à qual se associavam muitos outros fatores favoráveis. Por exemplo, a existência de familiares e de conterrâneos já enraizados naquele país e também a crença de que as perspetivas de poder encontrar muitas e promissoras oportunidades, num imenso e compensador mercado de trabalho aberto e ainda não totalmente explorado.

Neste romance, o Brasil, identificado como lugar mítico, culminar de uma quimera que não se conseguiria atingir no país, termina com o infeliz desfecho que o remata, o de um completo insucesso. Estamos perante a construção de um eldorado que nasce pela mão da própria sociedade face ao sucesso de alguns,

que se desconstrói pela verdade da experiência vivida por muitos outros e que o autor experienciou.

Contrariamente ao que até então tinha sido divulgado pelas obras literárias que, em regra, consagravam o êxito dos "Brasileiros de torna – viagem"[26], Ferreira de Castro passa a fazer conhecer a outra face da medalha, que revela a dolorosa realidade assumida pela emigração sem resultados positivos, transcrita de forma dura, mostrando o fracasso resultante do desfasamento entre a idealização de projetos anteriormente alimentados com tanto fervor e a dura realidade existente.

A escolha do Brasil como destino especializado, intencionalmente selecionado, que tem um carácter específico e foi prioritária no Portugal de então não é, no entanto, um fenómeno social isolado, dissociável de outros homólogos que decorreram em sintonia, não só nesse mesmo período como nos que o precederam ou se lhe seguiram. Tome-se, como exemplo, fenómenos idênticos entre Inglaterra e os Estados Unidos, ou entre Espanha e as Repúblicas latino-americanas.

Como Ferreira de Castro muito bem ilustrou, os casos de insucesso, frequentemente escondidos pelos próprios migrantes, como se de uma vergonha se tratasse, são escamoteados aos que lhes são próximos, nas suas terras de origem – quando Manuel da Bouça decide regressar a Lisboa, onde o anonimato o fará desaparecer na multidão, oculta o completo fracasso em terra brasileira, para onde publicamente afirma voltar de novo. Este facto exemplifica as situações dos que não puderam conhecer a vitória que o desejado triunfo económico lhes teria podido conferir.

---

[26] Durante o período em que se verificaram as migrações entre Portugal e o Brasil numerosos foram os escritores portugueses que utilizaram a figura do "Brasileiro", na situação de retornado ao país, para sobre ele tecerem um conjunto de considerações de ordem crítica, muitas vezes tocando mesmo o ridículo de certas situações vividas. Guilhermino César, professor de naturalidade brasileira, que lecionou em Minas Gerais, aproveitou o ano sabático que então auferia para lecionar na Universidade de Coimbra e escrever a magnífica obra intitulada: *O Brasileiro na Ficção Portuguesa - o direito e o avesso de uma personagem-tipo* [1969], que constitui a grande obra de referência para quem queira aprofundar este assunto.

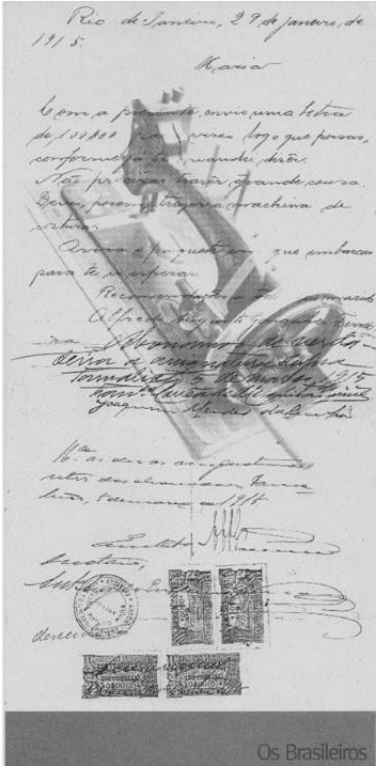
O realismo deste trabalho reflete o profundo conhecimento que o autor tem do processo migratório e, as diversas situações vividas pelos imigrados e os sentimentos que envolvem toda a atuação das personagens, assentam na sua própria vivência pessoal.

É de assinalar o recorte encadeado do conteúdo dos capítulos que se sucedem, em que o fluir temporal da história apresenta e desenvolve de modo plausível e coerente toda a trama das situações descritas. As que nele são contempladas decorrem, naturalmente, ao longo da articulação de uma sequência em que, de forma consecutiva, as anteriores dão lugar às que se seguem.

A figura principal, o migrante Manuel da Bouça, conjuga as justas ambições que lhe deram força para prosseguir quando procurou alcançar êxito fora do país, às sérias interrogações que se colocaram perante a forma de as obter, face às dificuldades que continuada e inesperadamente foram surgindo. Interroga-se, no entanto, justificadamente sobre a maneira como teriam conseguido enriquecer no Brasil os que eram tidos como possidentes e constituíam referência do sucesso. Por exemplo, "o Sebastião de Sousa, que dera alguns contos para a Nossa Senhora de La Salette" ou "o senhor comendador de Castelões, que mandara fazer um palácio no cimo da serra do Aristal, de onde se via até o mar, lá para a Torreira, e uma escola, e uma estrada, e uma igreja".

São lembrados aqueles a quem continua a estar ligado na origem e são expressos os sentimentos de amor que o fazem permanecer no seu próprio núcleo familiar. O conteúdo das cartas trocadas espelha o modo como a vida continua a evoluir e ainda que se encontrem separados os que se querem bem, uma interação de natureza emocional continua a estabelecer-se entre eles.

Figura 16: Seminário "Os Brasileiros. Apropriação e Recriação do Património e da Memória Coletiva. A Oralidade, a Escrita, as Imagens e os Novos Media", Porto, 23 e 24 de janeiro de 2001.



Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 1915
Maria,
Com a presente, envio uma Letra de 100$00 para vires logo que possas, conforme já te mandei disêr.
Não precisas trasêr grande cousa. Deves, porem trazer a machina de costura.
Avisa o paquete em que embarcas para te ir esperar.
Recomendações a todos.
Teu marido,
Alfredo Augusto Gonçalves Ferreira

Fonte: acervo próprio.

Por outro lado, as personagens intervenientes no quadro do país para onde emigrara, pertencentes à sociedade multicultural brasileira, encontram-se bem recortadas e constituem exemplo da diversificada população que aí se foi instalando. Poderá mesmo dizer-se que as múltiplas origens populacionais que já então caracterizavam o país, constituem uma das particularidades mais salientes da realidade que retrata.

As diferentes vagas de migrantes, provenientes de muitas e diversas origens, chegadas também a ele em tempos diferentes, conseguiram misturar-se com os da terra e entre si, estabelecendo formas de convívio recíproco de vários tipos.

Descreve com realismo as situações que contempla, sem procurar enganar o leitor, oferecendo-lhe assim o relato de acontecimentos que bem conhece pela própria experiência. E, dessa forma, vai desconstruindo o mito de um enganoso regresso acompanhado de sucesso que, embora podendo acontecer, nunca poderá dizer-se estar *ab initio* assegurado.

A geografia física e a abordagem social do fenómeno migratório, visualizado através da perspetiva do espaço de deslocação de gentes que atravessaram o tão longo oceano Atlântico em condições hoje difíceis de conceber, cria uma imaginária plataforma transoceânica, ponte de ligação entre continentes, em que o percurso de investigação proporcionado pela metodologia própria da geografia humana poderá seguir um objeto de estudo motivador.

A dinâmica característica do viver quotidiano, que espelha as dificuldades encontradas, a permanência de lutas que em alguns casos foram contornadas ou mesmo ultrapassadas, bem como os sucessos obtidos, constroem a história dos territórios e das gentes que entre eles se deslocaram. Tentar conhecer o presente implica lançar um olhar retrospetivo que explique como a continuidade das ocorrências do passado se vieram a projetar no futuro e embora assumindo configuração diferente, ainda se mantêm em muitos casos.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. F. **Os Brasileiros**: emigração e retorno no Porto oitocentista. Porto: Gráficos Reunidos, 1994.

ARROTEIA, J. C. **Atlas da Emigração Portuguesa**. Porto: Secretaria de Estado da Emigração, Centro de Estudos, 1985.

BAIROCH, P. Europe's Gross National Product 1800-1975. **Journal of European Economic History**, Roma, v. 5, p. 273-340, 1976.

CANDEIAS, A.; SIMÕES, E. Alfabetização e Escola em Portugal no Século XX: Censos Nacionais e estudos de caso. **Análise. Psicológica**, Lisboa , v. 17, n. 1, p. 163-194, mar. 1999. Disponível em: https://bit.ly/2XNxfLM. Acesso em 10 ago. 2020.

CANDEIAS, A; PAZ, A.; ROCHA, M. **Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX**: os censos e as estatísticas. 2, ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

CASTRO, F. **Emigrantes**. 1. ed. Lisboa: Livraria Renascença, 1928.

____. **A Selva**. 1. ed. Porto: Livraria Civilização, 1930.

CÉSAR, G. **O "Brasileiro" na Ficção Portuguesa:** o direito e o avesso de uma personagem-tipo. Lisboa: Parceria António Maria Pereira Ldta, 1969.

COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. **Os Brasileiros de Torna – Viagem no Noroeste de Portugal.** Lisboa: PRINTER Portuguesa, 2000.

COSTA, A. **Estudos de Economia Nacional: problema da emigração**. Lisboa: Imprensa Nacional, Edição do Autor, 1911.

COSTA, D. A. **No Minho**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874, 310 p.

DIÉGUES JÚNIOR, M. **Imigração, Urbanização e Industrialização**: estudo sobre aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1964.

DINIS, J. **Uma Família Inglesa**. Lisboa: Círculo de Leitores 1978.

_____. **A Morgadinha dos Canaviais**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1980.

ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo **. Estatística de imigração**. São Paulo: Directoria de Terras, Colonização e Immigração e Colonização, 1937.

MONTEIRO, M. **Fafe dos "Brasileiros" (1860-1930):** perspectiva histórica e patrimonial. Fafe: 1991.

PIRES, R. P.; MACHADO, F. L.; VAZ, M. J. **Portugal:** atlas das migrações internacionais. Lisboa: Tinta-da-China, 2010.

ROCHA-TRINDADE, M. B. O Regresso Imaginado. **Nação e Defesa**, v. 4, n. 28, p. 87-97, 1983. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.26/3459. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil. **Análise Social**, v. 22, n. 90, p. 139-156, 1986.

_____. **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

_____. **Retorno** – a construção e a desconstrução de um mito.[PPT – 62 Imagens]. Lisboa: 2010.

_____. Brasil no Quadro das Migrações Portuguesas (Séculos XIX e XX) - memória e visibilidade
In: COLÓQUIO - AS MOBILIDADES NO ESPAÇO E NO TEMPO, 2017, Funchal. **Actas**[...]. Funchal: CEHA, 2017, p. 255-308.

ROCHA-TRINDADE, M. B.; CAEIRO, D. **Portugal – Brasil**: migrações e migrantes. Lisboa: Edições INAPA, 2000.

SERRÃO, J. **A Emigração Portuguesa:** sondagem histórica. 1. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.

SILVA, F. E. **Emigração Portuguesa**. Lisboa: Tipografia Universal, v. 1, 1917.

SIMÕES, N. **O Brasil e a Emigração Portuguesa** (notas para um estudo). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.

TAVARES, D. **Casas de Brasileiro** - erudito e popular na arquitectura dos torna-viagem. Porto: Dafne Editora; Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2015.

TERRITORIALIZACIONES COOPERATIVAS DEL AGRONEGOCIO. DOS CASOS EN UNA REGIÓN ARGENTINA MARGINADA (1990-2015)

José Martín Bageneta

INTRODUCCIÓN

El objetivo del texto es analizar los tipos de territorializaciones que llevan adelante dos cooperativas agropecuarias de la región marginada del Gran Chaco Argentino (GChA) frente a la primacía del agronegocio. Para ello se consideran no sólo las re-estructuraciones organizativas, sino también los discursos institucionales, así como las palabras de los/las asociados/as[27]. Los interrogantes centrales son: ¿cuáles son las territorializaciones cooperativas ante el agronegocio?, ¿confrontan con la lógica del modelo excluyente? y, en todo caso, ¿se adaptan con mayor o menor "éxito"?.

La desregulación, la descentralización de la economía, la modificación de las estrategias productivas y el surgimiento de nuevos actores sociales, son las características destacadas del nuevo modelo de acumulación que se inicia en Argentina en los '70 y se consolida en la década de 1990. En este contexto priman entre otros factores las inversiones de capital y la incorporación de tecnología como parte de la polarización; el agro argentino se adapta al negocio.

La región marginada del GChA en el norte argentino, donde se encuentran los casos de estudio, se convierte desde fines de esa década en un espacio central para la apropiación del capital ante los incrementos de los valores de los commodities a nivel

[27] Si bien durante este texto, para simplificar la lectura, se utilizará el género masculino, se lo hará con la compresión de la necesidad de visualizar la presencia de mujeres, en tanto "borradas" en la construcción patriarcal de las organizaciones, así como de la sociedad en la cual se insertan (SEGATO, 2011).

internacional, en particular la soja. Las provincias que integran este territorio dan cuenta de la expansión sojera en la superficie cosechada, Chaco y Santiago del Estero evolucionan del 1% al 5%, mientras Salta pasa del 2% al 3%, con un crecimiento significativo a comienzos de ’90.

El desarrollo del proceso organizacional (y sus estrategias) se estudia inserto en un proceso dialógico con el territorio como espacio apropiado y en disputa entre lógicas productivas; mientras que esa relación configura posibles alternativas a partir de normas, valores y principios cooperativos. En tal sentido se considera que estas formas de economía popular se pueden territorializar de modo solidario así como en las exigencias del agronegocio.

Los dos casos, si bien nacen en provincias distintas, se insertan en la misma región del GChA y, por lo tanto, comparten la dinámica territorial. La Cooperativa Agropecuaria de Presidencia Roque Sáenz Peña (CAPRSP) del centro de la provincia de Chaco da cuenta de una estrategia que persigue, sin lograr erguirse y con una estructura financiera en crisis, la dinámica del agronegocio. Mientras que la Unión Agrícola de Avellaneda (UAA) del norte de Santa Fe muestra una expansión territorial con el acopio de *commodities* del modelo y resultados económicos superavitarios, aunque esto sucede en base a una dislocación territorial entre su base social y las operaciones comerciales.

Los antecedentes de estudios sociales sobre estas cooperativas son dispares. La entidad santafesina cuenta con referencias profusas a lo largo de más de medio siglo, dado su enorme desarrollo territorial en los márgenes, por ser en lo relativo a producción una de las más importantes cooperativas de primer grado del país y por conformar iniciativas novedosas en los administrativo/financiero (IZQUIERDO, 1972; OBSCHATKO; BASAÑES; MARTINI, 2011; BASAÑES, 2011; SILI; SANGUINETTI; MEILLER, 2013; BAGENETA, 2015; AZERÊDO; BAGENETA; CHRISTOFFOLI, 2018). Trabajos que en su mayoría están en el campo de las ciencias sociales y económicas y que, en algunos caos, problematizan el vínculo con

el agronegocio. Mientras que para la CARSP no aparecen estudios que la consideren (BAGENETA, 2017).

El vínculo complejo entre la etapa de hegemonía del agronegocio - en el modelo económico nacional - y el actor social cooperativo, es motivo de distintos análisis, algunos de los cuales reconocen la empresarialización y formas gerenciales como tensiones organizacionales emergentes. Estos abordajes revelan aportes de central interés para las páginas del capítulo (GIARRACA, 1994; LATTUADA, 2006; CARRICART, 2012; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013).

El cooperativismo agrario argentino, en una apretada síntesis, atraviesa por dos etapas críticas de transformación – así como sucede con las corporaciones agrarias - a comienzos y fines del siglo XX. Primero conforma sus rasgos organizacionales en clave del Modelo Rochdale, consecuente con determinados valores y, luego, muta hacia formas empresariales o atraviesa crisis que, en gran cantidad de casos, son terminales. A su vez, mantiene una distribución territorial desigual ya que "más del 60% de las cooperativas continuaron localizadas en la región pampeana", mientras que se profundiza la primacía de las entidades del rubro agrario (LATTUADA, 2006, p. 148). El endeudamiento de las décadas anteriores (´70 y ´90) "condicionó sus posibilidades empresariales en nuevo contexto macroeconómico y sectorial" (OBSCHATKO; BASAÑES; MARTINI, 2011, p. 77). Tienen un importante retroceso en el número de asociados y entidades[28]: "durante la última década del siglo XX se produjo una significativa declinación de la importancia relativa del cooperativismo agropecuario" (LATTUADA, 2006, p. 151).

Finalmente, el estudio de casos bajo la estrategia instrumental es la opción metodológica para abordar el problema de investigación, se toman las dos cooperativas agrarias en tanto

[28] Datos del Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social (INAES) - portando con graves falencias metodológicas - señalan que entre el año 1995 y 2003 se cancelan 348 entidades e inscriben 178. Mientras en 2013 existen 835 cooperativas y 122.710 asociados, un descenso importante con respecto a las 1.437 y 460.729 –respectivamente - de 1972 (LATTUADA; RENOLD, 2004).

permiten trascender su particularidad y reflexionar acerca de lo que sucede con similares actores de la ruralidad argentina (ARCHENTI; MARRADI; PIOVANI, 2007). El material sobre el cual se analiza cada entidad consiste en la articulación de distintas perspectivas y tipos de fuentes. Se recurre a Memorias y Balances institucionales, entrevistas en profundidad a asociados, así como la elaboración de estadísticas primarias sobre los documentos de las asociaciones.

TERRITORIALIZACIÓN, COOPERATIVAS Y AGRONEGOCIO

Se comparte la perspectiva del territorio como espacio de gobernanza, apropiado, "hecho cosa propia, en definitiva, el territorio es instituido por sujetos y grupos sociales que se afirman a través de él" (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 42). En consecuencia, existen múltiples territorios según las acciones para controlar el espacio, "cada institución, organización, sujeto, construye su propio territorio y el contenido de su concepto y poder político para mantenerlo" (FERNANDES, 2010, p. 6).

La perspectiva crítica de este capítulo – que involucra las consecuencias del modelo - considera al agronegocio como un modelo agrario apoyado sobre crecientes inversiones de capital tras la persecución – a través de tecnología y más productividad - de mayores rentabilidades. Como modelo constituye una práctica discursiva y de legitimidad mediante distintas instituciones (universidades, medios de comunicación, entre otras). Tiene un grado importante de "externalidad" con respecto al agro pues influyen en la toma de decisiones sectores que actúan en otras esferas económicas (industrial y financiero, centralmente). En el plano de las consecuencias se pueden considerar: proceso de concentración económica, crisis social, degradación de recursos naturales, perfiles nacionales monoproductores y dependientes.

Como parte de la economía popular las cooperativas pueden, según su práctica, concepción y estrategia, ser medios para la construcción de territorios del agronegocio o solidarios. Se territorializan, por lo tanto, en la persecución de las dinámicas del

modelo del agronegocio o, en todo caso, establecen resistencias a su avance (CORAGGIO, 2012).

En un intento sintético se apela a una definición multidimensional de este actor social. Las cooperativas agrarias se fundan a partir de una base social que les pre-existe y que las motiva con necesidades económicas, sociales y culturales; los socios se transforman junto con las estructuras sociales del agro (CHAYANOV, 2017). Estas organizaciones colectivas construyen y disputan el territorio. De modo integral - con las dimensiones previas - portan con una politicidad en tanto representación colectiva de intereses específicos y distintos grados de agregación (1º, 2º y 3º) y, a su vez, en términos antropológicos, las integran comunidades con facciones con distintos proyectos que, en menor o mayor medida, rivalizan por la hegemonía sobre el conjunto (RAKOPOULOS, 2015). A su vez, al formar parte de un movimiento internacional institucionalizado, esgrimen y confrontan auto-definiciones, afuera y adentro. Las características de su base social, la afirmación valorativa y los modelos socio-productivos hegemónicos son elementos que dotan de tensiones estructurales a estas organizaciones. Finalmente, la dimensión histórica que permite reconocer las tensiones en procesos contradictorios a lo largo del tiempo.

En el plano normativo la Alianza Cooperativa Internacional (ACI), representación internacional, las define como “una asociación autónoma de personas que se han unido voluntariamente para hacer frente a sus necesidades y aspiraciones económicas, sociales y culturales comunes por medio de una empresa de propiedad conjunta y democráticamente controlada” (KAPLAN, 1995, p. 256). Establece, una “identidad cooperativa” sobre valores de los cuales se desprenden siete principios: adhesión voluntaria y abierta; gestión democrática por parte de los socios; participación económica de estos; autonomía e independencia; educación, formación e información; cooperación entre cooperativas; interés por la comunidad.

Mientras que las estrategias son líneas generales para lograr un determinado fin en cada organización, de ella se desprenden tácticas y acciones particulares, que no implican

unidireccioanlidad. Representan, por lo tanto, la lectura de este actor social –resultado de historia y contexto- ante determinadas situaciones. Una definición elemental - con la cual se acuerda - es que “la estrategia es la técnica al servicio del logro de un objetivo (individual o colectivo; privado o público; pacífico o bélico-militar)” (BOBBIO; MATTEUCCI; GIANFRANCO, 2005, p. 578).

En dicha dirección Mario Lattuada (2006) permite agregar al plano organizacional la lectura de tipologías para los procesos históricos. Plantea que en el contexto régimen social de acumulación de apertura y desregulación de los años '90 - en la cual se conforman los rasgos del agronegocio - las cooperativas agrarias entran en una etapa de Organización Institucional en Mutación. A su vez, identifica dos subtipos ideales: mutualista y empresarial.

El primer subtipo "promueve retomar con mayor vehemencia un acercamiento entre los principios cooperativos y las prácticas institucionales, enfatizando los principios de solidaridad y ayuda mutua, y la participación democrática. Se caracterizan por estrategias que contemplan con mayor intensidad los intereses de los asociados (…). En estas organizaciones, el grado de compromiso y eficiencia estaría exigido y, nuevamente puesto en función, por principios ideológicos que enfatizan la distinción entre las sociedades de personas, como las cooperativas, y las sociedades de capital o empresas" (LATTUADA, 2006, p. 166-167).

El segundo "tienden a un modelo macrocooperativo con objetivos de introducir fórmulas de gestión empresarial, en los que prevalecen los criterios de rentabilidad económica en detrimento de los de solidaridad. En estos casos, se busca reducir las diferencias entre las cooperativas y las empresas de capital, con el objetivo de superar las restricciones que le impedirían responder con mayor eficacia a los desafíos del nuevo contexto competitivo. Esto requiere la adopción de una mayor envergadura económica y complejidad institucional (...). Implica, también, operar con terceros no asociados, constituir empresas de capital privado..." (Ibíd.).

En sintonía con lo señalado previamente, es central para este trabajo explicitar que los dos tipos ideales implicarán territorializaciones particulares. Mientras que el modelo mutualista tenderá a conciliar el vínculo con el territorio y la base social, el segundo – guiado por el parámetro de rentabilidad - escindirá ambas esferas. En función de lo antedicho, algunas de las variables centrales para caracterizar estos modelos de territorialización son: a) estructura socio-productiva y cultural de la organización, b) relación con asociados y c) dinámica territorial.

a) Se comprenderá que lo que sucede en el territorio y el tipo de respuesta – estrategia - cooperativa implicará distintas diagramaciones institucionales, por ejemplo: qué productos recibe, inversiones que realiza y organización que asumen.

b) El repliegue o distención de los lazos con los asociados, en tanto base de sustentación de estas organizaciones será central para identificar el modo de territorializarse. Si, por ejemplo, las expansiones territoriales se realizan siguiendo a los miembros difiere de si se hace acompañando un interés únicamente económico. Así como gravita el lugar en las operaciones económicas que se le otorgue a “clientes” y a cooperativistas.

c) Ante el avance del modelo del agronegocio en los territorios habitados por estas organizaciones, pueden tomar iniciativas de subordinación, resistencia y/u ofensiva frente a la dinámica. En todo caso puede ser que se amplíen espacialmente en base a subordinar sus lazos solidarios o que, alternativamente, busquen conservar la apropiación sobre el espacio.

En este estudio se presta particular atención a la constante disputa entre actores sociales a la hora de establecer una nominación de la realidad y, por lo tanto, por apropiarse de los significantes que la nombran, o sea por el sentido común. Así es como se comprende que las palabras de las organizaciones insertas en un medio/territorio en transformación dan cuenta de necesidades internas y externas (BOURDIEU, 1998).

Estas distintas herramientas analíticas, articuladas, permiten considerar, por un lado, a la cooperativa en tanto parte de un entramado territorial que - como tal - cuenta con disputas y apropiaciones; a su vez, avalan estudiar el rasgo organizacional sobre el que repercuten dichos acontecimientos, en tanto la estrategia se considera en tensión con valores, principios y contextos históricos particulares.

LA REGIÓN DEL GCHA: AGRONEGOCIO Y COOPERATIVISMO

El GChA se conforma históricamente en el norte argentino en base a lazos económicos, sociales y culturales sin remitir a una delimitación política formalizada[29]. En lo productivo, a lo largo del siglo XX pasa del ciclo forestal del quebracho (*Schinopsis balansae*) al algodonero. Desde la década de 1920 el textil deviene central en el modelo regional, aunque ocupa un lugar marginal en el marco de la hegemonía de los intereses de la región pampeana. Desde mediados del siglo comienza la incertidumbre para éste esquema socio-productivo (MIRANDA, 2005; BRUNIARD, 1978).

[29] Según la delimitación política clásica de la región del Gran Chaco Argentino las provincias que la integran total o parcialmente son: Chaco, Formosa, Salta, Santiago del Estero y Santa Fe (BRUNIARD, 1978, p.165).

Imagen 1: Mapa de Gran Chaco Argentino. División política (1960).

Fuente: BAGENETA (2015).

Hacia fines del siglo XIX comienzan a desarrollarse experiencias asociativas como respuesta de los colonos a los abusos de los intermediarios, tanto los comerciantes (de productos de primera necesidad y de la producción) como los monopolios de acopio. Estas organizaciones tienen una importancia significativa como medio socio cultural de pertenencia del gran número de inmigrantes que las conforman (BECK, 2003). El Estado nacional fomenta la producción algodonera y la organización de los colonos en cooperativas. Hay un proceso común al movimiento cooperativo argentino durante estas décadas con la conformación de cooperativas de primer grado con peso en la región pampeana. En ese marco en 1934 nace la cooperativa de segundo grado Unión de Cooperativas Agrícolas Algodoneras (UCAL) en Presidencia Roque Sáenz Peña que agrupa a entidades de la región central chaqueña. Su primer presidente proviene de la CARSP, asociación que gravitará en roles de representación durante el siglo.

En la década de 1960 la aparición de la fibra sintética y los bajos precios del algodón arrastran a los productores a una crisis que se manifiesta en los descensos de la producción (en toneladas de semillas y fibra). Estas transformaciones significan una de las más profundas crisis para la región. El crecimiento de la superficie con girasol y sorgo en la década del '80 por encima del algodón - en 1981 y1985 - en el Chaco da cuenta de este cambio y de la reacción de la franja de productores capitalizados que pueden reconvertirse (ver gráfico 1). Algunos autores comienzan a utilizar, para dar cuenta de estos cambios, el término de "pampeanización" del Chaco (BRUNIARD, 1982).

Por lo tanto, desde mediados del siglo XX se dificulta la situación de los productores algodoneros de países como la Argentina que no cuentan con una política estatal de subsidios para las producciones primarias, situación encadenada con la desarticulación del mercado interno[30].

Aparece con peso en estos años en el cooperativismo algodonero, al igual que a nivel nacional, los "free rider", entendido por aquellos asociados que no entregan toda su producción, a los cuales las entidades destinan mensajes – recurrentes - en sus Memorias (LATTUADA; RENOLD, 2004). Eligen, estos miembros, dar su cosecha a las acopiadoras privadas que pagan, a diferencia de las asociaciones, el total del valor de la venta en el momento de entrega. Progresivamente se desarticulan ciertas prácticas consecuentes fundacionales. También, hay un "tímido" reconocimiento de parte de estas entidades de que el algodón es un monocultivo y que esto constituye un problema.

En este contexto de reconversión hacia finales de los años `60 y comienzos de los `70 se produce un alto grado de conflictividad social en torno al modelo algodonero – y las

[30] En particular, la cadena algodonera queda constituida en dos grandes sectores: los productores primarios locales (con su diferenciación intra-sectorial) y la industria textil. Sin que se logre la radicación de toda la cadena en la región (dado que el procesamiento de la fibra se realizaba afuera), las posibilidades de que alguno de los dos sectores haga hegemónico un modelo, se torna muy compleja (ROFMAN, 2012).

economías regionales - que tiene entre una de sus manifestaciones a las ligas agrarias[31].

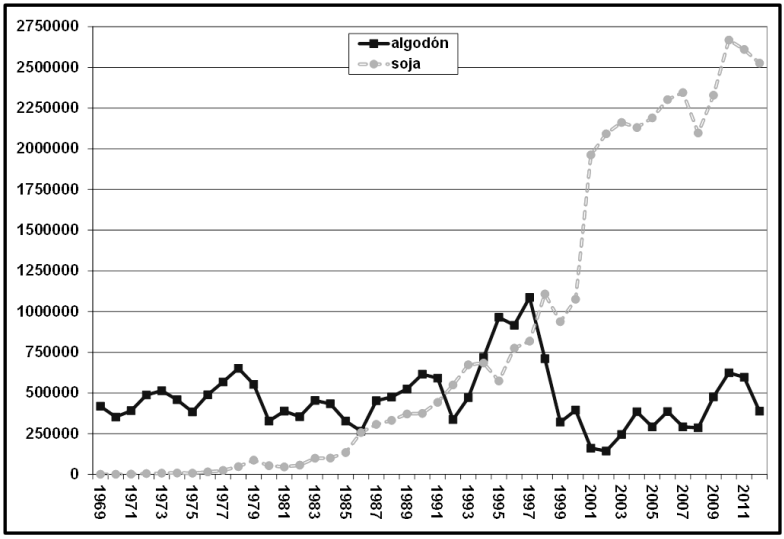
Durante la sangrienta dictadura militar de 1976 la combinación entre el retraso cambiario y los bajos precios externos generan una pérdida significativa de rentabilidad y endeudamiento que arrastra a los asociados de las cooperativas. Los límites crediticios llevan a que las cooperativas se encarguen del financiamiento de sus socios en lugar de capitalizar los excedentes o redistribuirlos, lo que implica endeudamiento de la cooperativa (OBSCHATKO; BASAÑES; MARTINI, 2011). En 1984 hay un nuevo aporte del Estado nacional que condona deudas del sistema cooperativo chaqueño aunque sin lograr detener la crisis (ley 23.143).

Desde mediados de siglo, junto con la caída del modelo de sustitución de importaciones, la exportación e importación de algodón comienza a ser una posibilidad. La liberalización de los años '90 genera dos puntos extremos de producción algodonera. En 1995 hay un pico de producción y exportación[32] histórica que tiene a Brasil como socio central y que para el año 1997 representa el 78% del total de fibra exportada (ver gráfico 1), que conlleva una dependencia y debilidad para la matriz productiva. Mientras que en los tres años siguientes con el descenso de los valores internacionales de la fibra se desemboca en la caída más estrepitosa para la producción.

[31] Las ligas agrarias tienen existencia entre 1971 y 1976 en la región, incluye – por fuera de la misma - a la provincia de Misiones, representan en sus reclamos y luchas los intereses de la pequeña burguesía y campesinos (FERRARA, 1973). Si bien las cooperativas tienen integrantes que son parte de este actor, mantienen cierta prescindencia.

[32] La explosión de la superficie cosechada responde unilateralmente a los precios de la fibra a nivel internacional. En 1995 alcanza el record histórico de 100,76 dólares la tonelada, grupo B (USDA, 2011).

Gráfico 1: Superficie sembrada con algodón y soja (en hectáreas). Chaco. 1969-2012.



Fuente: Elaboración propia en base a datos del Sistema Integrado de Información Agropecuaria (MAGYP-SIIA) del Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca. (www.siia.gov.ar/index.php).

El endeudamiento que arrastra el cooperativismo agrario desde la década anterior "condicionó sus posibilidades empresariales en nuevo contexto macroeconómico y sectorial" (OBSCHATKO; BASAÑES; MARTINI, 2011, p. 77). Da muestra de este proceso la participación en las exportaciones de fibra de las entidades sobre el total nacional, que pasa de 14,4% en 1992 a 7,1% en 1996. Otro dato en el mismo sentido es el desplazamiento del rol central en el desmote de algodón; estas asociaciones pasan del 42,7 % en la campaña 1990 a un 27,8 % en 2009; mientras que las desmotadoras privadas pasan del 57,3% al 72,3% para igual período (MP CHACO, 2012).

El cooperativismo agrario tiene un importante retroceso en el número de asociados y entidades. El auge de la globalización y la inestabilidad de las economías mundiales dan un nuevo marco para la acción económica-social. Se acentúa el giro hacia perfiles cada vez más gerenciales. Hay, a su vez, a

nivel regional experiencias cooperativas que se “adaptan” y consolidan su intervención regional a partir de "leer" las nuevas territorialidades del agronegocio y expandirse espacialmente en el acopio de soja y venta de agroquímicos; asociaciones que, por lo tanto, están dentro de rasgos empresariales (LATTUADA; RENOLD, 2004).

Desde fines de los años '90 el modelo del agronegocio impulsa la “sojización” que reconfigura la "pampeanización" previa, implica cambios territoriales al desarticular la inserción en torno a la industrialización de mediados de siglo XX y una nueva inserción marginada (BAGENETA, 2015). Ocurre el mayor crecimiento relativo en la superficie de soja sembrada durante el nuevo milenio a nivel país, la región pasa de 10% a 17% entre 1992 y 2002[33](ver gráfico 1). Entre las consecuencias de este modelo se registra, por un lado, una dinámica de expulsión de “los inviables”[34] y el descenso de la cantidad de explotaciones totales que pasan de 135.642 en 1969 a 69.127 en 2002 (CNA, 1969; 2002); por otro lado, el número de conflictos - ambientales y por la tierra - en la región chaqueña involucra en el año 2011 a 1.580.580 personas y 11.824.660 hectáreas (REDAF, 2013, p. 30).

En el plano cooperativo, un estudio reciente sobre la situación del sector refiere que “las cooperativas están todas igual, embargadas o inhibidas. Pero son las únicas que hacen asistencia real a los productores, a pequeños y medianos productores reales, que aunque no sea tan buena como debiera, es asistencia real” (CONES, 2012, p. 17). A su vez subraya distintos problemas con raíz histórica y que se pueden sintetizar en los siguientes puntos: 1) Los asociados no entregan toda su producción y eligen dar gran parte a las acopiadoras privadas pues les pagan el total del valor de la venta en el momento de entrega, aunque el precio es menor al otorgado por la cooperativa.

[33]A nivel nacional pasaba entre las campañas 1990/1991 a 2001/2002 de 5.319.660 ha. a 12.606.845 ha.

[34] La categoría censal de tenencia “de hecho” pasa de 3.098.337 ha., en 1969 a 268.320 ha., en 2002 (CNA, 1969, 2002).

2) El traslado de los puntos geográficos de producción algodonera en el sudeste chaqueño, por lo cual las plantas desmotadoras de las cooperativas quedan lejos para su recepción. 3) Por estas razones y por la disminución y oscilación de la producción, la estructura productiva - trabajadores, maquinarias, desmotadoras - quedan sobredimensionadas y, por lo tanto, se produjeron déficit repetidos anualmente. 4) Las cooperativas terminan ocupando el lugar de financista de los socios y muchos no cancelan sus deudas, o lo hacen en última instancia luego de cancelar otras acreencias. 5) La crisis de representatividad entre los dirigentes y la base de asociados, a lo cual se suma la falta de participación juvenil.

DOS TERRITORIALIZACIONES COOPERATIVAS

En esta sección se describen y analizan los dos casos de estudio, se reseña de cada uno una breve historia con foco en el período reciente. En función del objetivo del trabajo se exponen los rasgos que asumieron en las variables centrales que se han identificado para delimitar tipos de territorializaciones.

La **Cooperativa Agropecuaria de Presidencia Roque Sáenz Peña Ltda. (CARSP)** nace el 11 de junio de 1925, se ubica en la localidad de nombre homónimo en el departamento Comandante Fernández (Ver imagen 1, Chaco, punto 9). Tiene, al igual que múltiples entidades chaqueñas de comienzos del siglo XX, el influjo de la política estatal nacional que promociona su organización. Ocupa un rol activo en las entidades de representación de intereses, en 1934 el primer presidente de la UCAL proviene de la misma. En el plano representativo mantiene su adhesión a la Federación Agraria Argentina (FAA), de índole reivindicativo agrarista[35].

[35] En el agro argentino y particularmente en la región pampeana hay grandes formaciones discursivas que caracterizan ideología de productores según sus intereses por ubicación en estructura social, estos corresponderían a las asociaciones reivindicativas: la formación liberal-conservadora (SRA), la agrarista crítica (FAA) y, con el agronegocio, la tecnologizante (CONINAGRO) (BALSA, 2008).

Al igual que otras asociaciones del agro regional, como sucede con el otro caso, hay una referencia persistente a precios y condiciones ambientales (clima, suelos, etc.). En sus Memorias son dos elementos de incertidumbre que refieren a los rasgos de la marginalidad, una socio-económica y otra de tipo espacial - en relación con la región pampeana.

Los socios son pequeños y medianos productores agrarios, su número muestra un significativo descenso luego de su pico histórico de 991 en 1961, pasa de 484 a 222 entre 1989 y 2011. Esta disminución evidencia las transformaciones que acontecen en el territorio y la estructura social agraria provincial (CNA, 1969; 2002), a lo cual se suma la incertidumbre del textil en la década del '60.

Desde mediados del siglo XX - con mayor importancia - comienza un lento proceso de incorporación de actividades; por ejemplo a la planta desmotadora con la que arranca en el año de su fundación agrega silos, fábrica de alimentos balanceados y veterinaria, transportes, estación de servicio, insumos agropecuarios, biodiesel y ferretería.

Como resultado del endeudamiento de los productores desde la década de 1970, por la tasa de interés negativa durante la dictadura militar de 1976, la asociación tiene créditos impagos de los asociados - con su garantía. Mientras que a comienzo de la década de 1990 tiene un nuevo ciclo de toma de deuda, principalmente con el Banco de la Nación Argentina, que se mantiene pendiente de cancelación en todo el período de estudio.

La lectura de las fuentes documentales permite reconocer que ésta situación de acreencia transita - en el discurso de la CARSP - desde el reconocimiento de la situación y el pedido a la base social de la cancelación de la misma hacia comienzos de la década de 1990 (cuando se toman los préstamos) hasta - a comienzos del nuevo milenio - el intento por reconvertir ese pasivo. Toman distintas acciones – complementarias: pedir refinanciación, desconocer parte de la deuda (por diferencias en el recalculo con la entidad bancaria) y solicitar al gobierno nacional que se haga cargo de la deuda.

Ante esta situación se registra en las Memorias desde mitad de los años '90 la incorporación de "clientes" no asociados,

es un modo de responder a los tiempos del agronegocio, modifican – por lo tanto - modelo cooperativo consecuente que limita las relaciones a la base social. En las Memorias hay apelaciones directas a los productores "no socios", por ejemplo, en el año 2008 se afirma que "se espera tanto de socios como productores no socios sepan acompañar a la cooperativa entregando toda la producción..." (CARSP, 2008, p.13). Esta denominación que se constituye en función de una negación (negación del "socio") demuestra intentos "adaptativos" y, a su vez, la primacía de las normas heredadas del momento de consecuencia con la entidad. De hecho se podía encontrar en su Memoria de 1989 una distinción entre socios “entregadores” y “no entregadores”.

En una entrevista a un trabajador técnico de la entidad, con más de diez años de trabajo y una relación permanente con los asociados, señala el peso de los clientes en la actualidad:

> Hoy por hoy, el mayor volumen de la producción, la comercialización [...] de lo que es la evolución de la cooperativa es el tercero, son más los terceros que los socios. Como ya te digo, por ahí hay tipos que no son socios, que no tienen su parte dentro de la coope, pero si te operan en una medida importante y les brindamos el mismo servicio (entrevista, 2015).

Por otra parte, un alto dirigente de CARSP y UCAL reflexiona en torno al avance del agronegocio y el cambio en la dinámica territorial con la expansión de la “frontera” sobre el sudoeste, en “los Bajos Submeridionales:[36]

[36] La subregión de los Bajos Submeridionales (BS), dentro del GChA da cuenta de determinados elementos sociales, económicos, ecológicos y geográficos particulares, y es objeto de repetidos intentos de incorporación como área de producción agropecuaria. En 1977 se considera una superficie total de 107.000 km2 (más de 10 millones de hectáreas), con un 50 % en el territorio de Santa Fe, 30% en el Chaco y 20% en Santiago del Estero. El rasgo climatológico preponderante es la alternancia entre períodos de altos niveles pluviales y otros de sequía marcada. Tiene como complemento la salinidad en parte de sus suelos.

> toda esa zona con el secado de los bajos, la canalización, la gente sembraba soja, algodón cosa que antes no se hacía. Y bueno... esa es la novedad que últimamente estamos teniendo (entrevista, 2010).

Sin embargo, sostiene que hay una dificultad para ser parte de dicho proceso:

> porque no tenemos productores de la zona que se hayan trasladado hacia esa zona y que son los cooperativistas antiguos que formaron todo este núcleo grande de UCAL y sus cooperativas se han quedado en la región. Y algunos que se han divorciado si se quiere y se fueron hacia esa región están operando con los grandes grupos, ya no con UCAL (entrevista, 2010).

Por lo tanto, el testimonio del dirigente da cuenta de algunos elementos de importancia para el objetivo de este trabajo. En primer lugar no presenta confrontación ante el modelo que se impone, sino la intención de "adaptación" y, en segundo lugar, sostiene que acontece una disociación entre las nuevas apropiaciones territoriales y la presencia de su organización.

Las principales acciones – en orden cronológico - sobre la estructura productiva demuestran que la sojización ocupa un lugar importante en el tipo de actividades que se priorizan y relegan al algodón. En 1999 se construye un nuevo silo de 500 toneladas (que se agrega a los construidos en 1974); en 2001 se instala una planta de alimentos balanceados y dos nuevos silos con capacidad de 750 toneladas; en 2003 se terminan dos plantas de silos; en 2004 se pone en funcionamiento de segunda planta de alimentos; en 2005 se instala una planta de extracción de aceite vegetal (con proyección hacia biodiesel); en 2006 se construye la planta de extrusado de soja para la producción de biodiesel y expeller de soja para la planta de alimentos balanceados; en 2007 se radica una fábrica de Biodiesel; en 2009 se concluye la obra para carga de granos por ferrocarril, que finalmente no termina siendo operativa.

Las cantidades de cultivos acopiados por la cooperativa permiten reconocer el mismo camino de las acciones e inversiones. El textil representa en 1989 el 59% del total acopiado y en 2010 equivale al 7%, con 4.919.980 kg; mientras que la soja pasa en igual lapso de 12% al 45%, con 31.630.950 kg. Luego el girasol sigue con un promedio de 13%. El número de trabajadores en el año 2011 es de 93, el 88% se dedicaban a tareas en las plantas y el resto eran técnicos y administrativos.

Tabla 1: Productos comercializados CARSP (1991, 1997-2008, promedio).

Ventas	1991	1997	1998	1999	2000	2001
Algodón	91%	77%	64%	62%	52%	30%
Girasol	3%	1%	1%	6%	9%	9%
Sorgo	0%	0%	0%	0%	1%	3%
Trigo	0%	2%	1%	2%	5%	5%
Maiz	0%	1%	1%	1%	2%	3%
Cártamo	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Colza	0%	0%	0%	0%	0%	0%
A. Balanceado	0%	0%	0%	0%	4%	6%
Soja	6%	19%	33%	28%	26%	44%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	2002	2003	2004	2005	2008	Promedio
Algodón	26%	41%	48%	36%	24%	50%
Girasol	23%	22%	13%	28%	25%	13%
Sorgo	0%	1%	0%	0%	2%	1%
Trigo	7%	3%	0%	4%	0%	3%
Maiz	1%	1%	1%	0%	2%	1%
Cártamo	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Colza	0%	0%	0%	0%	0%	0%
A. Balanceado	4%	5%	8%	10%	13%	5%
Soja	38%	27%	29%	21%	33%	28%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fuente: Elaboración propia en base a: Memorias y Balances de CARSP (1991, 1997-2008).

A su vez, los resultados económicos del período, en consonancia con endeudamiento, son negativos con excepción de 2001 y 2002. Los informes de las auditorías dan cuenta de registros de deudas con el sistema previsional año tras año. En los balances contables entre 2008 y 2015 cinco años son deficitarios.

En mayo del año 2016 la cooperativa afirma que cierra la desmotadora, actividad central desde su origen. Los consejeros afirman como motivos, la disminución del volumen que acopian en relación a la estructura montada y los "desmedidos" pedidos de aumento salarial de los trabajadores.

Se evidencia en el comportamiento y discurso de la CARSP la dificultad propia de la incertidumbre que aporta la alternancia de ciclos de alto precio del algodón – o la expectativa de que lo sean - con sus crecimientos de superficie directamente proporcionales y otros momentos de caída de su valor y/o el aumento del precio de los cultivos que pasan a ser contrincantes en superficie, como la soja – principalmente - y en menos medida el girasol.

La cooperativa tiene la misma problemática de sus vecinas algodoneras, al sufrir una desarticulación significativa entre su estructura de acopio/procesamiento y la nueva realidad productiva. En particular es deficitaria la cadena de procesamiento algodonera con las desmotadoras y los obreros (que su funcionamiento implica) y la parte dedicada a granos se readapta. En el análisis de las fuentes documentales se observa una situación pendular año a año, en relación directa con los precios y la superficie implantada con algodón y soja. Así, en 1989-1991 el inconveniente es la necesidad de mayor capacidad de desmote, entre 1998 y 2002 la estructura es deficitaria (con excepción de 1999), y finalmente, luego de años de buenos precios para los cultivos centrales, en 2005, 2008 y 2009 son deficitarias.

Ante ésta situación la entidad presenta como estrategia, por un lado, aumentar la producción acopiada de modo de evitar la carencia para ello incentiva en su discurso a los “socios entregadores” y a "terceros" a que sean consecuentes; mientras que, por otro lado, apuesta a diversificar el peso de sus secciones para que una sola operatoria no redunde en el balance negativo del conjunto.

Las palabras de los documentos organizacionales dan centralidad a las acciones de los asociados, se argumenta que la estructura productiva de la cooperativa queda “grande” por la no entrega del algodón, mientras que – a su vez - las finanzas tienen balances deficitarios no sólo por los aconteceres de índole climático y económico, sino por el incumplimiento de las deudas de parte de esa misma base social. La diversificación aparece como la posibilidad que la CARSP presenta ante esos inconvenientes.

En el año 2008 en la Memoria se sintetiza dicho discurso con cariz estratégico que la entidad sostiene en el período:

> en la actualidad la cooperativa, para tener un futuro promisorio, debe convertirse en un modelo de la actividad, para ello deberá tener una producción a escala, minimizar los costos mediante acuerdos con entidades, garantizar los créditos otorgados a los productores, beneficiar a los socios con el pago inmediato de la producción, obtener mayor beneficio con la comercialización en escala, para ello, se espera tanto de socios como productores no socios sepan acompañar a la cooperativa entregando toda la producción, adquiriendo en ella los insumos y siendo abiertos a nuevas modalidades de operatorias que puedan proponerse en el futuro (CARSP, 2008, p.13).

En relación con este pedido de "fidelidad" a la organización, un asociado narra su percepción acerca de los motivos para comerciar una parte de su producción por fuera:

> generalmente yo saco lo que es insumos de la cooperativa y le entrego prácticamente la producción a la cooperativa, se vende algo afuera, como quien dice, por el tema de la plata. A veces la cooperativa es un poquito más difícil el tema de la plata (entrevista, 2015).

Durante 2001 la CARSP subraya los cambios territoriales del agronegocio y cómo la afectan, “el espectacular vuelco producido del algodón hacia el cereal, motivó que el Consejo de Administración viera con preocupación la disminución en la explotación de nuestro equipo de desmotadoras que cuentan con un alto costo fijo (personal y otros)” (CARSP, 2001, p. 8). En 2005 reconoce las tensiones entre las líneas de acción que sostiene:

> en la memoria del Ejercicio anterior que la alternativa consistía en ampliar sus ingresos con

> nuevas actividades […] pero también decía que esto no sería suficiente, sino se comprende que la cooperativa es modelo de actividad productiva, donde la masa societaria y terceros encuentra un lugar adecuado para la comercialización de sus productos agropecuarios y acopios de los insumos para la actividad en el campo, y por consiguiente deben ser consecuentes con la entidad (CARSP, 2005, p.13).

La **Unión Agrícola de Avellaneda (UAA)** nace en la localidad de nombre homónimo del norte de Santa Fe (Ver imagen 2 e imagen 1, Santa Fe, punto 3) en 1919 con 33 colonos italianos con raigambre católica, poseen pequeñas extensiones debido a los proyectos de colonización de la zona, entre 36 y 72 has. Tempranamente se integra a la Asociación de Cooperativas Argentinas (ACA), entidad de segundo grado. En el plano financiero, junto con los debates de finales del siglo XX del cooperativismo internacional (ACI) y nacional (ACA y CONINAGRO), la UAA desarrolla múltiples estrategias gerenciales novedosas, entre las que se encuentra la capitalización de excedente.

Imagen 2: Mapa de sucursales y delegaciones operativas de la UAA.

Fuente: BAGENETA (2015).

El número de asociados en la última década desciende de 2.324 en el año 2000 a 1.921 en 2011, siendo el máximo histórico de 2.949 en 1984. Aunque en 2016 un dirigente señala que de los alrededor de 1.800 asociados totales sólo hay 700 "produciendo con futuro de continuidad", a su vez en las asambleas generales participan alrededor de 150 integrantes[37].

En 1935 registra el primer acopio algodonero y a partir de allí es uno de sus cultivos centrales, en 1956 representa el 79% de las producciones que comercializa (UAA, 1994). En los años `60 comienza la incertidumbre para el textil-oleaginoso, con la alternancia de momentos de crecimiento y declinación, proceso

[37] Debe ser tenido en cuenta que previo a las asambleas generales anuales se realiza durante un mes visita de los representantes y administrativos a las Comisiones Asesoras, en las cuales se presenta el balance general y participan mayor número de socios, a esas instancias le llaman "explicativas de balance".

común a la región, que hacia los años ’80 se manifiesta en la llamada "pampeanización" con el incremento de cultivos como girasol y sorgo.

Durante esta década el girasol es, junto a la soja, la expresión del avance de ese proceso. El segundo cultivo representa en el año 2000 el 50% del total de productos que recibe y el algodón - como producción originaria - es dejado en un plano secundario. Otro pilar del crecimiento es la venta de agroquímicos que entre el año 2000 y 2011 llegan a casi triplicarse, se pasa de 1.000.260 Lts. a 3.916.491 Lts.

Agrega – progresivamente - actividades dentro de su órbita y, al igual que el conjunto de organizaciones que surgen en aquel período, complejiza su estructura. A la ayuda productiva y comercialización le suma otras labores y prestación de servicios. Hacia los años '70 diversifica su campo de acción: productos agrícolas, sección distribución (almacén, tienda, corralón de materiales y veterinaria), venta de seguros, sección industrial (desmote, molino, alimento balanceado, etc.), combustibles e integración avícola (1972) con marca propia (Enercop). Pasa de 233 a 840 trabajadores entre 1978 y 2016 y los sueldos equivalen el 30% de los gastos totales de la UAA. La integración avícola, por ser mano de obra intensiva, sostiene una importante cantidad de trabajadores: en 2017 ronda los 250, siendo que el número de productores asociados no superan los 40. Es, as u vez, el sector que muestra mayores déficits en los ejercicios de las últimas dos décadas. A partir del año 2003 se reconoce que los resultados generales económicos tienen excedentes que superan ampliamente las pérdidas, en el período 2003-2007 superan el 90% en promedio.

Tabla 2: Productos comercializados UAA (2001-2010, 2015-2016, promedio).

Ventas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Productos Agr.	52%	53%	56%	54%	52%	51%	
Integraci Avic.	6%	6%	4%	6%	1%	6%	
Agroveterinaria	14%	11%	11%	14%	11%	15%	
Supermercado	6%	5%	6%	6%	7%	7%	
Corralón	2%	2%	3%	3%	4%	4%	
YPF	9%	10%	10%	10%	11%	10%	
Otros	11%	12%	11%	7%	14%	7%	
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
	2007	**2008**	**2009**	**2010**	**2015**	**2016**	**Promedio**
Productos Agr.	54%	48%	49%	55%	59%	62%	54%
Integraci Avic.	6%	8%	8%	7%	8%	9%	6%
Agroveterinaria	16%	15%	13%	11%	10%	9%	13%
Supermercado	7%	10%	9%	6%	7%	7%	7%
Corralón	3%	4%	3%	3%	3%	3%	3%
YPF	9%	12%	12%	10%	9%	8%	10%
Otros	5%	4%	6%	8%	3%	3%	8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fuente: Elaboración propia en base a: Memorias y Balances de UAA (2001-2010, 2015-2016).

Otro plano de importancia es la estructura para la participación de sus miembros, constituye históricamente diferentes "canales", por ejemplo, los grupos de jóvenes y técnicos (años ´30 y ´60 respectivamente) para los asociados y sus necesidades. Superan lo estrictamente "productivo", como el grupo de mujeres de los asociados (años ´80) y que, en términos culturales-cognitivos, consolidan la permanencia del vínculo asociado-institución. La permanencia de las Comisiones Asesoras es una experiencia importante en el vínculo con su base[38].

[38] En cuanto a la estructura participativa interna, en el plano formal acata los órganos de la legislación nacional (ley 20.337 de 1973) y genera un modelo que intenta “capilaridad”, ámbitos permanentes de deliberación de socios en las colonias y sucursales santafesinas. Los asociados forman parte, por zona territorial - distrito electoral - de las comisiones asesoras, que operan como cadena de comunicación entre las colonias y el consejo, por intermedio de los consejeros electos en cada zona, representación acotada por estatuto y que busca garantizar la igual presencia en el Consejo de los distintos distritos.

Entre 1948 y 1979 la Unión crea 6 nuevas sucursales (número 2 a 7 en la imagen 2) al compás del afianzamiento del cooperativismo a nivel nacional. Esta primera etapa de ampliación es sobre la zona provincial, la motiva la relación con las colonias cercanas a Avellaneda. La auto-representación considera que “acompaña” a los productores fuera de la zona de origen y se lo reitera en múltiples ocasiones. El imaginario valoriza este rol, en 1960 la Memoria de la UAA señala que es “importante y valiosa”, “esparciendo a más de cien kilómetros de un extremo a otro del radio de acción de la Cooperativa” (UAA, 1960, p. 23).

En los años '90 la entidad da cuenta de la crisis por la que atraviesa el conjunto del sector agrario. Afirma en su Memoria institucional de 1990 que es necesario "austeridad" para afrontar el momento, condensa el cambio paradigmático del neoliberalismo. En 1996 genera una importante operatoria comercial que acentúa en negocios en los mercados de futuros y opciones como herramienta esencial para el productor.

Esa década en los límites provinciales (zona norte de Santa Fe) tiene una segunda etapa de ampliación. En el nuevo milenio constituye sucursales en las provincias lindantes, llega a ampliarse más allá aún (provincia de Salta). Desde 1997 a 2009, coincidente con el avance del agronegocio en la región, crea 6 sucursales (incluye 2 delegaciones operativas) que se suman a las 8 existentes.

Estos pasos sucesivos de territorialización están vinculados con lógicas endógenas y exógenas a la UAA. La primera se debe a la necesidad (propia de la ampliación del modelo del agronegocio) de los productores asociados de expandirse sobre mayores superficies de tierra (en relación a la dinámica familiar) y, la segunda, porque desaparecen o se debilitan las cooperativas con existencia previa, lo que posibilita mayores volúmenes de acopio y venta de insumos. De hecho, la sucursal nº 12 se crea en 2008 en Presidencia Roque Sáenz Peña, localidad de la CARSP, el otro caso que se estudia aquí. Dentro de esta etapa la segunda lógica corresponde a la expansión en el nuevo milenio con las sucursales de Chaco, Salta y Formosa que no están relacionadas

directamente con acompañamiento a los asociados (AZERÊDO; BAGENETA; CHRISTOFFOLI, 2018).

Las dos lógicas – interna y externa - que actúan en la institución son señaladas por algunos autores como complementarias, “pues el desarrollo del sector agronegocios, predominante en las nuevas zonas de expansión (Chaco y Santiago del Estero) ha permitido diversificar el riesgo climático, contribuyendo a una mayor estabilización de los ingresos de la cooperativa” (SILI; SANGUINETTI; MEILLER, 2013, p. 44). La misma perspectiva sostiene la cooperativa. Sin embargo, no se evidencia que esta acción sea favorable para los productores de la zona original de la UAA, así como que genere desarrollo en las restantes provincias, en tanto aquellos productores no son incorporados como socios y decisores de sus territorios.

La asociación cuenta con un condicionante estructural para sus posibilidades de “readaptación” referido a las características que posee – en gran medida - su base de asociados, pequeños y medianos productores. El discurso y las acciones de las autoridades reconocen la presencia de estos productores en su zona de origen y “el deber” de asegurar su permanencia en el medio rural ante los límites impuestos por el agronegocio. A diferencia del tipo de operaciones en la región extra-provincial, la UAA tiene como acción paralela la reconversión de algunas de sus prácticas para su base social.

Como contracara, la ampliación territorial no es acompañada por el incremento en la incorporación de asociados. Trabajadores que tienen roles centrales en esta expansión reconocen que en 2013 de las más de 800 cuentas de comercialización abiertas con productores sólo 2 pasan a ser asociados. La cooperativa mantiene un criterio que valora la posibilidad de extracción de rentabilidad en la región sin la membrecía, lo cual puede propiciar un grado de participación sobre las decisiones.

Distintos indicadores evidencian el progresivo aumento de la gravitación de las actividades económicas en los territorios “no tradicionales” sobre el total de operaciones de la cooperativa. La cantidad de productos acopiados en los mismos sobre el total de la entidad pasa del 5% en 2002 al 81% en 2016. Por lo tanto, a

pesar de tener a la mayoría de sus socios en el noreste de la provincia, sus actividades e ingresos se asientan fuera de ese territorio.

Las fuentes, tanto entrevistas como Memorias, demuestran dos consecuencias: la ausencia de capacidad de decisión de los "clientes" de la "nueva" zona; mientras que, por otro lado, se recogen repercusiones de los socios del territorio de origen que señalan incertidumbres y críticas sobre el accionar "alejado" de la UAA.

En torno a la primera repercusión la Unión articula un discurso en el cual, a pesar de ser mínimo el número de clientes que se incorporan como asociados (menos de diez en doce años), busca que en estas provincias se asocien nuevos productores. Aunque lo hacen agregando - en sus palabras - que, primero deben "conocer" la institución y, por cierto, ser conocidos por la misma. De modo que, mediante la excepción de membresía, la dirigencia asegura un control sobre posibles injerencias ajenas al territorio conocido. Estos distintos niveles de interacción (socios y clientes) considerados en base a la territorialización de la entidad dan cuenta del dislocamiento.

En el segundo campo de resonancias se encuentran las diferentes afirmaciones de asociados que, ante las situaciones dificultosas que les pueden acontecer en la relación con la cooperativa, evidencian críticas a la expansión, en algunas entrevistas se recoge cierta "duda" acerca de los beneficios de la estructura de la cooperativa "alejada".

En su base social hay recepción y reproducción del discurso institucional acerca de las "bondades" de expansión geográfica, así como reclamos ante situaciones de dificultades. Un pequeño productor agrícola que arrienda el 70% de sus 200 ha., que se encuentra en una de las colonias de origen de la entidad y sin participación en los órganos de gobierno, sostiene que:

> A veces la cooperativa se extendió tanto y se agrandó tanto, la última vez tuvimos parado, no podíamos cargar soja acá, porque no había camiones, se llenó lo que teníamos acá. Entonces le

> decía, tanto que se expandió, tanto que se fue tan lejos, les digo, es como que hoy nosotros sentimos que no estamos bien atendidos (entrevista, 2015).

De hecho, en la Memoria del año 2007 la facción dominante demuestra preocupaciones acerca de la atención de su base social:

> La permanente incursión en nuevas zonas y el afianzamiento que necesariamente debe realizarse en ellas, generan la necesidad de ir adaptando nuestro esquema organizacional a cada una de las situaciones y modalidades de operación que se ajustan más a las características de cada región. Esto debemos realizarlo sin afectar la estructura y las bases sobre las cuales se asienta nuestra institución, buscando permanentemente un equilibrio entre cada una de las partes (UAA, 2007, p.10, resaltado de autor).

Esta fuente institucional explicita de modo cabal la presencia del disloque en el plano del discurso formal, "estructura" y "bases" originarias en tensión con "nuevas zonas".

Como reconoce la dirigencia, de diferente manera y a lo largo del tiempo, disminuye el número de asociados en la "zona tradicional". En este sentido se destaca su intención, presente en las entrevistas, así como documentos, de modificar las zonas de las nueve Comisiones Asesoras, de las cuales se eligen los Consejeros. Se busca, según sus palabras, ampliar los límites de cada una de estas, de modo que, ante la falta de miembros, no queden estructuras vacías. Esta persecución de una transformación de su estructura da cuenta de una lectura de los representantes acerca del desentono entre la formalidad y la realidad social.

Por lo tanto es posible señalar un doble movimiento de dislocamiento en su territorialización. El primero en el tiempo, acontece en su territorio de "origen", se asienta sobre la merma de asociados y los "desencuentros" entre estructura institucional y sostén social. El segundo, de las últimas dos décadas,

consecuencia de la extensión de la UAA con mayor presencia fuera de su territorio provincial.

REFLEXIONES FINALES

El recorrido del capítulo evidencia que, al igual que acontece con la mayoría de las asociaciones de este tipo en Argentina, la hegemonía del agronegocio se hace clara en su naturalización, en tanto modelo productivo que no discuten las cooperativas y al que intenta amoldarse.

Tabla 3: Territorialización de casos de estudio.

Caso/ Variables	a. Estructura socio-productiva y cultural	b. Relación con asociados	c. Dinámica territorial
CARSP	*Endeudamiento desde ´70. Ejercicios deficitarios. *Hacia ´90 incorpora actividades de granos. * Procesa granos (Biodiesel y alimento balanceado). * Desmote de algodón sobredimensionado sobre gastos.	*Desde ´70, descenso de cantidad de asociados. *Reclama de socios consecuencia con coop. *Desde ´90 clientes “no asociados” cobran centralidad.	* Identifica en su discurso que le “escapó” la territorialización del agronegocio.
UAA	*Superávit de los ejercicios anuales generales. *Estructura productiva en crecimiento: expansión y procesamiento (avícola). *Peso significativo de	*Desde mediados ´80 descenso de asociados. *Ámbitos de participación descentralizados. *Con ampliación de agronegocio mayor importancia de	*Dislocación territorial: decisiones sobre territorios que exceden la presencia de su base social. *Territoriali

	acopio fuera de región de origen, 81% en 2016.	clientes. * Debate acerca de la expansión.	zación persiguiendo agronegocio.

Fuente: elaboración propia, 2020.

Las estructuras productivas se vuelcan al tipo de cultivos y lógicas productivas que amplifica el agronegocio. En la región del GChA la llamada "pampeanización" (´80) y "sojización" (´90) configuran cosechas (girasol, primero y soja, luego) con las cuales las dos cooperativas tienen que modificar sus estructuras de acopio. A su vez, el algodón, particularmente en la CARSP, se torna un "ancla" (por su déficit repetido) para el funcionamiento de la entidad.

La presencia (mayor o menor) de la figura de los clientes (y sus variantes, "no asociados") demuestra lo que el autor Mario Lattuada denomina mutación institucional de tipo empresarial. Las territorializaciones pasan a estar determinadas por el aumento de volumen de acopio y no por la presencia de socios.

En relación con lo previo, desde los años ´60 la figura del socio "free rider" que decide individualmente sin responder al colectivo cooperativo, si bien persiste como un denominador moral en los discursos institucionales, muta frente a la flexibilización del tipo de operaciones que llevan adelante estas asociaciones. En todo caso las fuentes permiten afirmar que las organizaciones alojan en el presente, bajo la figura de clientes, a un número de intercambios sin los cuales sus capacidades de perdurar serían reducidas.

Al regresar sobre el desarrollo teórico que sostiene este trabajo es posible identificar que hay un condicionante estructural para estas asociaciones en tanto, dada la imposición del agronegocio y el cambio de la morfología social del agro regional, su base social porta con rasgos "novedosos" y, en gran medida, desaparece una parte de sus representados.

La dinámica de las organizaciones, a pesar de intentos limitados (como el sector avícola en UAA) y de "éxitos" económicos (la UAA), demuestra una subordinación al modelo del agronegocio. Mientras el caso santafesino se disloca para ampliar sus puntos de acopio, el chaqueño reconoce las

dificultades para "subir" a dicho proceso. Las dos territorializaciones expresan diferencias del rol oganizacional activo o pasivo.

BIBLIOGRAFÍA Y FUENTES

ARCHENTI, N.; MARRADI, A.; PIOVANI, J. **Metodología de las Ciencias Sociales**. Buenos Aires: Emecé, 2007.

AZERÊDO, R. F.; BAGENETA, J. M. B.; CHRISTOFFOLI, P. I. Territorialização do Cooperativismo Agrário Frente à Consolidação do Modelo do Agronegócio: estudos de casos na Argentina e Brasil. **Revista Pegada**, v. 19, n.1, p.118-149, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.33026/peg.v19i1.5417. Acesso em: 10 ago. 2020.

BAGENETA, J. M. **Del Algodón a la Soja**: territorio, actores y cooperativas en el Gran Chaco Argentino (1960-2010). Buenos Aires: Intercoop, 2015.

_____. Territorios Ajenos: el caso de la Cooperativa Agropecuaria de Presidencia Roque Sáenz Peña Limitada, Chaco. **Avances del Cesor**, v. 14, n. 17, p. 63-88, jul./dez. 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/11336/74130. Acesso em: 10 ago. 2020.

BALSA, J. La Ideología de los Productores Rurales Pampeanos y su Análisis en Términos de las Disputas Hegemónicas. **Realidad Económica**, n. 237, jul./ago. 2008. Disponível em: https://bit.ly/30HEC9o. Acesso em: 10 ago. 2020.

BASAÑES, C. Sistemas de Capitalización en las Cooperativas Agropecuarias: un análisis de casos. **Documentos del centro de estudios de sociología del trabajo**, n. 74, 2011. Disponível em: https://bit.ly/3isaLHT. Acesso em: 10 ago. 2020.

BECK, H. El Cooperativismo Agrario en el Chaco: factor de crecimiento económico y de integración sociocultural. In: TERCERAS JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA, Montevideo, 2003. **Anais** [...]. Montivideo: AUDHE, 2003.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, I.; GIANFRANCO, P. **Diccionario de Política.** Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2005.

BOURDIEU, P. **Cosas Dichas**. Buenos Aires: Gedisa, 1998.

BRUNIARD, E. El Gran Chaco Argentino: ensayo de interpretación geográfica. **Revista Geográfica**, n. 4, p. 4-113, 1978.

_____. La Diagonal Árida Argentina: un límite climático real. **Revista Geográfica**, n. 95, p. 5-20, 1982.

CARRICART, P. **Cooperativas Rurales y Territorios en la Región Pampeana Argentina**: transformaciones sociales, económicas y organizacionales. 1. ed. Buenos Aires: La Colmena, 2012.

CARSP. Cooperativa Agropecuaria de Presidencia Roque Sáenz Peña Ltda. **Memoria y Balance**. Chaco, 1991-2011.

_____. **Estatuto Reformado de la CARSP**. Chaco, 1996.

CHAYANOV, A. **A Teoria das Cooperativas Camponesas**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017.

CONES/UCAL - Consejo Económico y Social de la Provincia del Chaco/Unión de Cooperativas Algodoneras Ltda. **Cooperativas Algodoneras Chaqueñas**: análisis económico, social y organizacional de sus factores internos y externos. Chaco: CONES, 2012. Disponível em: https://bit.ly/2PGNWE7. Acesso em:10 ago. 2020.

CORAGGIO, J. L. **Las Tres Corrientes Vigentes de Pensamiento y Acción dentro del Campo de la Economía Social y Solidaria (ESS):** sus diferentes alcances. [online]. 2012. Disponível em: https://bit.ly/30PeJoh. Acesso em: 10 ago. 2020.

FERNANDES, B. M. Territorios en Disputa: campesinos y agrobusiness. **Land Research Action Network**, p.6, 2010.

FERRARA, F. **Que son las Ligas Agrarias:** historia y documentos de las organizaciones campesinas del Nordeste argentino. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 1973.

GIARRACA, N. **Acciones Colectivas y Organización cooperativa**: reflexiones y estudios de casos. Buenos Aires: CEAL, 1994.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. (Org.). **El Agro como Negocio:** producción, sociedad y territorios en la globalización. Buenos Aires: Biblos, 2013.

INDEC - Instituto Nacional de Estadística y Censos. **Censo Nacional Agropecuario (CNA)**, 1969. Buenos Aires: INDEC, 1969.

_____. **Censo Nacional Agropecuario (CNA)**, 2002. Buenos Aires: INDEC, 2002.

IZQUIERDO, Y. M. **Quince Años en el Cooperativismo Agrario Argentino (1953-1968)**. Buenos Aires: Intercoop, 1972.

DRIMER, A. K. El XXXI Congreso de la Alianza Cooperativa Internacional y la Nueva Formulación de los Principios Cooperativos. **Anuario de estudios cooperativos**, n. 1, p. 249-276, 1995.

LATTUADA, M. **Acción Colectiva y Corporaciones Agrarias en la Argentina**: transformaciones institucionales a los fines del siglo XX. Bernal: Editorial Universidad Nacional de Quilmes, 2006.

LATTUADA, M.; RENOLD, J. M. **El Cooperativismo Agrario ante la Globalización**. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2004.

MAGYP - Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca. Sistema Integrado de Información Agropecuaria, 1960-2012. [online]. Disponível em: https://www.magyp.gob.ar/datosabiertos/. Acesso em: 10 ago. 2020.

MP CHACO - Ministerio de la Producción de la Provincia del Chaco. **Estadísticas Algodoneras**. Chaco, 2012.

MIRANDA, G. **Tres Ciclos Chaqueños**. Resistencia: Editorial Librería La Paz, 2005.

OBSCHATKO, E.; BASAÑES, C.; MARTINI, G. **Las Cooperativas Agropecuarias en la República Argentina**: diagnóstico y propuestas. Buenos Aires: MAGYP / IICA, 2011. Disponível em: http://repositorio.iica.int/handle/11324/6135. Acesso em: 10 ago. 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CECEÑA, A. (Org.). **De los Saberes de la Emancipación y de la Dominación**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

RAKOPOULOS, T. Which Community for Cooperatives?. **Focaal**, n. 71, p. 57-70, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.3167/fcl.2015.710106. Acesso em: 10 ago. 2020.

REDAF - Red Agroforestal Chaco Argentina. **Conflictos sobre Tenencia de Tierra y Ambientales en la Región del Chaco Argentino 3º Informe**. Reconquista: REDAF, 2013.

ROFMAN, A. **Las Economías Regionales**: luces y sombras de un ciclo de grandes transformaciones 1995-2007. Buenos Aires: CCC/UNQ, 2012.

SEGATO, R. Género y Colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. In: BIDASECA, K.; LABA, V. V. (Org.). **Feminismos y Poscolonialidad**: descolonizando el feminismo desde y en América latina. Buenos Aires: Godot, 2011. p. 17-47.

SILI, M.; SANGUINETTI, J.; MEILLER, A. **El Cooperativismo Agrario y su Contribución al Desarrollo Rural**: la experiencia de la Unión Agrícola de Avellaneda, Provincia de Santa Fe. Buenos Aires: CICCUS, 2013.

UAA – Unión Agrícola de Avellaneda Cooperativa Ltda. **Memoria y Balance General, 1960**. Avellaneda, 1960.
_____. **Memoria y Balance General, 2016**. Avellaneda, 2016.

_____. **75 años de organización solidaria 1919-1994**. Avellaneda, 1994.

USDA – United States Departament of Agriculture. **Agricultural Statistics.** Washington: Government Printing Office, 2011. Disponível em: https://bit.ly/3fOeu0L. Acesso em: 10 ago. 2020.

ÚLTIMAS FRONTEIRAS DA EXPANSÃO CANAVIEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO (2003-2014)

Mateus de Almeida Prado Sampaio
Eduardo Paulon Girardi

INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda aspectos territoriais vinculados ao mais recente processo e expansão do setor sucroenergético no Brasil, dando ênfase a este fenômeno especificamente no estado de São Paulo. Trazemos uma análise multiescalar que enfoca o período inaugurado em 2003 com o surto global dos agrocombustíveis, perpassa pela crise econômica vivenciada em 2008 e encerra-se em 2014, quando se abate sobre o setor um processo de estagnação e até mesmo de retração. Nosso objetivo é aferir, espacialmente, os resultados da última fase expansiva da canavicultura paulista (2003-2014). Não é nosso intuito avaliar a crise do setor sucroenergético em sua fase pós-expansiva (2014-2020).

O texto está dividido em três partes. A primeira, mais sucinta, apresenta uma breve síntese sobre a introdução da atividade canavieira no Brasil, algumas de suas principais fases ao longo de seu desenvolvimento histórico, estabelecendo vínculos entre a economia global e as diversas formas de interrelação entre a produção açucareira e a alcooleira no país. Na segunda parte, damos ênfase aos processos ocorridos na primeira década do atual século, em âmbito nacional e internacional. Nesse período o debate em torno do aquecimento global tornou-se mote para a reprimarização da pauta exportadora brasileira. Brasil e Estados Unidos despontaram como grandes produtores e consumidores de etanol, cada qual a seu modo. Porém, ao contrário do que se especulava, esse mercado não se tornou universal e não foi replicado em outros países, permanecendo

assim bastante restrito. Na terceira parte, a principal deste texto, expomos os impactos territoriais da fase expansiva da canavicultura no estado de São Paulo, quando a ocupação das "últimas fronteiras" trouxe impactos aos municípios atingidos e originaram uma nova tipologia regional. Apresentamos então, já na conclusão do texto, os conceitos zonais de "Saturação Canavieira", "Intensificação Canavieira" e "Advento Canavieiro".

DIVERSAS ETAPAS DA INSERÇÃO DO BRASIL NO MERCADO AÇUCAREIRO E ALCOOLEIRO MUNDIAL

Com a guinada neoliberal, que tomou conta do mercado açucareiro mundial a partir do início da década de 1990, o Brasil converteu-se no maior produtor e também no maior exportador de açúcar do mundo. A produção desse gênero no país se iniciou nos primeiros anos da colonização portuguesa na América, já de modo articulado ao capital internacional (SALVADOR, 1918; AZEVEDO, 1958; SOUSA, 1987; FERLINI, 2010). O primeiro engenho de açúcar do qual se tem conhecimento e documentação foi construído em 1534 por investidores holandeses: chamava-se São Jorge dos Erasmos e localizava-se na Capitania de São Vicente, atual estado de São Paulo. Na ilha de São Vicente, aristocratas lusitanos de origem feudal e membros da nascente burguesia europeia "fundaram engenhos, além dos portugueses, os flamengos Schetz ou Esquertes, como pronunciava o povo, e os Dórias, genoveses" (ABREU, 1907, p. 41). A despeito desse início ocorrido no sul da colônia, o apogeu açucareiro no período colonial brasileiro deu-se por ocasião da ocupação territorial neerlandesa do litoral Nordeste do Brasil, entre os anos de 1630 e 1654, tendo como epicentro a cidade de Recife (Capitania de Pernambuco). Após a expulsão dos holandeses em 1654, prolongou-se um período de crises consecutivas da atividade canavieira no Brasil, advindas de:

> 1) Aumento da competição proveniente do surgimento de novas colônias e regiões canavieiras no mundo (primeiramente as Pequenas Antilhas,

depois as Grandes Antilhas, Ilha da Reunião, Havaí, Java, Filipinas, etc.);

2) Perda de importância relativa de Portugal como potência colonial que financiava e negociava o processo de produção e circulação do açúcar;

3) Aumento da competição proveniente do surgimento do açúcar de beterraba na Europa Continental após a Era Napoleônica (a partir de 1815);

4) Falta de mão-de-obra, notadamente após a abolição da escravidão em 1888;

5) Defasagem tecnológica crescente em todas as etapas da produção, tanto na parte agrícola quanto na industrial.

A partir do século XVII o Brasil se manteve no mercado mundial do açúcar de modo periférico, sem, no entanto, jamais ter deixado de produzir essa mercadoria. Foi apenas no século XX, tendo como epicentro de demanda a crescente e dinâmica cidade de São Paulo (estado de São Paulo), que se estruturou uma agroindústria canavieira moderna no país, voltada num primeiro momento para abastecer com açúcar e aguardente um mercado doméstico em expansão. A crise capitalista vivenciada nos anos 1930 fez com que o Governo Federal criasse o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), cujo objetivo fundante era amparar o setor por meio do dirigismo econômico aos moldes keynesianos e estimular o uso do álcool combustível para amenizar a crise de superprodução açucareira.

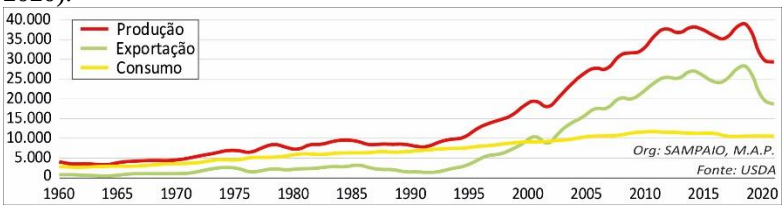
Em 1953 o estado de São Paulo superou Pernambuco em termos de volume absoluto de produção de açúcar e, entre as décadas de 1960 e 1970, passou a dominar o abastecimento do mercado interno brasileiro de açúcar. Em seguida já começou a disputar, modestamente, seu espaço no mercado açucareiro internacional. Nesse período, sendo Cuba e a URSS os dois principais produtores desse artigo, o bloco capitalista reabriu

espaço para a inserção do Brasil enquanto fornecedor de açúcar bruto de cana (SAMPAIO, 2015). Desde 1962 os EUA concedem uma cota de fornecimento preferencial de açúcar ao Brasil, cota esta que passou a ser disputada entre Pernambuco e São Paulo até que, sob intervenção do Governo Federal, ficou decidido que ela beneficiaria preferencialmente o estado nordestino. Essa cota de fornecimento para o mercado norte-americano marcou a reabertura do mercado externo ao produto brasileiro, que há tempos não encontrava colocação. Ante condições favoráveis experimentadas nos mercados açucareiros interno e externo, o álcool combustível foi relegado a um plano secundário durante os anos 1950, 1960 e primeira metade da década de 1970, reduzindo sua produção drasticamente e deteriorando-se o parque industrial existente no país (SAMPAIO, 2014).

Quando os produtores de açúcar do Brasil, tanto os do Nordeste (capitaneados por Pernambuco) quanto os do Centro-Sul (capitaneados por São Paulo), passaram novamente por grandes dificuldades para inserir seu produto no mercado externo, perdendo compradores em função das duas Crises do Petróleo (1973 e 1979) e das reformas promovidas nos bem regulamentados mercados açucareiros dos Estados Unidos e da Comunidade Econômica Europeia (CEE) (em 1974 e 1975, respectivamente), o Governo Federal os acudiu. Dentro de um contexto de regime político autoritário, a criação do Programa Nacional do Álcool (PNA) em 1975 criou um novo mercado para os canaviais que não tinham mais utilidade na produção açucareira. Beneficiou, modernizou e ampliou essa agroindústria, instituindo novo parque fabril de destilação de combustível veicular. O PNA perdurou até o início da década de 1990, sendo então completamente descontinuado, permanecendo vários grupos empresariais com dívidas jamais pagas aos cofres públicos. Em 1991 o IAA foi extinto pelo então presidente Collor, submerso em denúncias de corrupção. Foi neste contexto, envolto no estabelecimento de uma Nova Ordem Mundial, marcada pela dissolução da URSS, criação da UE e disseminação das ideias neoliberais do Consenso de Washington que o Brasil retomou sua posição de importante *player* no mercado açucareiro global.

No plano interno, o ano de 1991 representou o término do dirigismo estatal sobre a agroindústria canavieira brasileira, marcado pela extinção do IAA, conforme já mencionado. Seguiu-se então uma década caracterizada como período de transição e de lenta modernização do parque açucareiro nacional: muitas destilarias autônomas faliram e foram desativadas, outras tantas implantaram fábricas de açúcar anexas em suas plantas agroindustriais. Novamente o açúcar brasileiro passou a ocupar espaços crescentes no mercado global da *commodity*, com ampliação das vendas durante os anos 1990. Mas foi somente a partir de 2003, com o advento da tecnologia *Total Flex Fuel* e do discurso de mitigação do Aquecimento Global, associados aos grandes estímulos e aportes financeiros alocados pelo setor público e pela iniciativa privada, que o país "retomou" a posição de principal fornecedor de açúcar do mundo: após um intervalo de aproximadamente 350 anos em condição marginalizada.

Gráfico 1: Brasil – produção, exportação e consumo de açúcar (1960-2020).



Fonte: organização própria, 2020, a partir dos dados da USDA.

Como é possível notar pela análise do Gráfico 1, entre 1960 e 1990 o Brasil produzia açúcar (cor vermelha) basicamente para suprir sua demanda interna (cor amarela), havendo apenas uma pequena margem voltada à exportação (cor verde). Após 1990 a curva de produção de açúcar, assim como a de exportação, ascendem vertiginosamente, e desde o início dos anos 2000 o volume de açúcar voltado para fora é maior do que o consumido internamente. Assim, desde o início dos anos 2000 o Brasil passa a produzir açúcar majoritariamente para exportação. Com isso retoma sua posição produtor especializado extravertido (condição de certa forma semelhante a que desempenhava no auge do

período de colonização holandesa no Nordeste, no século XVII). Alguns aspectos foram essenciais para essa retomada, cujo principal período de expansão deu-se entre 2003 e 2014:

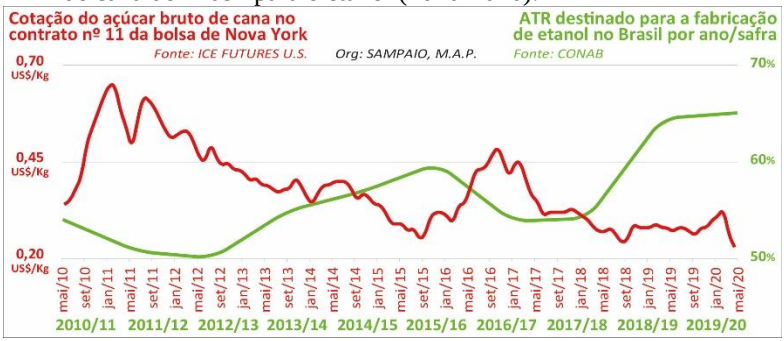
> 1) Posição central do estado de São Paulo e da região Centro-Sul do Brasil, estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, área denominada por Castillo e Sampaio (2019) como macrorregião sucroenergética do Centro-Sul do Brasil (MSCS);
>
> 2) Modernização da parte agrícola e industrial do processo produtivo, com destaque à mecanização do plantio e do corte da cana e à introdução da aviação agrícola nos tratos culturais, assim como a automação no processamento agroindustrial;
>
> 3) Abastecimento do mercado nacional de combustíveis veiculares como forma de flexibilizar o volume de açúcar ofertado ao mercado externo, garantindo assim um mercado doméstico cativo para esse agrocombustível e com isso manipulando de modo a evitar quedas bruscas na cotação internacional do açúcar;
>
> 4) Inserção, no mercado nacional, de energia elétrica oriunda da cogeração termoelétrica a partir da queima dos resíduos agrícolas, como forma de valorizar a cadeia produtiva;
>
> 5) Atração do capital financeiro internacional pela inserção de grandes empresas multinacionais dos ramos de alimentos e energia e farto aporte de recursos públicos via empréstimos subsidiados e benefícios fiscais;
>
> 6) Acirramento da competição com as demais regiões açucareiras do mundo, forçando a interrupção ou a redução da produção em alguns tradicionais territórios produtores e exportadores

(Cuba, Porto Rico, África do Sul, Havaí, União Europeia, Peru, Fiji, etc.).

Neste início de milênio o etanol surgiu pela primeira vez como uma alternativa global ao uso do petróleo, passando sua produção a ser estimulada no Brasil e em outros países. No caso brasileiro, como o entendemos, o etanol emergiu como uma importante alternativa à produção de açúcar no sentido de que passou a servir como "válvula de escape" para escoar os eventuais excessos da matéria-prima cana nos momentos em que o açúcar atravessava períodos de más cotações nas principais bolsas de mercadorias. Nestas situações o parque agroindustrial sucroenergético brasileiro redireciona seus canaviais para fomentar a produção e o consumo doméstico do agrocombustível, amenizando a crise de baixa nos preços no mercado açucareiro. Tal mecanismo, evidenciado no Gráfico 2, converte-se numa decisiva vantagem concorrencial ante os demais grandes *players* do comércio mundial de açúcar. Assim, quando a cotação do açúcar bruto cai na bolsa de Nova Iorque, aumenta a parcela da cana brasileira (medida em ATR[39]) direcionada à produção de agrocombustível, e vice-versa, quando a cotação do açúcar sobe, diminui a produção brasileira de etanol de cana.

[39] O ATR da cana - Açúcar Total Recuperável - representa a capacidade da cana de ser potencialmente convertida em açúcar ou em álcool através dos coeficientes de transformação para cada unidade produtiva. Tecnicamente, existe uma relação constante entre a quantidade de ATR e a quantidade do produto final almejado, seja este o açúcar ou o etanol.

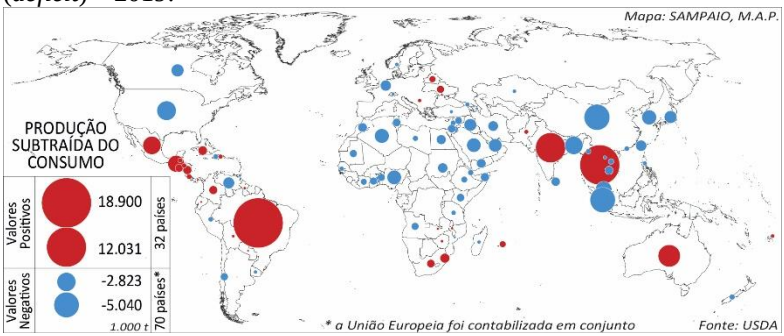
Gráfico 2: Cotação internacional do açúcar bruto e direcionamento do ATR de cana do Brasil para o etanol (2010-2020).



Fonte: organização própria, 2020, a partir dos dados da ICE FUTURES U.S.

A flexibilização no direcionamento da matéria-prima "cana-de-açúcar" para a produção de açúcar ou de etanol, assim como outras vantagens competitivas e comparativas (clima, custos operacionais e logísticos, localização geográfica, disponibilidade de terras, etc.) fizeram do Brasil o principal fornecedor de açúcar ao mundo neste início de século XXI. Os dados do *Production, Supply and Distribution* (PSD) fornecidos pelo *Foreign Agriculture Service* (FAS) do *United States Department of Agriculture* (USDA) corroboram essa premissa. O mapeamento dos dados do ano de 2019 (Mapa 1) nos permite concluir que atualmente há um grande número de países incapazes de produzir o açúcar demandado por sua população (países importadores), paralelamente à existência de um pequeno número de países que produzem grandes quantidades excedentes da mercadoria para direcioná-las aos mercados consumidores externos (países exportadores). Em 2019 foram contabilizados 32 países exportadores, dentre os quais três considerados grandes exportadores (Brasil, Tailândia e Índia) e três médios (Austrália, México e Guatemala), assim como 70 países importadores, dentre os quais se destacam, individualmente como os maiores importadores, China, Indonésia, Estados Unidos, Bangladesh e Malásia.

Mapa 1: Países que produzem mais açúcar do que consomem (*superávit*) e países que produzem menos açúcar do que consomem (*déficit*) – 2019.



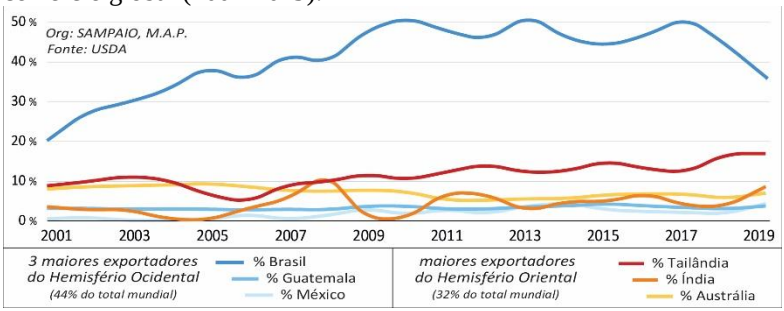
Fonte: elaboração própria, 2020, a partir dos dados da USDA.

Cabe aqui um destaque especial para a Índia, que é a maior consumidora mundial de açúcar e a segunda maior produtora (na safra de 2018/19, marcada pela baixa cotação, o país atingiu a primeira posição do ranking global, enquanto o Brasil freou sua produção dirigindo seus canaviais para o etanol). O país busca manter o equilíbrio no abastecimento de seu gigantesco mercado, balanceando produção e consumo de açúcar, mas alterna anos de grandes safras (quando exporta o excedente com subsídio governamental para cobrir custos logísticos de frete) e anos de quebras de safra (quando tem que importar a mercadoria). Em ambos os casos o país impacta diretamente a cotação mundial da mercadoria, tendo 2018 e 2019 sido anos de produção e exportação recorde – o que contribuiu para deprimir a cotação global da *commodity*. Na Índia ainda não existe a prática brasileira de converter o excesso de matéria-prima em etanol, o que seguramente traria maior estabilidade ao mercado açucareiro indiano e valorizaria sua cadeia produtiva. A grande produção açucareira indiana nas últimas três safras (2017-2020) repercutiu em queda na cotação da mercadoria e, consequentemente, em maior produção de etanol no Brasil (Gráfico 2).

Quanto à China, o consumo nacional tem se ampliado bruscamente nos últimos anos, tendo esse país se tornado na atual década o maior importador individual da mercadoria. O governo

chinês impôs, em maio de 2018, uma elevada tarifa alfandegária sobre a mercadoria que adentra o país, levando os produtores brasileiros a cogitar o arbítrio da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em âmbito regional, todo o Norte da África e o Oriente Médio se comportam como grandes consumidores e grandes importadores da mercadoria, uma vez que sua produção é bastante reduzida. Já a União Europeia é, ao mesmo tempo, grande produtora, grande consumidora, grande importadora e considerável exportadora – uma situação bastante complexa, que pode ser melhor compreendida a partir da leitura de Sampaio (2015). O Brasil é o principal destaque, tendo em 2010, 2013 e 2017 respondido por mais da metade do volume comercializado entre as nações, conforme indica o Gráfico 3.

Gráfico 3: Participação dos principais exportadores de açúcar sobre o comércio global (2001-2019).



Fonte: organização própria, 2020, a partir dos dados da USDA.

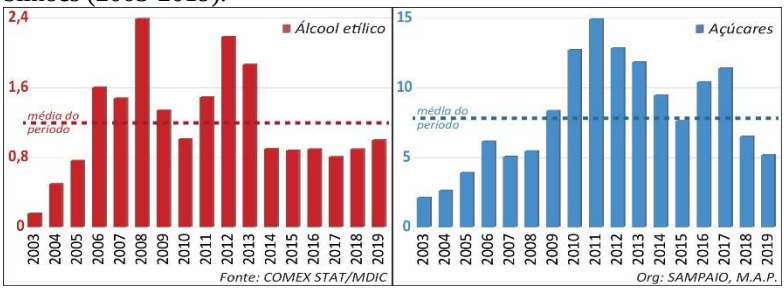
Segundo dados da COMEXSTAT/MDIC, o Brasil exportou em 2018 mais de US$ 6,5 bilhões em açúcar para 124 destinos diferentes, sendo os 15 principais parceiros comerciais, em ordem decrescente: Argélia, Índia, Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Nigéria, Iraque, Canadá, Malásia, Marrocos, Egito, China, Estados Unidos, Iêmen e Benin.[40] Com relação ao etanol, foram quase US$ 900 milhões exportados para

[40] Neste ano a Índia importou grande quantidade de açúcar bruto de cana brasileiro e exportou expressivo volume de seu açúcar de cana refinado, conferindo um bônus, por meio de subsídio logístico, aos seus produtores nacionais.

46 países, sendo os principais destinos Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão, Países Baixos (Holanda), Colômbia, Índia, Filipinas, Argentina, Paraguai, Suíça, Irã, Gana, Angola, Cingapura e Uruguai. Como pode-se notar pela listagem, há uma tendência do Brasil em vender açúcar para países ditos "em desenvolvimento", sobretudo os asiáticos e africanos, e de vender etanol para países "desenvolvidos" ou para os países que demonstram interesse em criar e desenvolver internamente em seus mercados domésticos a produção e o consumo de biocombustíveis de modo semelhante ao existente no Brasil.

A análise dos dados da exportação brasileira de açúcar e etanol durante o período 2003-2019 (Gráfico 4) nos permite levantar uma interessante hipótese: pautando seu discurso na importância do desenvolvimento de um combustível renovável e ecologicamente mais adequado, o setor sucroenergético brasileiro angariou fundos e realizou pesados investimentos. Com isso, ganhou a robustez e o fôlego necessários para melhor se enquadrar no comércio açucareiro global, que era na realidade seu objetivo principal. O gráfico abaixo corrobora essa suposição, na medida em que identifica a ocorrência primeiro um surto exportador de etanol (2006-2013) e na sequência um segundo surto, este açucareiro (2009-2017) e de proporção muito maior.

Gráfico 4: Exportações brasileiras de etanol e açúcar, em FOB US$ bilhões (2003-2019).



Fonte: elaboração própria, 2020, a partir dos dados da COMEX STAT/MDIC.

A seguir enfocamos algumas questões econômicas e geopolíticas recentes (1990-2020) ocorridas dentro e fora do

Brasil, que contribuíram para modernizar a atividade canavieira no país, impactando o setor sucro-alcooleiro e convertendo-o em sucro-energético. Abordaremos como "o panorama das empresas envolvidas no setor sucroalcooleiro, logo rebatizado como setor sucroenergético – numa clara referência ao etanol combustível e à cogeração de energia elétrica –, muda no decorrer da década de 2000 na medida em que o capital estrangeiro passa a ampliar sua presença" (MESQUITA; CASTILLO; LOURENÇO, 2019, p. 49).

ASPECTOS CONJUNTURAIS DA ÚLTIMA FASE EXPANSIVA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL

A expansão recente do setor sucroenergético no Brasil pode ser compreendida como uma consequência da reprimarização da economia, ocasionada pela já mencionada abertura neoliberal do país na década de 1990 e que foi mantida posteriormente. Sendo essa a perspectiva para o crescimento econômico brasileiro e inserção do país na economia internacional, o governo viu nas discussões mundiais sobre aquecimento global e sustentabilidade, já no início da década de 2000, uma oportunidade para buscar mais um lastro de bens primários no comércio mundial: a produção de etanol carburante para a exportação.

A produção e exportação de açúcar pelo Brasil vinha ascendendo desde 1996 e a produção de etanol para o mercado interno e para a exportação – este segundo o principal mercado vislumbrado – seria uma ótima oportunidade de expandir um setor com base já bem estabelecida no país e cujo conhecimento o Brasil é a principal referência no mundo. As discussões e acordos mundiais sobre clima e meio ambiente aumentaram de fato a demanda mundial de etanol como combustível veicular. Os grandes grupos nacionais e internacionais logo manifestaram seus interesses na produção desse agrocarburante no Brasil, que se tornou alvo de vultosos investimentos, assim como de intensa especulação sobre as perspectivas da valorização financeira. Houtart (2010, p. 149-150) analisou assim esse momento expansivo da atividade:

> A fonte de investimento é ao mesmo tempo local e internacional. No primeiro caso, são as empresas mais importantes que entram em cena. [...] O recurso aos investimentos estrangeiros é igualmente exigido para realizar os objetivos da produção. Não somente as grandes empresas já citadas neste trabalho, como a Cargill, a Bunge, a ADM, a Syngenta e outras, compram enormes extensões de terra para poder estabelecer a monocultura da cana-de-açúcar, mas o capital financeiro dos Estados Unidos e do Japão igualmente se interessam pelo setor. Assim, George Soros decidiu investir 200 milhões de USD na produção de álcool em Minas Gerais, e Bill Gates injetou 86 milhões de dólares para financiar a empresa Pacific Ethanol, a fim de garantir o abastecimento dos Estados Unidos. Podemos indicar iniciativas semelhantes da parte de J. Wolferson, antigo diretor do Banco Mundial e de Vinod Khosla, do Sun Microsystems. Do lado japonês, um acordo foi assinado entre a Petrobras e o Nippon Bank, para criar a Nippon Ethanol Co. A Sumitomo Corporation, a Mitsui e o Japan Bank for International Corporation (JPIC) estão presentes no setor, sem falar nos interesses europeus, notadamente suecos. [...] O modelo econômico em questão está claramente voltado para a exportação que, nos próximos anos, deveria disponibilizar três quartos da produção brasileira para abastecer 50% do mercado mundial.

O mercado interno brasileiro de etanol aumentou vertiginosamente com o surgimento do carro *flex*, mas as exportações brasileiras do combustível não tiveram o crescimento esperado – vide o fato de que em 2017 e 2018 o país importou (dos EUA) um volume superior ao exportado. Em 2005 os Estados Unidos passaram a investir fortemente na produção de etanol a partir do milho para o seu mercado interno, com subsídios aos produtores e barreiras tarifárias ao etanol brasileiro. Em 2007 os presidentes Lula e Bush assinaram um acordo de

cooperação sobre o etanol, em um ato contraditório com as práticas gerais e discursos do então presidente estadunidense, como demonstra Houtart (2010). O acordo genérico não resultou em nada. Na Europa, 2/3 dos novos carros são com motor diesel (HOUTART, 2010), o que indica que o etanol, mesmo misturado à gasolina, não é promissor naquele continente, diferente do biodiesel, alternativa mais pragmática e cuja produção também é mais viável nas terras europeias.

Para tornar o cenário ainda mais desfavorável a um pretenso processo de comoditização do etanol, a partir de 2005 os Estados Unidos também passaram a explorar de forma intensiva o gás de xisto, aumentando a produção de 14,2 bi/m^3 em 2003 para 282,1 bi/m^3 em 2015 (STATISTA, 2015), sendo o crescimento mais expressivo verificado a partir de 2009. Mesmo que não seja para uso veicular, o gás de xisto contribui para o balanço energético os EUA com a substituição do petróleo em outros usos, tal como a geração de energia elétrica. Isso permite que o petróleo continue sendo direcionado para os veículos automotores, diminuindo pressão no preço e a dependência externa.

A produção estadunidense de etanol em 2014 foi de 54,2 bi/l, o consumo de 51 bi/l, a exportação de 3,2 bi/l (6% da produção) e a importação de 282,6 mi/l. Na safra 2013/2014 o Brasil produziu 28 bi/l de etanol e no ano de 2014 consumiu 24 bi/l e exportou 1,4 b/l (5% da produção da safra 2013/14). Com o dobro da produção brasileira de etanol, os Estados Unidos foram em 2014 o maior produtor, consumidor e exportador mundial de etanol, mesmo sendo este consumo referente à adição de apenas 10% de etanol anidro na gasolina – contra 27% de mistura no Brasil, que tem um mercado relativamente ainda maior para o etanol hidratado, consumido puro nos veículos *flex fuel*. Estados Unidos e Brasil exportaram entre 5% e 10% da sua produção de etanol e, em 2014, foram responsáveis respectivamente por 56,8% e 24,6% da produção mundial do combustível. Tal fato demonstra claramente que o etanol não se concretizou como uma *commodity* global, sendo a produção e o consumo praticamente

monopolizados pelos Estados Unidos[41] e pelo Brasil[42], como pode ser visto com mais detalhe na Tabela 1. Atualmente representantes do setor sucroenergético brasileiro e o próprio presidente da República tentam criar parcerias com entidades indianas e chinesas para fortalecer a produção e o consumo de etanol nesses países, tendo como objetivos centrais criar novos mercados compradores para o produto brasileiro e dar maior estabilidade ao mercado açucareiro mundial (RAMOS, 2020). O etanol de milho também passou a ser produzido no Brasil, só que em menor escala e de forma secundária. Na atual safra de 2020/21, em andamento, o etanol de milho respondeu, até o mês de junho, por 7% do volume total produzido.

Tabela 1: Produção mundial de etanol por países (2014).

[41] Segundo o AFDC do Departamento de Energia dos Estados Unidos, a produção de etanol no país foi de (milhões de litros): 56.041 (2015); 58.338 (2016); 60.318 (2017) e 60.792 (2018). Trata-se de um aumento pequeno, que foi apenas pouco superior ao aumento do consumo interno. Isso demonstra a concretização da política de autossuficiência na produção de etanol. Apesar de não ser grande, a partir de 2014 houve superávit da produção em relação ao consumo. O consumo de etanol nos Estados Unidos foi de (milhões de litros): 50.886 (2014), 52.763 (2015); 54.337 (2016); 54.826 (2017) e 54.432 (2018).

[42] De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Brasil produziu em consumiu, respectivamente, em milhões de litros de etanol (anidro e hidratado somados): 2015 (29.999 e 28.969); 2016 (28.490 e 26.200); 2017 (28.265 e 25.562); 2018 (33.014 e 29.739); 2019 (35.306 e 32.848).

Produção mundial de etanol - 2014

País/grupo	Milhões de litros	Participação
Estados Unidos	54.054	56,8
Brasil	23.398	24,6
Europa	5.462	5,7
China	2.400	2,5
Canadá	1.928	2,0
Tailândia	1.172	1,2
Argentina	605	0,6
Índia	586	0,6
Demais países	5.632	5,9
Mundo	95.237	100

Fonte: Departamento de Energia dos Estados Unidos - www.afdc.energy.gov
ORG.: GIRARDI, 2015.

Em 2011 teve fim o subsídio ao milho para etanol nos Estados Unidos. Mesmo assim, não há sinal de que os Estados Unidos vão diminuir a produção desse biocombustível; pelo contrário, deverão mantê-la para atender a demanda interna nos termos estabelecidos, valorizando com isso suas terras agrícolas. Quanto à expansão do uso do gás de xisto, este parece ser a promessa crescente, embora como resposta à poluição seja nulo, já que há demonstrativos que seja até mais poluente do que o petróleo.

Adicionalmente, em 2008 os países centrais do capitalismo, inclusive os Estados Unidos, o mais proeminente dentre eles, entraram em crise e, nesse cenário, os investimentos públicos em alternativas menos degradantes ao meio ambiente passaram a ser colocadas em um plano ainda mais secundário, já que são em grande parte alegóricas e sem resultados de fato (HOUTART, 2010). Com isso, a perspectiva de uma ampliação do mercado externo de etanol brasileiro ficou ainda mais distante, o que teve como consequência a diminuição do ritmo de investimentos internos e externos no setor sucroenergético brasileiro. Apesar das perspectivas não promissoras para novos capitais, o mercado interno de etanol e o externo de açúcar conseguiram absorver a produção já instalada, que continuou a crescer.

A crise de 2008, se não pôs fim, certamente refreou a expansão do setor sucroenergético brasileiro, dando-lhe forma e

contexto bem menos favoráveis ao seu desenvolvimento do que aquele existente desde 2003. Muitas empresas que haviam alavancado sua produção encontravam-se endividadas e uma parte dessas acabou entrando em colapso financeiro, algumas sendo vendidas, outras entrando em recuperação judicial ou mesmo falindo e encerrando assim suas atividades.

IMPACTOS DA ÚLTIMA FASE EXPANSIVA NA TERRITORIALIZAÇÃO CANAVIEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO

A análise mais detalhada dedicada ao caso específico do estado de São Paulo justifica-se pelo fato deste ser o centro da produção canavieira brasileira desde a transição para a segunda metade do século XX (1953) e, no período em questão (2003-2014), ter sua produção de cana-de-açúcar se mantido em pouco mais do que 50% do total brasileiro. Tanto a produção brasileira quanto a paulista dobraram no período 2003-2014, e atualmente o estado de São Paulo é responsável por 63% do açúcar brasileiro e 48% do etanol (CONAB, 2019). Doravante denominaremos esse processo e período de "expansão recente do setor sucroenergético no estado de São Paulo".

Historicamente, o aumento e territorialização do setor sucroenergético no estado de São Paulo teve influência determinante de três políticas setoriais, sendo duas nacionais e uma estadual. Podemos assim destacar as atuações do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) e do Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo (PRÓ-OESTE). Entre 1878 e 1930 foram fundadas as primeiras usinas açucareiras que deram início às duas regiões canavieiras mais antigas do estado: Piracicaba e Ribeirão Preto. Em 1930 havia 26 usinas em operação no estado (CDPA, 1933, p. 4). Na década de 40, através de incentivos do IAA, foram implantadas 49 novas usinas no estado de São Paulo, com benefício à consolidação da produção na região de Araraquara e surgimento das regiões produtoras de Jaú e Vale do Paranapanema (eixo Ourinhos-Assis). Nas décadas de 50 e 60 foram implantadas 25 novas unidades para atender a demanda dos

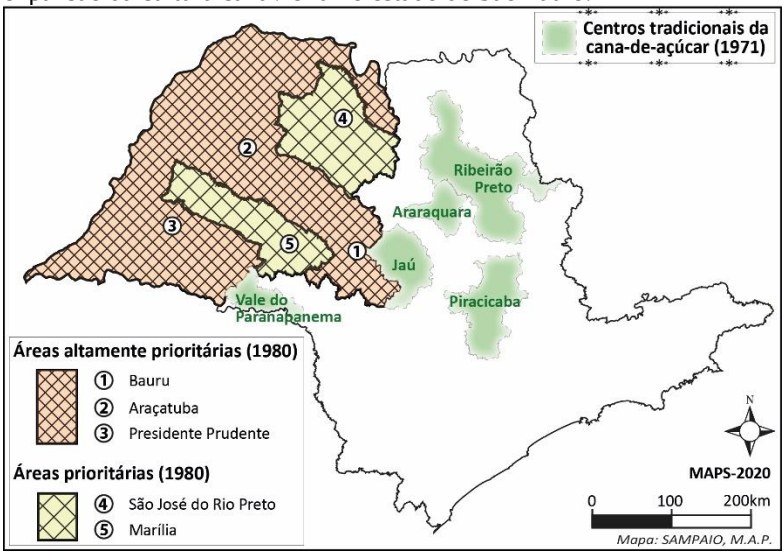
mercados interno e externo (BRAY, 1980; BRAY; FERRERA; RUAS, 2000). Desde então o estado de São Paulo concentra mais de 50% do setor sucroenergético brasileiro, sendo esta concentração reproduzida com a expansão recente ocorrida a partir de 2003.

No processo de construção do setor o governo federal fomentou a transformação de capital agrário em capital industrial, com grande incentivo e transferência de recursos públicos para as mãos de proprietários rurais, especialmente no período do PROÁLCOOL. Neste processo, além da usina – o novo capital – o usineiro e seus sócios, grande parte proprietários fundiários, viram a supervalorização do seu capital fundiário. O processo recente (a partir de 2003) de nova expansão do setor sucroenergético no Brasil e em especial em São Paulo reproduziu essa mesma lógica. Permitiu crescimentos do preço da terra muito além de qualquer investimento, sendo este, além do próprio lucro advindo da produção sucroenergética, o grande ganho dos proprietários de terras com o processo induzido e dependente dos incentivos do Estado.

Em 1971 o IAA criou o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, que definiu e concentrou a atividade em cinco regiões paulistas históricas e prioritárias para a produção de açúcar: Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba, Jaú e Vale do Paranapanema. A partir de 1975 o incentivo ao setor ocorreu por meio do PROÁLCOOL, sendo que, no contexto brasileiro, o estado de São Paulo foi contemplado com 47% dos projetos de destilarias anexas (que reforçavam as unidades agroindustriais açucareiras já existentes) e 31,5% das destilarias autônomas (que criavam novas unidades agroindustriais canavieiras, estas exclusivamente alcooleiras). Até o final da década de 1970 a maior parte dos projetos de destilarias foram implantados nas cinco regiões mencionadas acima. No início da década de 1980, com a invenção do carro movido exclusivamente a álcool anidro, a manutenção da alta do petróleo e o consequente avanço na utilização do agrocombustível, houve forte expansão do cultivo de cana-de-açúcar. Por essa razão, o governo estadual utilizou o PRÓ-OESTE para promover a desconcentração espacial da atividade, elegendo as seguintes regiões do oeste do

estado como “áreas altamente prioritárias” para investimentos e aumento da cultura: Presidente Prudente, Araçatuba, Bauru e o norte da região de São José do Rio Preto. Foram consideradas “áreas prioritárias” a região de Marília e o centro-leste de São José do Rio Preto (Mapa 2). Contudo, apesar de ter incentivado a cultura nessas regiões, um relatório de 1984 do governo do estado indicou que a cultura continuava a se expandir de modo regionalmente concentrado nas áreas tradicionais (BRAY; FERRERA; RUAS, 2000).

Mapa 2: Centros tradicionais (1971) e áreas prioritárias (1980) para a expansão da cultura canavieira no estado de São Paulo.

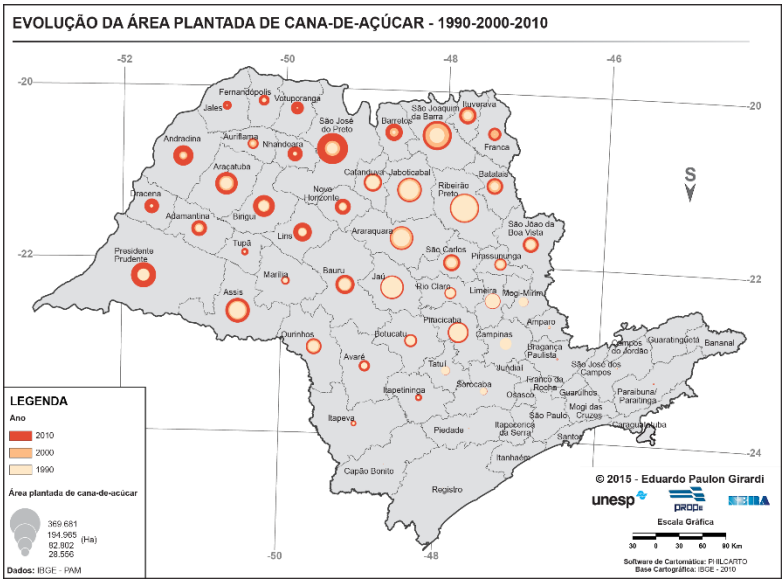


Fonte: elaboração própria, 2020.

O Mapa 3, elaborado na escala analítica das microrregiões geográficas do IBGE, permite uma primeira distinção entre as áreas antigas e aquelas que passaram a ter maior

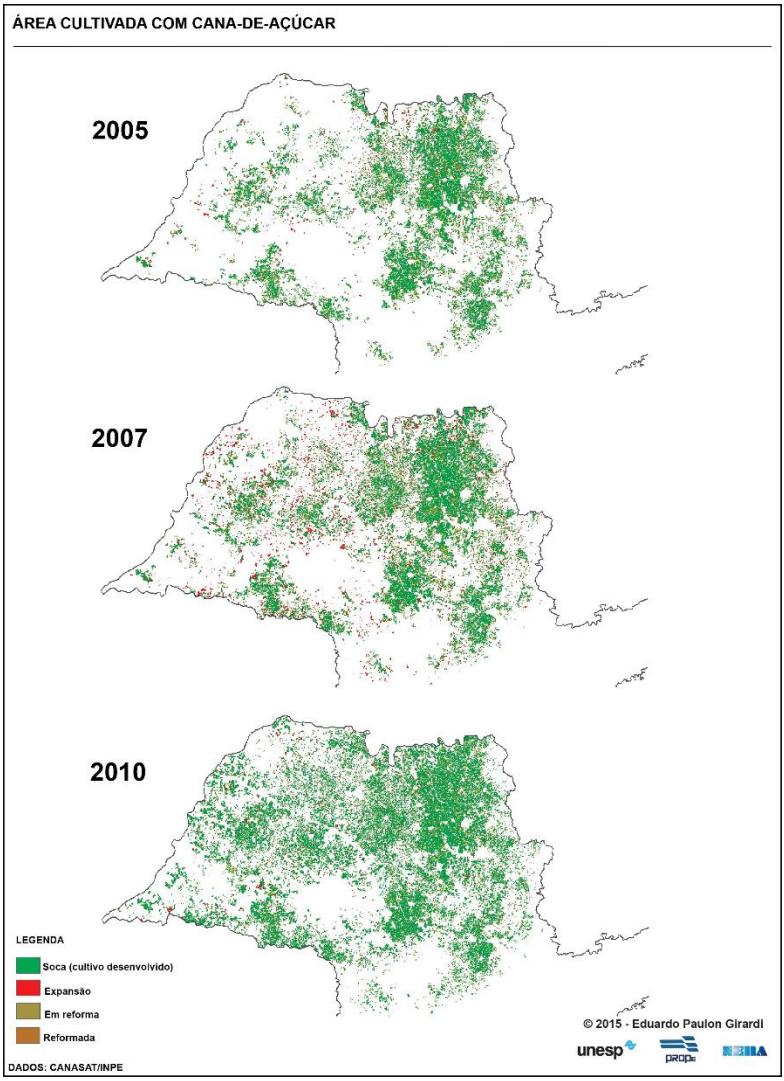
importância na produção de cana-de-açúcar nas décadas de 1990 e 2000. As regiões de Ribeirão Preto, Araraquara, Jaú, Piracicaba, Jaboticabal e Assis, por exemplo, são regiões com importante participação na produção de cana-de-açúcar no estado e que, mesmo antes de 1990, já possuíam significativa área plantada. Essas regiões e algumas vizinhas menos expressivas tiveram menor crescimento no período 1990-2000, já que grande parte de seu potencial produtivo estava efetivado antes mesmo desse período. Microrregiões do nordeste do estado, vizinhas à região de Ribeirão Preto, apresentam uma evolução diferenciada, sendo de constante ampliação nos períodos 1990-2000 e 2000-2010, indicando influência e extravasamento da produção de Ribeirão Preto. Na porção oeste do estado, com limite que vai desde Barretos e São José do Rio Preto, passando por Novo Horizonte e Lins, chegando a Presidente Prudente, o crescimento ocorreu principalmente na década de 2000, podendo indicar a saturação das áreas mais antigas, como pode ser visto nos mapas da Prancha 1, que demonstra o rápido processo de territorialização da cana-de-açúcar no estado de São Paulo a partir de 2003, expandindo-se principalmente para o oeste.

Mapa 3: Evolução da área plantada de cana-de-açúcar (1990-2000-2010).



Fonte: GIRARDI (2015).

Prancha 1: Área cultivada com cana-de-açúcar (2005-2007-2010).



Fonte: GIRARDI (2015).

O cerne da análise que se segue aborda o período expansivo da canavicultura transcorrido no estado de São Paulo entre os anos de 2003 e 2014, tendo sido neste ínterim fortemente abalado pela crise financeira de 2008. Seguiu-se então uma fase

pós-expansiva (2014-2020), marcada por retração da atividade, conforme atestam os dados da Tabela 2. Vale mencionar que em 2003 a área total cultivada com cana-de-açúcar no Estado de São Paulo representava 62% da área dessa mesma lavoura na Índia. Já em 2014 a área canavieira total do país asiático representava apenas 85% da paulista.

Tabela 2: Brasil, Índia e Estado de São Paulo: hectares cultivados com cana-de-açúcar (2003-2014-2018)[43].

Ano	2003	2014	2018	delta 03-14	delta 14-18	Fonte
Brasil	5.371.020	10.419.678	10.042.199	5.048.658	-377.479	FAO
Índia	4.520.300	4.990.000	4.730.000	469.700	-260.000	FAO
Est. de São Paulo	2.817.604	5.566.584	5.555.502	2.748.980	-11.082	IBGE

Org: SAMPAIO, M.A.P.

Fonte: elaboração própria, 2020.

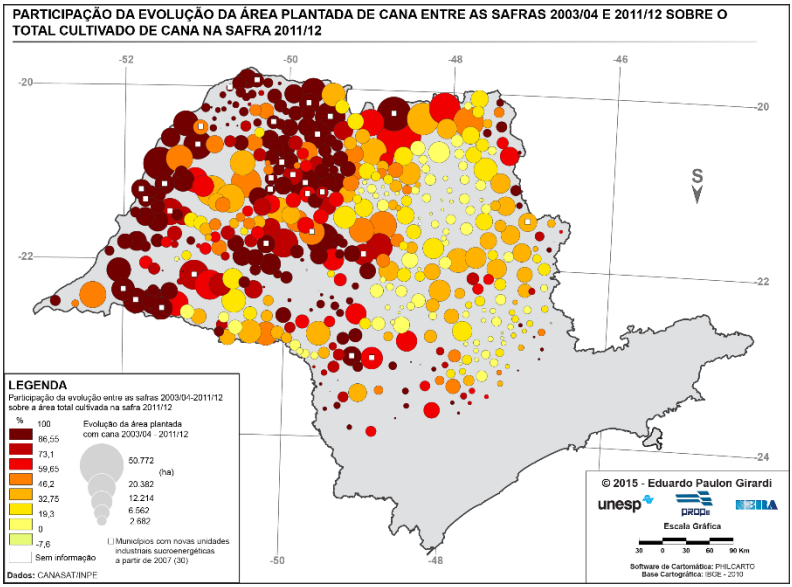
Ao analisar os dados da evolução da área plantada de cana-de-açúcar nas microrregiões paulistas identificamos que em 29 delas, 50% ou mais da área plantada em 2010 era resultado da expansão ocorrida no decênio 2000-2010. Essas 29 microrregiões eram responsáveis por 49,5% da área plantada de cana-de-açúcar no estado em 2010. Isso significa que ao menos ¼ da evolução verificada na década de 2000 ocorreu em regiões não tradicionais. Em ordem de área plantada, as principais dessas 29 microrregiões foram São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Araçatuba, Birigui, Andradina, Bauru e Lins. As regiões antigas estagnaram a produção em níveis altos, como mostram os dados, nas quais é possível verificar que, do total plantado em 2010, uma pequena porcentagem foi resultado da evolução ocorrida entre 2000 e 2010, sendo estes os valores observados: Ribeirão Preto (expansão de 15,5%); Araraquara (20,6%); Jaú (23,1%); Piracicaba (27,1%); Jaboticabal (23,8%). A exceção dentre as regiões antigas é Assis, de cujo total cultivado em 2010, 44,3% era resultado do crescimento 2000-2010.

Desde 2002 a área plantada de cana-de-açúcar no Brasil avança constantemente, com pequenos recuos conjunturais, e o

43 O termo "delta" refere-se à variação ocorrida no período, assim "delta positivo" significa ampliação ou variação para mais e "delta negativo" significa redução ou variação para menos.

mesmo é verificado em São Paulo. O Mapa 4, elaborado em escala municipal, permite uma análise refinada da dinâmica ocorrida na década de 2000, e foi elaborado a partir dos dados do CANASAT/INPE (RUDORFF et al., 2010) sobre a expansão do cultivo da cana-de-açúcar entre as safras de 2003/04 e 2011/2012. Com ele é possível reafirmar a diferença leste/antiga *x* oeste/nova na produção de cana-de-açúcar, com a porção noroeste e sudoeste apresentando os maiores crescimentos no período. Destaque ao Pontal do Paranapanema, região de São José do Rio Preto e divisa com Mato Grosso do Sul. A região do extremo noroeste chama a atenção por sua pequena participação na produção, mas por altas taxas de crescimento. É um primeiro indício de que seja uma importante região a ser estudada, com o processo inicial de territorialização da cana-de-açúcar. A informação sobre os municípios com novas usinas no estado de São Paulo, criadas entre 2007 e 2012, também é um importante indicador da expansão para o oeste do estado. Os mapas seguintes ajudam nesta delimitação. Chamamos a atenção para uma informação importante para se entender o processo recente de territorialização do setor sucroenergético no estado de São Paulo e que consta nos Mapas 4, 5 e 6: a indicação (quadrados brancos) dos municípios com novas usinas instaladas entre as safras 2006/07 e 2011/12.

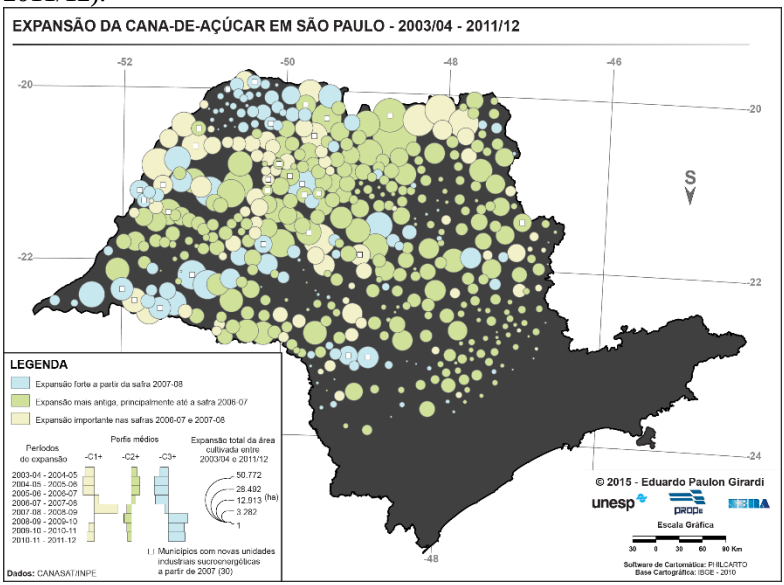
Mapa 4: Participação da evolução da área plantada de cana entre as safras 2003/04 e 2011/12 sobre o total cultivado de cana na safra 2011/12.



Fonte: GIRARDI (2015).

O Mapa 5, assim como o anterior, explora os dados referentes à expansão do setor sucroenergético no estado de São Paulo especificamente entre as safras de 2003/04 e 2011/12. Considerando a evolução entre cada safra desse período através de uma análise de agrupamento, foi possível detectar três tipos de municípios: A) aqueles que apresentaram maior crescimento da área plantada a partir da safra 2007-08 e que mantém o crescimento; B) municípios com crescimento mais antigo no período analisado, importante até a safra 2006-07; C) municípios com crescimento na produção de cana-de-açúcar entre as safras 2006-07 e 2008/09. No mapa é possível verificar que há um processo de regionalização semelhante ao verificado no Mapa 4, corroborando com as observações anteriores.

Mapa 5: Expansão da cana-de-açúcar em São Paulo (2003/04 a 2011/12).



Fonte: GIRARDI (2015).

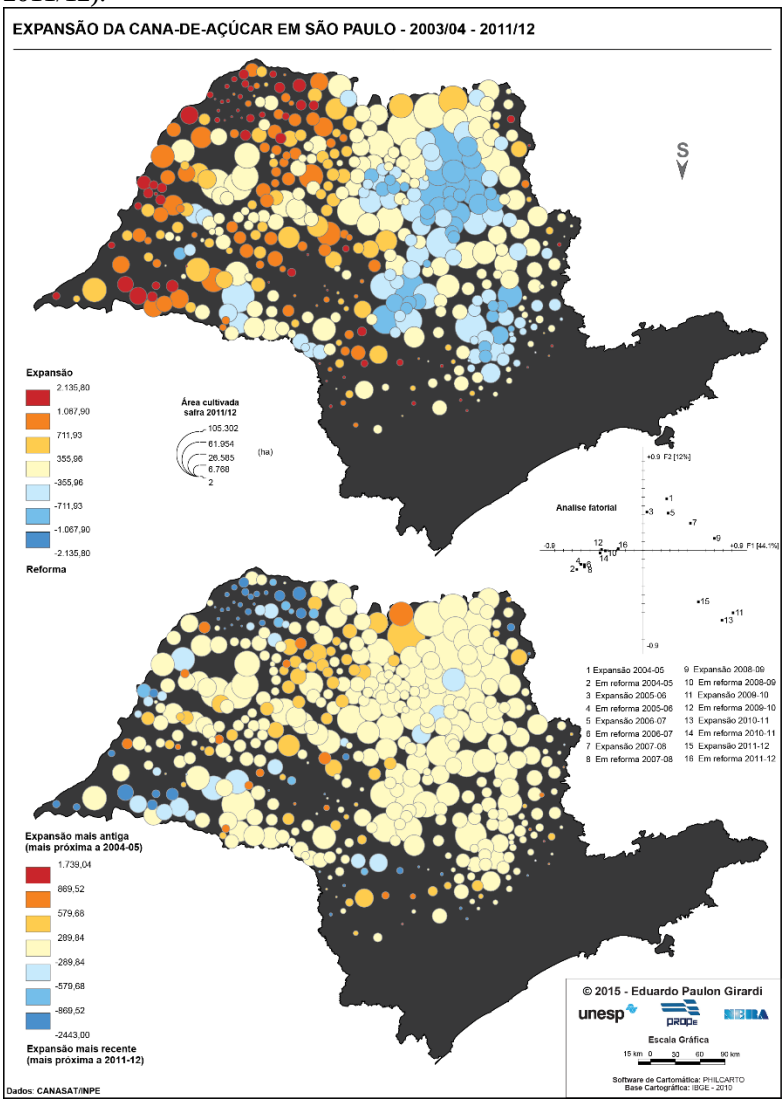
A Prancha 2 explora os dados dos estágios de desenvolvimento da lavoura e considera duas informações: área cultivada em reforma e áreas novas de expansão do cultivo. O primeiro dado mostra o que efetivamente foi ampliado na área plantada e o segundo dado mostra as regiões cujas áreas já plantadas passavam por processo de reforma, que ocorre entre 5 e 6 anos depois da primeira colheita. Áreas com muita reforma são antigas; áreas com muito crescimento são aquelas de expansão. Os dados para todas as safras entre 2003/04 e 2011/12 foram explorados a partir de uma análise fatorial.

O primeiro mapa da Prancha 2 delimita bem três tipos de região: A) as regiões com predominância de áreas em reforma e pouca expansão no período (tons de azul); B) regiões cuja expansão ocorreu principalmente entre as safras 2003/04 e 2008/09 (amarelo claro) e; C) regiões onde a expansão correu nas safras finais do período analisado: 2009/10, 2010/11 e 2011/12

(tons de laranja e vermelho). O segundo mapa auxilia na confirmação das áreas de expansão mais recente, nas últimas quatro safras analisadas, que compreende o extremo noroeste e o extremo sudoeste do estado.

Os três tipos de região identificados no mapeamento da Prancha 2 (tipos A, B e C) podem ser assim correlacionados com o histórico de expansão da cultura de cana-de-açúcar no estado de São Paulo: tipo A): regiões tradicionais/antigas, cuja produção de cana-de-açúcar para açúcar e combustível data desde o final da década de 1970, com importância significativa desde então e que, na década de 2000, apresentou pouco crescimento por serem já consolidadas; tipo B): regiões com expansão na década de 1980 e que tiveram forte aumento na década de 2000, caminhando para a consolidação de maneira semelhante ao ocorrido nas regiões mais antigas (tipo A); tipo C): regiões que passaram a ter importância na década de 2000, com expansão ocorrida desde 2002-03 e intensificada ainda mais a partir da safra 2009/10. Estas são a "última fronteira" da cana-de-açúcar no estado de São Paulo.

Prancha 2: Expansão da cana-de-açúcar em São Paulo (2003/04 a 2011/12).

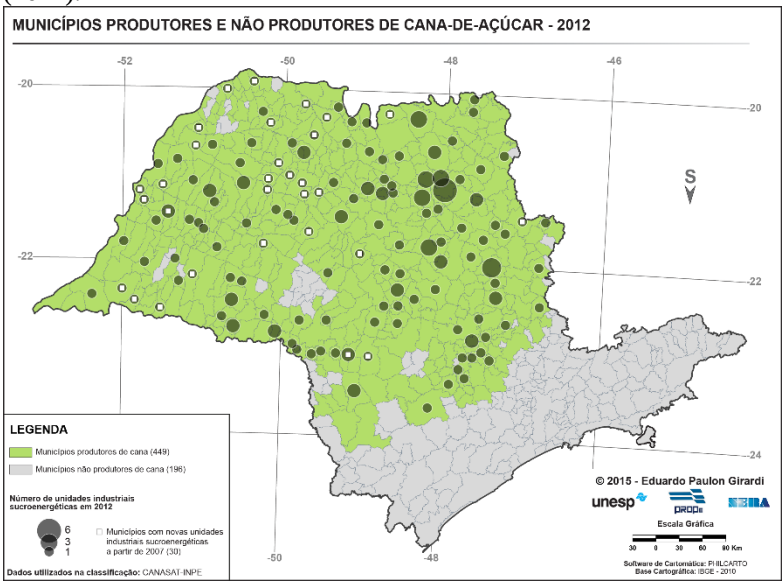


Fonte: GIRARDI (2015).

O Mapa 6 adiciona alguns elementos para melhor entendermos o processo de expansão recente e reconfiguração regional do setor sucroenergético paulista. Ele deixa claro a presença da produção de cana-de-açúcar em grande parte do estado. Foram considerados municípios produtores de cana-de-açúcar aqueles cuja área cultivada na safra 2011/12 foi igual ou superior a 500 hectares. Abaixo disso consideramos como municípios não produtores, já que em praticamente todos os municípios há algum cultivo de cana-de-açúcar, mesmo que não seja destinado ao setor sucroenergético, como por exemplo o uso para alimentação de gado e fabricação de bebidas. Analisando esse dado juntamente com o número e usinas por município e de novas usinas instaladas a partir e 2007, identificamos a ausência da produção no sudeste do estado devido às características do relevo, inadequado para o cultivo pelas elevações da Serra do Mar. No interior do estado há uma "ilha não canavieira" na região de Marília, também devido ao relevo.

No extremo noroeste do estado há poucas usinas, cuja maioria é nova, o que também ocorre no extremo oeste do estado. No primeiro caso, ainda há municípios não produtores de cana-de-açúcar, o que não ocorre no segundo caso, do extremo oeste. Além de serem as áreas mais longínquas da região canavieira mais antiga/tradicional, das regiões mais populosas do estado (consumidores) e do porto exportador de Santos, essas duas regiões têm dois fatores que podem explicar o fato de serem as *"últimas fronteiras do setor sucroenergético no estado"*. No extremo noroeste a estrutura fundiária é a mais desconcentrada do estado, com grande participação de estabelecimentos familiares, o que é uma dificuldade (mas não impeditivo) para o estabelecimento de novas usinas. Já o extremo oeste tem problemas de ordem jurídica quanto a titulação das terras e as novas usinas só se estabeleceram nas porções em que essas questões já estão resolvidas por definitivo.

Mapa 6: Municípios produtores e não produtores de cana-de-açúcar (2012).

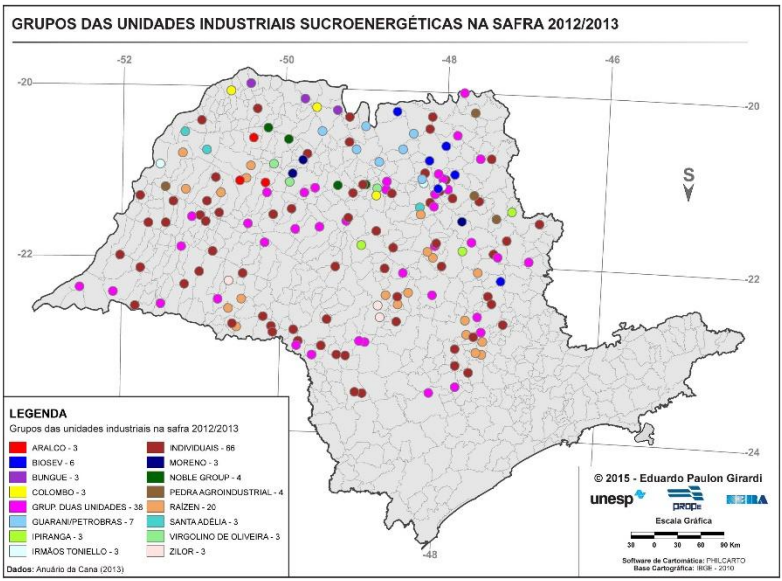


Fonte: GIRARDI (2015).

Na safra 2012/13 havia no estado de São Paulo 173 unidades industriais sucroenergéticas. O Mapa 7 apresenta uma classificação das usinas segundo o grupo empresarial ao qual pertencem. Entre as usinas paulistas, 66 eram unidades independentes, cujos proprietários possuíam apenas uma usina no estado de São Paulo; 38 usinas pertenciam a grupos que possuíam duas usinas, ou seja, são 19 grupos que possuíam 38 usinas. A Raízen era o grupo com o maior número de usinas, 20 ao todo; em seguida estava o grupo Guarani/Petrobrás, com 07 unidades, seguido pelo grupo Biosev, com 06. Os demais grupos possuíam entre 3 e 4 unidades. Os grupos Raízen, Biosev e Guarani concentravam 19% das unidades agroindustriais sucroenergética do estado de São Paulo. Se tomarmos os grupos estrangeiros (Raízen, Noble, Guarani/Tereos, Bunge, Biosev, Abengoa, Renuka e Umoe Bioenergy), estes eram responsáveis diretos por 48 usinas estabelecidas em solos paulistas, o que representava 27,7% das unidades no estado. Este cenário altamente

estrangeirizado e centralizado foi configurado nas décadas de 2000 e 2010 através de fusões, aquisições e criação de novas unidades processadoras pelos grupos estrangeiros estabelecidos no estado de São Paulo.

Mapa 7: Grupos das unidades industriais sucroenergéticas na safra 2012/13.



Fonte: GIRARDI (2015).

Em um levantamento realizado no site do BNDES sobre empréstimos realizados pelas usinas paulistas entre 2002 e 2014, conseguimos informações sobre transferências realizadas por 91 das 173 unidades sucroenergéticas do estado. Sobre esses dados, é preciso dizer que possivelmente não representem a totalidade dos recursos públicos investidos nas empresas, cujas cifras devem ser ainda maiores, pois elas podem ter captado outros recursos ou podem tê-lo feito em maior número via outros programas que podem não estar no site do banco. Mesmo assim, esses dados são extremamente relevantes para vermos a dimensão do auxílio do Estado para o setor, pois esses empréstimos possuem taxas muito abaixo das taxas básicas de juros da economia brasileira (que era

o maior do mundo no período analisado), o que significa de fato um "juro negativo", forte subsídio. Tal fato não é exclusividade do setor sucroenergético pois o Estado, através o BNDES, é o principal financiador do sistema produtivo privado no Brasil.

Os empréstimos no período foram de 12,3 bilhões de reais, perfazendo uma média de 135 milhões de reais para cada uma das 91 usinas das quais conseguimos dados. Num exercício analítico hipotético, se este valor fosse estendido (de forma presumida) para as demais unidades sucroenergéticas para as quais não encontramos dados, chegaríamos a um total de 23,4 bilhões de reais em empréstimos. Para comparação, o aumento no PIB dos municípios com usinas no estado de São Paulo entre 2003 e 2011 foi de 28,9 bilhões de reais. O valor dos empréstimos públicos subsidiados, mesmo considerando apenas o valor levantado de 12,3 bilhões de reais, é muito elevado para o crescimento do PIB alcançado nos municípios com usinas: representa quase a metade. Tal dependência demonstra a insuficiência do capital por si só para gerar riqueza, demonstrando o caráter dependente do crescimento econômico local promovido pela atividade sucroenergética. Ter o Estado como único e maior financiador do sistema produtivo capitalista privado talvez seja um dos principais problemas econômicos do Brasil e representa uma total contradição ao discurso liberal dos agentes financeiros e econômicos, inclusive e de forma destacada os vinculados ao setor sucroenergético brasileiro, que execram toda e qualquer intervenção do Estado na regulação dos mercados que não sejam ao seu benefício amplo e direto.

A grande contradição do discurso neoliberal diz que o Estado não pode intervir com ações que impeçam a obtenção do lucro, mas deve intervir no mercado (por exemplo, o mercado de crédito ou a manipulação da tributação dos combustíveis para favorecer o etanol) para que o lucro seja garantido ou aumentado. Trata-se de um cinismo do capitalismo brasileiro. Nesse aspecto, os bancos privados não são mais do que sangue-sugas da economia, pois em nada contribuem para o financiamento da produção e consequente incentivo à economia. Os juros "civilizados" são restritos aos grandes capitalistas e disponibilizados pelo Estado: quanto maiores os agentes

econômicos, mais privilegiados são. A população em geral, inclusive a maior parte do setor produtivo, é submetida a taxas exorbitantes de juros bancários, que tornam os empréstimos dos agiotas dos países centrais do capitalismo praticamente em negócios feitos "de pai para filho". É um cenário totalmente diferente daquele que Chesnais (1996) descreve para as economias alemã e japonesa, nas quais o sistema bancário reconhecem seu papel na economia nacional, são as bases de financiamento e têm consciência de que acelerando a economia ganharão conjuntamente.

A forte expansão do setor sucroenergético traz com ela questões ambientais e sociais relevantes. Embora não tenha sido o foco neste artigo, é necessário que sejam pelo menos elencadas. A monocultura baseada no modelo do agronegócio (produção intensificada e quimificada) traz consequências graves para o meio ambiente, como a poluição do solo, corpos d'água superficiais e águas subterrâneas com venenos e outros agroquímicos. Há destruição de fauna e flora decorrente do uso de venenos e prejuízo às demais culturas praticadas próximas aos canaviais pela pulverização aérea, sendo os mais afetados os agricultores familiares. Pode-se mencionar ainda prejuízos para os rebanhos, cujo maior exemplo é a propagação da mosca do estábulo, proliferada pelo manejo inadequado da vinhaça. Além desses impactos ambientais, é necessário refletir também sobre os impactos sociais. O discurso do desenvolvimento promovido pela atividade sucroenergética é muito frisado pelas empresas e governos, mas é necessário pensá-lo de forma mais ampla e criteriosa, pois não há apenas coisas positivas e existem muitos limites sobre o quanto se pode avançar para uma sociedade melhor com base em alternativas como essas.

Girardi (2019) realiza uma análise dos impactos socioeconômicos da expansão recente do setor sucroenergético no estado de São Paulo. Para isso, pesquisou diversos indicadores sociais e econômicos dos municípios paulistas e realizou análises a partir de uma bibliografia crítica sobre modelo de desenvolvimento. A questão central colocada é: quais são as características e limites que a expansão do setor sucroenergético possibilita aos municípios paulistas? A conclusão, a partir de uma

tipologia e análises, é que se trata de um modelo tradicional de desenvolvimento capitalista, que leva ao acirramento de suas contradições intrínsecas. Sua característica básica é que o crescimento do emprego e dos salários ocorre em escala desproporcional e inferior ao crescimento da produção e da riqueza; quanto mais riqueza é produzida e quanto mais capital é investido, maiores são os volumes necessários para que um único emprego seja criado ou mantido; maiores são as exigências de produtividade do trabalhador, sendo este um movimento sem fim que os governos são obrigados a acompanhar, investindo cada vez mais recursos públicos para que o capital possa ser acumulado, concentrado e centralizado, colocando mais combustível para o mesmo processo se consolidar novamente.

Ainda segundo o mesmo estudo, o avanço do agronegócio sucroenergético gera emprego e renda para os trabalhadores e aumenta os investimentos e a qualidade dos serviços públicos com o crescimento da arrecadação, oriundos da dinamização das economias municipais. Também foi possível verificar que há alterações positivas no salário médio dos trabalhadores e na desconcentração da renda. Contudo, a "dimensão dessas melhorias é muito menor do que o crescimento econômico e, embora a renda dos mais pobres tenha aumentado, o aumento da renda dos mais ricos representa muitas vezes o ganho dos mais pobres" (GIRARDI, 2019). Assim, não há mudanças estruturais significativas na apropriação dos resultados do crescimento econômico trazido com a expansão recente do setor sucroenergético no estado de São Paulo.

CONCLUSÃO

Para concluirmos, apresentamos e discutimos os dois mapas-síntese e os três conceitos de regiões canavieiras com os quais encerramos o conteúdo proposto para set debatido neste texto. No que toca à regionalização do período expansivo analisado, identificamos no estado de São Paulo três tipos de áreas diferentes: A) Zonas de Advento Canavieiro, B) Zonas de Intensificação Canavieira e C) Zonas de Saturação Canavieira,

conforme apresentado no Mapa 8. Essas podem ser definidas, ainda que sucintamente, como:

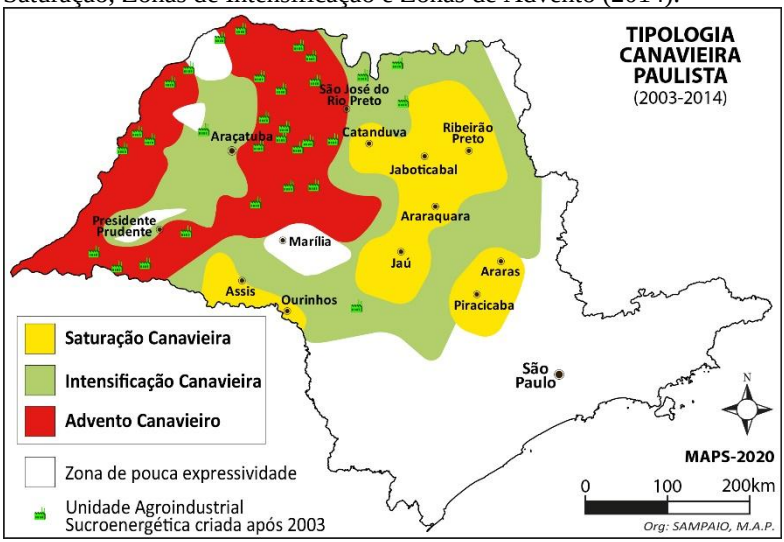
A) "Zonas de Saturação Canavieira": são áreas onde o índice de monocultura canavieira é mais elevado (SAMPAIO, 2015) e podem ser entendidas como zonas tradicionais da canavicultura, onde a disputa pela matéria-prima cana-de-açúcar é muito intensa. Algumas dessas áreas tendem também a manifestarem processos mais avançados de urbanização e mesmo de metropolização. Frequentemente são áreas canavieiras que estão em concorrência com modalidades de uso-do-solo não-agrícolas e mais valorizadas (loteamentos urbanos, implementação de indústrias, existência de serviços de lazer e de outros tipos). São também áreas mais densamente ocupadas, como ocorre nas Regiões Metropolitanas de Campinas e de Ribeirão Preto, assim como na Aglomeração Urbana de Piracicaba. Nestas o espaço urbano e o espaço rural estão em contínua modificação e próxima interação, alterando o modo de vida urbano e a ruralidade, dinamizando a relação cidade-campo.

B) "Zonas de Adensamento Canavieiro": são áreas em que a atividade canavieira já existia antes do período expansivo analisado e que neste intervalo prosseguiram aumentando o número de hectares cultivados com canaviais. Podemos listar como casos típicos os entornos ao redor dos epicentros canavieiros de Assis, Araraquara e Jaú e, em menor grau, também de Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente. Nestas houve incremento da especialização produtiva canavieira (monocultura), fenômeno que requereu a desestabilização de antigas modalidades de uso do solo, entre as quais se sobressaíam as pastagens de pecuária de corte, mas também lavouras do agronegócio e da agricultura familiar. Com a difusão dos canaviais nestas terras houve intenso deslocamento dos rebanhos bovinos para áreas mais afastadas do interior do país, menos valorizadas e menos equipadas em

termos de infraestrutura territorial, numa espécie de efeito-dominó. Entre os desdobramentos das mudanças de uso-do-solo aí ocorridas, podemos entender, enquanto rebatimento inter-regional dentro de um contexto mais amplo da dinâmica agropecuária nacional, a faixa de desmatamento e a expansão da fronteira agropecuária que ocorrem no Bioma Amazônico, áreas até então mantidas como reservas fundiárias ou fundos territoriais.

C) "Zonas de Advento Canavieiro": são parcelas do território paulista em que a atividade canavieira se configurou como um fato essencialmente novo no período abordado. Foram aqui aludidas como as "últimas fronteiras da expansão canavieira no estado de São Paulo". Foi nestes locais, onde a veloz introdução dessa nova cultura agrícola causou os maiores impactos socioespaciais, devido ao seu caráter inovador. Entre estas regiões, destacam-se o "Pontal do Paranapanema" nas proximidades de Presidente Prudente; o "Extremo Oeste Paulista" (às margens do Rio Paraná); o "Médio Vale do Tietê", entre Jaú e Araçatuba e o Baixo Vale do Rio Grande Paulista, na Microrregião Geográfica de Votuporanga. O processo recente de construção das grandes unidades agroindustriais sucroenergéticas e a consequente implementação da atividade trouxe intensas transformações, algumas positivas outras negativas, para os municípios impactados. Geralmente de pequeno porte populacional e reduzida diversificação econômica, tais espaços foram induzidos à um alarmante processo de dependência monoprodutiva que os colocam numa posição de extrema vulnerabilidade, notadamente ante o atual contexto de crise pós-expansiva (2014-2020).

Mapa 8: Tipologia das regiões canavieiras paulistas: Zonas de Saturação, Zonas de Intensificação e Zonas de Advento (2014).



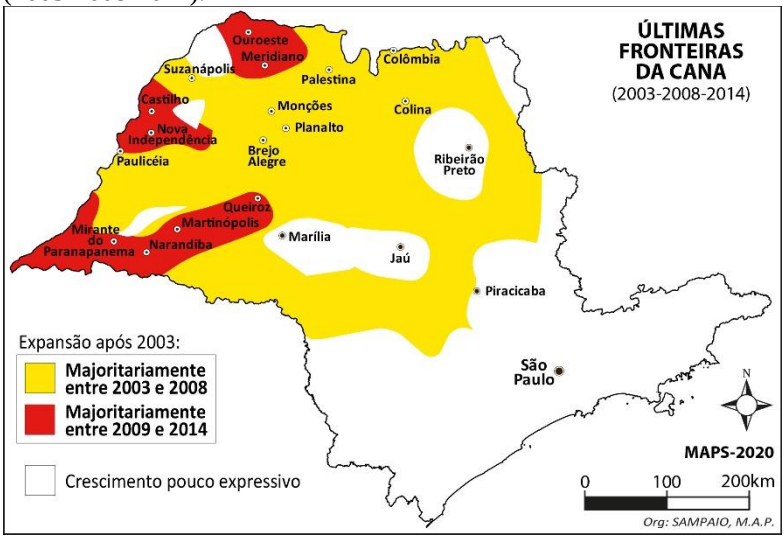
Fonte: elaboração própria, 2020.

Estas três tipologias regionais se inter-relacionam diretamente entre si, tendo sido um acontecimento comum grupos usineiros das regiões "saturadas", aquelas mais tradicionais, inaugurarem unidades filiais de seus negócios nas novas zonas de "intensificação" e de "advento", numa espécie de frente pioneira rumo às "últimas fronteiras". Os grandes aportes financeiros feitos pelo BNDES, já mencionados, promoveram intensa reconfiguração das áreas atingidas. Levantamentos de campo indicam para a emergência de um novo padrão de urbanização nas áreas afetadas, derivado em grande medida da instalação de enormes empreendimentos do agronegócio canavieiro globalizado em pequenas localidades até então desconhecedoras desse cultivo, impactando a população local e criando novos fluxos migratórios. Tal expansão promoveu ainda a substituição de culturas alimentares e de grãos, assim como áreas de pastagens

(degradadas ou não) e mesmo resquícios da vegetação nativa que ainda se encontravam preservadas, por extensas manchas de canaviais.

Por fim, e ainda inter-relacionando a regionalização com a periodização recentes da última onda expansiva da cana-de-açúcar pelo território paulista, o Mapa 9 diferencia as áreas esta ocorreu antes e as áreas onde ocorreu depois da grande crise financeira internacional de 2008. Tal evento abalou o sistema capitalista global e representou uma verdadeira "ducha de água fria" sobre o setor que pretendia solucionar parte dos problemas associados ao aquecimento global. Impingiu-lhe novos rumos, muito menos otimistas. Após esse choque econômico, o setor que se orgulhava de ser o mais eficiente e competitivo do mundo, adentrou numa fase de grandes problemas, a maioria dos quais ligados à superprodução de açúcar e etanol, com consequente queda dos preços, assim como o acirramento da concorrência com outras matrizes energéticas declaradamente menos preocupadas com a temática ambiental. Com relação a isso, demos aqui o nome de "últimas fronteiras da cana" às áreas em que o principal momento da expansão canavieira se concentrou entre 2009 e 2014, já num contexto descendente da atividade. Tais territórios compõem-se majoritariamente de pequenos municípios, com população raramente superior a 10 mil habitantes, onde gerou-se uma profunda dependência econômica sobre este ramo produtivo que os tornam sobremaneira vulneráveis, notadamente na atual fase de crise pós-expansiva (2014-2020). Mas, como mencionado na Introdução, não é nosso escopo adentrar aqui esta análise.

Mapa 9: Últimas fronteiras da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (2003-2008-2014).



Fonte: elaboração própria, 2020.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. H. **Capítulos de História Colonial (1500-1800).** Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907.

AFDC - *Alternative Fuels Data Center*. **Global Ethanol Production.** [online]. Disponível em: https://afdc.energy.gov/data/10331. Acesso em: 10 ago. 2020.

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Dados Estatísticos.** [online]. Disponível em: http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos. Acesso em: 10 ago. 2020.

AZEVEDO, F. de. **Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil:** ensaio sociológico sobre o elemento política na civilização do açúcar. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Transparência.** [online]. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRAY, S. C. **A Cultura da Cana-de-Açúcar no Vale do Paranapanema**: um estudo de geografia agrária. 1980. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As Políticas da Agroindústria Canavieira e o Proálcool no Brasil**. Marília: Unesp-Marilia Publicações, 2000. Disponível em: https://bit.ly/3fRTXIK. Acesso em: 10 ago. 2020.

CASTILLO, R.; SAMPAIO, M. A. P. Reestruturação Produtiva e Regionalização do Agronegócio Canavieiro. In: BERNARDES, J. A.; CASTILLO, R. (Org.). **Espaço Geográfico e Competitividade**: regionalização do setor sucroenergético no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p. 235-252.

CDPA – Commissão de Defesa da Producção do Assucar. **Mappas Estatísticos da Produção do Assucar no Brasil**. Rio de Janeiro: Governo Federal, 1933.

CHESNAIS, R. **A Mundialização do Capital.** Tradução Silvana Foá. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

COMEX STAT/ MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Exportação e Importação Geral.** Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral. Acesso em: 10 ago. 2020.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-de-Açúcar** – Terceiro Levantamento – Safra 2019/2020. Brasília: CONAB, v. 6, n. 3. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cana. Acesso em: 10 ago. 2020.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Bases para um plano de desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1980.

FERLINI, V. L. A. **Açúcar e Colonização.** São Paulo: Editora Alameda, 2010.

GIRARDI, E. P. Setor sucroalcooleiro paulista: importância econômica, internacionalização e impactos na questão agrária – 2000-2014. **Relatório de pesquisa trienal.** Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2015. [não publicado].

GIRARDI, E. P. Agronegócio Sucroenergético e Desenvolvimento no Brasil. **Revista Confins**, v. 40, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.4000/confins.19517. Acesso em: 10 ago. 2020.

HOUTART, F. **A Agroenergia:** solução para o clima ou saída da crise para o capital?. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2010.

ICE FUTURES U.S. - Intercontinental Exchange. **Sugar n. 11 Futures.** [online]. Disponível em : https://www.theice.com/products/23/Sugar-No-11-Futures. Acesso em: 10 ago. 2020.

MESQUITA, F. C., CASTILLO, R.; LOURENÇO, T. C. M. A Centralidade Paulista no Agronegócio Canavieiro do Centro-Sul do Brasil. In: BERNARDES, J. A.; CASTILLO, R. (Org.). **Espaço Geográfico e Competitividade**: regionalização do setor sucroenergético no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p. 39-60.

RAMOS, C. S. Bolsonaro Retoma 'Diplomacia do Etanol' em Viagem à Índia. **Valor Econômico**. São Paulo: 17 jan. 2020. Disponível em: https://glo.bo/2XOWs8u. Acesso em: 10 ago. 2020.

RUDORFF, B. F. T. et al. Studies on the Rapid Expansion of Sugarcane for Ethanol Production in São Paulo State (Brazil) Using Landsat Data. **Remote Sens**, v. 2, n. 4, 1057-1076, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.3390/rs2041057. Acesso em: 10 ago. 2020.

SALVADOR, F. V. **História do Brasil**. São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918.

SAMPAIO, M. A. P. Afinal, Alternativo a que? Agente Motriz, Álcool-Motor, Carburante Nacional, Álcool Anidro, Álcool Hidratado ou Etanol: o combustível "verde" (-"amarelo"). **Cadernos Ceru**, v. 25, n. 2, dez. 2014. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/98763. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **360° O Périplo do Açúcar em Direção à Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil.** 2015. 881 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Lestras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.8.2015.tde-11092015-154508. Acesso em: 10 ago. 2020.

SOUSA, G. S. de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

STATISTA [*site*]. **Global N°.1 Business Data Platform.** Dados acessados do ano 2015. Diponível em: https://www.statista.com/. Acesso em : 01 abr. 2020.

USDA - United States Department of Agriculture. **Foreign Agricultural Service.** Disponível em: https://bit.ly/30L0Hnq. Acesso em: 10 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÍCOLA EM MATO GROSSO DO SUL: especialização regional extrovertida baseada em *commodities* e reorganização espacial avícola[44]

Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin
Fábio de Lima

INTRODUÇÃO

Com a introdução de novas técnicas agrícolas no uso do território, principalmente nas áreas de domínio de Cerrado, a região Centro-Oeste passou a ser uma das maiores produtoras de grãos do país nas últimas décadas. Em relação ao estado de Mato Grosso do Sul, temos que a expansão da agroindústria para sua região centro-sul foi motivada principalmente pela produção de grãos, pela minifundiarização antifuncional ao capital agroindustrial nos estados meridionais, pela disponibilidade de mão-de-obra e incentivos de programas de governo voltados ao desenvolvimento regional a partir dos anos setenta.

Desse modo, o estado de Mato Grosso do Sul, inserido na região Centro-Oeste juntamente com mais outros dois estados (Goiás e Mato Grosso) e o Distrito Federal, atualmente figura entre os cinco principais produtores de grãos (soja e milho) do Brasil (CONAB, 2012), justificando sua inserção no **circuito espacial da produção** (SANTOS, 1986; MORAES, 1991; SANTOS; SILVEIRA, 2001; CASTILLO; FREDERICO, 2010; ARROYO, 2012) no contexto das agroindústrias.

Em razão dessa inserção, há presença muito forte no território sul-mato-grossense do cultivo de soja (cujas áreas realizam rotação com o milho durante o vazio sanitário), de cana-de-açúcar (acompanhado pela presença de usinas do setor

[44] Resultado de pesquisas financiadas pela CAPES e CAPES COFECUB no período de 2013 a 2018.

sucroenergético, com produção de açúcar e etanol) e do cultivo de eucalipto que, de maneira industrializada, gera produtos como a pasta de celulose, essencial na produção de artigos papeleiros em todo o mundo. Mato Grosso do Sul, funcionalmente inserido no circuito global de *commodities* de elevado interesse econômico, parece ter seu espaço organizado de acordo com as demandas externas, orientadas pelo consumo de *commodities* agrícolas. Através do cultivo dos grãos - soja e milho - se obtém uma série de produtos destinados à alimentação humana e animal (RIZZI, 1999), sendo o farelo o principal subproduto em termos de extração de proteínas, que são transformadas em proteína animal (ração para aves e suínos).

Assim, em nossa análise neste capítulo, objetivamos demonstrar que o território sul-mato-grossense se especializa e responde de forma obediente às oscilações do mercado mundial, desenvolvendo verdadeiras regiões produtivas do agronegócio (ELIAS, 2007). Estas são totalmente extrovertidas, voltadas ao consumo externo à região e ao País e possibilitam a presença e reestruturação moderna da agroindústria regional (particularmente do setor avícola, também voltado à exportação, um dos nossos objetos de estudo), em movimentos capazes de influenciar a economia e o modo de vida regional sem, necessariamente, ter vínculos, gerar desenvolvimento e relações profundas com o lugar.

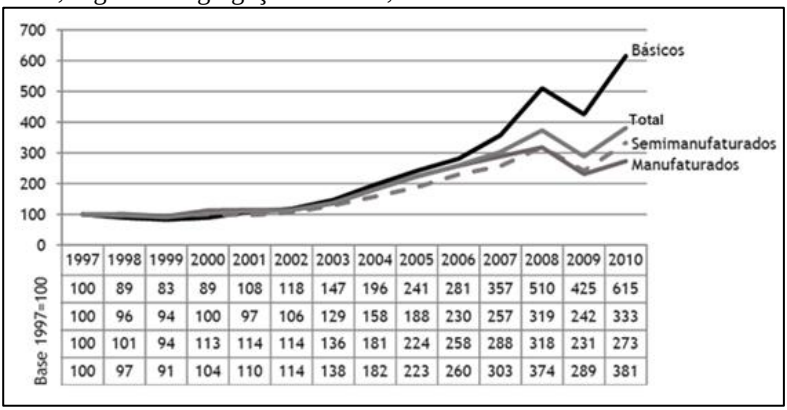
DINÂMICAS ATUAIS EM MATO GROSSO DO SUL: O COMÉRCIO MUNDIAL DE *COMMODITIES* ESTABELECENDO UMA NOVA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL

Toda a evolução do cultivo de soja, cana-de-açúcar e eucalipto no território sul-mato-grossense é ditada pela volatilidade dos preços pagos por subprodutos dessas *commodities* no mercado internacional. Diante disso, é impossível entender o crescimento da produção agrícola sul-mato-grossense sem levarmos em conta o período denominado "superciclo de *commodities"*, pois a elevação dos preços gera um impacto direto

no espaço agrícola dos países periféricos que exportam grandes quantidades de produtos primários ou semimanufaturados.

A evolução dos valores das exportações brasileiras (Figura 1) demonstra claramente o crescimento da exportação de produtos básicos a partir do ano de 2005, um efeito da entrada da China na Organização Mundial do Comércio anos antes, o que causou alta no consumo e nos preços das principais *commodities* e que gerou intensificação do plantio das referidas culturas em vários estados brasileiros e, especialmente, em Mato Grosso do Sul.

Figura 1: Brasil. Evolução dos índices de valores das exportações totais, segundo a agregação de valor, 1997-2010.



Base 1997=100	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	100	89	83	89	108	118	147	196	241	281	357	510	425	615
	100	96	94	100	97	106	129	158	188	230	257	319	242	333
	100	101	94	113	114	114	136	181	224	258	288	318	231	273
	100	97	91	104	110	114	138	182	223	260	303	374	289	381

Fonte: GONÇALVES (2011).

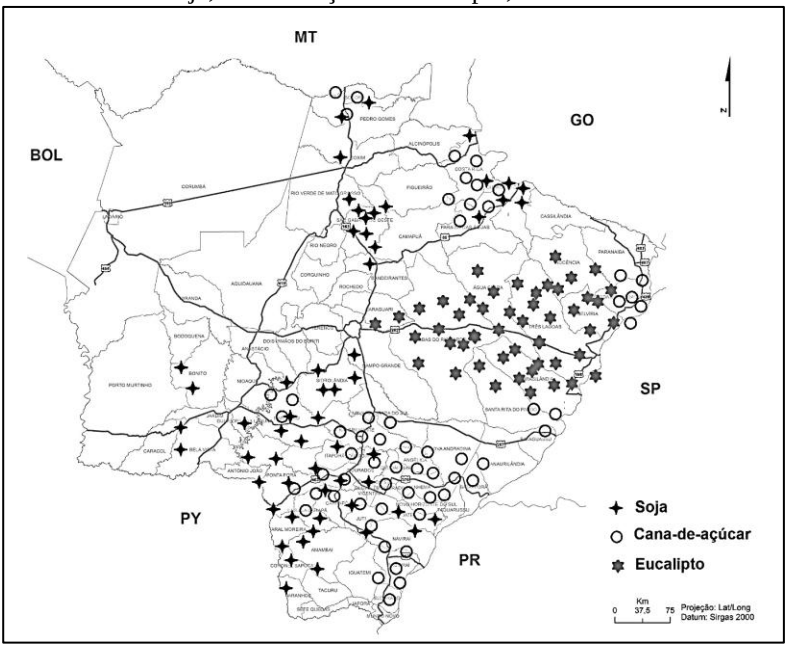
A matriz produtiva de Mato Grosso do Sul é, de certa maneira, uma reprodução mais simplificada da visão geral dos produtos exportados pelo País (Figura 2):

Figura 2: Mato Grosso do Sul. Visão geral dos produtos exportados, 2016.

Fonte: Reprodução Comex vis/MDIC (2019).

Diante desse contexto, podemos relacionar as especializações produtivas ocorridas no território sul-mato-grossense nos últimos anos (Figura 3) à série histórica mundial dos preços da soja, minério de ferro, açúcar e pasta de celulose (quatro produtos fundamentais da balança comercial do estado). Os efeitos práticos dessa pauta exportadora na organização do espaço são claros: no território sul-mato-grossense as lavouras têm protagonismo inegável, principalmente as de soja (cujas áreas rotacionam com o cultivo de milho, por motivos fitossanitários), cana-de-açúcar e eucalipto (silvicultura). Tais formas de produção dividem espaço com a atividade mineradora (porção pantaneira noroeste) e com a pecuária, tradicional em todo o estado.

Figura 3: Localização das principais culturas atuais no estado de Mato Grosso do Sul: soja, cana-de-açúcar e eucalipto, 2016.



Fonte: Reprodução/adaptação de base de dados SIGA MS (2017).

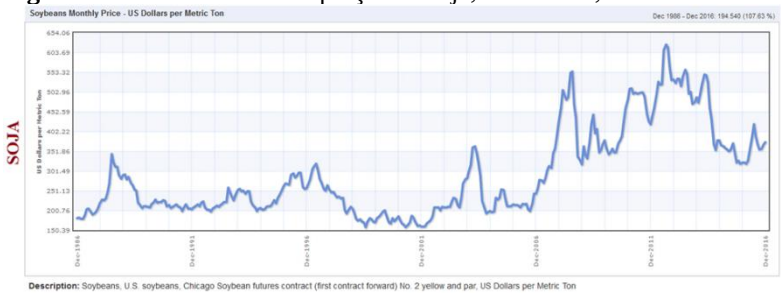
A especialização regional produtiva, expressão do aprofundamento da divisão territorial do trabalho, guarda relação direta com o desenvolvimento dos transportes e comunicações. A maior fluidez territorial propiciada pelas redes técnicas autoriza, mas não causa, a especialização regional produtiva (SANTOS, 1989), através do encurtamento das distâncias medidas em tempo e em custo, permitindo a dissociação entre o lugar da produção e o lugar do consumo.

A especialização regional produtiva, isto é, a reunião de fatores produtivos e de condições particulares (serviços, armazenamento, terminais, comércio, centros de pesquisa e informação) numa determinada porção do território gera condições para o aumento da produção e da produtividade,

elevando, portanto, a competitividade de alguns lugares e regiões para um determinado tipo de produção (CASTILLO, 2007).

Em relação à soja, a série histórica de preços revela uma elevação recorde a partir do ano de 2005 (havia picos antes desse ano, mas nada que tenha se sustentado, como mostra a série) (Figura 4). Como já mencionado, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) parece ser a maior responsável por esta elevação (em função do consumo de proteína para alimentação animal e humana), mas registram-se quedas acentuadas a partir de 2008 (momento de crise financeira mundial).

Figura 4: Série histórica dos preços da soja, mês a mês, de 1986 a 2016.



Fonte: Index Mundi (2017).

Em razão de sua alta versatilidade e sendo uma cultura de ciclo curto, a soja tem uma capacidade única de compensar aumentos na demanda mundial com rápido aumento na oferta. Assim, o preço da soja não mantém altos picos por muito tempo, em razão da rápida reação dos produtores que migram de outras culturas para a soja quando os preços se mostram favoráveis.

O minério de ferro (Figura 5), cuja mineração está fortemente presente no estado em sua porção noroeste (região pantaneira), apresenta uma elevação muito expressiva a partir de 2004/2005, período de auge da economia e consumo chineses (em razão de investimentos internos em infraestrutura, visando aumentar a competitividade do país). Consequentemente, as oscilações (principalmente as quedas registradas a partir de 2014)

têm ligação com a desaceleração da economia chinesa e a consequente diminuição de sua demanda por minérios.

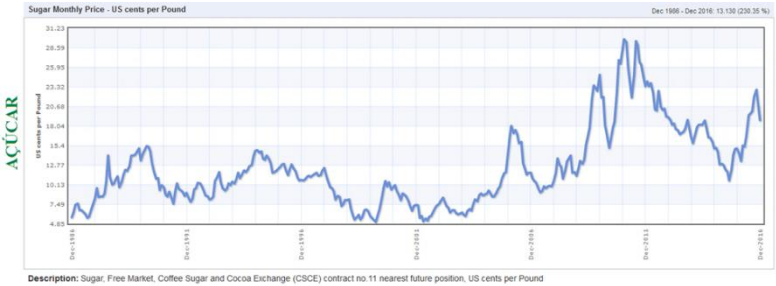
Figura 5: Série histórica dos preços do minério de ferro, mês a mês, de 1986 a 2016.

Fonte: Index Mundi (2017).

Diferentemente da versatilidade inerente da soja, o minério de ferro demanda investimentos de grande porte e a longo prazo, cuja implementação produtiva não consegue acompanhar rapidamente grandes aumentos na demanda mundial, o que provoca períodos mais longos de preços em alta. Situação similar ocorre com a celulose.

Os valores do açúcar (Figura 6), assim como os valores da soja e do minério de ferro, apresentam uma acentuada elevação a partir do ano 2004, ano que inaugura uma série de picos nunca percebidos desde 1986 (início da sequência). Há uma queda acentuada no ano de 2014, mas as previsões econômicas ainda projetam um cenário de déficit de açúcar no mundo (em razão de perdas recentes nas lavouras da Índia e crescente taxa de consumo global).

Figura 6: Série histórica dos preços do açúcar, mês a mês, de 1986 a 2016.

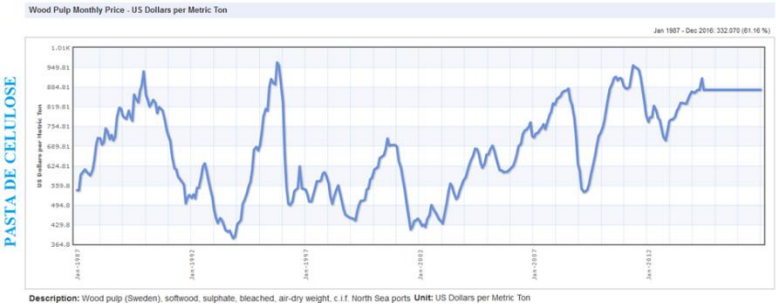


Fonte: Index Mundi (2017).

A produção de açúcar é relacionada à produção de etanol; essa relação também acompanha a oscilação dos preços do petróleo no mercado mundial. Em função dessa situação, se os preços do petróleo estão em alta, os preços do etanol têm o mesmo comportamento, agravando o déficit de açúcar no contexto global, o que contribui para seu preço elevado. Em relação ao ciclo vegetativo-econômico, o do açúcar é mais lento que a soja, porém é mais dinâmico que o da celulose e o ciclo do minério-de-ferro.

Quanto à pasta de celulose (Figura 7), os valores diferem em relação às outras *commodities* apresentadas; eles apresentam uma média histórica perceptível, se observarmos atentamente a tendência de quedas e elevações de preços no período entre 1987 e 2017.

Figura 7: Série histórica dos preços da pasta de celulose, mês a mês, de 1986 a 2016.



Fonte: Index Mundi (2017).

Tal fato se deve às mudanças em voga no padrão de consumo, principalmente chinês: a pasta de celulose dá origem a diversos produtos, entre eles o papel usado para fabricar: I) artigos de escritório e escolas (cadernos, envelopes, sulfite) e II) artigos de higiene básica (lenços de papel, fraldas, papel higiênico, entre outros). Nos últimos anos, o consumo de artigos do tipo I decaiu na China (e no mundo, em razão do uso massivo de aparelhos eletrônicos), enquanto produtos do tipo II registram aumento nas vendas. Tal situação, que revela uma possível "ocidentalização" dos hábitos de higiene dos chineses e abre um mercado futuro sem precedentes para a pasta de celulose, acabou por equilibrar os preços e a demanda pelo produto em escala mundial, ocasionando investimentos em silvicultura e plantas industriais atreladas, em diversos pontos do Brasil, sendo que Três Lagoas (MS)[45] é um exemplo nacional na atividade.

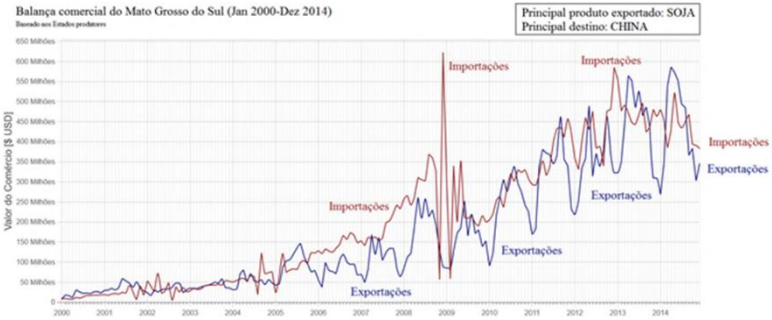
O ciclo da celulose é considerado longo, pois o tempo para o desenvolvimento das florestas é lento e há necessidade de investimentos massivos em plantas industriais *in loco* (devido ao grande volume e peso da matéria-prima), ao contrário do que ocorre com a soja, que pode ser transportada *in natura* e processada a milhares de quilômetros do local de produção. Consequentemente, os aumentos na demanda mundial de celulose demoram a ser compensados pela oferta, gerando uma alta duradoura nos preços até que novas unidades industriais de processamento de celulose entrem em funcionamento. Levando-se em conta que a produção de cada unidade fabril é significativa, o impacto gerado na oferta de celulose no momento em que as fábricas entram em operação é imediato, provocando a queda brusca nos preços mundiais.

Observando a balança comercial sul-mato-grossense, podemos constatar a situação (Figura 8). De 2000 a 2014 o saldo da balança comercial nem sempre se mostra positivo e apresenta grandes picos de importação entre 2008 e 2010, período de grande instabilidade no mercado internacional.

---

[45] O município de Três Lagoas é conhecido como a "capital da celulose" em Mato Grosso do Sul, possuindo unidades industriais de grande porte das empresas do ramo da celulose: Fibria, Eldorado Brasil e International Paper.

Figura 8: Balança comercial do Mato Grosso do Sul, 2000 a 2014.



Fonte: SECEX/DATAVIVA (2017).

Tal situação de extrema especialização produtiva se reflete fortemente na balança comercial de cada região sul-mato-grossense. Para efeitos de análise, optamos por adotar o critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) face à divisão do estado de Mato Grosso do Sul em microrregiões[46]; assim,

[46] Municípios que fazem parte da microrregião de Dourados (MS), segundo o IBGE (2017): Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Caarapó, Douradina, dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Rio Brilhante, Vicentina. Municípios que fazem parte da microrregião de Campo Grande (MS): Bandeirantes, Campo Grande, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos. Municípios que fazem parte da microrregião do Baixo Pantanal (MS): Corumbá, Ladário e

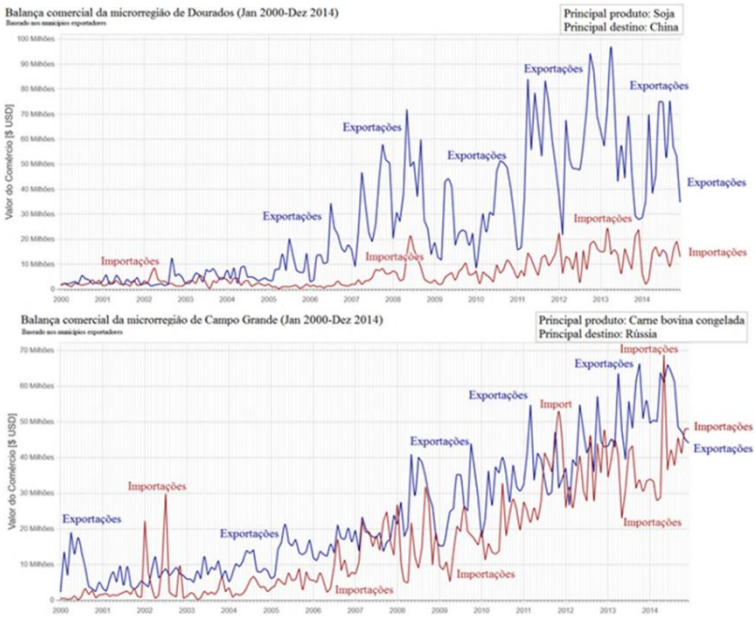
destacamos a microrregião de Dourados, a de Campo Grande, do Baixo Pantanal e a de Três Lagoas, por reunirem municípios que exercem certa centralidade econômica em seus respectivos entornos.

BALANÇA COMERCIAL DAS MICRORREGIÕES DE DOURADOS, CAMPO GRANDE, BAIXO PANTANAL E TRÊS LAGOAS, 2000 A 2014

A microrregião de Dourados tem na soja o principal produto de exportação e a China como principal país-destino (SECEX/DATAVIVA, 2017). O balanço comercial da microrregião (Figura 9) se mostra positivo se relacionarmos o volume de exportação *versus* o volume de importações; isso se deve ao "efeito China", que provocou, desde meados de 2001, o "superciclo de *commodities*" nos preços negociados pela soja e outros produtos no mercado global.

Figura 9: Balança comercial da microrregião de Dourados e de Campo Grande, 2000 a 2014.

Porto Murtinho. Municípios que fazem parte da microrregião de Três Lagoas (MS): Brasilândia, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas.

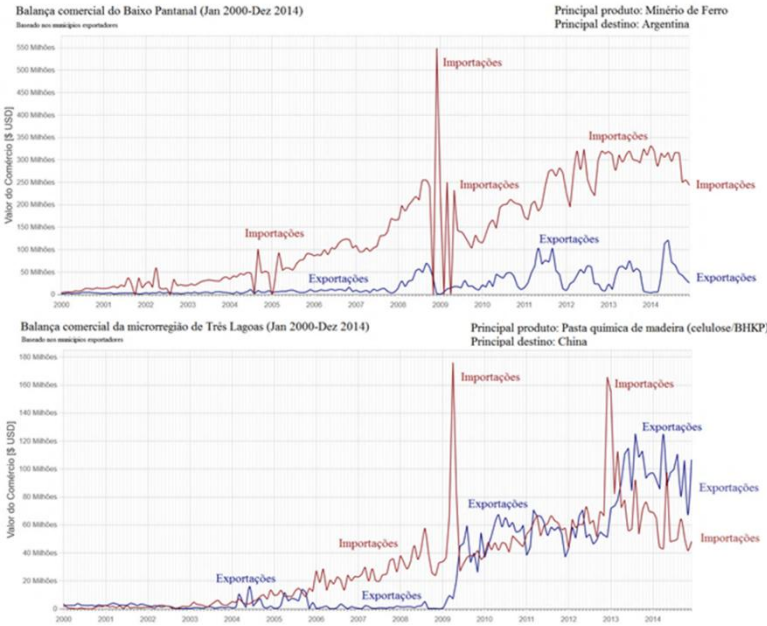


Fonte: SECEX/DATAVIVA (2017).

A balança comercial da microrregião de Campo Grande tem como principal força motriz a exportação de carne bovina congelada, sendo que seu principal país-destino é a Rússia. Os dados revelam um crescimento estável e, por sua vez, um saldo comercial bastante equilibrado, longe do comportamento volátil de negociação de outros produtos do estado, com a soja, açúcar e minério de ferro.

A microrregião denominada Baixo Pantanal (SECEX/DATAVIVA, 2017) tem como principal produto o minério de ferro e a Argentina como principal país-destino (Figura 10).

Figura 10: Balança comercial da microrregião do Baixo Pantanal e Três Lagoas, 2000 a 2014.



Fonte: SECEX/DATAVIVA (2017).

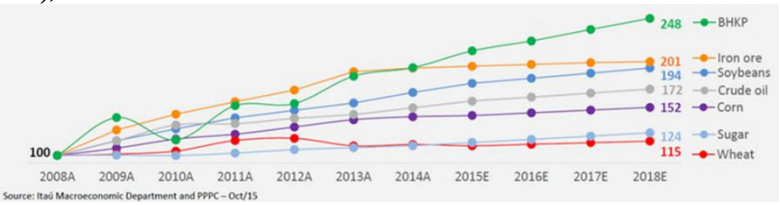
Seu balanço comercial é o mais desequilibrado se levarmos em conta a relação 'importações *versus* exportações', registrando picos críticos em 2009, período turbulento do ponto de vista da economia mundial. Em todo o período 2000 a 2014 podemos observar que a microrregião opera sempre em déficit, tendência revelada pelos dados e que pode ser agravada pela decadência do consumo chinês por minério de ferro na atualidade, em razão de sua desaceleração econômica e altos estoques do produto.

A balança comercial da microrregião de Três Lagoas (Figura 10) baseia-se, majoritariamente, na exportação de pasta química de madeira (também identificada no mercado mundial como celulose BHKP). O saldo da relação importações *versus* exportações, por vezes, é deficitário a partir de 2005, com picos muito acentuados de importações em 2009 e 2013. Tais picos podem ser justificados pela instalação das indústrias de processamento de celulose existentes no município de Três

Lagoas e outras instalações de diversas unidades industriais, uma vez que o mesmo município concede generosos incentivos fiscais, sendo reconhecido nacionalmente por atrair empresas paulistas para a região fronteiriça com o estado de São Paulo. A partir de 2013, a microrregião de Três Lagoas alcança saldo positivo em sua balança comercial e a tendência é a consolidação do equilíbrio, se depender do exponencial aumento de demanda chinesa por produtos papeleiros previsto para os próximos anos.

Ainda que algumas microrregiões exportem mais para outras localidades do mundo, acreditamos que a demanda chinesa determina grande parte do ritmo da economia sul-mato-grossense, gerando uma situação indesejada de extrema vulnerabilidade territorial para o estado. A Figura 11 revela a flutuação da demanda chinesa pelas principais *commodities* e a tendência de estabilização para os anos 2017 e 2018.

Figura 11: Tendência da demanda da China por *commodities* (base 100), de 2008 até 2018.



Fonte: FIBRIA (2016).

Segundo a presente tendência, a única *commodity* capaz de manter um ritmo de crescimento mais acentuado será a BHKP, ou seja, a pasta de celulose, em virtude de uma recente mudança no padrão de consumo chinês. As outras *commodities* demonstram uma tendência à estabilização, o que pode gerar uma reorganização do território de países periféricos agrário-exportadores ou que passaram por um processo de reprimarização da pauta exportadora, como o Brasil.

Oliveira (2003) afirma que a soja, ainda considerada um fenômeno recente em nosso País, efetivamente rearranjou a divisão territorial do trabalho em Mato Grosso do Sul com a subsequente implantação de sua agroindústria (que, segundo o

autor, reflete o claro papel do Brasil como produtor e exportador no circuito produtivo global da soja) e de indústrias que se desenvolveram e se modernizaram tendo como base a utilização dos subprodutos oriundos dos grãos (soja e milho). É o caso da avicultura de corte, que recentemente passou por uma grande reestruturação no estado, com consequências diretas na região e na vida dos pequenos produtores, conforme procuramos demonstrar a seguir.

A REESTRUTURAÇÃO DA AVICULTURA EM MATO GROSSO DO SUL

O estado de Mato Grosso do Sul vem desenvolvendo a avicultura de corte em escala industrial desde o final dos anos 1980, com a chegada de frigoríficos de frango vindos da região Sul do país. Atualmente esse setor é caracterizado pela presença das empresas internacionalizadas JBS (com plantas industriais nos municípios de Sidrolândia e Caarapó) e BRF (município de Dourados), além da empresa de porte médio Frango Bello (municípios de Itaquiraí e Aparecida do Taboado). A carne de frango figura como o sexto produto mais exportado (US$ 256.197.925), representando 6% do total exportado por Mato Grosso do Sul no ano de 2016 (MDIC, 2017).

Nesse sentido, a expansão da agroindústria do complexo avícola para o estado foi motivada pela produção em grande escala de grãos (soja e milho), por uma estrutura fundiária menos concentrada (na porção centro-sul do estado), pela disponibilidade de mão-de-obra e incentivos governamentais. Outro fator relevante para a expansão da avicultura de corte em Mato Grosso do Sul foi a instalação das primeiras agroindústrias avícolas baseadas no sistema de integração, com pequenas propriedades fundamentadas na unidade do trabalho familiar.

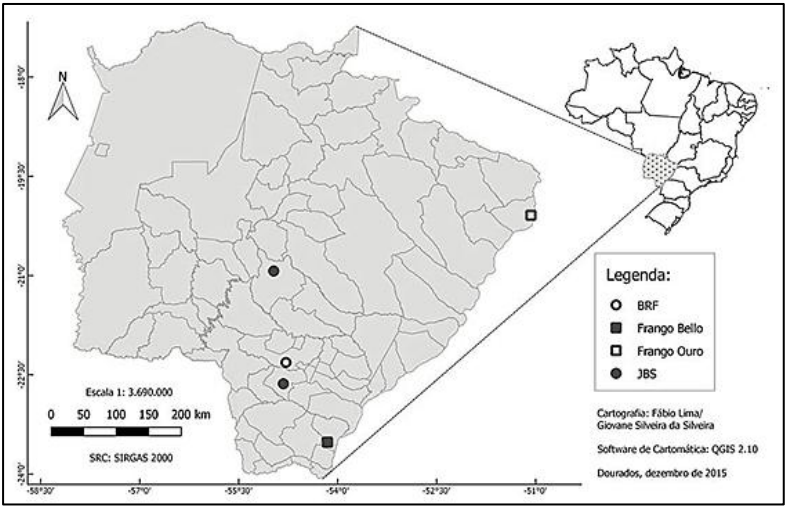
O sistema de integração incide em uma relação contratual entre a empresa integradora e o produtor integrado, cabendo à empresa a garantia da compra de toda a produção do integrado, além do fornecimento de assistência técnica e grande parte dos insumos. O produtor integrado (avicultor) disponibiliza o imóvel de sua propriedade ou responsabilidade e se torna responsável

pela produção inicial dos pintinhos e todas as fases de crescimento e engorda.

Com a modernização da avicultura em escala industrial pelo emprego de inovações tecnológicas em genética, no manejo, no processamento, na comercialização dos produtos de origem avícola e na sua plena expansão no mercado internacional, houve a possibilidade do surgimento de um novo modelo de integração baseado em médios e grandes produtores agrícolas.

Desse modo, o território sul-mato-grossense apresenta, especialmente em sua porção centro-sul, unidades abatedoras de carne de frango (Figura 12), acompanhando a lógica de custos e transporte, ficando próximas às lavouras e locais de armazenagem de grãos.

Figura 12: Unidades abatedoras de carne de frango no Mato Grosso do Sul em 2016.



Fonte: elaborado por Fábio Lima e Giovane Silveira.

Segundo Fernandes Filho e Queiroz (2002), a substituição de pequenos produtores tem ocorrido devido à redução no número de produtores integrados a cada planta industrial, além da constante diminuição de mão-de-obra nos aviários e na assistência técnica. Nesse sentido, a região brasileira mais

propícia para o desenvolvimento dessa atividade seria a do Centro-Oeste por abrigar maior presença de médios e grandes produtores, com capacidade de produção em grande escala, amenizando os custos totais de produção[47].

As empresas do setor avícola têm investido no processo de integração com médios e grandes produtores, em aviários climatizados com maior capacidade de alojamento. Destarte, foi com essa lógica que a empresa Perdigão, no final da década de 90, através do Projeto Buriti, realizou a seleção de médios e grandes produtores agrícolas com maior capacidade de alojamento de aves por aviário.

Torna-se importante esclarecer que o produtor não precisa necessariamente ser um grande proprietário de terra para ser considerado um grande empresário avícola, até porque a atividade não exige grandes extensões de área para a construção dos barracões. Existem produtores com 70 hectares de terra e 16 aviários do tipo *Dark House* (um investimento atual de aproximadamente 20 milhões de reais). Assim, para um produtor ser considerado um grande empresário rural na avicultura não é de acordo com a extensão da propriedade; é pela quantidade e pelo padrão tecnológico dos aviários que nela possui. Com a dispersão geográfica da produção avícola atingindo a região Centro-Oeste, não ficando restrita apenas ao plano produtivo, houve também um deslocamento de produtores do Sul para a região Centro-Oeste. Segundo Espíndola (2002), os principais atrativos para esse deslocamento foram os preços relativamente mais baixos de terra em comparação ao Sul do país e condições especiais de financiamento via Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Assim,

> pode-se afirmar que os movimentos para o Centro-Oeste permitem às grandes empresas, diante das

[47] Com isso, como apontamos anteriormente, tem surgido um novo modelo de integração baseada na relação com produtores integrados de médio e grande porte, com maior capacidade empresarial, mais capitalizado e acesso a linhas de financiamento para automatizarem seus aviários (FERNANDES; QUEIROZ, 2006).

> novas tendências tecnológicas, começarem do zero no redesenho das instituições de coordenação vertical (ESPÍNDOLA, 2002, p.125).

Até mesmo em regiões "pioneiras" da integração de aves e suínos, como asseveram Miele e Miranda (2013) em seu estudo de caso sobre a região Oeste de Santa Catarina, as transformações tecnológicas realizadas pelas agroindústrias nas últimas décadas têm desencadeado a concentração geográfica da produção e eliminado milhares de produtores dessas atividades.

Nesse sentido, podemos considerar não apenas a evolução em melhoramento genético, biotecnologia, industrialização da produção, inovação em cortes especiais, entre outros, como fatores determinantes para a expansão do setor avícola no país. Devemos considerar também as constantes alterações na forma de criação (manejo) das aves, trazendo reflexos para o sistema de integração no que diz respeito à diferenciação e seletividade sócio espacial, provocada pela introdução de tecnologias em melhoramento da produção da ave viva.

Dentre os setores envolvidos na produção do agronegócio brasileiro, de acordo com Tinoco (2001), podemos considerar a avicultura industrial uma das atividades mais desenvolvidas tecnologicamente. Devido, sobretudo, ao progresso em genética, nutrição, manejo e sanidade avícola. Por sua vez, essas difusões de inovações alteram a organização espacial da produção, pois novas áreas podem ser incorporadas ao circuito produtivo e/ou alterar a lógica distributiva do sistema de integração.

Com isso, a climatização artificial (ambiência) dentro dos aviários passou a ser um dos elementos fundamentais na produção de aves, aumentando o número de aves por m² e reduzindo o total de aves mortas por alojamento, consequentemente, gerando uma diminuição dos custos de produção para a agroindústria. Evidentemente, para as instalações dos equipamentos necessários para melhorar a ambiência dos barracões são imperiosos altos investimentos por parte dos produtores integrados. Este fato tem tornado o sistema de integração seletivo para os produtores integrados, favorecendo, principalmente, aqueles com maior

capacidade de obtenção de recursos (capitalizados) apropriados para inserção de novas tecnologias de produção.

Nesse caso, a tendência à especialização do setor avícola e as dificuldades em obter financiamentos (para a inserção de máquinas e equipamentos modernos em seus aviários) têm sido uma das barreiras para os pequenos produtores integrados.

Autores como Zilli (2003); Fernandes Filho e Queiroz (2002) afirmam que as constantes inovações tecnológicas do setor avícola, gerando maiores ganhos em eficiência e produtividade (produção em escala e redução de custos), tendem a excluir do processo de integração os pequenos produtores, principalmente aqueles com menores condições financeiras para automatizarem seus aviários.

Os dados revelam que tem ocorrido uma diminuição significativa no número de avicultores, pois no ano de 2016 o Mato Grosso do Sul contava com um total de 421 produtores integrados às empresas abatedoras de frangos, porém, esse número era de 764 em 2002. Ou seja, uma diminuição de 343 avicultores em apenas 14 anos, denotando uma reorganização espacial da produção avícola no estado (Tabela 1). Se somarmos o número total de produtores integrados às duas maiores empresas, JBS e BRF, obtemos um total de 385 avicultores. Isto significa que 92% dos produtores sul-mato-grossenses estão nas mãos destes grupos internacionalizados.

Tabela 1: Total de avicultores no Mato Grosso do Sul entre 1998-2016.

Empresa Integradora	Produtores Integrados	Variação (%)

	1998	2002	2007	2013	2016*	
Avipal/Perdigão/BRF - Dourados	316	322	170	197	160	-49,37%
Doux Frangosul/JBS - Caarapó	139	145	149	113	90	-35,25%
Seara/JBS - Sidrolândia	133	149	196	148	135	1,50%
Frango VIT / Comaves** - Campo Grande	84	112	55	-	-	-
Frandelle/Frango Bello - Itaquiraí	20	18	14	23	31	55,00%
Frango Ouro / Frango Bello - Aparecida do Taboado	18	18	20	15	5	-72,22%
Total	710	764	604	496	421	-40,70%

Fonte: elaboração própria, 2020, com base nos dados de MIZUSAKI (2009); FAMASUL (2014).
*Para o ano de 2016, foram coletadas informações via telefonemas para associações de avicultores regionais (Avicar, Avisidro, Avigrand, etc) e empresas integradoras do estado (JBS – unidade Caarapó-, Frango Bello – unidades de Itaquiraí e Aparecida do Taboado).
** A Frango VIT/Comaves encerrou suas atividades no ano de 2010.

Esses são os reflexos mais visíveis desse novo processo de reestruturação produtiva implantada pelo setor agroindustrial avícola em Mato Grosso do Sul. No entanto, torna-se importante destacar que, mesmo com uma significativa redução no número de avicultores no estado de Mato Grosso do Sul, o número de abates diários tem aumentado em ritmo constante na última década, indicando uma maior produtividade e aumento da capacidade de alojamento por aviários, sobretudo aqueles com maior capacidade tecnológica (climatizados). Além disso, a integradora de aves Frango Ouro (comprada recentemente pelo Frango Bello) tem investido na implantação de aviários próprios para a criação das aves, atualmente são 46 granjas em domínio desta empresa.

No estado do Mato Grosso do Sul esse processo de reestruturação produtiva na avicultura é descrito por Mizusaki (2007).

Verificamos que houve um processo de reestruturação produtiva na avicultura do Mato Grosso do Sul, acentuando a entrada de novas categorias de produtores na avicultura, introduzindo assim, novas relações de trabalho e produção na atividade avícola.

Insistimos na questão de que a presença dos grupos internacionalizados JBS e BRF tem provocado um processo de reestruturação da avicultura no território de Mato Grosso do Sul. Para os produtores integrados a estas empresas, ou seja, os responsáveis pela criação do frango, tem sido implantada uma nova etapa de produção. Essa nova etapa é conhecida como sistema *Dark House* e exige do produtor um alto grau de investimento.

O sistema de produção de frangos *Dark House* difere dos modelos convencionais e/ou semi-automatizados[48] devido a sua maior capacidade de alojamento das aves, redução no consumo da ração, melhor taxa de conversão alimentar, menor mortalidade de aves, redução no período médio de criação e, consequentemente, uma significativa redução nos custos de produção (GALLO, 2009).

Nos moldes técnicos, a grande diferença entre o sistema de produção dito convencional ou semi-automatizado para o sistema *Dark House* reside no fato de que no segundo os frangos são criados com luminosidade controlada, permitindo uma maior densidade de aves por metro quadrado de galpão, mantendo as aves mais calmas, evitando assim dermatoses e permitindo uma menor conversão alimentar e melhor ganho de peso diário, o que

[48] Segundo Caldas (2014, p. 21), "os sistemas convencionais são essencialmente caracterizados pela menor aplicação de tecnologias, sendo utilizados comedouros tubulares, bebedouros pendulares ou *nipple*, ventilação natural ou forçada por ventiladores, além de não possuírem sistema de resfriamento do ambiente. O sistema climatizado emprega maior uso de tecnologias e nele são utilizados comedouros automatizados, bebedouros nipple, sistema de resfriamento por nebulização e ventilação forçada por exaustores ou ventiladores".

traz um melhor resultado zootécnico e maior retorno financeiro à empresa e produtores (GALLO, 2009).

Em entrevista com representante da Associação dos Avicultores de Mato Grosso do Sul (AVIMASUL), nos foi relatado que as implicações do ponto de vista da "racionalização" técnica/produtiva têm trazido repercussões importantes para a configuração espacial da produção avícola, provocando uma reestruturação dessa atividade em função da introdução de "novas técnicas" produtivas[49]. As consequências desse modelo na avicultura geraram uma sistemática diminuição dos produtores integrados. Segundo o entrevistado, nos últimos anos, cerca de 120 avicultores abandonaram a atividade, apenas na região da grande Dourados.

Para que o integrado possa modernizar a sua propriedade (barracão) deve contrair um novo financiamento juntamente ao FCO (Banco do Brasil) no valor aproximado de R$ 4.200.000,00[50]. É considerada, no mínimo, a construção de 4 módulos para alojamento de até 140 mil frangos, com uma garantia de no mínimo 30% desse valor, ou seja, de pelo menos R$ 1.260.000,00. Evidentemente, nem todos os produtores integrados possuem esse valor de garantia, ou em alguns casos, eles não querem se endividar com tal financiamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da sojicultura no Brasil, particularmente no Cerrado, se deve a uma série de fatores técnicos e políticos, que envolvem desde as inovações biotecnológicas, com a produção de cultivares adaptados às condições edafoclimáticas desse bioma (e às suas variações), até a inevitável participação do Estado como

[49] Segundo Santos (2012, p. 176), a "vida das técnicas é sistêmica e sua evolução também o é. Conjuntos de técnicas aparecem em um dado momento, mantêm-se como hegemônicos durante um certo período, constituindo a base material da vida da sociedade, até que outro sistema de técnicas tome o lugar. É essa a lógica de sua existência e de sua evolução"

[50] Assim, os valores em dólares seriam de US$ 1.332.500 o total de um núcleo *Dark House*, com a cotação do dolár a R$ 3,15 em 25/04/2017 (BCB, 2017).

fomentador e articulador dos agentes privados, tudo em função da demanda externa por *commodities*. Assim, todo o crescimento dos cultivos da soja, cana-de-açúcar e eucalipto em Mato Grosso do Sul é modulado pela volatilidade dos preços da soja no mercado globalizado. Diante disso, é impossível compreender o crescimento da produção sul-mato-grossense e sua dinâmica espacial sem levarmos em conta o período denominado "superciclo de *commodities*", pois, como destacado em nossa análise, a simples elevação dos preços mundiais de fato gera um impacto direto no espaço dos países periféricos com economias baseadas na exportação desses produtos.

Em consonância com essa situação, nas últimas décadas houve um contundente processo de restruturação da avicultura no estado de Mato Grosso do Sul. O ambiente agrícola é extremamente favorável principalmente na região centro-sul do estado, que conta com alta produção especializada em grãos como a soja e o milho, e o movimento é impulsionado por políticas estatais focadas na consolidação de uma agroindústria, principalmente via financiamentos por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nesse contexto, a produção de carne de frangos passou pela produção regional e, atualmente, encontra-se sob domínio de grupos internacionalizados que atuam em Mato Grosso do Sul, como as empresas BRF e JBS. Estas receberam financiamentos para se expandirem, o que as tornou mais competitivas no mercado internacional, estabelecendo normas e diretrizes produtivas aos produtores locais. Assim, a presença dos grupos internacionalizados tem provocado um processo de reestruturação da avicultura no território de Mato Grosso do Sul e para os produtores integrados, ou seja, os responsáveis pela criação do frango. Tem sido imposto um novo modelo de produção conhecido como sistema "*Dark House*", que exige do produtor um alto grau de investimento, deixando os que não podem participar desse movimento moderno vulneráveis e com poucas chances de sobrevivência no atual cenário agrícola sul-mato-grossense.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Circuitos Espaciais de Produção Industrial e Fluxos Internacionais de Mercadorias na Dinâmica Territorial do Estado de São Paulo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 07-26, fev. 2012. Disponível em: https://bit.ly/3adAOQq. Acesso em: 10 ago. 2020.

BCB. **BANCO CENTRAL DO BRASIL.** Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 25 abr. 2017.

CALDAS, E. O. L. **Análise Econômica da Produção Industrial de Frangos de Corte:** estudo sob a ótica do produtor integrado. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9MYL4Q. Acesso em: 10 ago. 2020.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica Regional e Globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro**. Mercator**, v. 9, n. 18, 2010. Disponível em: https://doi.org/0.4215/RM2010.0918.0002 . Acesso em 10 ago. 2020.

CASTILLO, R. Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE.** v. 3, p. 33-43, 2007. Disponível em: https://bit.ly/32bzoSY. Acesso em: 01 out. 2019.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos** – Safra 2012/2013. [online]. Disponível em: www.conab.com.br. Acesso em: 10 ago. 2020.

ELIAS, D. O Meio Técnico-Científico-Informacional e a Reorganização do Espaço Agrário Nacional. In: MARAFON, G. J; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Abordagens Teórico-Metodológicas em Geografia Agrária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2007. p. 49-66.

ESPÍNDOLA, C. J. **As Agroindústrias de Carne do Sul do Brasil**. 2002. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/128531. Acesso em: 10 ago. 2020.

FAMASUL. **Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul** [*site*]. Disponível em: https://portal.sistemafamasul.com.br/. Acesso em: 15 maio 2016.

FERNANDES FILHO, J. F; QUEIROZ, A. M. Transformações Recentes na Avicultura de Corte Brasileira: o caso do modelo de integração. 40º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2002, Passo Fundo. **Anais** [...]. Brasília: SOBER, 2002.

*FIBRIA. **Publicações e relatórios.** Disponível em: http://www.fibria.com.br/midia/publicacoes/. Acesso em: 20 jan. 2017.*

GALLO, B. B. Dark House: manejo x desempenho frente ao sistema tradicional. In: **XX SIMPÓSIO BRASIL SUL DE AVICULTURA E I BRASIL SUL POULTRY FAIR**, 2009, Chapecó. **Anais** [...]. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2009.

GONÇALVES, J. S. Reprimarização ou Desindustrialização da Economia Brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010. **Análises e Indicadores do Agronegócio,** v. 6, n. 12, 2011.

INDEX MUNDI. **Commodity Price Indices - 2017**. [online]. Disponível em: http://www.indexmundi.com/commodities/. Acesso em: 10/02/2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal - 2016.** [online]. Disponível em: https://bit.ly/2DUtAop. Acesso em: 10 ago. 2020.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. COMEX STAT – Estatísticas do Comércio Exterior - 2017 - 2019.** [online]. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em: 10 ago. 2020.

MIELE, M; MIRANDA, C. R. O Desenvolvimento da Agroindústria Brasileira de Carnes e as Opções Estratégicas dos Pequenos Produtores de Suínos do Oeste Catarinense, no Início do Século 21. In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (Org.). **A pequena Produção Rural e as Tendências do Desenvolvimento Agrário Brasileiro: ganhar tempo é possível?.** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. p. 201-229.

MIZUSAKI, M. Y. Reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul. **Geosul.** Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 135-154, jan. 2007. Disponível em: https://bit.ly/2EsiiYt. Acesso em: 01 out. 2019.

_____. **Território e Reestruturação Produtiva na Avicultura**. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

MORAES, A. C. R. Los Circuitos Espaciales de la Producción y los Círculos de Cooperación en el Espacio. In: YANES, L.; LIBERALI, A. M. (Org.). **Aportes para el Estudio del Espacio Socio-Economico III.** Buenos Aires: El Coloquio, 1991. p. 153-177.

OLIVEIRA, T. C. M. **Agroindústria e Reprodução do Espaço**. Campo Grande: UFMS, 2003.

RIZZI, A. T. A Indústria de Frangos no Brasil: constituição e transformações. In: **III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA**, 1999, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: ABPHE, 1999. P. 1-3.

SANTOS, M. Circuitos Espaciais da Produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. **A Construção do Espaço.** São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1989.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: EDUSP, 2012.

SECEX/DATAVIVA [*site*]. **Dados do ano de 2017.** Disponível em: http://dataviva.info/pt/. Acesso em: 01 abr. 2017.

SIGA WEB MS. **Sistema de Informação Geográfica do Agronegócio – Mato Grosso do Sul.** Disponível em: http://104.236.254.167/ms/sistema/apresentacao.php. Acesso em: 15 fev. 2017.

TINOCO, I. F. F. Avicultura Industrial: novos conceitos de materiais, concepções e técnicas construtivas disponíveis para galpões avícolas brasileiros. **Revista Brasileira de Ciência Avícola**, Campinas, v. 3, n. 1, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1516-635X2001000100001. Acesso em: 10 ago. 2020.

ZILLI, J. B. **Os Fatores Determinantes para a Eficiência Econômica dos Produtores de Frango de Corte:** uma análise

estocástica. 139 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.11606/D.11.2004.tde-08032004-154933. Acesso em: 10 ago. 2020.

TRABALHO E EMPODERAMENTO: mulheres catadoras de materiais recicláveis no estado de São Paulo, Brasil

Margarida Queirós
Cezar Leal
Fernanda Fuzzi

INTRODUÇÃO

Os resíduos recicláveis (papel, vidro, metal, plásticos) correspondem a materiais descartáveis, resultantes de processos de fabricação e consumo. Uma população urbana crescente significa que estes materiais irão continuar a aumentar (WHITSON, 2011; SANTOS; LANE, 2017), em resultado da sociedade de consumo e do desperdício (ZANETI, 2006). Em um contexto nacional brasileiro marcado pelo desemprego e a exclusão do mercado de trabalho formal, é cada vez mais comum para muitos desempregados recorrer a atividades informais, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis, muitas vezes combinada com condições de trabalho precárias (TROMBETA, 2012; FUZZI, 2016). A maioria das pessoas que recolhem informalmente estes materiais, conhecidas por "catadores de lixo", também os transportam, separam, embalam, negoceiam e vendem a intermediários ("sucateiros" ou "atravessadores") ou a centros de processamento e revenda para utilização posterior no setor industrial (RUTKOWSKI; RUTKOWSKI, 2015). Hoje, no Brasil, estas pessoas são legalmente conhecidas como "catadores de materiais recicláveis". Na maioria dos casos, estas atividades são informais e começam nos depósitos de lixo, vulgarmente conhecidos por lixões, e nas ruas das cidades.

Estudos recentes identificam cerca de 400-600 mil coletores de materiais recicláveis em grandes e pequenas cidades em todo o Brasil (PAIVA, 2016; MMA, 2020). Destes, apenas

aproximadamente 10% se encontram formalmente organizados em grupos de trabalho coletivo, enquanto associações e/ou cooperativas, englobando cerca de 1.000 organizações coletivas de catadores no Brasil (PAIVA, 2016; MMA, 2020).

Segundo Gutberlet (2015), a atividade de catação de materiais recicláveis é particularmente relevante para a sustentabilidade urbana, pois proporciona rendimento aos marginalizados pela economia formal e, simultaneamente, providenciam um serviço ambiental, pois recursos são recuperados e redirecionados para os ciclos produtivos e de consumo. Do ponto de vista de Zaneti (2006) e de Millington e Lawhon (2018), estas pessoas criam valor como atores ecológicos e ajudam os governos municipais que lidam com orçamentos escassos para gerir a recuperação de materiais, e ainda contribuem para o aumento do ciclo de vida dos aterros sanitários. Importa ainda referir que o grave problema ambiental resultante da acumulação de resíduos gera a necessidade de formalização da atividade dos trabalhadores, passando a gestão dos resíduos a ser um desafio também social (socio-ambiental) (MARTINS, 2011).

Neste capítulo, abordamos o processo de reconstrução das vidas de muitas pessoas que trabalham na atividade de coleta de resíduos recicláveis na área Oeste do estado de São Paulo, Brasil. Analisamos com maior detalhe a transição da situação socioeconómica de mulheres catadoras de resíduos recicláveis nos lixões que, do nascer ao pôr do sol trabalhavam isoladas e informalmente para obter recursos em face da discriminação e exclusão do ambiente familiar e da comunidade, até se organizarem em coletivos formais. Estas trabalhadoras fazem hoje parte de estruturas organizadas, como as associações (para promover apoios formais e defender interesses de classe) e/ou cooperativas (para fins económicos), visando a venda direta à indústria de reciclagem, reduzindo a interferência de atores intermediários na cadeia de reciclagem, e lutam para a consolidação da sua posição em redes nacionais (SIMAS; PEREZ, 2016). Esta transição pressupõe reconhecimento formal

de capacitação para negociar com os gestores e demais sujeitos dos setores públicos e privados, melhoria do rendimento, solidariedade de classe e construção de autoestima. Neste processo de estruturação, analisamos as aspirações e percepções acerca da vida quotidiana de mulheres que sobreviveram por anos como catadoras de materiais recicláveis em lixões, até que se organizam formalmente contando, para tal, com o apoio de universidades, dos setores público e privado e de autarquias. Estas entidades, entre outras, forneceram os meios para a obtenção de infraestruturas e equipamentos para valorizar e melhorar as condições de trabalho. Nesta perspectiva, as infraestruturas e equipamentos com que atualmente trabalham, particularmente os hangares (galpões), veículos de recolha, elevadores de carga, esteiras, prensas, etc., são um resultado das aspirações de algumas mulheres e da sua persistência nestas coletividades (SIEMIATYCKY; ENRIGHT; VALVERDE, 2020).

Segundo Rosa (2014), a identidade das mulheres catadoras edificou-se frequentemente na sombra da identidade masculina. Estas mulheres ocuparam posições subalternas no seio familiar, em relação aos seus pais ou maridos – muitas foram mães adolescentes e estão envelhecidas precocemente, vítimas de violência doméstica e com problemas de dependência de drogas. No entanto, hoje elas são parte integrante de associações e cooperativas, apresentam-se com maior autonomia financeira, e habilitadas por um discurso acerca do serviço ambiental que prestam à sociedade para descrever o valor da sua atividade. Além disso, demonstram gratidão em relação aos apoios recebidos, orgulho e felicidade por terem construído uma identidade e um reconhecimento legal, e conquistado um território que lhes atribuiu o respeito da família e da sociedade. Neste sentido, os territórios dos aterros e galpões apresenta-se como sinónimo de apropriação e de subjetivação em relação ao espaço vivido e ao sistema percebido dentro do qual as mulheres se sentem “em casa” (HAESBAERT; BRUCE, 2004) e que na prática corresponde ao local de trabalho.

Nesta pesquisa, entendemos que o género (MCDOWELL, 1999) é uma construção simbólica sobre as relações sociais e materiais, histórica e espacialmente situadas; uma representação social do que é ser homem e o que é ser mulher e uma maneira de dar significado às relações de poder. É, portanto, uma construção a cargo de um contexto específico de poder. Em nosso entendimento, os espaços infraestruturais e simbólicos que estas mulheres ajudam a construir coloca-as em posições de autoridade dentro de uma configuração típica de um sistema masculino.

Esta pesquisa assume uma perspectiva feminista ao partir das experiências das mulheres na sua realidade e assumindo-as claramente como produtoras de conhecimento (BAYLINA et al, 2019). A metodologia utilizada é sobretudo qualitativa, baseada em entrevistas em profundidade obtidas voluntariamente nos espaços estudados, a fim de mostrar a coerência entre o referencial teórico e os testemunhos das mulheres, relativos às suas experiências nos seus contextos espaciais e temporais (VALENTINE, 1997). Por razões éticas, a identidade das mulheres entrevistadas não é revelada (usamos pseudónimos).

O capítulo estrutura-se da seguinte forma. Na primeira parte, apresentamos uma breve revisão do contexto assente na literatura existente sobre a coleta de materiais recicláveis no Brasil. A segunda parte centra-se na caracterização da situação das catadoras no Oeste do estado de São Paulo, com base em visitas aos locais, entrevistas, em pesquisas académicas anteriores, complementada com materiais produzidos por entidades oficiais e notícias disponíveis na internet. Na terceira e última parte, concluímos que, em um contexto de marginalização social e de valores masculinos associados ao sector dos resíduos sólidos, as racionalidades, papéis e aspirações das mulheres catadoras, assumem nos projetos colaborativos estudados, um papel de catalisador da sua identidade e evolução.

RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL, UMA VISÃO GERAL

A atividade de catação de material reciclável no Brasil existe desde o século XIX, mostrando que foi acompanhando o processo de urbanização (IPEA, 2013). De acordo com um estudo conduzido pelo IPEA (2013), 93% das pessoas que trabalham como catadores no Brasil habitam áreas urbanas e 66% são negros ("pretos" e "pardos", designações utilizadas nas estatísticas brasileiras), com baixo nível de escolaridade e, segundo Carvalho e Rondini (2017), em alguns estados uma percentagem elevada destes trabalhadores corresponde a mulheres, o que sugere que os resíduos, o género e a raça se relacionam para acrescentar valor aos resíduos de materiais recicláveis (VASUDEVAN, 2019).

Esta atividade realizada essencialmente por pessoas que se encontram em situação de desemprego e sem outras fontes de rendimentos tem decorrido de forma autónoma e informal, significando a ausência de igualdade de direitos no mercado de trabalho ou mesmo na sociedade. A este propósito, Gonçalves (2006, p. 21) afirma que "a miséria que se aprofunda com o desemprego e obriga estes trabalhadores a viverem do/no lixo é um dos aspetos mais cruéis da sociedade capitalista".

Acresce que o trabalho que os catadores desempenham é não apenas espacialmente desconsiderado (por exemplo, os locais onde decorre a atividade de separação são marginais e a sua proximidade indesejada), mas vulnerável e dependente de variações de mercado, colocando-os em posições muito frágeis e, portanto, com pouco poder de negociação (WHITSON, 2011; LIMA; OLIVEIRA, 2017). Se historicamente a atividade tem sido realizada de forma autónoma e informal, na sua maioria nas ruas e em lixões, então estamos perante a ausência de direitos iguais no mercado de trabalho ou mesmo na sociedade. Além disso, as pessoas que se dedicam a esta atividade informal, estão

sujeitas a diversos riscos, já que são expostas a condições climáticas extremas e a riscos de contaminação, acidentes, etc. (FUZZI, 2016).

Segundo Carvalho e Rondini (2017) e o IPEA (2013), a organização de catadores de materiais recicláveis no Brasil ocorreu em 2001 em torno do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Atualmente este movimento é reconhecido como uma grande organização nacional para a defesa dos interesses dos catadores. Em 2002, o Ministério do Trabalho e Emprego reconheceu a ocupação de "catador de material reciclável". Segundo a classificação brasileira de ocupações do Ministério do Trabalho, os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança (BRASIL, 2002).

Essa atividade também é reconhecida através da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que identifica a necessidade de inclusão social dos catadores (Lei nº 12.305, 2010, de 2 de agosto) (BRASIL, 2010a) e representa um avanço normativo para questões sociais e ambientais. Para Martins (2011, p. 24-25), a PNRS foi importante para o entendimento de que a questão do lixo não termina com a sua coleta e disposição final e "oferece bases legais e técnicas para que o gerenciamento de resíduos sólidos, em todas suas classes e definições, seja realizado de forma a conter os problemas causados pela geração de resíduos, participando das ações dos municípios, tornando-a de fato uma política nacional." A PNRS corresponde não apenas a um marco regulatório nacional de práticas sustentáveis relativas aos resíduos e disciplinador da gestão dos resíduos sólidos urbanos, mas também revela preocupação com a proteção social através da inclusão dos catadores de materiais recicláveis e do

reconhecimento do exercício laboral digno (GONÇALVES; QUEIRÓS DO VALE; GONÇALVES, 2016).

Mas desde o início dos anos 2000, alguns programas e ações municipais de apoio aos catadores no Brasil foram intensificados e isso fica bem identificado após a PNRS, em 2010, que estabelece prazos para a erradicação de lixões bem como para a elaboração de planos municipais de gestão integrada de resíduos (SILVEIRA; CLEMENTINO, 2017). Isso ocorreu, por exemplo, em programas de coleta seletiva em parceria com os trabalhadores de resíduos recicláveis — que levaram vários anos para serem formalizados.

De acordo com Carvalho e Rondini (2017), uma outra iniciativa significativa para a melhoria das condições de trabalho dos catadores foi lançada em 2010, conhecida como Programa Pró-Catador, estabelecido pelo Decreto 7.405/2010, de 23 de dezembro (BRASIL, 2010b). Assim, de acordo com este decreto, as políticas dirigidas aos catadores passam a ser estabelecidas por meio do designado Comitê Interministerial de Inclusão Social e Económica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC). Esse programa articula as ações do governo federal para apoiar a organização produtiva dos catadores de materiais recicláveis, melhorar as suas condições de trabalho, ampliar oportunidades de inclusão social e económica e desenvolver, em parceria com os catadores, a recolha seletiva de resíduos sólidos, reutilização e reciclagem. Assim no Art. 2º, é decretado que o programa tem por objetivo ações relacionadas com os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, a saber:

> I - capacitação, formação e assessoria técnica;
> II - incubação de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem na reciclagem;
> III - pesquisas e estudos para subsidiar ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

> IV - aquisição de equipamentos, máquinas e veículos voltados para a coleta seletiva, reutilização, beneficiamento, tratamento e reciclagem pelas cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
> V - implantação e adaptação de infraestrutura física de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
> VI - organização e apoio a redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
> VII - fortalecimento da participação do catador de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem;
> VIII - desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à agregação de valor ao trabalho de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis; e
> IX - abertura e manutenção de linhas de crédito especiais para apoiar projetos voltados à institucionalização e fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010a), lançada em 2010, foi proibida a realização dessas atividades em lixões que deveriam ser oficialmente encerrados - mas ainda assim não foram totalmente erradicados. A referida lei estabeleceu que, até 2012, os municípios brasileiros necessitavam possuir um plano de gestão integrada de resíduos sólidos e implementar sistemas de recolha seletiva, e até 2014, erradicar os lixões. Acontece que os prazos legais não foram cumpridos por todos os municípios, revelando as suas fragilidades financeiras e técnicas no planeamento e gestão dos resíduos sólidos. Com efeito, segundo Silveira e Clementino (2017), em 2008, cerca de

três mil municípios descartavam os resíduos em lixões, e em 2014, esse número baixou para cerca de dois mil; em 2008, 29% dos resíduos tinha por destino o aterro sanitário enquanto os lixões recebiam 49%; em 2014 os aterros sanitários receberam 40% dos resíduos urbanos e os lixões 40%, denotando uma redução do material rejeitado e dos lixões, mas mostrando que muito está ainda por fazer. Por isso, muitos dos catadores ainda se encontram nos lixões a céu aberto (inclusive um elevado percentual mora nestes depósitos); outros já desenvolvem a atividade em aterros sanitários ou na sua proximidade (estes cumprem requisitos legais e de engenharia) (IPEA, 2013).

Apesar dos atrasos e dificuldades na aplicação da lei ao nível local, muitos municípios (apoiados por *stakeholders* locais, como as universidades) tiveram a competência para adotar o novo paradigma do PNRS. Para cumprir a lei e promover a plena cidadania destes trabalhadores foi necessário integrar os catadores de materiais recicláveis na cadeia formal de reciclagem com ações de inclusão social, através das quais se promoveram campanhas para a sua organização em coletividades formais: associações e cooperativas. Segundo Leal (2002; 2004), se nas fases iniciais do processo foi uma árdua tarefa organizar os catadores em coletividades (pois eram pessoas isoladas e suspeitando da classe política), posteriormente pode verificar-se que a mudança operada gerou confiança, autoestima e identidade de grupo; os catadores (associados ou cooperados) desenvolveram relações de solidariedade e reciprocidade (a nível interno e externo). Além disso, as coletividades formais permitem que essas pessoas deixem a recolha informal de materiais nos lixões e passem a ser oficialmente reconhecidas como catadores de materiais recicláveis, gerando maior proximidade aos cidadãos e empresas, dos quais obtêm diretamente os seus materiais recicláveis, descartados seletivamente.

Hoje muitos governos locais (prefeituras municipais) no Brasil reconhecem o valor ambiental e económico desta atividade e também o seu papel para a melhoria das condições de vida

destas pessoas desfavorecidas, dando-lhes reconhecimento formal e propiciando condições para trabalhar em galpões (sedes de cooperativas e/ou de associações de catadores), geralmente localizados em locais mais adequados, com infraestrutura e equipamentos para triagem, enfardamento para comercialização e, em alguns casos, processamento de materiais recicláveis, com destino às indústrias de reciclagem. O reconhecimento formal da profissão, a designação de um lugar, infraestruturas, equipamentos e tecnologias para trabalhar com dignidade (condições básicas), fortalece identidades, capacita os catadores de resíduos, dá significado às interações e ao empreendedorismo e amplia as oportunidades de vida. E em consequência, o crescente nível de organização das pessoas relacionadas com esta atividade conquista não apenas novos espaços, mas também novas arenas políticas e sociais em todo o Brasil.

Há, todavia, riscos na "formalização" da profissão, como alertam Millington e Lawhon (2018): a distribuição desigual de benefícios e o encapsulamento de baixos custos do trabalho, pois ao prestarem um serviço ambiental, a sociedade ganha muito com a sua atividade, mas em contrapartida, os montantes monetários auferidos são baixos. De igual forma, devido à natureza da sua atividade, quer os lugares onde esta se processa, quer os seus trabalhadores, continuam espacial e socialmente estigmatizados. Com efeito, existem episódios de NIMBY (acrónimo para *Not In My BackYard*) que se opõem à localização próxima a bairros específicos dessas infraestruturas (aterros sanitários, estações de triagem de resíduos, galpões de materiais recicláveis, etc.) tidos como nocivos do ponto de vista social e ambiental. Existe uma percepção de que nestes locais e instalações de resíduos trabalham pessoas precárias relacionadas com criminalidade e marginalização, para além dos maus odores, do risco de infestação por agentes patogénicos, e da degradação da paisagem visual, fatores que combinados diminuem o valor dos solos urbanos (MILLINGTON; LAWHON, 2018).

Apesar dos desafios apontados por Millington e Lawhon (2018), o cooperativismo, entendido enquanto empreendimento social, mas também económico, solidário, proporciona trabalho, renda, controle dos meios de produção, solidariedade e respeito pelo ambiente para pessoas marginalizadas pela sociedade capitalista (SCHMIDT; PERIUS, 2003; IKUTA, 2010).

DA ATIVIDADE ISOLADA DE CATAÇÃO À FORMALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE RECOLHA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

É importante entender o processo de formalização da atividade de catação de materiais recicláveis, e analisar como uma associação/cooperativa opera e se relaciona com seu espaço. Por isso, se abordam brevemente as origens e desenvolvimento de três coletivos de pessoas que trabalham com resíduos recicláveis — Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Rocha (ACMRR), Associação de Recicladores de Presidente Epitácio – Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Presidente Epitácio (ARPE-COOPERARPE) e Cooperativa de Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente (COOPERLIX) — que operam em diferentes municípios no Oeste do Estado de São Paulo, a saber: Regente Feijó, Presidente Epitácio e Presidente Prudente. São municípios do interior e, em Presidente Prudente e Presidente Epitácio, as referidas coletividades alcançaram um nível de desenvolvimento superior quando comparadas com a de Regente Feijó.

Esses coletivos têm em comum a circunstância de terem começado a existir desde que os catadores uniram esforços, com apoio de determinados *stakeholders* e políticas públicas, para a materialização de estruturas organizadas: associações e cooperativas e, inclusive, a organização em redes regionais para a reciclagem de resíduos.

Cada coletivo está localizado em solos públicos, particularmente em locais de aterro ou muito próximos (como a ACMRR em Regente Feijó e a COOPERLIX em Presidente Prudente) atualmente em operação; ou inativos, como a ARPE-COOPERARPE em Presidente Epitácio, mas cujo aterro estava em operação quando a ARPE foi instalada.

As razões que explicam a escolha desses locais para a operação dos coletivos devem-se essencialmente a três fatores. Em primeiro, à existência de áreas disponíveis para a construção dos edifícios para a triagem, enfardamento e armazenamento dos materiais recicláveis até a sua comercialização. Em segundo, a segurança e a facilidade em transportar resíduos resultantes do processo de triagem (rejeitos) para o descarte em aterro, evitando o transporte por longas distâncias e reduzindo custos. Por último, estes locais (aterros) já haviam sido destinados a operações relacionadas com os resíduos (transporte, disposição, cobertura, etc.) e estão localizados em periferias urbanas (como no caso de Presidente Prudente) ou em áreas rurais (como em Regente Feijó e Presidente Epitácio), evitando ou diminuindo o potencial conflito (NIMBY, não no meu quintal) com a população local.

A ACMRR EM REGENTE FEIJÓ

Segundo Kawatoko, Rizk e Leal (2010), até 1999, o município de Regente Feijó (população de cerca de 19 mil habitantes, dados de 2010 do IBGE) não possuía aterro. Os resíduos sólidos eram deixados num depósito sem tratamento, mas também largados em barrancos, nascentes, e ao longo de estradas rurais. Atualmente, a área onde o aterro do município de Regente Feijó está localizado (inaugurado em 2000) recebe todo o lixo urbano doméstico do município. Martins (2011) menciona as várias tentativas, sem grande sucesso, de implementação de um sistema de recolha seletiva anterior ao atual, devido à falta de empenho e competências do poder público municipal. Neste contexto, durante anos, os catadores realizaram a sua atividade no

lixão municipal de Regente Feijó, e fora dele, em condições precárias de trabalho.

Segundo Martins (2011), em 2007, o governo do estado de São Paulo lançou projetos ambientais tendo por finalidade a descentralização das políticas ambientais nos seus 645 municípios. O município de Regente Feijó adere e centra a sua atenção no problema dos resíduos sólidos gerados no município, iniciando uma parceria com a Universidade Estadual Paulista (UNESP, Campus de Presidente Prudente), para a implantação da recolha seletiva "com a inserção de catadores de materiais recicláveis numa associação" (MARTINS 2011, p. 16), tendo começado a operar apenas em 2010. De referir que devido às dificuldades de articulação e operacionalização das ações entre os catadores e o poder público e à demora na construção do aterro controlado, os catadores continuaram a desenvolver suas atividades sem condições de proteção e segurança (MARTINS, 2011).

Em 2010, eram conhecidas 16 pessoas associadas à catação, sendo a maioria analfabeta ou possuindo o ensino fundamental incompleto, com uma média de idade de 48 anos, e contando com a recolha de resíduos recicláveis como a única fonte de rendimento (KAWATOKO; RIZK; LEAL, 2010).

Foi somente com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2010, que essa situação foi modificada, com a participação do Município de Regente Feijó no Programa Estadual Município VerdeAzul, desenvolvido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que propôs a inserção de catadores de materiais recicláveis em associações e /ou cooperativas. Foi em 2010 que teve início a recolha seletiva e se criou a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Rocha (ACMRR). É no âmbito do projeto Gerenciamento Integrado de RSU em Regente Feijó-SP que arranca a recolha seletiva com a participação dos catadores; então o governo municipal adquiriu equipamentos para a associação (uma prensa e uma esteira) e construiu como infraestrutura para o seu funcionamento um abrigo coberto para

classificar os materiais coletados, com um refeitório e um escritório.

Localizada perto de uma estrada municipal em área rural, a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Rocha foi formalizada, após dois anos de negociações e planeamento, entre a Prefeitura, catadores e a UNESP. Foi estabelecido um diálogo com todos os catadores de materiais recicláveis espalhados por Regente Feijó — aquelas dez pessoas que trabalhavam na área do aterro, bem como todas as doze que desenvolviam as suas atividades no perímetro urbano, todas elas referenciadas pelas precárias condições de trabalho que desenvolviam. No entanto, apenas dez (quatro homens e seis mulheres) que trabalhavam na área do aterro concordaram em formar a associação (MARTINS, 2011). Em 2011 já havia uma nova composição de associados, nove mulheres e um homem, a maioria novos membros, revelando a alta rotatividade de associados desse coletivo. Em dezembro de 2018, eram oito (cinco mulheres e três homens), com três mulheres no conselho da direção. Atualmente, apenas uma trabalhadora participa no projeto desde a sua formação original e as demais que estão na associação foram designadas pelos próprios catadores ou pela assistência social da prefeitura, assinaladas em situação de vulnerabilidade social. Assim, destaca-se a alta rotatividade de pessoas associadas em oito anos de atividade da ACMRR.

Atualmente as atividades desenvolvidas na ACMRR estão organizadas da seguinte forma: duas mulheres e um homem trabalham na recolha de materiais recicláveis na cidade, com o apoio do motorista (um homem) do veículo motorizado (camião) que é funcionário da prefeitura; três mulheres trabalham na triagem de materiais recicláveis e dois homens na prensagem dos materiais selecionados. No entanto, essa divisão não é fixa, e todos podem participar em outras atividades, de acordo com as necessidades diárias.

Em 2010, a infraestrutura da ACMRR contava com uma área coberta para a organização dos materiais, mas sem paredes,

expondo à chuva, ao vento e à presença de animais, situação agravada pela falta de segurança adequada para armazenamento dos materiais. Por esse motivo, a associação sofreu várias vezes com o roubo de materiais prontos para a comercialização. Atualmente a ACMRR possui vestiários com banheiros, uma sala de refeições equipada, um escritório com computador, uma balança para pesagem de materiais e uma balança digital para a quantificação de materiais recicláveis ordenados e prensados, e uma prensa para diminuir o volume do material a ser comercializado e, por fim, uma bancada para triagem dos materiais (que nunca foi utilizada, pois os catadores consideram inadequada para o desenvolvimento da atividade). O camião para coleta seletiva é propriedade do município. Desde então, a infraestrutura geral deteriorou-se e, portanto, as condições de trabalho também (Figura 1).

As obrigações entre a prefeitura e a associação estão definidas através de um contrato, em que, entre as obrigações da associação, está a de realizar a coleta seletiva dos resíduos recicláveis e a Prefeitura realiza o pagamento de uma quantia mensal aos membros da associação, utilizada para cobrir as despesas; o restante é dividido entre eles. A comercialização dos materiais é realizada através de intermediários (duas empresas privadas, sediadas em Presidente Prudente).

Figura 1: Infraestrutura e equipamentos da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Rocha, Regente Feijó, 2018.

Fonte: acervo dos autores.

A ARPE — COOPERARPE EM PRESIDENTE EPITÁCIO

O município de Presidente Epitácio é considerado uma estância turística do estado de São Paulo, resultante da sua orla fluvial (rio Paraná). Em 2016, segundo o IBGE, possuía cerca de 43 mil habitantes. Em Presidente Epitácio, o antigo lixão foi fechado em 1999 (PGIRSPE, 2014). Com a desativação do lixão e a implantação do novo aterro, o município resolveu o seu problema ambiental, mas não o problema social.

No antigo lixão, as pessoas ganhavam a vida através da coleta de materiais recicláveis — algumas dedicaram-se a esta atividade por mais de 20 anos. De acordo com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Presidente Epitácio (PGIRSPE, 2014), era comum ver crianças na atividade de recolha e até mesmo a se alimentar dos restos de comida. Apesar dos aspetos negativos da atividade, foi daí que muitas famílias retiraram rendimento económico, todavia, com a proibição de desenvolver a atividade no aterro, estas pessoas ficaram sem renda. O PGIRSPE (2014) assume que foram feitas tentativas de empregar catadores em outras atividades, na maioria das vezes sem sucesso, simplesmente porque não estavam qualificados para outras funções. Outras, porque alguns empresários se recusaram a contratá-los devido ao seu passado (antecedentes criminais, alcoolismo, drogas e outros), ou até pelo simples fato de serem moradores de "favelas". Para resolver o problema, o município fez um inventário dos catadores, agregando a estes, outras pessoas que desenvolviam as atividades de catação de materiais recicláveis nas ruas das áreas urbanas, os chamados "carrinheiros" (conhecidos por usar nas suas atividades um carrinho de mão como recipiente para o material coletado na rua). O cadastro inicial avaliou um total de 48 pessoas na atividade de catação.

Presidente Epitácio passou a ter um aterro e um prédio para separar os materiais recicláveis e outras infraestruturas relacionadas (por exemplo, áreas de acolhimento e

armazenamento, escritório, cozinha e banheiro). Por meio de convénio com o Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP), foi construído um galpão na área pública do aterro, e adquiridas duas prensas e uma empilhadeira (Figura 2). Um extenso trabalho de educação ambiental foi desenvolvido com os catadores de resíduos recicláveis e a população municipal. Uma doação do Fundo Social de Solidariedade do estado de São Paulo, permitiu a construção da cantina e respetivos equipamentos (armários, fogão, geladeira, etc.) para os membros da Associação de Recicladores de Presidente Epitácio, conhecida como ARPE. Todos os trabalhadores possuem equipamentos de proteção individual (luvas, máscaras e botas).

Figura 2: Instalações da COOPERARPE, Presidente Epitácio, 2018.

Fonte: acervo dos autores.

A associação foi criada em 2003, contando inicialmente com 30 pessoas e, em 2014, contava já com cerca de 40 membros. A recolha diária de resíduos recicláveis pela ARPE abrange todo o município, utilizando um sistema de coleta porta-a-porta com apoio de um camião (PGIRSPE, 2014). A estratégia inicial para a coleta seletiva de materiais recicláveis porta-a-porta exigiu que os membros da ARPE estivessem uniformizados, e distribuindo sacos verdes juntamente com um folheto explicativo da sua missão e pedindo às pessoas que separassem o material reciclável para coleta e os colocassem nos sacos que depois de entregues

com os resíduos, receberiam novas sacolas. O objetivo de trocar resíduos por uma sacola vazia é o contato direto e a construção de confiança entre os membros da associação e moradores. Dos equipamentos da ARPE faziam parte uma esteira, balança manual, carrinho de mão e duas prensas, fornecidas pela prefeitura (que também auxiliou no fornecimento de materiais para divulgação do programa de coleta seletiva, como cartazes e folhetos distribuídos em locais públicos, escolas e porta-a-porta). Segundo o PGIRSPE (2014, p. 56) o sucesso da ARPE deve-se ao apoio de um "triângulo" que sustenta o sistema, formado pela prefeitura, associação e população. A ARPE obtém a sua receita financeira por meio da comercialização de materiais recicláveis processados e esta é dividida em partes iguais entre associados.

Em 2015 a ARPE assinou um contrato com a prefeitura para criar a Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Presidente Epitácio (COOPERARPE). O contrato foi assinado para a prestação de serviços de coleta seletiva e os associados da COOPERARPE recebem uma taxa mensal que depende dos valores arrecadados, dentro de contratos anuais, com possibilidade de renovação.

A mudança de estatuto decorre da oportunidade criada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2010 (BRASIL, 2010a). Neste novo contexto, houve a necessidade de transformar a associação em cooperativa. Com uma estrutura cooperativa, um contrato de serviço com o município poderia ser celebrado, sinalizando uma mudança positiva para os trabalhadores de materiais recicláveis, já que formalmente providenciam um serviço ao poder público (devido ao seu estatuto e finalidade social, a ARPE enquanto associação não podia emitir faturas). A forma como a cooperativa realiza o trabalho continua a mesma, o que significa que ainda opera no mesmo local e que a recolha de material continua a ser realizada em todas as áreas urbanas em dias específicos de acordo com cada bairro — contando atualmente com 80% de adesão da população de Presidente

Epitácio (a cooperativa tem como meta atingir 90% do total de adesão).[51]

A ARPE surgiu há cerca de quinze anos e, atualmente, com o estatuto de cooperativa (COOPERARPE), tem cerca de 40 membros (nove dos quais são homens e 31 são mulheres). Cada pessoa trabalha cerca de 8 horas por dia e recebe um rendimento mensal decorrente do rateio resultante do valor que recebe pela comercialização dos materiais recicláveis (sem contar com outros pagamentos efetuados pela prefeitura, como um fundo de reserva ou pagamento pelo serviço de coleta seletiva). A divisão do trabalho neste coletivo é semelhante à ACMRR, já que a maioria das mulheres trabalha no processo de seleção e os homens na prensa, empilhadora e na operação dos camiões.

Recentemente, a estrutura cooperativa — COOPERARPE — ganhou uma empilhadora (obtida através de um projeto) para agilizar todos os serviços feitos à mão anteriormente (para empilhar, carregar camiões e outros serviços que exigiam o trabalho de várias pessoas). Com apoio do Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual (MPESP), Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP), Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio e UNESP, novos investimentos oriundos de acordo entre MPF/MPESP/CESP (GOMES, 2016) possibilitaram a reforma e ampliação das instalações, aquisição de novos equipamentos, visando implementar o primeiro Centro de Integração Social e Sustentabilidade Ambiental (CISSA).

De acordo com Rizk et al. (2018), a proposta de construção de CISSAs está integrada na criação da rede regional de catadores de materiais recicláveis. Cada CISSA deverá ter capacidade para colmatar as demandas de triagem de recicláveis do município e as da administração e/ou processamento de resíduos que os municípios integrantes dos polos locais não

[51] Vide http://presidenteepitacio.com.br/noticias/2015/06-01-2015-prefeitura-contrata-cooperativa-catadores-reciclagem.html. Acesso em: 28 de fev. 2020.

podem processar. Os CISSAs, além da infraestrutura para processamento de resíduos sólidos urbanos, também terão espaços para atividades de educação ambiental, para capacitação e visitações (RIZK et al., 2018).

A COOPERARPE continua no antigo endereço (estrada Epitácio/Caiuá), os seus cooperados estão a desenvolver competências de negociação, continuam a melhorar a infraestrutura, os equipamentos e as condições de trabalho: mais caminhões novos e prensas para papelão e outros materiais, um novo galpão com cozinha e mais esteiras (NRNEWSEPITACIO, 2016).

A COOPERLIX EM PRESIDENTE PRUDENTE

Com cerca de 230 mil habitantes (IBGE, estimativas de 2018), no município de Presidente Prudente, os lixões a céu aberto estiveram sempre muito próximos do tecido urbano, mas também dos bairros periféricos, nos fundos dos vales, onde mora a população de mais baixo rendimento. A zona leste da cidade de Presidente Prudente foi, ao longo dos anos, a que recebeu a maior parte do lixo urbano; praticamente 50% dos lixões existentes estão localizados nesta área.

Em 2001, os catadores de Presidente Prudente, que tinham como fonte de sobrevivência a recolha, separação e comercialização de resíduos recicláveis, consistiam em dois grandes grupos: os carrinheiros que coletavam material reciclável aleatoriamente depositado no perímetro urbano (carrinheiros), e outro grupo que coletava material reciclável diretamente no lixão municipal (catadores). E, segundo Gonçalves (2006), foi nesse setor de reciclagem que vários carrinheiros e catadores encontraram abrigo contra a exclusão no mercado de trabalho formal, buscando nos materiais recicláveis os meios para garantir a sua sobrevivência. Essas pessoas tinham rotinas que excediam doze horas diárias para atingir um rendimento mínimo. Em

qualquer caso, as condições de trabalho e a renda obtida mostram o quanto os catadores foram explorados, pois não possuíam nenhum tipo de contrato formal de trabalho com os compradores, trabalhando por conta própria, e na maioria das vezes relacionados com um comprador que os mantinha condicionados aos seus serviços. Esses catadores viviam e trabalhavam em condições precárias, e alimentavam assim empresas recicladoras que pagavam preços baixos pelos materiais, garantindo a rentabilidade do negócio (LEAL, 2002; 2004; GONÇALVES 2006; FUZZI, 2016; CARVALHO; RONDINI, 2017).

Felizmente este cenário mudou. Localizado no distrito industrial de Presidente Prudente, no perímetro do aterro municipal, a Cooperativa de Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente (COOPERLIX) é um coletivo formado no ano de 2002. Sem fins lucrativos, a renda recebida é dividida entre os seus associados e parte é destinada ao fundo de reserva, para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das suas atividades, e ao fundo de assistência técnica, educacional e social.

Segundo Leal (2002; 2004), as instalações da cooperativa foram cedidas pela prefeitura municipal e o equipamento adquirido através de projetos desenvolvidos em parceria com a Fundação Banco do Brasil, FAPESP (Fundação de Apoio Pesquisa do Estado de São Paulo) e a UNESP (Campus de Presidente Prudente), entre outras fontes de apoio, incluindo-se comunidade organizada (sindicatos, igrejas, escolas, etc.).

Para organizar a COOPERLIX foi feito um diagnóstico dos resíduos sólidos e da situação dos catadores em Presidente Prudente. Foram identificadas 101 pessoas (58 homens e 43 mulheres), cujas atividades se centravam no lixão municipal. Posteriormente, foram realizados vários encontros com catadores e organizados eventos científicos e de extensão universitária, tendo os mesmos sido convidados para fazer parte das mesas redondas (para terem voz e visibilidade), juntamente com pesquisadores, estudantes, gestores, técnicos, ONG, e a

comunidade em geral. Foram realizadas diversas visitas técnicas a outras cooperativas da região e reuniões com a comunidade escolar – e a população em geral — para obter o apoio necessário à organização dos catadores e à implementação da coleta seletiva de materiais recicláveis a partir de resíduos descartados seletivamente.

De início, vários catadores não aceitaram entrar na cooperativa. Apenas 37 (21 homens e 16 mulheres) concordaram em participar da criação formal da COOPERLIX. São três os argumentos que explicam a baixa adesão inicial: i) falta de confiança nos investigadores da UNESP e técnicos da prefeitura que desenvolviam a iniciativa; ii) outros, especialmente homens jovens, consideravam que teriam maiores ganhos ao continuar trabalhando isoladamente – como era comum ouvir "cada um por si mesmo e Deus por todos" — ou trabalhar em pequenos grupos, geralmente familiares; iii) "contra-organização" da cooperativa por outros catadores e compradores de materiais recicláveis, que não tinham interesse na organização formal dos catadores.

Quando foi inaugurada sua sede em dezembro de 2003, a COOPERLIX tinha, entre outros equipamentos, um galpão com uma área de 500m², contendo uma esteira, uma prensa, um prédio administrativo com escritório, cozinha, dispensário, refeitório e banheiros, construídos com recursos da Prefeitura e da FAPESP. Mais tarde, a igreja e o clube rotário doaram camiões. E assim por diante, com o apoio de bancos e de outras entidades, a COOPERLIX foi adquirindo mais equipamentos, podendo expandir a infraestrutura e, recentemente, comprou, com recursos próprios, um ônibus de segunda mão para transportar os seus membros. Entre 2004 e 2015 a cooperativa teve uma grande variação no número de membros, devido a dificuldades financeiras (em 2005, tinha 36 membros, dos quais 22 eram homens e 14 eram mulheres; em 2009, havia 39 cooperados, 22 homens e 17 mulheres e, em 2010, havia 41 trabalhadores, 27 homens e 16 mulheres). O baixo valor dos rendimentos foi uma das razões para a desistência dos catadores e, naturalmente, para a

diminuição (em alguns períodos) do número de homens na cooperativa. No entanto, manteve-se um pequeno grupo, no qual as mulheres assumiram a liderança da COOPERLIX desde a sua criação, lutando pela sua construção, fortalecimento e continuidade. Neste processo, houve uma mudança na composição da direção, com aumento do número de mulheres e em 2006 uma mulher assumiu a presidência da COOPERLIX.

A situação da cooperativa começou a ter estabilidade financeira quando, em 2015, foi contratada pela prefeitura para prestar o serviço de recolha seletiva de materiais, o que permitiu uma renda fixa mensal, complementada pelas vendas dos resíduos recicláveis coletados, incluindo a comercialização de parte dos materiais em rede com outras cooperativas (ou diretamente às indústrias), aumentando o poder de negociação com os compradores. Em 2016, os catadores foram impedidos de entrar no lixão municipal, de modo que aqueles que ainda trabalhavam no local foram voluntariamente incorporados na COOPERLIX. Assim, a impossibilidade de continuar a trabalhar no lixão, bem como o crescente empoderamento e ganhos do trabalho coletivo, aumentou o número dos seus membros: em dezembro de 2018, a COOPERLIX tinha 88 trabalhadores, dos quais 41 eram mulheres e 47 homens. Em 2019 contava com 90 cooperados. Em dezembro de 2018, a cooperativa recebeu da prefeitura, com recursos oriundos do acordo entre MPF/MPESP/CESP, a concessão de um novo galpão para receber o centro seletivo, com espaço coberto para descarregar o material coletado para triagem, enfardamento e armazenagem, além de um escritório e uma sala para educação ambiental. A nova sede (instalada no Distrito Industrial II de Presidente Prudente) também tem um prédio separado com escritório, refeitório, banheiros e vestiários, além de outras pequenas salas (Figura 3). Atualmente, entre os 90 membros, o trabalho é grandemente especializado e *"genderizado"*. Por um lado, as mulheres trabalham na esteira de triagem e, por outro, a coleta seletiva, o transporte e a prensagem

são feitos principalmente por homens. No entanto, mudanças nesses arranjos começaram a surgir.

Figura 3: COOPERLIX em Presidente Prudente, 2019, novas instalações: homens manipulando os resíduos e mulheres na esteira.

Fonte: acervo dos autores.

RESSIGNIFICAÇÃO DO COTIDIANO E TRANSFIGURAÇÃO DAS MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: da atomização à cooperação

Conforme apresentado anteriormente, as três coletividades partilham aspetos estruturais, apesar do seu grau de "desenvolvimento" diferenciado. Em todas elas se reconhecem processos de reestruturação do trabalho implicando também a transformação da vida das pessoas associadas/cooperadas. Para o demonstrar, nesta secção utilizamos as entrevistas em profundidade com mulheres que trabalham em associações e/ou cooperativas de materiais recicláveis. Procuramos ilustrar processos de transformação e empoderamento (fortalecimento político-organizacional) das mesmas nos atuais contextos das associações e cooperativas. Os referidos processos iniciam-se assim que as mesmas deixam a atividade informal e se associam ou cooperam num contexto formalizado. De uma forma geral, o historial de evolução das associadas/cooperadas permite reconhecer como as materialidades associadas ao local de trabalho desempenham um papel importante nas transições

sociais, bem como os efeitos benéficos de inclusão social de formas de economia solidária (sob a forma de associações/cooperativas/redes).

Nos galpões que representam as componentes materiais (respetivas infraestruturas e equipamentos, bem como a matéria-prima, os resíduos) onde as trabalhadoras desenvolvem a sua atividade, ocorrem processos de empoderamento. O aumento da infraestrutura, dos equipamentos e tecnologias possibilitam melhores condições de trabalho, aumentam as quantidades de materiais selecionados e embalados para vender, capacitam as trabalhadoras para desempenhar atividades especializadas, fornecem dinâmicas de aproximação entre elas, melhorando a eficiência e resultando em ganhos gerais - "este local permite uma relação de proximidade entre nós, um ambiente apropriado para trabalhar e contém espaços para descanso" (Tina, entrevista junho 2018). Entre as entrevistadas, há a ideia comum de que as infraestruturas e equipamentos diminuem os esforços físicos dando mais eficiência ao seu trabalho – "o galpão nos protege do calor, com a esteira, a separação dos materiais é bem mais fácil e o caminhão nos permite maior quantidade coletada" (Rita, entrevista junho 2018). E em relação à saúde das trabalhadoras, o esforço físico diminuiu e a postura corporal para realizar o trabalho é agora muito mais adequada – este é um detalhe comum que sobressai nas entrevistas. Muito relevante é o facto destas mulheres terem tomado consciência do seu papel na preservação ambiental, graças aos cursos e sessões de formação que as salas reservadas às visitas e de educação ambiental anexas aos galpões proporcionaram.

Na COOPERLIX foi com enorme orgulho e alegria que nos mostraram as novas instalações – "vejam e fotografem sem problema, nós, cooperadas, estamos felizes aqui e queremos que nossos visitantes se sintam felizes" (Elsa, entrevista em junho 2019). Já em relação às instalações da ACMRR, em Regente Feijó, todas as entrevistadas afirmaram que o local de trabalho atual é melhor do que trabalhar no meio do lixo (referente ao

lixão), mas ainda não está adequado. Atualmente reclamam sobre questões como as da insegurança do local, pois já foram vítimas de inúmeros roubos de fardos de materiais já prensados. Explicaram que agora possuem melhores equipamentos para proteção individual (botas e luvas adquiridas pelas próprias ou fornecidas pelas prefeituras), mas o local de trabalho seria muito melhor se tivesse um galpão e equipamentos como uma esteira para realizar a atividade de separação que são obrigadas a fazer sob o sol intenso e um calor sufocante, obrigando a posturas inadequadas. Os relatos sobre as insuficiências das infraestruturas e equipamentos corroboram a ideia de como a componente material é bem relevante para o processo de transição social.

As mulheres que se organizaram em coletivos de recolha de resíduos recicláveis, partilham muitos aspetos negativos do seu passado, sendo que a sua maioria foi "*objetificada*", como é o caso da Sílvia

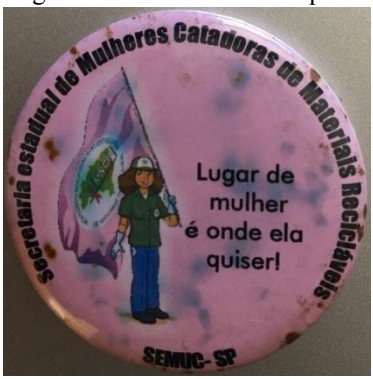
> [...] meu pai me vendeu para o meu marido por um guarda-roupa, era o quanto eu valia na época, e eu me casei e logo depois, com duas filhas ele me deixou, então eu tive que sobreviver através da coleta de lixo (entrevista em junho de 2018).

Outras, em situação semelhante, se habituaram a ser dependentes economicamente, invisíveis e submissas – "meu ex-marido, e antes meu pai, dizia que o lugar da mulher era em casa, ser mãe e servir ao homem" (Tina, entrevista junho de 2018). Hoje, nas associações e cooperativas, estas mulheres partilham sentimentos de liberdade, autoestima e confiança – "o lugar de uma mulher é onde ela quer" (Elsa, entrevista em junho de 2018). Este "lema" é de tal forma importante que é usado pela SEMUC (Secretaria Estadual das Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis) (Figura 4).

Estratégias idênticas podem produzir resultados diferentes, já que a política pública nacional em relação ao setor

de reciclagem teve resultados diferentes nos três casos: em Regente Feijó, as políticas nacionais e locais não estabilizaram a vida das trabalhadoras da ACMRR, sem infraestrutura e equipamentos adequados e uma relação sólida com a prefeitura, sofrendo atualmente um processo de decadência. Em contraste, a COOPERLIX e a ARPE-COOPERARPE floresceram e estabeleceram relações fortes com outras entidades (prefeitura, universidade pública, fundações privadas, etc.). Quer isto significar que estes processos de reestruturação não acontecem apenas devido à capacidade interna, eles decorrem de um trabalho conjunto com outras entidades externas.

Figura 4: Crachá "Lugar da mulher é onde ela quiser", SEMUC-SP.



Fonte: acervo dos autores.

A qualidade afetiva dos lugares onde as associações/cooperativas se materializam e nas quais as mulheres trabalhadoras se movimentam é produto de uma mistura complexa entre o "aparato tecnológico" para separação e compilação dos materiais recicláveis, e o ambiente local, como a

fauna, flora, luz e temperatura, que tornam essas pessoas surpreendentemente esperançosas, conectadas, protegidas e emocionais

> [...] lutamos permanentemente para ter todo esse equipamento e esse lugar para realizar nosso trabalho; (…) estou aqui com amigas, compartilho com elas meus problemas e em conjunto encontramos soluções (Elsa, entrevista junho de 2018).

Nos três coletivos estudados é importante observar os caminhos percorridos, especialmente pelas mulheres. Levando em conta os fatores externos, em todos os três casos analisados, as mulheres conquistaram posições de direção e estão cientes das suas realizações, apesar de todas terem nascido e vivido em ambientes 'masculinos' desfavoráveis

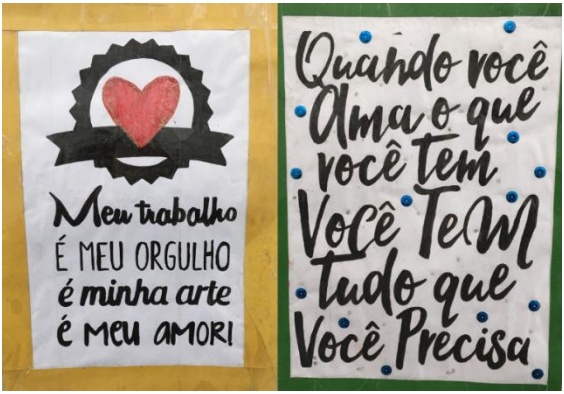
> Eu não nasci catadora de lixo e não quero ser discriminada pelo trabalho que faço. Hoje sou catadora de materiais recicláveis: é uma posição que ganhei e quero ver reconhecida. Afinal, trabalho em prol do meio ambiente e da saúde pública (Sílvia, entrevista de junho de 2018).

Assim, da consciência do seu papel e ações, emerge o inesperado: o orgulho no trabalho que realizam, a liderança das coletividades (os três coletivos são, ou já foram, liderados por mulheres), a narrativa empoderada sobre o serviço ambiental prestado e o sentido do coletivo enquanto "família" unida, que até então não haviam tido (Figura 5).

> Quando o meu marido me deixou, foi a minha libertação, mas eu estava com medo de tudo. O coletivo me deu liberdade, capacidade financeira, proteção social, respeito (...) é minha segunda

> família, porque a minha primeira, são meus filhos (Tina, entrevista junho de 2018).

Figura 5: Quadros feitos com material reciclado, novas instalações da Cooperlix, 2019.



Fonte: acervo dos autores.

Nos coletivos estudados, os trabalhadores são em grande parte mulheres negras, outrora excluídas do mercado de trabalho, a maioria delas chefes de família (com uma média de dois filhos) e com baixos níveis educacionais. Hoje as relações interpessoais são muito boas, não há grandes conflitos no local de trabalho. Mulheres trabalhadoras na coleta de materiais recicláveis são verdadeiras líderes comunitárias que agregam, conciliam e organizam outros trabalhadores no seu ambiente.

> Nós, mulheres, queremos ter voz, aprender, buscar igualdade, ganhar respeito, lutar contra o preconceito, ocupar espaços, assumir a liderança (...) discutindo isso em nossas reuniões e fazendo isso juntas, encontramos soluções melhores para nossos problemas (Júlia, entrevista junho de 2018).

A divisão do trabalho é uma força de estabilização destas formas de economia solidária, e há sinais de mudança nos papéis

tradicionais – isso acontece quando as mulheres executam tarefas manuais e trabalhos repetitivos, enquanto os homens lidam com prensas, empilhadoras e dirigem camiões (VASCONCELLOS; DIAS, 2017). Com efeito, a triagem e classificação de materiais é uma atividade recorrente das mulheres e considerada o núcleo principal do processo produtivo das organizações de catadores, sendo também a função que recebe maior pressão interna dentro das coletividades. Essa é, no entanto, uma atividade que é desvalorizada diante de funções consideradas "mais pesadas", e por isso masculinas, como a operação de máquinas, carregamento e transporte de materiais (CARVALHO; RONDINI, 2017). Destacando sinais de mudança nas relações de poder nesses empreendimentos económicos solidários, Vasconcellos e Dias (2017) referem-se a relatos sobre as formas pelas quais as mulheres se apropriam das tecnologias que são socialmente percebidas como masculinas e o papel proativo que elas têm para que isso aconteça. Nos casos estudados, sinalizando a rotura de padrões comportamentais, uma mulher afirmou "aqui faço tudo que um homem faz (uso prensa mecânica, dirijo um caminhão), sou o que eu quero ser, faço de tudo" (Tina, entrevista junho de 2018). Tal como a Tina, outras mulheres catadoras fizeram comentários semelhantes.

Outros elementos significativos desses lugares distinguem-se pelo sentido de pertença e de conforto que são dados pela presença de outras pessoas que partilham circunstâncias de vida semelhantes. Uma trabalhadora destaca a importância do espaço: "com a ajuda do município e, acima de tudo, da universidade, construímos tudo isso, não é um lugar de luxo, mas é nosso!" (Elsa, entrevista de junho de 2018). Uma das trabalhadoras afirmava:

> [...] agora vejo o valor da cooperativa: quando tive doença de cachorro e fiquei internada por dois meses, não perdi meu emprego ou ganho, pois

> quando voltei, o meu lugar era meu, todos me esperavam (Rita, entrevista de junho de 2018).

Enquanto coletivo, existe a consciência de que nem tudo está ganho: “Lutamos contra a indústria que agora vê o valor que criamos (…) e alguns dos nossos colegas desistem desse trabalho e retornam à vida em lixões” (Elsa, entrevista em junho de 2018). Tomando como exemplo os resultados positivos dos esforços conjuntos realizados pelos municípios, universidades e fundações, entre outras entidades (por exemplo, a igreja que foi várias vezes referida pelas entrevistadas) para garantir os equipamentos, infraestrutura e um contrato para as suas atividades, pode-se afirmar que a cooperação incentiva a transformação das associações em cooperativas e estas a trabalhar em rede.

Aqui a noção de rede é entendida, de acordo com Tirado Soto (2011), quando associações e cooperativas, com objetivos e estratégias comuns, se unem para formar uma cooperativa central que, por sua vez, pode proporcionar meios para que as cooperativas consigam obter vantagens (por exemplo, obterem mais material para a reciclagem e por isso a comercialização pode ser realizada diretamente com as indústrias, eliminando os atravessadores).

A Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, tem tido um papel relevante no processo de mudança das associações em cooperativas e em redes de cooperação, construindo capacidades relacionais.

> Realizamos encontros entre mulheres, muitas delas com o apoio da 'Secretaria da Mulher', para superar preconceitos, agressões verbais, psicológicas e físicas (em casa e nas ruas) (…) compartilhamos experiências, aprendemos a compartilhar liderança (Elsa, entrevista em junho de 2018).

CONCLUSÕES

Que lições podem ser aprendidas através dos coletivos estudados? Neste remate final, reconhecendo, que muito ainda há a fazer para continuar a melhorar as condições de vida dos catadores de materiais recicláveis, cremos que é possível fazer um balanço positivo.

Este capítulo trata do desperdício enquanto potencial de mercadoria, com valor, e o seu papel relevante na constituição de relações sociais e no empoderamento de pessoas muito estigmatizadas e marginalizadas. Revela também que os resíduos sólidos devem ser estudados não simplesmente enquanto materiais (valor económico), mas como poderoso instrumento ideológico (inserção social e proteção ambiental), como referiram Martins (2011) e Gutberlet (2015). Enquanto descartável permite que as pessoas que coletam materiais recicláveis se esforcem para redefinir os seus papéis na sociedade, procurando a solidariedade de classe, o reconhecimento como membros iguais, e demonstrando como as materialidades e as relações sociais são mutuamente constituídas. O material reciclável é definitivamente um tema de autodefinição e criação de narrativas sobre o empoderamento de pessoas, especialmente mulheres.

Procuramos construir uma narrativa sobre catadores de materiais recicláveis a partir de casos de estudo no Oeste do Estado de São Paulo, cada qual construindo a sua vida em torno de lixões de resíduos, organizados em coletivos solidários. A linha de separação entre ficar num coletivo ou retornar ao lixão é ténue e fluida. Requer persistência, acreditando na força do grupo e no surgimento de um sentido de "lar" e proteção. As materialidades conquistadas (infraestruturas, equipamentos e tecnologias relacionadas) também são símbolos de sucesso e fortalecem os catadores e, neste contexto, as mulheres realmente têm um papel crucial.

O processo de transformação ilustrado através da passagem dos depósitos de lixo para coletivos organizados em aterros melhorou consideravelmente as vidas de muitas pessoas, sobretudo de muitas mulheres. Naturalmente, nem todos os seus

problemas se resolveram, pois, as suas condições de trabalho, mesmo nos casos estudados mais desenvolvidos, ainda são precárias e pouco seguras. Mas neste processo, e apesar da vulnerabilidade social, sobretudo elas, passam da invisibilidade, subordinação e ausência de opções (liberdade) para a visibilidade, liderança e respeito. A sua conquista reside na persistência e na afirmação, na consciência de fornecer um valor inestimável à sociedade através do cuidado com a natureza, e do aprofundamento do seu processo de empoderamento, do incremento do seu poder e da sua cidadania. Isso foi possível porque compreenderam que a vulnerabilidade partilhada se transforma em poder através dos coletivos que lutaram para formar e manter, que a partilha de conhecimento, dos problemas e desafios, bem como a luta pela igualdade no mundo masculinizado dos lixões e aterros e a vontade de aprender a negociar com as partes interessadas, lhes deu voz como iguais. Elas não estão sozinhas, têm apoios externos, da universidade e dos municípios, dentre outros (VASUDEVAN, 2018), mas acima de tudo, elas têm-se umas às outras. Os resíduos sólidos recicláveis não representam o final, são um início para a ressignificação das vidas destas mulheres.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as entrevistadas pela generosidade de partilhar tantas coisas sobre as suas vidas pessoais. Agradecemos também aos colegas do Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Dinâmica Sócio-Espacial, GADIS, da UNESP, *campus* de Presidente Prudente – SP, por todo o apoio que nos foi dado ao longo desta pesquisa. Agradecemos também o apoio da FAPESP e da CAPES.

REFERÊNCIAS

BAYLINA, M. et al. Género e Innovación en los Nuevos Procesos de Re-Ruralización en España. **Finisterra**, n. 110, p. 75-91, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18055/Finis16053. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional. Portal do Trabalho e Emprego. **Diário Oficia da União,** Brasília, DF, 09 out. 2002. Disponível em: https://bit.ly/31FuZaB. Acesso em 10 ago. 2020.

_____. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 2, 3 ago. 2010a. Disponível em: https://bit.ly/3fOjimX. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Seção 1 [edição extra], p. 7, 23 dez. 2010b. Disponível em: https://bit.ly/3fPD29Q. Acesso em: 10 ago. 2020.

CARVALHO, A. M. R.; RONDINI, C. A. Perfil Socioprofissional de Catadoras e Catadores em Associações e Cooperativas do Oeste Paulista. In: SOUZA, A. R. de; ZANIN, M. (Org.). **A Economia Solidária e os Desafios Globais do Trabalho.** 1. ed. São Carlos: Ed.UFScar, 2017. p.251-261.

FUZZI, F. R. **Organização de Cooperativas e Associações de Catadores de Materiais Recicláveis em Rede:** um estudo de caso da Rede Cataoeste com polo em Assis – São Paulo – Brasil. 2016. 257 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151398. Acesso em: 10 ago. 2020.

GOMES, L. R. O Acordo MPF/MPE/CESP como Instrumento de Destinação de Multa a Região Impactada pela Formação de Reservatório de Hidrelétrica. In: VITORELLI, E. (Org.). **Temas Atuais do Ministério Público Federal**. 4. ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2016. p. 801-827.

GONÇALVES, M. A. **O Trabalho no Lixo**. 2006. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/105032. Acesso em: 10 ago. 2020.

GONÇALVES, M.; QUEIRÓS DO VALE, M.; GONÇALVES, H. Um Estudo Comparado entre a Realidade Brasileira e Portuguesa sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos. **Sociedade e Natureza,** Uberlândia, v. 28, n. 1, p. 9-20, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-451320160101. Acesso em: 10 ago. 2020.

GUTBERLET, J. Cooperative Urban Mining in Brazil: collective practices in selective household waste collection and recycling. **Waste Management**, v. 45, p. 22-31, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.wasman.2015.06.023. Acesso em: 10ago. 2020.

HAESBAERT, R.; GLAUCO, B.. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia,** v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002. Disponível em: https://bit.ly/3gOvANt. Acesso em: 10 ago. 2020.

IKUTA, F. A. Resíduos Sólidos Urbanos no Pontal do Paranapanema - SP: inovações e desafios na coleta seletiva e organização de catadores. 2010. 235 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/101435. Acesso em: 10 ago. 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável – Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: https://bit.ly/33Mec8t. Acesso em: 10 ago. 2020.

KAWATOKO, I. E. S.; RIZK, M. C.; LEAL, A. C. Estudo para a Implantação de uma Associação de Catadores no Município de Regente Feijó. **Tópos**, v. 4, n. 1, p. 10-31, 2010.

LEAL, A. C. **Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos em Presidente Prudente – SP:** desenvolvimento de metodologias para a coleta seletiva, beneficiamento do lixo e organização do trabalho. Relatório Científico, Fase I (2002). Presidente Prudente: UNESP/FAPESP, 2002.

_____. **Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos em Presidente Prudente – SP:** desenvolvimento de metodologias para a coleta seletiva, beneficiamento do lixo e organização do trabalho. Relatório Científico, Fase II (2004). Presidente Prudente: UNESP/FAPESP, 2004.

LIMA, F. P. A.; OLIVEIRA, F. Recycling and Social Technologies for Sustainability: the Brazilian experience of wastepickers' inclusion in selective collection programs. **Work**, v. 57, n. 3, p. 363-377, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.3233/WOR-172562. Acesso em 10 ago. 2020.

MARTINS, F. G. Políticas Públicas de Resíduos Sólidos e a Coleta Seletiva em Regente Feijó – SP. 2011. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/119863. Acesso em: 10 ago. 2020.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. [site]. Disponível em: https://www.mma.gov.br/. Acesso em: 10 ago. 2020.

MCDOWELL, L. **Género, Identidad y Lugar**. Madrid: Ediciones Catedra, 1999.

MILLINGTON, N.; LAWHON, M. Geographies of Waste: conceptual vectors from the Global South. **Progress in Human Geography**, v. 43, n. 6, p. 1-20, 2018. [Publicação online]. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0309132518799911. Acesso em: 10 ago. 2020.

NRNEWSEPITACIO. [site]. **Cooperativa de Catadores de Epitácio recebem empilhadeira.** Postado por Blogdonelsonroberto, 26. out. 2016. Disponível: https://bit.ly/2F9fP5G. Acesso em: 10 ago. 2020.

PAIVA, C. C. Mulheres Catadoras: articulação política e ressignificação social através do trabalho. **Idéias,** v. 7, n. 2, p. 151-174, 2016.

PGIRSPE - **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Presidente Epitácio – SP**. [Versão consulta]. set. 2014. Disponível em: https://bit.ly/30SiMjL. Acesso em: 10 ago. 2020.

RIZK, M. C. et al. Rede Regional de Reciclagem no Oeste Paulista: proposição e subsídios para sua organização. In: RODRIGUEZ, M. G. F.; LEAL, A. C.; ZANIM, M.; DIAS, L. S. (Org.). **Resíduos Sólidos Urbanos:** aproximação ao tema em cidades de Cuba e Brasil. 1. ed. Tupã: ANAP, 2018.

ROSA, B. O. Mulheres Invisíveis: a identidade das catadoras de materiais recicláveis. **Gênero,** v. 14, n. 2, p. 92-104, 2014. Disponível em: https://bit.ly/3kBoDSk. Acesso em: 10 ago. 2020.

RUTKOWSKI, J. E.; RUTKOWSKI, E. W. Expanding Worldwide Urban Solid Waste Recycling: the Brazilian social technology in waste pickers inclusion. **Waste Management & Research,** v. 33, n. 2, p. 1084–1093, 2015. Disponível em: https://doi.org10.1177/0734242X15607424. Acesso em: 10 ago. 2020.

SANTOS, D.; LANE, R. A Material Lens on Socio-Technical Transitions: the case of steel in Australian Buildings. **Geoforum**, v. 82, p. 40-50, jun. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2017.03.020. Acesso em: 10 ago. 2020.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo e Cooperativa. In: Cattani, A. D. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 63-71.

SIEMIATYCKI, M.; ENRIGHT, T.; VALVERDE, M. The Gendered Production of Infrastructure. **Progress in Human Geography,** v. 44, n. 2, p. 1–18, abr. 2020. Disponível em:

https://doi.org/10.1177/0309132519828458. Acesso em: 10 ago. 2020.

SILVEIRA, R. M. C.; CLEMENTINO, M. L. M. Novas Regras, Velhos Entraves: o desafio da gestão dos resíduos sólidos nos municípios brasileiros. XVII ENANPUR, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUR, 2017. Disponível em: https://bit.ly/33TcCl4. Acesso em: 10 ago. 2020.

SIMAS, A. L. F.; PEREZ, Z. M. L. (Org.). **Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo.** São Paulo: SMA, 2014.

TIRADO SOTO, M. M. **Análise e Formação de Redes de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis no Âmbito da Economia Solidária**. 2011. 214 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Instituto Alberto Luiz Coimbra e Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://bit.ly/2XTnmvZ. Acesso em: 10 ago. 2020.

TROMBETA, L. R. **O Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de Presidente Prudente, São Paulo**: um estudo aplicado na COOPERLIX e na coleta seletiva municipal. 2011. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/121627. Acesso em: 10 ago. 2020.

VALENTINE, G. Tell Me About Using Interviews as a Research Methodology. In: FLOWERDEW, E.; MARTIN, D (Ed.). **Methods in Human Geography:** guide for students doing a research project. London: Longman, 1997. p.110-253.

VASCONCELLOS, B. M.; DIAS, R. Trabalho Associado, Mulheres e Tecnologia. In: SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (Org.). **A**

Economia Solidária e os Desafios Globais do Trabalho. 1. ed. São Carlos - SP: EdUFScar, 2017. p. 233-242.

VASUDEVAN, P. An Intimate Inventory of Race and Waste. **Antipode**, p. 1-21, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1111/anti.1250. Acesso em: 10 ago. 2020.

WHITSON, R. Negotiating Place and Value: geographies of waste and scavenging in Buenos Aires. **Antipode**, v. 43, n. 4, p. 1404-1433, set. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2010.00791.x. Acesso em: 10 ago. 2020.

ZANETI, I. **As Sobras da Modernidade.** Porto Alegre: FAMURS, 2006.

CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA E FEIRA LIVRE NO INTERIOR DO NORDESTE BRASILEIRO: o trabalho dos(as) feirantes em Arapiraca-Alagoas[52]

Paul Clívilan Santos Firmino

INTRODUÇÃO

Para entender a vida econômica das cidades nordestinas, com especial atenção para aquelas localizadas no interior, parece importante não esquecer as diversas atividades que contribuíram para a formação social e econômica das mesmas. É importante ressaltar que cada uma das sub-regiões do Nordeste apresenta suas particularidades. Neste sentido, o Agreste terá destaque em relação ao Sertão e mesmo à Zona da Mata e Litoral na presente análise. A discussão voltar-se-á para a feira livre e o trabalho desenvolvido pelos(as) feirantes e, consequentemente, a importância dos mesmos na atividade econômica.

A feira, como um comércio tipicamente tradicional, ainda se apresenta como um evento que movimenta cidades nordestinas de grande expressividade, que foram desenvolvendo-se e ganhando espaço, constituindo-se em centros dinâmicos em seus estados. As feiras e um conjunto de fatores, a exemplo do comércio variado, diversidade de serviços, desenvolvimento de indústrias locais etc. contribuem para que as cidades continuem com grande expressividade. Muitas atividades tiveram seus pilares, na maior parte das vezes, atreladas à feira livre e aos(as) feirantes, que de forma direta ou indireta já demostravam ter "tino" voltado para o comércio e a comercialização e que

[52] O presente artigo é fruto da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/PPGH, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo/USP, sob orientação do Professor Dr. Armen Mamigonian e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP (Processo nº: 2012/25256-5 – vigência 2013-2015).

posteriormente puderam se sobressair e se tornarem grandes comerciantes e industriais locais (FIRMINO, 2016).

Trilhando por este caminho, o artigo traz como recorte espacial a cidade de Arapiraca, localizada no Estado de Alagoas, no Nordeste do Brasil. Inicialmente a análise é feita baseando-se na feira livre como gênese e desenvolvimento econômico da cidade supracitada. Pode-se dizer que a primeira forma de negociação que vai dar base para a estrutura do que é hoje o comércio de Arapiraca foi a feira livre, que data de fins do século XIX, antes mesmo de sua emancipação política no ano de 1924. Junto com a cultura do fumo, outras atividades agrícolas passaram a fazer parte da dinâmica da cidade, colocando-a em destaque, tornando-se centro não somente a nível estadual como também regional. Assim, de acordo com relatos do historiador Guedes (1999, p. 285), "em 1945 a produção de fumo tomou grande impulso, a feira livre e o comércio aumentaram consideravelmente seus espaços".

Ao discutir a gênese econômica arapiraquense não se pode fugir do debate acerca da feira e do trabalho desenvolvido pelo(a) feirante nesse evento típico das cidades nordestinas, com destaque para aquelas no interior. Assim, o presente artigo tem por objetivo analisar e discutir a importância do circuito inferior da economia urbana na cidade de Arapiraca, centrando numa discussão do trabalho exercido pelos(as) feirantes em sua tradicional feira livre. Para tanto, buscou-se fazer uma discussão teórica atrelada às constatações empíricas realizadas mediante o trabalho de campo na referida cidade.

Pensando no objetivo proposto, alguns conceitos tornaram-se chave para a discussão, a exemplo de usos do território, globalização, meio técnico-científico-informacional, circuito superior e inferior da economia urbana, feira livre e trabalho, baseando-se em autores(as) que tiveram suas pesquisas atreladas à temática proposta. Logo, Andrade ([1963] 1998); Braudel ([1996] 1998); Carneiro; Pereira (2014); Montenegro (2006); Santos ([1979] 2008, [1996] 2008); Santos; Silveira ([2001] 2010) entre outros, foram fundamentais na escrita do artigo.

Destarte, revestindo a empiria a partir do arcabouço teórico foi possível responder alguns questionamentos e indagações: Qual a importância da feira livre para as cidades interioranas nordestinas? Qual a relação dos circuitos da economia urbana na feira livre de Arapiraca e como se dá o trabalho dos(as) feirantes na sua tradicional feira? Quais as formas de compra, venda e seus respectivos pagamentos? Qual a importância da feira livre para a economia e dinamicidade de Arapiraca? Quais os problemas enfrentados pelos(as) feirantes?

Partindo dessas indagações e questionamentos o artigo está estruturado, além desta introdução, em um tópico intitulado "Feira Livre e os Circuitos da Economia Urbana" e outro "A Propósito das Negociações dos(as) Feirantes na Tradicional Feira Livre de Arapiraca", seguidos por algumas considerações finais e as referências aqui utilizadas.

O primeiro item – Feira Livre e os Circuitos da Economia Urbana – traz uma discussão da importância que a feira livre, como evento inserido no circuito inferior da economia urbana, tem para a dinâmica econômica de suas cidades e na geração de emprego e renda para uma gama de trabalhadores(as) com baixo grau de escolaridade e/ou que não foi inserida no mercado de trabalho por causa das exigências de qualificações profissionais. Discute-se também a presença do circuito superior entre as atividades do circuito inferior, principalmente a partir do capitalismo financeiro, um dos pilares desse circuito.

O segundo item – Negociações dos(as) Feirantes na Tradicional Feira de Arapiraca – faz uma discussão a partir dos dados apresentados, tais como escolaridade, idade, estado civil, produtos comercializados, formas de compra/venda e outros pontos de destaque no entendimento das negociações neste tipo de comércio. O debate acerca da importância da feira traz à tona o papel dos(as) agentes que dela participam no desenvolvimento econômico da cidade. É possível apontar diversas formas de negociações e de comercialização por parte dos(as) feirantes e de outros(as) agentes que fazem esse mercado, atraindo uma clientela que passa a ser fixa com o tempo, adquirindo estratégias e conhecimentos voltados ao comércio.

O presente artigo dedica-se a demostrar a importância das feiras livres, com destaque para as agrestinas, em especial a de Arapiraca, como atividade pertencente ao circuito inferior da economia urbana e que abrange diversidade de produtos, formas de negociações e maior inserção de mão-de-obra em suas atividades. Essas informações foram possíveis graças a realização do trabalho de campo na cidade, destacando-se a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturas realizadas com 70 feirantes (entre mulheres e homens), que serviram de base para entender as relações de trabalho e como funciona esse tipo de vento.

FEIRA LIVRE E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

A feira livre brasileira, mercado de compra, venda e troca dos mais variados produtos, ou seja, mercado de negociações, tem sua gênese nas primeiras formas de comercializações que se estruturaram mediante o povoamento e a ocupação do território brasileiro pelos portugueses ainda no século XVI. Era, portanto, a formação de um mercado voltado às necessidades do comércio exterior – a Metrópole – vendendo

> [...] nos mercados da Europa os mais variados tipos de produtos adquiridos nas colônias, com meios de intermediações comerciais externos a sociedade e a própria economia destas (FIRMINO, 2016, p. 72).

Pensando na feira livre no Brasil, pode-se dizer que a mesma tem suas raízes no processo de comercialização que estava sendo estruturado, mas subordinado ao mercado externo. O seu florescimento e consolidação deram-se primeiramente na região Nordeste, movimentando a vida de relações sociais, econômicas e culturais, sendo responsáveis também pelo surgimento de uma gama de cidades no interior nordestino com destaque para aquelas da sub-região Agreste. Nesta área ainda hoje as feiras se apresentam com mais força e são responsáveis pelo dinamismo apresentado por suas cidades, mesmo enfrentando desafios que

são impostos pelos novos signos do atual processo de globalização e que caracterizam e diferenciam os circuitos da economia urbana propostos por Santos ([1979] 2008).

Diversas cidades tiveram suas gêneses atreladas aos vários tipos de comercializações que iam sendo feitas à medida em que se dava o povoamento e a interiorização do Nordeste brasileiro, com destaque para algumas que ainda permanecem e são proeminências a nível nacional, tais como Caruaru em Pernambuco, Campina Grande na Paraíba e Itabaiana em Sergipe e Arapiraca no estado de Alagoas, como apresentado por Firmino (2016). As feiras aí realizadas apontam para o fato de se darem não mais como eventos pontuais e corriqueiros, mas com tamanha expressividade que muitas vezes torna-se "difícil distinguir até que ponto a feira depende da cidade ou a cidade depende da feira" (PAZERA JR., 2003, p. 27).

As feiras foram evoluindo, ganhando proporções e influenciando, graças as suas localizações, a abertura e melhorias de estradas, integração e interiorização da economia, melhorias nos transportes e nas estruturas das cidades que se urbanizavam, entre outros fatores que dinamizavam o comércio e a vida econômica dos seus estados, da região e, consequentemente, do Brasil. Assim, apresentar a importância desse tipo de mercado em cidades localizadas no Agreste nordestino aponta também para sua influência na economia local e regional, atrelada à atividade policultora e uma maior divisão e diversificação no uso da terra se comparado à outras sub-regiões, como a Zona da Mata.

A feira livre como atividade comercial atrelada à outras manifestações, contribuiu diretamente para o aumento do comércio e dos serviços (de saúde, bancário, educacional, alimentação etc.), elevando o número de empregos e ocupações nas cidades onde se realizavam, atraindo um contingente populacional tanto de suas zonas urbanas e rurais, quanto de diversas outras cidades e Estados. Trilhando por este caminho é nítido que o aumento nas relações e no processo de comercialização aponta para o surgimento de mercados especializados que, por sua vez, criam novas formas de comercializações e relações, a exemplo das grandes redes de supermercados, hipermercados, atacados e *shopping centers*, de

maneira que “as ações individuais e coletivas, portanto, perdem cada vez mais seu caráter orgânico com os lugares nos quais efetivamente se dão” (CONTEL, 2009, p. 131).

Destarte, essas novas formas de comercializações são reflexos diretos das imposições do mercado global, criando novas solidariedades – as organizacionais, verticais – como forma de se sobrepor e/ou mesmo excluir as solidariedades já existentes – orgânicas, horizontais (SANTOS, [2000] 2008). Assim, nota-se uma maior competitividade não somente entre os grandes atores hegemônicos do atual processo de globalização pelas melhores porções do território (onde os territórios nacionais são transformados em espaços nacionais de uma economia internacional (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2010), como também com os chamados atores não-hegemônicos. Essa competitividade que a cada dia torna-se mais voraz é reflexo do meio técnico-científico-informacional, segundo Santos ([1994] 2008), tendo sua gênese no pós Segunda Guerra Mundial, consolidando-se nas décadas seguintes, atrelado aos avanços das técnicas, da ciência e da informação.

Ainda nos últimos decênios do século XX muitas feiras continuavam (e ainda continuam) com uma dinamicidade ímpar frente às mudanças em diversos setores da economia financiados pelos grandes atores hegemônicos do atual sistema capitalista. As feiras, enquanto atividade econômica, integra o chamado circuito inferior da economia urbana (SANTOS, [1979] 2008), com características que lhes são próprias, tais como: formas de negociações pautadas na confiabilidade, pouca ou nenhuma qualificação profissional, faz parte da cultura do povo nordestino, entre outras. No entanto, é possível identificar uma forte presença dos agentes e objetos do chamado circuito superior da economia urbana por entre as feiras e os/as feirantes, aproveitando-se das suas particularidades em benefício dos interesses do grande capital, já que os capitalistas buscam mercantilizar os processos que giram em todas as esferas da vida econômica (WALLERSTIN, 2001).

Cabe neste momento fazer alguns apontamentos a respeito das características dos referidos circuitos da economia urbana propostos pelo geógrafo Milton Santos ainda na década de

1970 e atualizados ao longo dos decênios seguintes por geógrafas e geógrafos que se debruçaram acerca desta temática. É preciso deixar claro que, segundo o referido autor, o meio técnico-científico-informacional, vai dar base diretamente à formação e consolidação de um dos circuitos ora apresentados, o circuito superior, visto que o mesmo resulta diretamente das diversas modernizações que se instalam no território. Desta forma, este circuito tem-se apoiado nos diversos sistemas técnicos, nas informações concentradas nas mãos dos grandes atores hegemônicos, na propaganda, etc. Assim, para Montenegro (2006, p. 10) o circuito superior é "composto pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores".

É sabido que a feira livre e outras atividades de pequenas dimensões inseridas no circuito inferior desempenham funções econômicas bastante significativas, envolvendo um número muito grande de pessoas, principalmente aquelas com baixo poder aquisitivo. Sendo assim, Santos ([1979] 2008, p. 22) aponta que o circuito inferior da economia urbana é

> [...] formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário [do circuito superior], bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região.

Tanto o circuito superior quanto o circuito inferior da economia urbana estão diretamente ligados às dinâmicas envolvendo a divisão do trabalho, que de acordo com o economista Rangel ([1954] 2012, p. 103)

> [...] impõe a introdução de 'serviços', como transportes e comércio que, mesmo quando não fazem crescer a renda efetiva da sociedade, são indispensáveis à produção nas condições de divisão social do trabalho.

Pensando desta forma, pode-se dizer que o circuito superior tem levado à expansão dos seus mercados, não criando

capacidades ociosas e adentrando em negócios não pertencentes a esse circuito, a exemplo da feira livre. Tanto os atores que integram a feira livre como aqueles das demais atividades do circuito inferior são levados à uma adaptabilidade frente às imposições do circuito superior, uma vez que este último impõe normatizações e concorrência extremamente desiguais de tal forma que os obrigam, em grande parte, a terceirizar e/ou mesmo abandonar suas atividades (MONTENEGRO, 2006).

Assim, nota-se que as modernizações do processo de globalização vigente impõem-se ao setor econômico de forma bastante voraz, extinguindo (ou tentando extinguir) todas e quaisquer formas e tipos de atividades tidas como "tradicionais" ou "atrasadas", haja visto que "as economias, culturas e sociedades subsequentes da modernidade tardia não são mais encaixadas temporal e espacialmente" (WERLEN, 2000, p. 15). Então, é possível verificar que a principal diferença entre as atividades dos dois circuitos está ligada diretamente ao maior ou menor grau de tecnologia e organização. Logo, pode-se dizer que:

> O fluxo do sistema superior está composto de negócios bancários, comércio de exportação e indústria de exportação, indústria urbana moderna, comércio moderno, serviços modernos, comércio atacadista e transporte. O sistema inferior está essencialmente constituído por formas de fabricação de "capital não intensivo", por serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de venda a varejo e pelo comércio em pequena escala e não-moderno (SANTOS, 1977, p. 38-39).

Diante do exposto, vale ressaltar que apesar das diversas mudanças ocorridas nas últimas décadas nas mais diversas atividades comerciais, este tipo de mercado, a feira livre, continua e continuará não somente como tradicional forma de comercialização integrando diretamente o circuito inferior, mas também como atividade de significativa importância para o dinamismo e a vida econômica de suas cidades, ora empregando mais, ora empregando menos pessoas que não têm outros meios e formas de subsistirem, enfrentando os novos e modernos sistemas

de compra e venda. Parafraseando Braudel ([1996] 1998, p. 76) nota-se que, "com efeito, se a vida econômica se acelera, a feira, relógio velho, não acompanha a nova aceleração; mas, se essa vida se desacelera, a feira recupera sua razão de ser".

O próximo item traz uma discussão acerca das negociações dos(as) feirantes a partir da feira livre de Arapiraca. A discussão foi embasada, além da parte teórica, em questionários aplicados com feirantes durante o trabalho de campo realizado durante a pesquisa de mestrado, vindo a comprovar a importância econômica que as feiras apresentam, assim como o papel central que o(a) feirante desempenha na realização deste tipo de mercado e na dinâmica econômica da cidade.

A PROPÓSITO DAS NEGOCIAÇÕES DOS(AS) FEIRANTES NA TRADICIONAL FEIRA LIVRE DE ARAPIRACA

A cidade de Arapiraca, localizada no estado de Alagoas, Nordeste do Brasil, apresenta-se como cidade típica do Agreste (sub-região nordestina, conforme divisão proposta por Andrade ([1963] 1998)), com uma riqueza e heterogeneidade em suas terras graças à diversificação de atividades (policultura) e uma maior divisão da estrutura fundiária. A economia arapiraquense foi impulsionada, desde sua gênese, pela força e a capacidade do seu povo, atrelada às características naturais aí encontradas e, consequentemente, ao comércio que surgiu em volta da feira que se instalou no antigo povoado pertencente a cidade de Limoeiro de Anadia, criada no final do século XIX por iniciativa de Esperidião Rodrigues da Silva. Vale lembrar que nesta época, e durante muito tempo, os produtos que sobressaíam eram aqueles cultivados e produzidos na zona rural: cereais, algodão, farinha de mandioca etc.

Pensando na feira nos dias atuais, são visíveis as mudanças pelas quais a mesma foi passando. Não é mais somente o produto e produtor rural que fazem a feira acontecer, é o produto industrializado, é o homem e a mulher do campo e da cidade, são os mais variados signos da globalização presentes na feira. No entanto, a feira e, consequentemente, o circuito inferior

da qual faz parte, continuam oferecendo "as mais variadas ocupações e, por conseguinte, a própria possibilidade de sobrevivência à uma importante parcela da população urbana [e rural]" (MONTENEGRO, 2006, p. 166).

Diante das diversas ocupações encontradas na feira de Arapiraca, destaca-se aqui, como forma de analisar as negociações encontradas, o trabalho desempenhado pelos(as) feirantes. Foram aplicados na feira livre 70 questionários, correspondendo, aproximadamente, 7% dos(as) feirantes cadastrados[53] pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviço/SEMICS[54] de Arapiraca. Desse total de questionários, 44 foram respondidos por mulheres e 26 por homens, havendo um número bastante significativo de mulheres à frente desse comércio – 62,85% do total de entrevistados. Essa porcentagem poderia ser maior caso fosse entrevistada a totalidade dos que ali estão comercializando, uma vez que a maior presença feminina é nítida ao observar e percorrer a feira por suas ruas e vielas.

O questionário aplicado contemplou uma gama de perguntas, de modo a buscar o máximo de informações a respeito dos(as) feirantes que contribuem diretamente para a realização deste tipo de evento em diversas cidades interioranas, enfocando aqui o caso da cidade de Arapiraca. Mediante as perguntas de

---

[53] Para o ano de 2015 a feira livre de Arapiraca tinha capacidade para comportar até 2.030 pontos para os feirantes. Entretanto, contava com 1.800 bancas oficiais disponíveis, das quais 1.732 bancas estavam ocupadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA/AL, 2015). Este número de bancas não corresponde ao número de feirantes pois existem feirantes que possuem, uma, duas, três, quatro e às vezes até mais de quatro bancas cadastras em seu nome ou do conjugue. Logo, o valor de 7% de entrevistados do total de feirantes pode oscilar para mais, já que o cálculo foi feito mediante o total de bancas e a média de bancas dos entrevistados, que ficou na cifra de 1,54 bancas por feirantes.

[54] De acordo com o § 3º do artigo 2º do Decreto nº 2.025, de julho de 2006, que dispõe sobre a instalação, funcionamento e fiscalização das feiras-livres e dá outras providências, "caberá à SEMICS regular o funcionamento das feiras, em locais previamente autorizados pela SEDUMA, dias de funcionamento e o número de bancas por produto que cada feira-livre comportará e conceder o licenciamento aos feirantes, em conformidade com deliberação da Comissão de Administração da Feira" (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA, 2006).

caráter geral, constatou-se que as mulheres feirantes apresentam um grau de escolaridade maior, sendo as mesmas em sua maioria casadas, divorciadas e/ou viúvas, numa faixa de idade entre os 21 e 60 anos de idade. Tais informações podem ser vistas mediante o Quadro 1 – Informações Gerais dos(as) feirantes em Arapiraca (2015).

Quadro 1: Informações Gerais dos(as) feirantes em Arapiraca (2015).

Grau de Escolaridade (MULHERES)					
5 Analfabetas	14 Primário	9 Fundamental	9 Médio	0 Superior	7 Não Informado
Grau de Escolaridade (HOMENS)					
9 Analfabetos	8 Primário	4 Fundamental	2 médio	0 superior	3 não informaram
Faixa Etária (MULHERES)					
1 até 20 anos	21 entre 21 a 40 anos		19 entre 41 a 60 anos		3 acima de 60 anos
Faixa Etária (HOMENS)					
1 até 20 anos	10 entre 21 a 40 anos		13 entre 41 a 60 anos		2 acima de 60 anos
Estado Civil (MULHERES)					
8 solteiras	29 casadas		3 divorciados		4 viúvas
Estado Civil (HOMENS)					
5 solteiros	20 casados		1 divorciado		0 viúvos

Fonte: elaboração própria, 2020, a partir dos dados da dissertação de mestrado de FIRMINO (2016).

Diante dos dados apresentados acima, nota-se que o(a) feirante, na maior parte dos casos, não tem um grau de estudo suficiente para ocupar profissões que exigem alta qualificação e maior escolaridade. Para Sá (2011, p. 55),

> [...] de modo geral, os feirantes são trabalhadores não necessariamente qualificados, com formação escolar também não necessariamente completa, afinal, não é fundamental ter escolaridade para 'se dar bem' na feira.

Desta forma, o conhecimento sobre a escolaridade, o estado civil e a faixa etária dos(as) feirantes é relevante para se ter

noção da importância da feira livre na geração de empregos relacionados com o cincuito inferior da economia urbana, visto que no mesmo

> [...] é empregado uma grande quantidade de trabalhadores e de trabalho manual, de pessoas com faixas etárias variadas e que recebem baixa remuneração (quando na condição de trabalhador assalariado) (CARNEIRO; PEREIRA, 2014, p. 84).

Ainda analisando os dados do quadro 01, percebe-se que os(as) feirantes de forma geral têm idades bastante diferenciadas, desde crianças/adolescentes (neste caso aqui não foram inseridas como feirantes, mas sim, como ajudantes dos seus pais e mães) até os idosos que não abandonam essa ocupação, mesmo em muitos casos já sendo aposentados, levando a assertiva de que

> todo esforço para obter capital se traduz, afinal, em absorção de mão-de-obra, porque é pela aplicação do fator trabalho que se cria o fator capital (RANGEL, [1955] 1990, p. 103).

Nota-se que não se tem idade para começar nem para parar de trabalhar nas feiras livres. A idade não é um empecilho para os(as) feirantes, pelo contrário, é justamente a força de trabalho que conta, seja o mais novo ou o mais velho, mas num contexto geral percebe-se que o predomínio é daquele(a) feirante numa faixa de idade entre 21 a 60 anos. São diretamente aqueles(as) que têm as responsabilidades maiores pelo sustento da família.

Dentro das relações existentes na comercialização deste tipo de mercado não se pode deixar de fora da análise a relação de confiança que os(as) feirantes têm com seus/suas respectivos(as) fregueses(as). Aqueles com mais tempo de feira e, consequentemente, mais experientes no ato de compra e venda dos diversos produtos, acabam adquirindo uma freguesia fixa que semanalmente encontra-se não somente para negociarem, como também para manterem uma relação de amizade construída ao longo dos anos. Assim, 52 feirantes responderam que possuem fregueses(as) fixos(as), enquanto, apenas 18 não possuem uma

freguesia fixa, o que equivale a 74,29% e 25,71%, respectivamente.

Mediante a confiança que vai sendo construída entre o(a) feirante e sua respectiva freguesia, cria-se um laço entre os dois, aumentando o diálogo, as brincadeiras, as formas de negociações etc., praticando-se estratégias de comercializações que não são possíveis numa grande rede de supermercado, por exemplo. Existe, portanto, nas feiras livres, uma relação muito forte de horizontalidades frente às verticalidades impostas pelo mercado global do mundo presente. Sendo assim, pode-se considerar, segundo Santos ([1996] 2008, p. 286) que:

> As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

As relações de horizontalidades presentes nas feiras criam um ambiente em que as formas de negociações se dão de maneira bastante diversificada. No caso específico da forma de pagamento, pode ser tanto parcelada como a crédito[55], com negócio feito na hora, onde o preço pré-estabelecido pode ser mudado mediante a realização da "pechincha[56]". É o ato da negociação, e se o cliente fica satisfeito,

[55] "O crédito aqui é de outra natureza, com uma larga porcentagem de crédito pessoal direto, indispensável para o trabalho das pessoas sem possibilidades de acumular" (SANTOS, [1979] 2008, p. 44).

[56] "A pechincha, quer dizer, a discussão que se estabelece entre o comprador e o vendedor sobre o preço de uma mercadoria, é um dos aspectos mais característicos da formação dos preços no circuito inferior [...] a pechincha só é possível no plano de uma atividade econômica de pequena escala" (SANTOS, [1979] 2008, p. 250).

> repete a compra, torna-se habitual na feira e na terra. Manter ou melhorar a qualidade é algo que os comerciantes locais sabem que é essencial para se continuar a realizar a feira, dado que o público é cada vez mais exigente (AZEVEDO, 2011, p. 134).

Desta forma, é possível perceber que a feira livre fortalece os laços existentes à medida que o tempo vai passando e os(as) feirantes vão se tornando regulares e mantendo uma freguesia fixa. Assim, Carneiro e Pinto (2014, p. 30) apontam que:

> [...] a própria feira, como manifestação de existência, ela, ainda, é um lugar de aproximação, entre o feirante e o consumidor e destes entre si. Nela, estão contidas interações humanas mediadas pela linguagem e que através da ação comunicativa, tenta-se estabelecer um acordo entre os atores sociais presentes no seu interior.

Não se pode deixar de mencionar as diversas formas que envolvem o ato de compra e venda de mercadorias pelos(as) feirantes e seus respectivos pagamentos, que se dão de maneiras também diversificadas. Em sua maioria, as compras dos produtos para revenda dão-se à vista, sendo esta uma preferência dos(as) feirantes como forma de evitar acúmulo de dívidas. É preciso destacar a existência do fiado (tipo de crédito dito "informal"), que é algo muito utilizado não somente nas feiras como em diversas outras atividades pertencentes ao circuito inferior:

> daí a utilização de circuitos menos modernos de distribuição e seu apelo a formas mais simples, como o crédito informal e o fiado, que não desaparece completamente porque os pobres não param de crescer (SILVEIRA, 2009, p. 67).

Têm-se também formas de pagamentos como cartões de crédito e débito, promissórias, duplicatas, entre outras, mostrando-se aí a coexistência dos dois circuitos da economia urbana nas feiras livres.

Essa relação de compra e venda dos(as) feirantes para com os representantes dos mercados abastecedores também se estendem a sua freguesia, seja à vista, fiado, com cartões ou outras formas de pagamentos. Grande parte, tanto dos(as) feirantes como dos(as) fregueses(as), optam por fazer o pagamento dos produtos com dinheiro "vivo", ou seja, em espécie que, sendo "símbolo do sistema econômico é, na feira livre, sempre material, em estado puro" (CARNEIRO; PEREIRA, 2014, p. 86). Mesmo diante desta variedade de formas de pagamento, a origem do produto é quem vai definir, em muitos casos, como o mesmo será efetuado. Então, Santos [1979] 2008, p. 77) apresenta que:

> Quanto ao modo de pagamento certos bens e produtos podem ser comprados fiado, com a utilização de crédito pessoal e direto, enquanto outros exigem pagamento à vista ou, se o comprador pode se permitir, a assinatura de promissórias, o que significa a obrigação de desembolsar o dinheiro em data fixa.

Dentre as várias formas de pagamentos encontradas no interior da feira livre, destaca-se aquela relacionada pelo uso de aparelhos eletrônicos, com maior destaque para as máquinas de cartões de crédito e débito relacionadas fortemente com o meio técnico-científico-informacional do período atual. A cidade de Arapiraca, mais precisamente suas feiras livres, não ficariam de fora dos objetos desse novo meio que

> [...] diferencia-se pela carga maior ou menor de ciência, tecnologia e informação, segundo regiões e lugares: o artifício tende a sobrepor-se à natureza e a substituí-la (SANTOS, [1994] 2008, p. 69).

Sabe-se que o circuito superior se apresenta de forma mais estruturado e organizado em relação ao inferior, porém, apesar de sua autonomia, ele não tem independência, estando sempre presente entre as atividades do circuito inferior. Afinal, os atores desse circuito mais moderno precisam ampliar seus lucros

e para isso "seus agentes precisam vender produtos e serviços, aí incluídos os de natureza financeira, aos mais pobres" (SILVEIRA, 2009, p. 66). É nítida e bem explícita essa relação entre os dois circuitos nos setores inferiores da economia, como, por exemplo, através do uso de máquinas de cartões (bandeira Master e Visa) e serviços de telefonia móvel (Tim, Claro, Vivo e Oi), conforme as imagens seguintes.

Imagens 1 e 2: Arapiraca – elementos do circuito superior em meio ao circuito inferior da economia urbana no mercado público (2013).

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 14 de janeiro de 2013.
Crédito: FIRMINO, P. C. S.

A feira livre de Arapiraca apresenta-se com grande variedade de produtos advindos não somente da zona rural e urbana da própria cidade como também das mais diversas cidades alagoanas e de outros estados nordestinos e regiões, haja vista que "a procedência desses produtos está sujeita não só as

características físicas e econômicas dos mesmos, como também, às exigências do mercado consumidor" (GUIMARÃES, 1969, p. 09).

Pensando nos tipos de produtos e na procedência dos mesmos, nota-se que na feira de Arapiraca, assim como muitas outras no interior nordestino, os produtos como hortaliças têm origem, na maioria das vezes, na zona rural do município, onde a feira ocorre, e de cidades circunvizinhas. Já outros produtos têm origens mais distantes, como os seguintes: vestuários e calçados, quase todos adquiridos em Caruaru, Santa Cruz e Toritama (Pernambuco); certas verduras e frutas, que chegam de Petrolina (Pernambuco), Juazeiro (Bahia) e Itabaiana (Sergipe). Desta forma, de acordo com o trabalho de campo, o Quadro 2 apresenta os principais produtos comercializados, assim como a origem dos mesmos.

Quadro 2: Arapiraca – principais produtos comercializados na feira livre e suas origens (2015).

Produtos Comercializados	Nº de Feirantes	Origem dos Produtos
Vestuário, calçados, bijuterias e outros produtos industrializados	25 feirantes	Caruaru, Santa Cruz e Toritama/PE, São Paulo/SP, Fortaleza/CE, PB.
Serviços de alimentação, laticínios, biscoitos, bolos e afins	6 feirantes	Zona Rural e Urbana de Arapiraca, Batalha e Major Izidoro/AL, Água Bela/PE, Glória e Gararu/SE.
Frutas, verduras, hortaliças e tubérculos	12 feirantes	Zona Rural de Arapiraca e Feira Grande/AL, Petrolina, Caruaru e Garanhuns/PE, Itabaiana/SE, Salvador e Juazeiro/BA, MG.
Cereais, grãos, condimentos, produtos alimentícios e industrializados	9 feirantes	Zona Rural e Urbana de Arapiraca, Maceió, Lagoa da Canoa e Dois Riachos/AL, PR, SC, GO, PE, SP, BA.
Ferragens, artefatos de couro e arreios em	6 feirantes	Zona Urbana de Arapiraca, Palmeira dos Índios e

geral		Delmiro Golveia/AL, Caruaru/PE, MG, SC e SP.
Peixes e carnes	5 feirantes	Zona Urbana de Arapiraca, Teotônio Vilela e Craíbas/AL, Xingó/BA.
Artesanato e produtos de casa: cozinha, cama, mesa e banho	6 feirantes	Zona Urbana de Arapiraca/AL, Caruaru/PE, Fortaleza/CE e SE.
CD's, DVD's e eletrônicos em geral	1 feirante	Caruaru e Recife/PE.

Fonte: elaborado a partir dos dados obtidos no trabalho de campo realizado na feira livre de Arapiraca nos dias 2 e 23 de março de 2015.

Diante destas informações, observa-se a existência de uma variedade de mercadorias comercializadas nas feiras, coexistindo produtos tidos como "tradicionais"[57] e produtos tidos como "modernos"[58] que, na maioria das vezes, são comercializados na "feira da troca"[59], sejam eles originais ou "piratas"[60]. Esses últimos, na verdade, são criações ou imitações de uma população que busca meios de sobrevivência e acesso aos produtos que não fazem parte do seu cotidiano. Têm-se na sequência imagens da diversidade de produtos encontrados na feira livre de Arapiraca. Na Imagem 3, o feirante, ao mesmo tempo em que vende produtos de forma tradicional, em sacos e por quilo, pesados na hora, comercializa também produtos

[57] O queijo e a manteiga produzidos no Sertão; os ovos e a galinha de "capoeira" criada de forma mais tradicional pelo sertanejo e pelo próprio agrestino; frutas típicas, verduras e hortaliças cultivadas na própria região, além de outros produtos frescos que chegam diariamente, tendo mais intensidade nos dias que antecedem a feira; bem como o artesanato e tantos outros produtos típicos.

[58] Podem-se destacar os aparelhos de DVDs, *pen-drives*, *notebooks*, celulares, eletro-eletrônicos, entre outros.

[59] A conhecida feira da troca em Arapiraca é uma feira onde se negociam diversos produtos, principalmente produtos duráveis. É uma feira onde se pode comprar certos produtos a preço bem abaixo do mercado, sendo estes novos ou usados. Porém, grande parte não têm nota fiscal nem se sabe a procedência do produto, podendo este ser roubado ou não.

[60] Leia-se "flexibilidade tropical", termo este usado por Santos ([1994] 2008).

industrializados, como o cuscuz produzido na Indústria do Grupo Coringa, grupo este com gênese e desenvolvimento na própria cidade, como aponta Firmino (2016). Já as Imagens 4 e 5 apresentam a comercialização do artesanato e dos produtos piratas (CD's e DVD's).

Imagem 3: Arapiraca – comercialização de grãos e produtos industrializados (2013).

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 14 de janeiro de 2013.
Crédito: FIRMINO, P. C. S.

Imagens 4 e 5: Feira de Arapiraca/AL – comercialização de produtos "piratas" e artesanato (2013).

Fonte: Trabalho de campo realizado em 14 de janeiro de 2013.
Crédito: FIRMINO, P. C. S.

Da mesma forma que os produtos têm procedências diversas, os(as) feirantes também se destacam por deslocarem-se de vários lugares até o ponto em que a feira se realiza. Existe uma relação muito forte entre a feira e os(as) feirantes, movimentando e dinamizando a cidade através da comercialização realizada por esta gama de feirantes que possuem gêneses diversas, mas com maior concentração daqueles(as) advindos(as) da própria cidade. Assim, constata-se que 72,85% dos(as) entrevistados(as) são de Arapiraca, enquanto 27,15% são de Feira Grande, Palmeira dos Índios, Major Izidoro ou Taquarana, ambas no estado de Alagoas.

O uso do território através dos diversos agentes que (re)fazem a feira livre é fundamental para o entendimento dos circuitos da economia urbana presentes na cidade, visto que cada um(a) presente tem papel de destaque na constituição da feira. Este é um tipo de evento em que os(as) feirantes almejam o máximo de lucro possível, mas não voltado para a acumulação, e sim, o suficiente para a compra de mais mercadorias e assim possibilitar novas vendas, bem como para o próprio sustento e o de suas famílias. Logo, é possível afirmar, conforme descreve Santos ([1979] 2008, p. 46) que:

> No circuito inferior, a acumulação de capital não constitui a primeira preocupação ou simplesmente não há essa preocupação. Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna.

Desta forma, no que se refere ao lucro obtido pelos(as) feirantes de Arapiraca, constatou-se que 37 dos(as) entrevistados(as) conseguem um lucro em torno de até R$ 100,00 ao fim da respectiva feira. Este valor refere-se ao lucro líquido, livre dos impostos, transportes, mercadorias, alimentação, trabalhadores etc. Foi possível constatar também os seguintes valores: 28 feirantes conseguiam um lucro entre R$ 100,00 a 250,00; quatro feirantes um lucro variando de R$ 250,00 a

500,00; e somente um feirante afirmou obter lucro que chega a ultrapassar R$ 500,00.

Diante dessas informações a respeito do lucro obtido, é visível que mais de 50% estão na faixa de até R$ 100,00. Este valor pode variar conforme o período de realização da feira, ou seja, se início, meio ou fim de mês, chegando muitas vezes a nem atingir o suficiente para quitar as dívidas das mercadorias compradas. Neste caso, podem ser citados os(as) feirantes que trabalham com frutas, verduras e hortaliças. Aqueles que obtém maior margem de lucro são os que comercializam carnes, cereais, grãos e produtos industrializados de forma geral.

Partindo deste ponto acerca do lucro, é sabido que caso não se alcance o mínimo necessário, a busca por empréstimo parece ser imprescindível, seja bancário, com amigos e/ou até mesmo com agiotas, levando-os a adquirirem dívidas e favores. No caso específico da feira de Arapiraca, constatou-se que do total de 70 entrevistados(as), 13 já recorreram a algum tipo de empréstimo para quitarem dívidas, principalmente relacionadas com os produtos comercializados. Outros 56 responderam nunca ter feito nenhum tipo de empréstimo para o fim especificado, o que não quer dizer a ausência de empréstimos para outros fins, mas também não foi informado. Apenas 1 informou nunca ter feito nenhum tipo de empréstimo.

Então, vê-se que os(as) feirantes agem de forma a não buscar o apoio de créditos formais, como o bancário, a não ser em último caso[61]. A preferência é justamente pelo crédito informal, aquele concedido a partir da confiança, que junto com a pechincha, tornam-se a base da comercialização na feira. Isto leva a percepção de que "em todo o caso, um fato é certo: as feiras desenvolveram o crédito. Não há feira que não termine com uma sessão de 'pagamentos'" (BRAUDEL, [1996] 1998, p. 72).

No que se refere ao crédito formal, tem-se um aumento significativo deste nos últimos anos, não somente nos grandes

[61] De acordo com Santos ([1979] 2008, p. 238), "os comerciantes do circuito inferior, assim como os pequenos agricultores, consideram perigoso recorrer ao crédito bancário, o qual representa para eles uma ameaça de desaparecimento, se não puderem pagar suas promissórias".

centros urbanos nacionais, como também em escalas menores do território, onde grande parte desse aumento ocorre, segundo Contel (2009, p. 128),

> [...] em função do aparecimento de novos objetos técnicos que aumentam o alcance social e espacial desses serviços, podemos dizer que foi incrementada sensivelmente a capilaridade da concessão de crédito no território brasileiro.

Pensar a feira na atualidade nos remete a refletir acerca de sua importância para além da tradição em suas cidades. Hoje ela tem uma função significativa, qual seja, a de empregar um número bastante expressivo de pessoas que não tem nenhuma outra ocupação e/ou mesmo opção, encontrando na feira uma forma de sobrevivência, de resistência, de existência, sendo "hoje, mais do que nunca, um lugar onde milhares de batalhadores nordestinos lutam por subsistência ou mesmo pelo sonho de uma vida melhor" (SÁ, 2011, p. 40). É preciso chamar atenção para o fato de que muitos dos(as) feirantes encontram nesta um espaço para mostrarem habilidades e conhecimentos direcionados ao comércio, tirando o máximo de proveito para se estabeleceram como pequenos comerciantes e, posteriormente, se sobressaírem como os grandes comerciantes locais. É o caso de muitos espalhados pelo Nordeste, fortalecendo setores do comércio e serviços através da economia local e regional.

Além dos(as) próprios(as) feirantes donos(as) das bancas, têm-se outros(as) trabalhadores(as) que prestam serviços a estes(as). De acordo com o levantamento feito acerca do número de pessoas empregadas pelos(as) feirantes em Arapiraca, excetuando-se o próprio entrevistado, chegou-se a média de 1,15 trabalhadores(as) empregados(as) pelos(as) feirantes. Desta porcentagem, 1,1 empregados(as) eram da própria família, levando a percepção de que o trabalho na feira é feito praticamente pelo(a) chefe de família e seus agregados, o que leva a se ter uma tradição, passando suas experiências de geração em geração. Assim, por um lado

> [...] as atividades são passadas de pai para filho e que determinadas barracas já se encontram na segunda geração de feirantes, por outro, é fato que a feira recebe inúmeras pessoas que, sem emprego, veem nela uma acessível atividade econômica de subsistência (SÁ, 2011, p. 55).

As diversas ocupações existentes na feira exigem um tempo bem maior dispendido pelos(as) trabalhadores(as), prática bastante comum nas atividades relacionas com o circuito inferior. Em relação aos(as) feirantes, é visível que não trabalham somente no período de realização da feira, o trabalho começa dias antes e prolonga-se até mesmo no dia posterior a mesma, uma vez que "em casa o trabalho pode se prolongar por longos horários" (SANTOS, [1979] 2008, p. 217). Observa-se que este tipo de trabalho envolve: o descarte dos produtos que já estão estragados no meio dos outros; fazer pesagem; empacotar para vender sem necessidade de balança; preparar comidas – no caso dos serviços de alimentação; embalar as roupas e sapatos; comprar a carne e o peixe fresco – se não são os próprios produtores; entre outros. Assim, o tempo de trabalho como feirante abrange desde as compras das mercadorias até a organização do que sobrou e/ou dos materiais de trabalho.

Os(as) feirantes necessitam fazer "malabarismos" para conseguirem dar conta do trabalho e da vida pessoal. É uma busca constante entre o valor gasto com mercadorias, impostos, transportes etc., e o possível lucro que podem obter, para a partir deste tentar suprir as necessidades mínimas de suas famílias. No caso dos(as) feirantes arapiraquenses, pode-se dizer que trabalham em média 11 horas por dia, desde o momento de preparação das mercadorias e sua venda, até o desmontar da banca e a volta para casa. Restando 13 horas que o mesmo pode utilizar para dormir, conviver com a família e/ou mesmo trabalhar em outras ocupações, bem como ir em busca de mais produtos a serem negociados em outras feiras.

Referindo-se a outras ocupações, foi possível constar que 21 feirantes[62] se ocupam com outros trabalhos nos dias em que não estão comercializando na tradicional feira arapiraquense, bem como na fabricação dos produtos a serem comercializados. Os outros 49 disseram que só trabalham como feirantes, indo de feira em feira, espalhadas nos bairros de Arapiraca e por várias cidades de Alagoas. No geral, 59 afirmaram frequentar outras feiras,[63] além da tradicional feira de Arapiraca e 11 feirantes frequentam somente a feira de Arapiraca, que ocorre às segundas.

A realização das feiras, normalmente em dias e localidades fixas, torna-se um espetáculo a céu aberto, ocupando um espaço onde encontram-se pessoas de todas as raças, crenças e religiões, dando possibilidade ao(a) feirante de negociar de diversas formas suas mercadorias, na busca de maior rendimento e melhor resultado ao fim de cada feira, de forma a beneficiar não somente o(a) vendedor(a), como também o(a) freguês(a).

Neste contexto, Arapiraca constitui-se como importante centro regional, desenvolvendo papel de destaque para sua respectiva Mesorregião Geográfica. Além da tradicional feira livre, outras foram surgindo em vários bairros no espaço urbano da cidade, com dias alternativos ao da feira principal, como por exemplo, as feiras da Fumageira ou da Troca, realizadas todos os domingos no Bairro Primavera. Em suas grandes extensões, as feiras manifestam-se como atividade comercial[64], convergindo

---

[62] Desses 21 feirantes, 10 trabalham na agricultura, 7 têm um pequeno comércio em casa, 1 trabalha como diarista, 1 como ajudante de pedreiro, 1 na confecção de seus produtos e 1 como vendedor de porta a porta.

[63] Dentre as outras feiras frequentadas pelos feirantes arapiraquenses, estão: demais feiras dos bairros da cidade de Arapiraca, cidades de Taquarana, Batalha, Feira Grande, Igreja Nova, Teotônio Vilela, Lagoa da Canoa, Boca da Mata, Palmeira dos Índios, Craíbas, Coruripe, Campo Alegre, Campo Grande, Maribondo, Igaci, Atalaia, Limoeiro de Anadia, Penedo, Girau do Ponciano, Junqueiro, Folha Miúda, São Sebastião, Palestina, Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos e Barra de São Miguel, todas no estado de Alagoas.

[64]De acordo com Guedes (1999, p. 286), a área do comércio "foi se estirando pelas ruas Aníbal Lima, 15 de Novembro, Domingos Rodrigues e Praça Bom Conselho, enquanto que a feira livre foi ocupando aos poucos as ruas centrais".

para elas produtos variados, visitantes, vendedores, compradores e artistas populares, tornando-se num espaço vivido por todos. É o mão na mão, o olho no olho, é o negócio feito instantaneamente (FIRMINO, 2016).

É preciso não esquecer que apesar de toda diversidade e possibilidade de fazer negócios sem tanta burocracia, as feiras apresentam alguns problemas, sendo uns visíveis em todas as feiras e outros específicos de Arapiraca. Muitos dos problemas poderiam ser amenizados pelo próprio poder público municipal, contribuindo para uma melhor relação entre feirante, freguês e agentes de fiscalização.

Constatou-se que dentre os maiores problemas relatados estão algumas medidas tomadas pela prefeitura, como aumento no valor cobrado de imposto pelo uso do chão e da banca na feira, que foi de 100% entre os anos de 2014 e 2015. Segundo os(as) feirantes, esse valor seria revertido para a melhoria da estrutura das respectivas bancas e organização da feira, porém nada disso foi feito. Muitas bancas de ferro estão enferrujadas e as lonas que as cobrem estão rasgadas, o que prejudica as mercadorias devido à exposição ao sol e a chuva. Outros problemas relatados foram os seguintes:

- Falta de organização, que é de responsabilidade dos fiscais da prefeitura;
- Mudança com frequência de parte da feira para locais cada vez mais afastados do centro e das áreas de maior movimento;
- Bancas insuficientes para todos os feirantes;
- Roubos e ameaças de morte, deixando um ar de insegurança;
- Proibição da venda de certos produtos fora da banca[65], como nas carroças de mão;

[65] No caso de Arapiraca essa proibição está descrita no Art. 24, inciso IV do Decreto nº 2.025, 05 de julho de 2006: “colocar ou expor mercadorias fora dos limites da área, boxe ou loja, exceto cabides de mostruário, que não pode

- Perda de mercadorias, quando a feira não é boa;
- Concorrência com lojas e grandes redes de supermercados;
- Pouco espaço, já que a feira ocupa somente as áreas limitadas pela prefeitura, não podendo avançar para outras ruas;
- Falta de banheiros públicos;
- Transporte cada vez mais caro no deslocamento das mercadorias;
- Alagamentos em época de chuva;
- Sujeira acumulada durante o fim de semana em caçambas colocadas nas ruas onde acontece a feira.

Apesar de todos esses problemas, os(as) feirantes que vivem da feira consideram a mesma de suma importância, sendo não só tradição na cidade, mas também uma forma de sustentar a família. É ainda considerado o melhor espaço de comercialização para venda e compra de produtos por parte daqueles que têm menor renda, já que os preços costumam ser melhores. Seguindo por este caminho, acerca da importância da feira ainda é possível apontar:

- Espaço para diversas pessoas negociarem, gerando ocupação e renda, independendo de patrão;
- Variedade na forma de negociação, com produtos frescos e de melhor qualidade, como aqueles que vêm diretamente do produtor rural do município;
- Atrai pessoas de várias cidades e até de outros estados;

---

exceder trinta centímetros" (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA/AL, 2006).

- Contribui para a economia da cidade, movimentando o comércio e aumentando a arrecadação de impostos pela prefeitura;
- Além, é claro, como distração e encontro com amigos, familiares e conhecidos, tornando-se numa manifestação cultural, sendo tradicionalmente conhecida em toda a região.

Diante do exposto, não se pode em nenhum momento ignorar, nem mesmo deixar de trazer à tona, a importância que o circuito inferior da economia urbana tem através da feira livre para a dinâmica e centralidade da cidade de Arapiraca. Destaca-se assim o papel desempenhado pelos(as) feirantes enquanto trabalhadores(as) que encontram na feira não só uma forma de sustento familiar, mas também de diversão, companheirismo, tradição e diversas formas de negociações que são típicas desse circuito inferior.

CONCLUSÕES

No período presente, a feira livre continua a mostrar-se para além de uma simples manifestação cultural de um determinado povo, apresentando-se também como evento econômico, social e político relevantes. Mostra não ser mais apenas um evento local de dimensões limitadas, mas sim um mercado com grande diversidade de feirantes, clientes e produtos que se amontoam por entre as ruas onde a mesma é realizada. Como parte integrante do circuito inferior da economia urbana, pode-se dizer que a mesma vem desvelando dinâmicas que perpassam este circuito no período atual, revelando a vinculação do individual ao local, ao regional, ao global (MONTENEGRO, 2006).

Todo o movimento e dinâmica expressos pela feira se devem a heterogeneidade das pessoas que a fazem, juntamente com a diversidade e frescor dos produtos, melhores preços e liberdade de negociação. Apresenta mercadorias oriundas não

apenas das zonas urbana e rural do próprio município, como também de outros circunvizinhos e outros estados, de regiões distantes e mesmo de outros países. Carneiro e Pinto (2014, p. 57) chamam a atenção para o fato de que, "por ser a feira uma manifestação humana de comércio ao ar livre, situada no espaço público, é visitada por pessoas tanto do campo quanto da cidade".

Logo, pode-se perceber que a feira tem para Arapiraca, assim como para diversas cidades interioranas principalmente, grande influência no seu processo de formação socioespacial e no desenvolvimento econômico e regional, contribuindo diretamente para a consolidação de um sistema urbano dinâmico, criador de serviços e atividades que empregam grande contigente de cidadãos arapiraquenses e de toda a região.

A feira contribuiu e vem contribuindo na geração de emprego e renda para uma parcela da população mais pobre em suas várias ocupações. É uma população que não consegue ser inserida em atividades exigentes de mais qualificações e/ou grau de estudo mais elevado, em virtude destas atividades estarem inseridas, em sua maioria, no circuito superior da economia. No entanto, este circuito também está presente por entre a própria feira livre, sendo ele o regulador do inferior. Assim, mesmo diante do avanço deste último circuito, a feira continua sendo evento de destaque, mobilizando parte da economia da cidade, atingindo diversas áreas ao seu entorno, proporcionando maior dinamicidade e fluxo intenso de pessoas que convergem para ela.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A Terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 6ª ed. [1963] 1998.

AZEVEDO, N. O Despertar do "País Sonolento": contributo das feiras de produtos locais para um projecto de desenvolvimento territorial. In: SANTOS. N; CUNHA, L. (Org.). **Trunfos de Uma Geografia Ativa:** desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 131-139.

BRAUDEL. F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII.** Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, [1996] 1998.

CARNEIRO, R. N.; PEREIRA, C. A. O. Circuito de Fluxos Inferiores Informais, Mundo do Sistema e Feira Livre de Pau dos Ferros-RN. In: CARNEIRO, R. N. (Org.). **Circuito Inferior e Fluxos Sócioespaciais:** a feira livre de Pau dos Ferros-RN. Mossoró: Universidade Estadual do Rio Grande do Norte/UERN, 2014, p. 77-93.

CARNEIRO, R. N.; PINTO, F. R. S. A Feira Livre de Pau dos Ferros-RN: espaço e tempo. In: CARNEIRO, R. N. (Org.). **Circuito Inferior e Fluxos Sócioespaciais:** a feira livre de Pau dos Ferros-RN. Mossoró: Universidade Estadual do Rio Grande do Norte/UERN, 2014, p. 77-93.

CONTEL, F. B. Espaço Geográfico, Sistema Bancário e a Hipercapilaridade do Crédito no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, jan/abr, p. 119-134, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000100007. Acesso em: 10 ago. 2020.

FIRMINO, P. C. S. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE –** a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro. 2016. 306 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.11606/D.8.2016.tde-23032016-133946. Acesso em: 10 ago. 2020.

GUEDES, Z. **Arapiraca Através do Tempo**. Maceió: Mastergraphy, 1999.

GUIMARÃES, O. **O Papel das Feiras-Livres no Abastecimento da Cidade de São Paulo**. 1969. 96 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.

MONTENEGRO, M. R. **O Circuito Inferior da Economia Urbana na Cidade de São Paulo no Período da Globalização**. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.11606/D.8.2006.tde-25062007-140750. Acesso em: 10 ago. 2020.

PAZERA JR. E. **A Feira de Itabaiana – PB**: permanência e mudanças. 2003. 201 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA/AL. **Decreto nº 2.025, 05 de julho de 2006:** dispõe sobre a instalação, funcionamento e fiscalização das feiras livres e dá outras providências. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços/SEMICS. Arapiraca, 2006.

_____. **Feiras Livres de Arapiraca**. Secretaria Municipal de Planejamento. Arapiraca, 2015.

RANGEL, I. **Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** Bienal, 2. ed. [1955] 1990.

_____. O desenvolvimento econômico no Brasil. In: BENJAMIN, C. (Org.). **Ignácio Rangel - Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, [1954] 2012, v. 1, p. 39-128.

SÁ, M. **Feirantes**: quem são e como administram seus negócios. Recife: Editora UFPE, 2011.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, nº 54, p. 81-99, jun. 1977. Disponível em: https://bit.ly/31Liw4W. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, [1979] 2008.

_____. **Técnica, Espaço e Tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, [1994] 2008.

_____. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, [1996] 2008.

_____. **Por Uma Outra Globalização:** do pensamento único a consciência universal. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, [2000] 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, [2001] 2010.

SILVEIRA, M. L. Finanças, Consumo e Circuitos da Economia Urbana na Cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, v. 22, n. 55, p. 65-76, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000100004. Acesso em: 10 ago. 2020.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Tradução Renato Aguiar. Revisão de César BenJamin e Immanuel Wallerstein. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WERLEN, B. Regionalismo e Sociedade Política. **GeoGraphia**, v. 2, n. 4, p. 7-25, 2000. Disponível em: https://bit.ly/3kAUkuK. Acesso em: 10 ago. 2020.

ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DA AGRICULTURA EMPRESARIAL NA FRONTEIRA AGRÍCOLA MODERNA DA BR-158 MATO-GROSSENSE

Júlia Adão Bernardes
Taiana Ciscotto Martins Lourenço

INTRODUÇÃO

Na atual fase da economia capitalista, uma nova ordem preside o avanço das fronteiras agrícolas modernas no cerrado mato-grossense, na medida em que o poder econômico, associado à cadeia de grãos, tendo a *commodity* soja como carro chefe, passa a ser exercido por grupos mais capitalizados e poderosos, implicando em mudanças de ordem organizacional e tecnológica. Belik (1997) interpreta essas mudanças como consequência das transformações nas relações entre a esfera pública e privada associadas à constituição de redes de poder, instituindo-se novas relações que sustentam a nova ordem, havendo perda no processo de regulação e rompimento das alianças anteriores (BELIK, 1997).

Nesse contexto, o presente trabalho objetiva analisar as recentes ações e práticas das redes de poder econômico no Vale do Araguaia mato-grossense nas primeiras décadas do século XXI, com vistas à compreensão das novas transformações territoriais no âmbito do movimento de avanço da fronteira agrícola moderna na direção norte do país.

Do ponto de vista metodológico, considera-se que o recente processo de concentração do capital e o poder oligopólico dos grandes grupos empresariais do setor, associados a processos de transformações financeiras, significam novas formas de relação com o Estado e o território. Portanto, uma possibilidade para compreender a dinâmica territorial dos novos encadeamentos produtivos da cadeia de grãos, seria através da noção de redes de poder, uma vez que as estruturas dos referidos encadeamentos delimitam e selecionam territórios, procurando explicitar suas

estratégias no âmbito da produção e da apropriação do território, considerando que os diferentes atores se movimentam

> [...] dentro das características dadas não só pelas expectativas econômicas, mas, principalmente, pelo ambiente institucional territorial e pela cultura local (PAULILLO, 2000: XIII).

Nessa perspectiva, objetiva-se apreender a nova organização do território, da sociedade e as relações que emergem e que se mantém com o avanço da fronteira.

Se por um lado é importante reconhecer como se expressam as mudanças nas alianças tradicionais entre empresas e Estado e o surgimento de novos arranjos institucionais, por outro lado é fundamental o conhecimento das ações localizadas e do novo papel do território, o que nos leva a tratar este último como unidade apropriada de análise. Nesse contexto, é importante a apreensão dos conflitos enquanto elementos dinamizadores da totalidade social, buscando compreender e analisar a influência da nova estrutura econômica nas condições de vida das populações locais, no envolvimento dos pequenos produtores rurais e de que forma modificam as relações sociedade/natureza. Com vistas à percepção e compreensão dos fundamentos do desenvolvimento desigual, a análise fornece subsídios para a compreensão das formas de expansão das novas fronteiras agrícolas modernas.

O presente artigo parte de uma abordagem qualitativa e está dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, busca-se analisar o histórico da fronteira agrícola no Vale do Araguaia (MT) como um elemento gerador de rugosidades (SANTOS, 1996) que influenciam as dinâmicas atuais do avanço dessa fronteira. Esse processo, por sua vez, é discutido na segunda seção, que a partir de variáveis primárias e secundárias esclarece o papel e as principais estratégias da agricultura empresarial no avanço da fronteira agrícola no Vale do Araguaia. A metodologia é composta por revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários e

primários, obtidos a partir de entrevistas realizadas durante trabalho de campo.[66]

BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA MODERNA NO VALE DO ARAGUAIA

No contexto de expansão da fronteira agrícola no cerrado do Centro-Oeste brasileiro, o Vale do Araguaia também passou a vivenciar, nos anos 1970, um movimento de ruptura com o "velho" tradicional para que pudesse emergir o novo movimento do capital, estabelecendo-se novas fronteiras que iriam favorecer uma nova forma de acumulação. Portanto, compreender o processo de modernização do Vale do Araguaia mato-grossense significa compreender o território, seu uso, e como o Estado o viabilizou e o modernizou para outras atividades.

Para tentar dar conta da análise das ações e práticas do Estado autoritário recorreu-se à categoria trajetória, que evoca um movimento temporal e espacial e nos conduz à noção de estratégias. Michel de Certeau chama de estratégias

> o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado [...] As estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam, portanto, as relações espaciais (CERTEAU, 2014, p. 95-96).

[66] Ocorrido em junho de 2016 contando com a participação de discentes e docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Goiás (Jataí) e Universidade Federal de Mato Grosso (Rondonópolis).

Dentre as várias estratégias de apropriação do território por parte do Governo Militar (1964-1985) no cerrado do Centro-Oeste durante os anos 70, destacam-se as ações do Estado no sentido de criar condições para o estabelecimento da nova fronteira agrícola moderna, implantando, dentre outros fixos, vias de escoamento, de maneira a estabelecer conexões entre o espaço de produção e o de circulação, emergindo nesse contexto a BR–158 mato-grossense no Vale do Araguaia, cujo fluxo da produção direcionava-se para os portos do sul do país. O estabelecimento dessa rede técnica favoreceu e acelerou a desestruturação do tradicional e a estruturação do novo.

Além disso, ações relacionadas ao domínio do controle da terra, ou seja, de regularização fundiária, em regiões consideradas fundamentais para o projeto político-econômico almejado dos governos militares, fizeram com que Mato Grosso fosse agraciado pelos principais programas de desenvolvimento[67] desse período. Essas medidas promoveram uma federalização de mais de 60% das terras de Mato Grosso e estima-se que apenas este estado tenha recebido 23,06% dos incentivos fiscais comprometidos pela SUDAM para a Amazônia (MORENO, 2007), resultando numa forte concentração e territorialização dos projetos agropecuários nessa região.

Somente nos municípios de Barra do Garças, São Félix do Araguaia e Luciara foram aprovados pela SUDAM 96 projetos agropecuários de 1966 a 1978, sendo que alguns destes projetos se tornaram mundialmente conhecidos pela amplitude territorial que controlavam[68] e pelas práticas presentes nas relações de trabalho empregadas[69]. Esses empreendimentos utilizaram o

---

[67] Dentre eles, destacam-se o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), o Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Polocentro).

[68] É o caso da Agropecuária Suiá-Missu (500 mil ha), da Cia de Desenvolvimento do Araguaia, a Codeara (150 mil ha), e a Agropecuária Nova Amazônia, a Frenova (68 mil ha).

[69] Foi através da figura do peão, que as terras foram amansadas, ou seja, desmatadas. Esse ator, frequentemente migrante, era despossuído de documentos

desmatamento, a pecuária extensiva e a peonagem como as principais estratégias territoriais para o efetivo controle e domínio das terras. Somente no período de 1978 a 1988, cerca de 20 mil km² (2 milhões de hectares) foram desmatados por ano na Amazônia Legal, o que se deu para a introdução do gado. Segundo Oliveira (2016a), foi através da "pata do boi" que essas terras foram apropriadas pelos projetos agropecuários, cujo interesse se dava mais pelos incentivos fiscais do que pela própria atividade econômica.

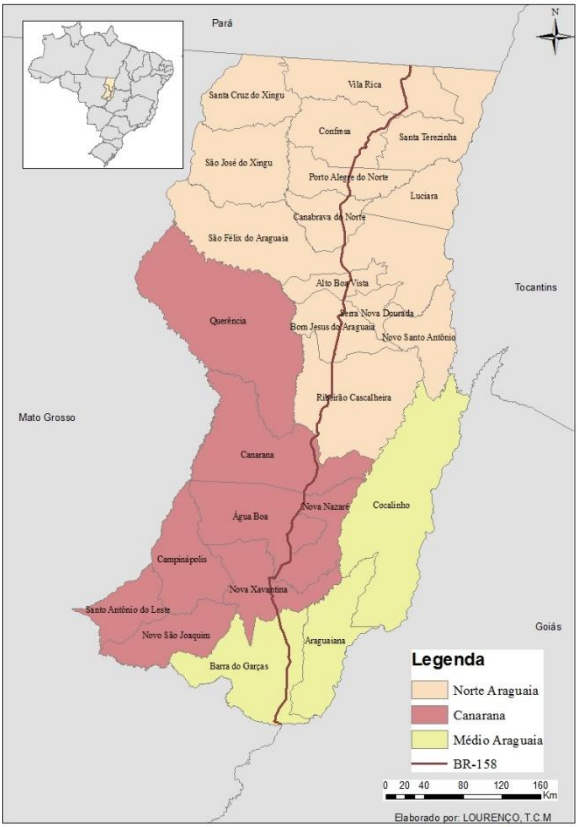
Ainda no que compete às estratégias de ocupação de Mato Grosso, o INCRA desenvolveu, sobretudo a partir de 1980, projetos de colonização e povoamento públicos, iniciando "a produção de força de trabalho na própria fronteira" (BECKER, 2015, p. 242), com vistas à eliminação dos focos de conflitos sociais gerados pela expropriação sistemática de trabalhadores rurais nas regiões de elevada concentração fundiária, como a região Nordeste. Nas palavras de Oliveira (2016a, p. 157), esses projetos foram a "alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar simultaneamente a necessária reforma estrutural do campo e ao mesmo tempo suprir-se de força de trabalho para seus projetos de fronteira".

Esses elementos fizeram com que o Vale do Araguaia, composto pelas microrregiões geográficas Norte Araguaia, Canarana e Médio Araguaia (mapa 1), se tornasse uma região de forte concentração fundiária, rugosidade deixada pelas políticas e práticas do período militar e que pode ser comprovado através dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

---

e de contrato de trabalho e, muitas vezes, era elevado à condição de jagunço, o que de certa forma, representava uma elevação em seu *status* social.

Mapa 1: Localização e microrregiões do Vale do Araguaia.



Fonte: elaboração própria, 2020.

No período abrangido por tais pesquisas, a concentração fundiária permaneceu inalterada nas três microrregiões, com elevada concentração terra nos estratos superiores a 1000 hectares.[70] Em contrapartida, nos estratos inferiores, até 100

[70] Para fins comparativos entre os Censos Agropecuários de 1996, 2006 e 2017, estabeleceu-se cinco grupos de área: a) <1ha a menos que 50 ha; b) 50 ha a menos que 100 ha; c) 100 ha a menos que 500 ha; d) 500 ha a menos que 1000 ha; e) 1000 ha e mais. Tal medida foi necessária diante das mudanças metodológicas adotadas para os diferentes anos do Censo.

hectares, onde há maior concentração de estabelecimentos dirigidos pela agricultura familiar, há baixa disponibilidade de terra (Tabelas 1, 2 e 3).

Tabela 1: Microrregião Norte Araguaia: índice de concentração de terras.

Ano	**1996**		**2006**		**2017**	
Grupos de área	Unidades (%)	Área (%)	Unidades (%)	Área (%)	Unidades (%)	Área (%)
<1 ha a menos 50 ha	16,5	0,6	24,2	1,6	29,7	1,8
50 ha a menos que 100 ha	28,3	2,6	30,6	4,4	32,5	4,6
100 ha a menos que 500 ha	44,3	8,7	33,9	14,9	28,2	10,7
500 ha a menos que 1000 ha	3,4	2,8	4,3	6,0	3,4	4,7
1000 ha e mais	7,4	85,3	6,8	73,2	6,2	75,4

Fonte: organizado por Lourenço (2019), a partir dos dados do Censo Agropecuário 1996; 2006 e 2017.

Tabela 2: Microrregião Canarana: índice de concentração de terras.

Ano	**1996**		**2006**		**2017**	
Grupos de área	Unidades (%)	Área (%)	Unidades (%)	Área (%)	Unidades (%)	Área (%)
<1 ha a menos 50 ha	24,6	0,6	37,2	1,5	40,6	1,4
50 ha a menos que 100 ha	16,8	1,4	21,9	2,3	23,0	2,4
100 ha a menos que 500 ha	35,1	9,4	21,9	8,2	19,1	6,5
500 ha a menos que 1000 ha	7,8	6,5	6,7	7,1	5,3	5,6
1000 ha e mais	15,7	82,1	11,8	80,8	11,8	81,4

Fonte: organizado por Lourenço (2019), a partir dos dados do Censo Agropecuário 1996; 2006 e 2017.

Tabela 3: Microrregião Médio Araguaia: índice de concentração de terras.

Ano	**1996**		**2006**		**2017**	
Grupos de área	Unidades (%)	Área (%)	Unidades (%)	Área (%)	Unidades (%)	Área (%)
<1 ha a menos 50 ha	16,7	0,2	28,2	0,2	42,4	0,4
50 ha a menos que 100 ha	8,6	0,2	6,8	0,3	6,5	0,3
100 ha a menos que 500 ha	24,9	3,0	20,6	2,8	18,2	3,3
500 ha a menos que 1000 ha	15,5	4,7	11,6	4,4	8,8	4,2
1000 ha e mais	34,3	91,8	31,3	92,3	23,8	91,9

Fonte: organizado por Lourenço (2019), a partir dos dados do Censo Agropecuário 1996; 2006 e 2017.

Na microrregião Norte Araguaia houve ligeira distribuição de terra entre os anos de 1996 e 2017 através do incremento de propriedades até 100 hectares, mas ainda há uma exorbitante concentração de aproximadamente 80% das terras (grupos de área acima de 500 hectares) controlada por apenas 10% dos estabelecimentos. Os estabelecimentos de até 100 hectares correspondem, em 2017, a 62% do total e controlam o equivalente a 6% das terras. As microrregiões Canarana e Médio Araguaia seguem o mesmo padrão, com 63% e 49% das unidades agropecuárias, controlando, respectivamente, 3,84% e 0,7% das terras.

Nota-se, na microrregião Médio Araguaia, um aumento expressivo de pequenas propriedades (até 100 hectares) entre 1996 e 2007. Uma possível explicação para isso, é o fato dessa área estar localizada próxima a centros urbanos mais dinâmicos, como Barra do Garças (aproximadamente 57 mil habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010) e, por isso, pode experimentar outra funcionalidade para o espaço rural, enquanto opção de lazer para a população urbana.

Em alguns municípios da Microrregião Canarana, a estrutura fundiária que se instalou inicialmente foi de pequenos proprietários, a qual, em pouco tempo se modificou na medida em que o processo migratório prosseguia, promovendo a concentração da terra. A colonização privada nessa área se distinguia da de outros lugares de Mato Grosso, uma vez que não manteve um estoque de terras, como ocorreu com as principais colonizadoras da BR–163, a exemplo das empresas de Sorriso, Sinop e Nova Mutum, que até hoje mantêm controle do estoque de terras rural e urbano. Atualmente, essa microrregião é responsável por 58% da área plantada de soja (hectares) de todo o Vale do Araguaia e por aproximadamente 60% da quantidade produzida (toneladas), de acordo com dados da Produção Agrícola Municipal (2018). Destaca-se, nesta microrregião, a relevante participação de Querência em ambos indicadores, com aproximadamente 20% tanto de área plantada quanto de produção.

Na Microrregião Norte Araguaia, as ações do Estado se expressaram nessa época no processo de criação de grandes projetos agropecuários, a exemplo da Fazenda Suiá-Missu. Contudo, tais projetos foram paulatinamente desmembrados a partir da década de 1990 e alguns deram lugar a projetos de assentamentos, no bojo do Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA). Parte do território da extinta Suiá-Missu, por exemplo, é atualmente território de dois projetos de assentamentos federais: o PA Dom Pedro, criado em 1997 com 448 famílias assentadas e o PA Mãe Maria, criado em 1999 e com 485 famílias assentadas, enquanto que a antiga Fazenda Bordon após desapropriação do governo federal em 2004 deu origem ao PDS Bordolândia, com 597 famílias assentadas. Esse mesmo movimento de desmembramento de grandes latifúndios também ajuda a explicar os dados contidos na tabela 1, uma vez que é na microrregião Norte Araguaia onde se concentram 69% dos assentamentos do Vale do Araguaia, cujos lotes são de, aproximadamente, 100 hectares (INCRA, 2020).

As ações no cenário da Microrregião Canarana, na base da colonização privada, produziram a sociedade da soja, da técnica, do asfalto, da cidade moderna, enquanto as ações dos

atores representados pelas grandes empresas agropecuárias na Microrregião Norte Araguaia, tendo como pano de fundo a resistência da população local, construíram a sociedade da pecuária extensiva. Portanto, a ruptura dos ordenamentos anteriores desagregou, desconstruiu e reconstruiu as relações de poder entre os grupos sociais tradicionais, implicando em processos de integração e exclusão, inerentes ao avanço das atividades modernas, significando funcionalidades e conteúdos distintos.

Na medida em que o uso do espaço requer previamente sua apropriação e domínio sistemático, domínio sobre a natureza e os homens, esse modelo de apropriação traz implícito um nível de relações sociais de produção. Dessa forma, tornar esse espaço funcional passava pelas adequações à sua nova função, constituindo uma nova forma de produção do mesmo (SÁNCHEZ, 1992), significando que o modo de produção deveria moldá-lo conforme seus interesses. Portanto, a implantação e expansão da agricultura moderna no Vale do Araguaia, a partir de uma racionalidade científica traduzida na técnica, se encontra em desacordo com o senso comum dos homens, que se guiavam mais pelas forças da natureza.

Esses espaços da expansão da soja estabeleceram conexões com o sistema econômico mundial, o qual, pela sua natureza competitiva globalizada, favorecia a formação de espaços corporativos com certa densidade técnica na porção sul da BR-158, em cidades como Água Boa, Nova Xavantina e Querência. Tais transformações ocorreram no contexto dos interesses dos grupos sociais hegemônicos, entre os quais se destacavam os dos grupos nacionais, a exemplo do Grupo Amaggi, presentes particularmente no município de Querência, e os das *tradings* internacionais, como a *Bunge*, que organizaram uma forma de produção fundamentada no progresso científico e tecnológico.

Falar de uma nova divisão do trabalho e novos usos do espaço no Vale do Araguaia mato-grossense a partir da expansão da agricultura moderna significa falar de uma nova fragmentação desse território, fragmentação que, como lembra Ribeiro (2009), não é resultado, porque é projetada, uma vez que é necessária ao

projeto de modernização. Nesse contexto de modernização, de imposição de novos sistemas de ações e de objetos, uma nova ordem societária se implanta com vistas à atualização de ordens pretéritas. Porém, ainda que a fronteira agrícola avance promovendo essas rupturas é fundamental perceber o sistema de ações dos não dominantes, suas organizações, suas resistências, já que as permanências são enormes, mesmo que as mudanças sejam rápidas, e tudo isto exige fazer outra leitura do território.

A diversidade de situações encontradas no Vale do Araguaia, associada à ocupação diferencial desses espaços, em função da expansão do agronegócio com a instalação de novas técnicas, sempre em mudança, vão promovendo a instauração de diferentes formas de vida, hábitos, crenças, ideias, conseguindo criar riquezas com pouco emprego e pouca distribuição de renda no trabalho. Os 94 projetos de assentamentos (INCRA, 2020), as 16 terras indígenas regularizadas (FUNAI, 2020) presentes no Vale do Araguaia e a continuidade dos conflitos[71] por terra nesta região indicam que a suposta homogeneização do espaço desencadeada com o avanço da fronteira agrícola não é uniforme e pode ser criadora de novas territorialidades. A partir desses elementos, é possível reconhecer as múltiplas formas de apropriação do território que coexistem no mesmo espaço e tempo no âmbito de determinada forma de sociedade. A compreensão das lutas dos homens lentos pela apropriação ou manutenção dos seus territórios pressupõe um olhar cuidadoso e observador das circunstâncias que os envolvem, dos contextos e dos seus discursos. E este pressuposto dialoga com a noção de rugosidade de Santos (1996).

ESPECIFICIDADES DO AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO VALE DO ARAGUAIA NA CONTEMPORANEIDADE

[71] Segundo os relatórios da Comissão Pastoral da Terra, de 2000 a 2017 ocorreram 223 conflitos de terra nos municípios do Vale do Araguaia, envolvendo indígenas, posseiros e assentados.

A partir dos anos 2000 um novo modelo de acumulação emerge no setor agrícola brasileiro, no âmbito da política econômica e financeira do Estado, que se expressa na "associação do capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária" (DELGADO, 2012, p. 94). Essa associação favorece a realização das estratégias econômicas do capital financeiro, no sentido de auferir maiores lucros sob o patrocínio das políticas de Estado.

Nesse contexto, o setor de *commodities* agrícolas passa a apresentar vigorosa expansão, observando-se o avanço da fronteira agrícola moderna no Vale do Araguaia em direção à Amazônia, seja nas frações ainda não ocupadas da Microrregião Canarana, seja nas áreas antes ocupadas pela pecuária da Microrregião Norte Araguaia, estimulado pelo ambiente institucional criado e por novas possibilidades logísticas.

A presença da fração financeira do capital no Vale do Araguaia

Embora o Brasil apresente hoje oligopolização em todos os setores de atividade, nos últimos anos o processo de fusões e aquisições vem se intensificando também no setor de grãos do agronegócio, envolvendo substanciais empréstimos bancários, particularmente do BNDES e, simultaneamente, uma remobilização do capital que vinha sendo acumulado numa região em direção a outras.

Nesse contexto deve-se ressaltar a apreensão da importância do território no âmbito do crescente processo de internacionalização da economia capitalista e de uma nova divisão internacional do trabalho, uma vez que

> [...] o mecanismo de ação se explica pelo princípio de que os agentes se movem a partir de seus recursos e interesses no contexto em que atuam (oportunidades estratégicas), e que esse contexto delimita sua ação (PAULILLO, 2000, p. 52).

Ainda de acordo com este autor, a existência de setores econômicos regionalizados é uma característica relevante do

desenvolvimento brasileiro e, na medida em que os grandes setores da economia, como o da cadeia de grãos, passam a apresentar um novo perfil, os atores hegemônicos, dotados de tecnologias de ponta, passam a se movimentar com base não apenas em novos horizontes econômicos, mas também institucionais e territoriais, instituindo novas relações e produzindo novas formas de regionalização, com impactos no campo e na cidade. Portanto, a partir da superação de modelos mais antigos surgem novos, ainda que por vezes com o imbricamento do velho, significando novas técnicas e novas escalas de produção, mais adequadas às novas formas de acumulação.

Como o modelo social vigente se sustenta nos pressupostos do desenvolvimento permanente, baseado na produção/comercialização contínua sob os impulsos da competição, que estimula a criação de novas redes de poder, novos produtos, novas formas de produzir e consumir, com base na implantação de novas tecnologias no campo e na cidade, num processo de realimentação permanente, a tecnologia acaba funcionando como fator condicionante de novas relações campo/cidade. É possível, portanto, falar, com base na emergência de novos grupos empresariais, que constituem novas redes de poder, da existência de uma relação direta entre reorganização territorial e a coordenação de novos processos, procedimentos e ações que organizam e otimizam o funcionamento dos novos setores produtivos e o movimento de seus produtos no âmbito da cadeia de grãos.

Entretanto, como assinala Paulillo (2000, p. 36), “os processos de reestruturação econômica não podem ser vistos simplesmente como adaptações flexíveis a problemas globais. As localidades os especificam porque reagem de forma diferenciada e podem influenciá-los”, revelando que tais processos não se restringem à dimensão econômica, envolvendo também decisões de ordem política, social e cultural.

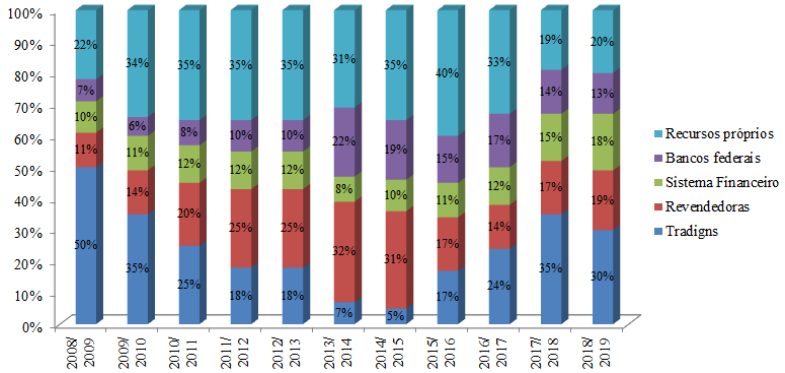
Deve-se salientar que é a partir da interrelação das dimensões tecnológica, organizacional e territorial que se institui a dinâmica do ambiente institucional (PAULILLO, 2000). A criação de novos espaços, instrumentos da racionalidade

econômica, resultantes de ações passadas e presentes, resulta também de mudanças na base técnica, as quais exigem transformações financeiras, associadas ao processo de concentração e centralização do capital.

No caso da área sob influência da BR-158 mato-grossense, emerge na última década, no âmbito da Microrregião Norte Araguaia, o Vale do Xingu como a expressão mais acabada da mais recente fronteira agrícola moderna. Trata-se de uma fronteira fundada na mais nova versão da "era tecnológica", dominando a agricultura de precisão, constituindo a articulação agricultura/pecuária o novo modelo proposto. Para implantá-lo é necessário desenvolver uma política de convencimento efetuada pelas empresas intermediárias das grandes *tradings*, destacando-se a Agro Amazônia, a Agrológica e a Sinagro, que vêm sofrendo forte processo crescimento e concentração do capital, são mais ágeis e, de acordo com entrevistas realizadas em trabalhos de campo, ocupam 40% do mercado em Mato Grosso.

Conforme pode ser observado no gráfico a seguir, empresas desse ramo foram responsáveis pelo custeio de aproximadamente 20% do custeio da soja em Mato Grosso na safra de 2018/2019, mas já chegaram a representar 32% desse mercado em safras anteriores, o que mostra o seu poder e influência sobre a organização da produção agrícola e, consequentemente, no arranjo territorial.

Gráfico 1: Mato Grosso: Evolução da participação dos agentes no *funding* do custeio da soja em MT nas safras de 2008/2009 a 2018/2019 (% do total).



Fonte: organizado por Lourenço (2019), a partir dos dados do IMEA-MT (2019).

Essas empresas podem ser consideradas elos da cadeia produtiva da soja e estabelecem relação com atores localizados a montante e a jusante da produção agrícola. Tais empresas têm atuado como financiadoras e, segundo Lourenço (2020), um de seus principais diferenciais em relação às *tradings* é a sua capacidade de acessar um variado espectro de produtores, desde os pequenos, cuja área plantada de soja é de 100 hectares, até os de médio porte, com propriedades de aproximadamente 2.000 hectares. Ainda, segundo a autora, proprietários de grandes estabelecimentos (de 10 a 20 mil hectares) não adquirem os serviços dessas empresas, pois estes conseguem acesso direto às *tradings* que negociam e compram os grãos diretamente em seus silos de armazenagem. Além disso, esses produtores conseguem acessar crédito de instituições financeiras sem a necessidade de mediadores. Nesse sentido, ao se relacionar com mais proximidade dos produtores que as *tradings*, o poder de persuasão e de convencimento pode aparecer de maneira mais sutil, ampliando a territorialização dessas empresas e do agronegócio que elas representam.

Além destas empresas, as maiores *tradings* internacionais, como a ADM, a *Bunge*, a *Cargill*, a *Louis Dreyfus Company*, *Los Grobo*, a *Glencore*, disputam espaço com as nacionais Amaggi, Caramuru, Fiagril, Bom Futuro,

desenvolvendo suas ações nesta região, seja no processo produtivo, na exportação e/ou na logística. Cabe destacar ainda a presença dos grandes corretores de terras, como o Grupo *Brookfield*, *ex Brascan* (Canadá), em incorporações florestais, que realizou juntamente com o grupo Fazenda Bartira dois investimentos em terra no Vale do Araguaia, um no ano de 2005 em Alto Boa Vista numa propriedade de 30 mil hectares e outro em 2007 numa área de aproximadamente 13 mil hectares em Canarana[72]. Essas empresas, segundo Oliveira (2016b), monopolizam o território através de mecanismos de subordinação, atingindo camponeses e capitalistas produtores do campo, sem, contudo, necessitarem territorializar seus monopólios, ou seja, o controle do território é feito a partir do monopólio dos meios de circulação e distribuição dos produtos.

As novas estratégias: valorização da terra e modelo agrícola

A partir da rugosidade (SANTOS, 1996) da base territorial do Vale do Araguaia, formada por imensos latifúndios, recentemente desmembrados, é possível reconhecer as múltiplas formas de apropriação do território e de seus recursos através das táticas conduzidas pelos agentes hegemônicos, "que tensamente coexistem num determinado tempo e num determinado lugar" (RIBEIRO, 2005, p. 94), conformando o avanço de uma das mais novas fronteiras do cerrado mato-grossense. Aqui pode ser útil a explicação de Certeau (2014, p. 96), afirmando que as táticas "apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder".

A elevada concentração de terras percebida a partir das

[72] De acordo com o site da empresa, a *Brookfield Asset Management* é uma empresa de gestão de ativos alternativos com mais de 100 anos de existência como proprietária e operadora de ativos reais. Já a Fazenda Bartira é uma empresa operadora e investidora em ativos agropecuários que investe em propriedades em desenvolvimento através da aquisição de terras em regiões onde exista a possibilidade de incremento da economia de escala e de conversão de terras para uso mais produtivo. Disponível em: www.fazendasbartira.com.br www.brookfiel.com/en. Acessado em: ago. 2018.

tabelas apresentadas anteriormente é uma das estratégias da fração financeira do capital que vem acumulando expertise nessa região desde a década de 1970 e que potencializa a capacidade de transformar recursos do território em fluxos, sustentando-se as suas estratégias e práticas em processos de acumulação histórica. Assim, a possibilidade de conversão de vastas áreas de pastagens em lavouras de soja e milho vem estimulando a corrida de grandes grupos nacionais e estrangeiros, a exemplo da SLC Agrícola, *joint venture* com a Agropecuária Roncador, com 150 mil hectares, do grupo Amaggi, que planta 30 mil ha de soja na fazenda Tanguro, 7 mil na Fazenda Vale do Araguaia, além de arrendar 18 mil ha do grupo Bom Futuro, que planta 40 mil ha, de Edio Brunetta, que controla 50 mil ha de soja e milho, do Grupo Nativa, um dos maiores produtores em área plantada, totalizando 30 mil ha, entre áreas próprias e arrendadas.

Esse dinamismo do campo vem impulsionando substanciais aumentos no preço da terra, conforme pode ser visto na tabela a seguir. Nota-se que houve um encarecimento no preço das terras em todos os municípios do Vale do Araguaia, sendo que a terra agrícola de soja nos municípios de São José do Xingu e Confresa foi a que mais se valorizou entre 2010 e 2015. Em contrapartida, áreas de mata ou de difícil acesso são as que menos se valorizaram neste período.

Tabela 4: Vale do Araguaia: Evolução do preço das terras de 2010 a 2015 (R$/hectare).

Grupo de Municípios	Tipo de Terra	2010	2015	%
Canarana/Água Boa/ Nova Xavantina	Mata	700	1.400	152
Querência	Mata	900	2.433	170
Alto Boa Vista/ São Félix do Araguaia Leste	Mata	475	650	37
São Félix do Araguaia Oeste	Mata	600	700	17
São Félix do Xingu/Confresa	Mata de difícil acesso	380	650	71
São Félix do Xingu/Confresa	Mata de fácil acesso	600	1.200	100
Canarana/Água Boa/ Nova Xavantina	Pastagem Formada	2.667	5.500	106

Querência	Pastagem Formada	2.233	7.667	243
Vila Rica	Pastagem Formada	1.300	4.200	223
São José do Xingu/Confresa	Pastagem formada de alto suporte	2.000	4.500	125
São José do Xingu/Confresa	Pastagem formada de baixo suporte	1.333	3.000	125
Canarana/Água Boa/ Nova Xavantina	Terra Agrícola	3.750	11.667	198
Querência	Terra Agrícola	3.483	13.500	165
São José do Xingu/Confresa	Terra Agrícola de soja	2.400	9.833	310

Fonte: organizado por Lourenço (2019), a partir dos dados do Agrianual, 2016.

Vale ressaltar a importância da capacidade de inserção do capital financeiro nessa fronteira agrícola, que não se restringe ao controle da terra, mas se articula em outros contextos, seja o da produção, juntamente com as redes mediadoras, retirando o máximo de proveito do sistema técnico, também *lócus* da aplicação de capital, seja na escala da circulação, dominando o ritmo dos fluxos, a logística portuária, enfim, controlando o sistema de ações. Sem dúvida esses atores se encontram estreitamente articulados com o Estado em suas distintas escalas e exigem tratamento privilegiado. Esse conjunto monopolizador da tecnosfera utiliza discursos para fazer-se aceitar pela sociedade, o que Santos (1996) denomina de psicosfera, procurando apresentar-se à sociedade "como a única versão possível das trocas econômicas" (RIBEIRO, 2005, p. 107).

Nesse cenário a fronteira agrícola avança rapidamente ao longo da BR-158 mato-grossense, intensificando-se pelo Vale do Xingu, em direção ao Pará, favorecido por condições naturais mais propícias do que em outras regiões do cerrado, como a qualidade dos solos, com maior fertilidade natural (maior teor de fósforo e de potássio) e maior teor de argila, exigindo menos correção, implicando em maior retenção da água, reduzindo o estresse hídrico. Isso proporcionou um rendimento médio em torno de 3.360 kg/ha em São José do Xingu, 3.480 kg/ha Santa Cruz do Xingu e 3.570 kg/ha em Querência no ano de 2017 (PAM/IBGE, 2017). Tais resultados também estão associados ao

investimento de níveis técnicos elevados nas diversas fases produtivas, desde o plantio até a colheita.

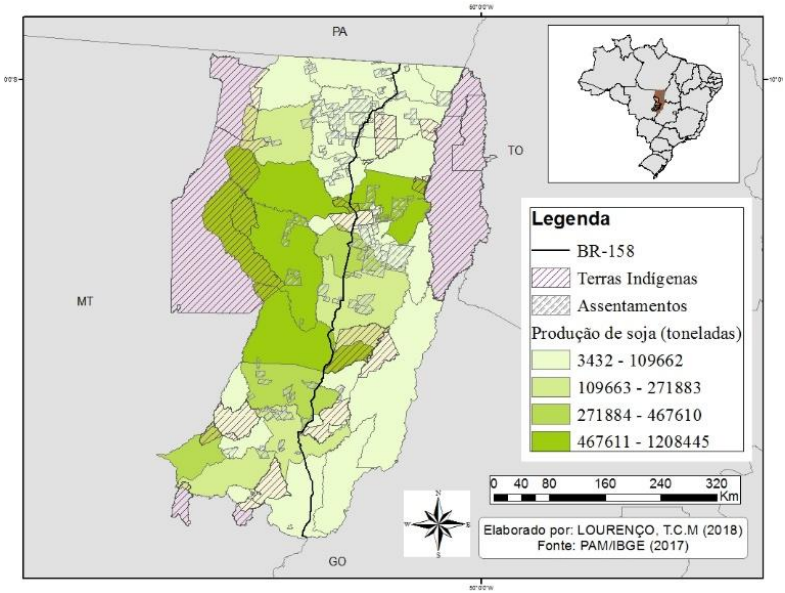
Nessa fronteira, o modelo de integração agricultura/pecuária, na base do plantio direto (o solo não é mais gradeado, plantando-se sobre a camada de palha) tenta se impor, apresentando cenários diversos. Em geral é utilizada a semente de soja precoce, que adianta até 40 dias o processo, planta-se o capim, mas em geral o gado só ocupa até 20% da área agrícola. A taxa de engorda leva de 60 a 80 dias na recria, indo o gado para o confinamento por mais 30 a 40 dias para maximizar a engorda; mas dependendo da genética, só se faz a cria e a engorda. O novo modelo de produção, que inclui pastagens de alto nível técnico, é limitado por aspectos culturais próprios do agricultor e do pecuarista e, segundo entrevistas, deve atingir, até 2022, aproximadamente 50% da região, envolvendo grandes empresas de Mato Grosso, de Goiás e do sul do país, em propriedades próprias ou arrendadas.

Porém, antes mesmo da implantação desse modelo, o quadro de produção da soja já começava a se alterar em toda a BR-158 mato-grossense, dando fortes sinais do avanço dessa fronteira desde o início dos anos 2000. Com base nos dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE), é possível constatar um aumento ininterrupto na área plantada de soja desde o ano de 2007 nas microrregiões Norte Araguaia e Canarana, sendo que esta última é responsável por 59% da produção de soja de todo o Vale do Araguaia. Em termos absolutos, isso significa que os oito municípios dessa microrregião produziram em 2017 o equivalente a 3.476.480 toneladas de soja numa área de mais de 1 milhão de hectares, sendo Querência responsável por quase 34% dessa produção, com 1.208.445 toneladas (Mapa 2).

Um município peculiar na microrregião Norte Araguaia é São Félix do Araguaia que, em 2017, produziu 725.800 toneladas de soja. Sua peculiaridade, no entanto, advém do fato da sua produção se concentrar no distrito de Espigão do Leste, conhecido como “Vila dos Baianos” e localizado mais próximo a cidades como Querência do que da própria sede do município, que está às margens do Rio Araguaia. Assim, apesar da representação no mapa totalizar a área toda do município, é

preciso atentar para essas nuances na distribuição da produção que representam um avanço da fronteira pelo Vale do Xingu.

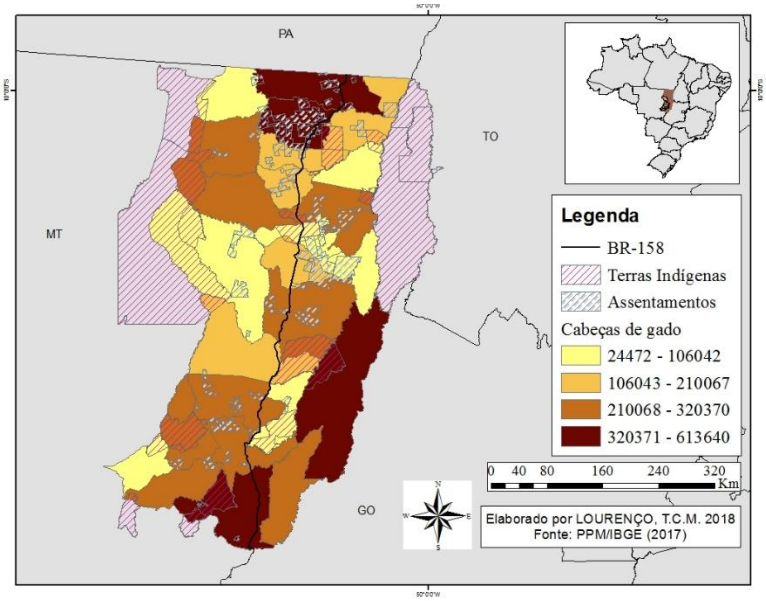
Mapa 2: Vale do Araguaia: quantidade produzida de soja, assentamentos e terras indígenas em 2017.



Fonte: elaborado por Lourenço (2018), a partir dos dados do PAM/IBGE (2017).

A microrregião Norte Araguaia, por sua vez, destaca-se pela prática da pecuária, inclusive entre pequenos produtores dos assentamentos rurais que, de acordo com entrevistas realizadas em 2018, tem o gado como uma poupança e segurança financeira. Destaca-se os municípios de Vila Rica e Confresa que têm, juntos, mais de 1 milhão de cabeças de gado e onde há maior concentração de assentamentos na região (Mapa 3). De 2010 a 2017, o efetivo do rebanho bovino nesta microrregião cresceu 54%, chegando a quase 3 milhões de cabeças em 2017. Em contrapartida, na microrregião Canarana, a evolução foi de apenas 7%, com pouco mais de 1 milhão de cabeças de gado.

Mapa 3: Vale do Araguaia: rebanho bovino (cabeças), assentamentos e terras indígenas em 2017.



Fonte: elaborado por Lourenço (2018), a partir dos dados do PAM/IBGE (2017).

Isso indica duas fronteiras complementares, uma no Norte Araguaia que segue na abertura de novas áreas para a introdução da pecuária e outra em Canarana que se baseia na agricultura de precisão e na exportação da *commodity* soja. Não coincidentemente, o índice de desmatamento da microrregião Norte Araguaia cresceu mais nos últimos anos que em Canarana, revelando uma tipologia no avanço da fronteira agrícola. De acordo com dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), dos dez municípios que mais aumentaram a sua taxa de desflorestamento de 2000 a 2018, nove estão na microrregião Norte Araguaia, conforme pode ser observado na tabela 5. Destaca-se, ainda, o percentual de mais de 60% de área desmatada dos municípios Confresa (67,35%), Bom Jesus do Araguaia (64,59%) e Vila Rica (62,52%).

Tabela 5: Vale do Araguaia: *ranking* dos dez municípios com maiores áreas desmatadas em 2018.

Município	Área total do município (km²)	Área desmatada até o ano 2000 (km²)	Área desmatada até o ano 2018 (km²)	Área do município desmatada (%)
Confresa	5.801	2.477,3	3.906,8	67,3%
Bom Jesus do Araguaia	4.282	2.206,3	2.765,6	64,6%
Vila Rica	7.443	3.039,4	4.653,5	62,5%
São José do Xingu	7.465	3.848,3	4.344,5	58,2%
Alto Boa Vista	2.241	823	1.226,2	54,7%
Canabrava do Norte	3.451	1.318,4	1.662,0	48,2%
Santa Terezinha	6.459	1.635,7	2.651,1	41,0%
Querência	17.854	3.133,6	5.257,5	29,4%
São Félix do Araguaia	16.851	3.396,5	4.553,4	27,0%
Santa Cruz do Xingu	5.627	1.000,5	1.419,8	25,2%

Fonte: organizado por Lourenço (2019), a partir dos dados do PRODES/INPE (2020).

Sem dúvida, a tendência da dinâmica na fronteira na Microrregião Canarana, mais antiga e bastante ocupada, vai sendo relativamente reduzida, uma vez que vai se consolidando, embora a magnitude da produção ainda ultrapasse os valores da microrregião Norte Araguaia em 2017. A safra de soja desse ano registrou produção em torno de 3.476.480 toneladas e área plantada aproximada de 1.028.766 hectares, um aumento de 13% na área plantada em relação a 2014, por exemplo. Assim sendo, nas condições de transição para o modelo de integração agricultura/pecuária, vem sendo produzida a soja, o milho e o gado em grandes propriedades, favorecido por novas possibilidades logísticas, a exemplo do Porto de Itaqui no Maranhão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este capítulo, é importante voltar à proposta inicial, que propõe que a análise deve fornecer subsídios para a compreensão das formas de expansão das novas fronteiras agrícolas. É nesse sentido que cabe a indagação: afinal, o que é a fronteira agrícola moderna hoje na BR-158 mato-grossense? Sem dúvida contém praticamente todas as características das fronteiras agrícolas modernas do cerrado nos anos 70, que podem ser traduzidas como: desobediente aos determinantes nacionais uma vez que não acumula linearmente no território nacional, mas se apropria de áreas antes consideradas inadequadas; disponibilidade de terras a baixos preços; elevado nível técnico, proclamando-se a "eficiência formal" como valor supremo; insere-se na chamada "globalização dos mercados", globalização voltada para a homogeneização do planeta movida pela competitividade; os arranjos territoriais significam a coexistência conflituosa de diferentes racionalidades; a convivência do mercado de trabalho agrícola formal com relações arcaicas; a reação às formas de expansão da fronteira do agronegócio significava a criação de outras formas de fronteiras; a coexistência com estruturas tradicionais anteriores, como as terras indígenas.

Contudo, quase cinquenta anos depois, nos encontramos em outro contexto, e esses mesmos aspectos na fronteira da última modernidade assumem proporções distintas. Na medida em que constatamos a presença do capital financeiro internacional, assistimos a um processo de concentração do capital como dantes nunca visto, com implicações no processo de concentração fundiária, novas possibilidades logísticas, voltadas para um cenário de mercado de novas amplitudes, no âmbito de certo esgotamento dos recursos naturais do planeta, cercados por inovações técnicas e informações novíssimas, em contextos políticos, econômicos e sociais que favorecem a emergência de radicalismos, de valores negativos e, consequentemente, também muda a qualidade e intensidade dos conflitos.

Portanto, às características anteriores, atualizadas em contextos atuais, somam-se algumas características novas que contribuem na definição das fronteiras agrícolas modernas do século XXI: surgimento de empresas controladoras do mercado

de terras; crescente apropriação de terras e controle em larga escala pelo capital financeiro, devido à alta rentabilidade dos ativos agropecuários, fenômeno conhecido como *land grabbing*; excedentes do capital financeiro buscando incrementar sua rotação; expansão do meio técnico-científico e informacional através da agricultura de precisão; redução drástica da força de trabalho; modernização do arcaico e arcaização do moderno nas relações sociais; e mudanças nas relações campo/cidade com intensificação do processo de urbanização.

Por fim, sabendo que o conceito é sempre um discurso sobre algo, pode-se afirmar que o conceito de fronteira é um discurso sobre um lugar, significando uma forma de ver esse lugar, ou de um novo olhar sobre o mesmo (BERNARDES, 2005). Sobre o conceito de fronteira, é fundamental inseri-lo no sentido da sua história social, como algo que tem história, que tem movimento, que se transforma, o que significa refletir criticamente sobre as condições da produção das ideias. Essa noção é reforçada por Santos, ao afirmar que "as fronteiras são uma realidade que, como tudo, se subordina à marcha da história, cujo significado, cuja importância, muda com a história" (SANTOS, 1995, p. 5). Ainda nessa direção, Martins (1997) sustenta que a última onda modernizadora não pode ser reconhecida como a única temporalidade da fronteira.

Para Santos (1996), é preciso penetrar o mistério das formas geográficas, ultrapassando a falsa objetividade do mundo sensível, e não interpretar a coisa através da própria coisa, o território apenas pelo território, mas buscar sua essência. A busca da essência pode significar encontrar o território da resistência, o que sem dúvida passa pela leitura de discursos diferentes do hegemônico e da lógica única que se tenta impor, passa pelos discursos que proponham outras formas de vida, outras formas de cooperação, que façam outras leituras dos recursos do espaço, e dessa forma, quem sabe, possamos perceber que o território constitui uma alternativa de politização.

REFERÊNCIAS

AGRIANUAL. **Anuário da agricultura brasileira.** São Paulo: Informa Economic Consultoria Agribussiness, 296 p. 2016.

BECKER, B. O Estado e a Questão da Terra na Fronteira: uma contribuição geopolítica. IN: VIEIRA, I. C. G. (Org). **As Amazônias de Bertha K. Becker:** ensaios sobre a geografia e a sociedade na região amazônica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. v. 1.

BELIK, W. **Mudanças no padrão de intervenção do Estado no complexo agroindustrial brasileiro**. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1997.

BERNARDES, J. A. Circuitos Espaciais da Produção na Fronteira Agrícola Moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. L. (Org.). **Geografias da Soja - BR 163:** fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2014.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatórios sobre Conflitos da Terra (2000 a 2017)**. [online]. Disponível em: https://bit.ly/3gPPiIl. Acesso em 10 ago. 2020.

DELGADO, G. C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Terras Indígenas**. [online]. Disponível em: https://bit.ly/2PIBlQG. Acesso em: 10 ago. 2020.

IMEA-MT. Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária. **Composição do funding do custeio da soja**

para safra 2018/2019 em Mato Grosso. Mato Grosso: 2018. Disponível em: https://bit.ly/2QbvHa8. Acesso em: 01 out. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia Estátística. **Censo Agropecuário 1996**. [online]. Disponível em: https://bit.ly/31MMO7u. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Censo Agropecuário 2017**. [online]. Disponível em: https://bit.ly/31MMO7u. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. [online]. Disponível em: https://bit.ly/31MMO7u. Acesso em: 10 ago. 2020.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos Assentamentos**. [online]. Disponível em: http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php. Acesso em: 10 ago. 2020.

INPE - Instituto Nacional De Pesquisas Espaciais. **Prodes Digital** – desflorestamento dos municípios. [online]. Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php. Acesso em: 10 ago. 2020.

LOURENÇO, T. C. M. **De desterritorializados sem terra a desterritorializados com terra? -** Uma análise dos assentamentos rurais no nordeste mato-grossense. 2020. 293f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MARTINS, J. S. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORENO, G. **Terra e Poder em Mato Grosso:** política e mecanismos de burla (1892/1992). Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **A Fronteira Amazônica Brasileira:** grilagem, corrupção e violência. 1. ed. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016a. v. l.

_____. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016b.

PAM/IBGE - Produção Agrícola Municipal e Produção Pecuária Municipal/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola e Pecuária Municipal 2017**. [online]. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas. Acesso em: 10 ago. 2020.

PAULILLO, L. F. **Redes de Poder e Territórios Produtivos.** São Carlos: Rima: Editora da UFSCar, 2000.

RIBEIRO, A. C. T. Território Usado e Humanismo Concreto: o mercado socialmente necessário. In: BERNARDES, J. A. et al. **Formas em Crise:** utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

_____. Prefácio. In: BERNARDES, J. A. ARRUZZO, R. C. (Org.). **Geografias da Soja III:** novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

SÁNCHEZ, J. E. Comentarios a la División Espacial del Trabajo y de la Producción. **Minius**, Barcelona, n. 1, p. 9-25 1992. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sv-28.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** 1. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. É um tipo de egoísmo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 ago. 1995. Caderno Mais, p. 5.

SOBRE OS AUTORES

Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin – Bacharel, Licenciada e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), tendo realizado estágio de doutoramento na Université de Toulouse (França). Atualmente é Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus do Pantanal (CEPAN/Corumbá, MS). Membro da Rede de Pesquisa sobre Regiões Agrícolas (REAGRI). E-mail: caroltorelli.faccin@gmail.com

Antonio Cezar Leal – Professor Doutor do Departamento de Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (acadêmico e profissional) na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Presidente Prudente. Coordenador da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paranapanema, vice-coordenador da Câmara Técnica de Restauração Ecológica do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema e representante da UNESP no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial (GADIS – FCT/UNESP). E-mail: cezar@fct.unesp.br

Eduardo Paulon Girardi – Professor do Departamento de Geografia da UNESP (Campus de Presidente Prudente), onde é Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Doutor (2008) em Geografia pela FCT/UNESP, com estágio no Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine (IHEAL) da Universidade de Paris III (Sorbonne Nouvelle). Vice-coordenador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial na

América Latina e Caribe (2013 - 2017), ligado à Cátedra Unesco de Educação do Campo e ao IPPRI/UNESP. Líder do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) desde 2013 e autor do "Atlas da Questão Agrária Brasileira. E-mail: eduardo.girardi@unesp.br

Elisa Pinheiro de Freitas – Graduada, Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (1998-2013). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da UFMS e Docente Colaboradora do curso bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC. Foi Docente Colaboradora no Programa de Mestrado em População, Sociedade e Território do Instituto Geográfico e Ordenamento do Território (IGOT) na Universidade de Lisboa (2014) e Coordenadora do Curso de Geografia do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CEPAN/UFMS - 2015-2019). E-mail: elisa.freitas@ufms.br

Fábio de Lima – Graduado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/2014). Mestre pela mesma instituição (2017). Atualmente é professor da rede pública de Manaus-AM, atuando em duas escolas: Escola Estadual Maria Amélia do Espírito Santo e Escola Estadual Tenente Coronel Cândido Mariano (Colégio Militar da Polícia Militar V). E-mail: fabio_lima42@hotmail.com

Fernanda Regina Fuzzi – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Câmpus de Presidente Prudente. Licenciada (2012), Bacharela (2013) e Mestra (2016) em Geografia pela mesma instituição. Participa do Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial (GADIS). Foi estagiária e monitora no Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia (CEMAARQ) desenvolvendo Projetos de Extensão Universitária sob orientação da Profª. Drª Ruth Künzli. E-mail: fernanda_fr8@hotmail.com

José Martín Bageneta – Doutor em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade Nacional de Quilmes. Professor na Universidade Autónoma de Baja California e na Universidade Nacional Arturo Jauretche, na Argentina. Pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de la República Argentina (CONICET). E-mail: bagemartin@gmail.com

Júlia Adão Bernardes – Possui graduação e mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutorado em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona e pós-doutorado pela Universidad Nacional de San Martín, Argentina. Atualmente é Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Professora Colaboradora do Departamento de Geografia da UFRJ. Pesquisadora nível 1C do CNPq e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. Coordenadora do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) e é pesquisadora da Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (REAGRI). Sob sua organização, 13 livros já foram publicados envolvendo sua temática de investigação. E-mail: bagemartin@gmail.com

Margarida Queirós – Doutorada em Geografia Humana pela Universidade de Lisboa. É atualmente Professora Associada no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa e investigadora do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Coordenou e colaborou em vários projetos nacionais e internacionais relacionados com a igualdade de gênero, dos quais se destacam os mais recentes: GenMob, Género e Mobilidade: desigualdade no espaço-tempo; Gearing Roles: Gender Equality Actions in Research Institutions to traNsform Gender ROLES; ViViDo: plataforma para a gestão da rede nacional das vítimas de violência doméstica e de género. E-mail: margaridav@campus.ul.pt

Maria Beatriz Rocha-Trindade – Graduada em Administração Ultramarina e Licenciada em Ciências Antropológicas e Etnológicas pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina pela Universidade Técnica de Lisboa. Doutora em

Sociologia pela Universidade René Descartes (Paris V – Sorbone). Fundadora do Centro de Estudos de Migrações e das Relações Interculturais (1994) da Universidade Aberta de Lisboa. Professora Catedrática (aposentada) da Universidade Aberta de Lisboa. É titular da Ordre National du Mérite, com o grau de Chevalier e da Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública, atribuídas pelo Governo Francês e Português. Membro da Comissão Científica da Cátedra UNESCO sobre Migrações. E-mail: rochatrindade@hotmail.com

Mário Vale – Doutor em Geografia Humana pela Universidade de Lisboa e Mestre em Geografia Humana e Planejamento Regional e Local. É Professor Catedrático do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Foi Investigador Visitante no CURDS (Centre for Urban and Regional Development Studies), na Universidade de Newcastle (2006) e Fulbright Visiting Scholar no Departamento de Geografia da University of California Los Angeles (UCLA) em 2013. Atualmente, é Diretor do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa e membro do Grupo de Investigação ZOE desta unidade. E-mail: mario.vale@campus.ul.pt

Mateus de Almeida Prado Sampaio – Pós-doutorando em geografia junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Presidente Prudente com apoio PNPD/CAPES. Mestre (2010) e Doutor (2015) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA - FCT/UNESP), da Rede de Pesquisa sobre Regiões Agrícolas (REAGRI - NUCLAMB/UFRJ) e do Grupo de Geografia e Gênero (LABOPLAN – DG/USP). E-mail: sampamateus@gmail.com

Paul Clívilan Santos Firmino – Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), onde

atualmente é doutorando em Geografia e Bolsista FAPESP com estágio doutoral (BEPE) na Universidade de Valladolid, Espanha. Faz parte do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN/USP) e do Laboratório de Geografia Econômica e Planejamento Territorial - Campus V União dos Palmares (LAGEP/UNEAL). E-mail: paul_clivilan@hotmail.com

Paulo Miguel Madeira – Geógrafo e jornalista, investigador do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa. Doutorando em Geografia. Licenciado e Mestre em Geografia pelo IGOT, com uma dissertação sobre "Regiões Europeias Ganhadoras e Perdedoras na Globalização Económica da Transição do Século XX para o XXI". Alguma experiência em estudos ligados ao planeamento e ordenamento do território. Jornalista durante mais de 20 anos no jornal Público, sobretudo na área da economia, media e edição de texto. E-mail: paulo.madeira@campus.ul.pt

Taiana Ciscotto Martins Lourenço – Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGEO/UFRJ), com período sanduíche na Université Toulouse Jean Jaurès. Atualmente é pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) da UFRJ. E-mail: taiana.ciscotto@gmail.com

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

fflch
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO